

ANNALES FAJE

3º CONGRESSO BRASILEIRO DE **TEOLOGIA** **PASTORAL**

A Pastoral
da Igreja
do Brasil
no séc. 21:

Balanço,
Incidências,
Perspectivas



ANAIIS COMUNICAÇÕES TEXTOS COMPLETOS

APOIO



REALIZAÇÃO



III CONGRESSO BRASILEIRO DE TEOLOGIA PASTORAL

A PASTORAL DA IGREJA DO BRASIL NO SÉCULO XXI:
BALANÇO, INCIDÊNCIAS, PERSPECTIVAS

ISSN: 2526-0782

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Os textos publicados são de responsabilidade de cada autor.

Projeto Gráfico e Diagramação: Publicações FAJE

Arte da Capa: Comunicação FAJE

Apoio e Incentivo:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

(Coordenador da Coordenação Central de Atividades de Extensão Universitária da FAJE - CCAEU)

Coeditor: Me. Felipe Magalhães Francisco

(Coordenador Adjunto da CCAEU)

Belo Horizonte - MG | BRASIL

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Congresso Brasileiro de Teologia Pastoral (3.: 2024: Belo Horizonte, MG)

C749p A pastoral da Igreja do Brasil no séc. 21: balanço, incidências, perspectivas: anais, comunicações, textos completos / editor, Geraldo Luiz De Mori; coeditor, Felipe Magalhães Francisco - Belo Horizonte: FAJE, 2024.

279 p.

Annales FAJE, v. 9, n. 3, 2024

ISSN: 2526-0782

1. Teologia pastoral - Congressos. I. Título.

CDU 25

REALIZAÇÃO

Grupo de Pesquisa Teologia e Pastoral
Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia
PUC Minas
Centro Loyola de Fé e Cultura

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. III CONGRESSO BRASILEIRO DE TEOLOGIA PASTORAL: A PASTORAL DA IGREJA DO BRASIL NO SÉCULO XXI: BALANÇO, INCIDÊNCIAS, PERSPECTIVAS	8
3. ARTIGOS	
JUVENTUDES	
1. Genilson Sousa da Silva <i>Juventudes numa perspectiva Missionária</i>	21
2. Valéria Andrade Leal <i>Sinodalidade missionária e pastoral juvenil</i>	30
INICIAÇÃO CRISTÃ E CATEQUESE	
3. Armando Pinheiro Alfredo Peixoto Junior <i>Queremos realmente catecúmenos?</i>	39
4. Gislane Reis Ribeiro Toledo <i>A mistagogia como “novidade” para a catequese nos dias de hoje</i>	48
5. João Vitor Piancó Lima dos Santos <i>O itinerário da catequese mistagógica à luz do número 64 de Sacramentum Caritatis</i>	57
6. Maria Eliene Pereira de Oliveira <i>O método ver-julgar-agir: Uma Contribuição fundamental para a nova catequese promovida por Medellín e Puebla</i>	68
EVANGELIZAÇÃO NO MUNDO URBANO	
7. Matheus Soares da Silva <i>Desafios da urbanização para o ecumenismo</i>	78
8. Elcio Alcione Cordeiro <i>Formação Integral como meio da Evangelização</i>	87
9. Davi Mendes Caixeta <i>Escola de Liderança: experiência de sinodalidade e de formação pastoral na Paróquia Todos os Santos, Feira de Santana, Bahia</i>	97
PASTORAL, CULTURA DIGITAL E NOVAS TECNOLOGIAS	
10. Dione Afonso Rodrigues Pereira <i>A Catequese como caminho aberto para um autêntico diálogo pastoral numa cultura online</i>	106
11. Euripedes Gonçalves de Carvalho Neto <i>Viver a vida em Cristo em meio as “Fakes News” à luz das orientações da Igreja</i>	114
PASTORAL E QUESTÕES DE FRONTEIRA	
12. André Luiz Bordignon <i>Abaixar-se aos caídos</i>	120
13. Joaquim Jocélio de Sousa Costa <i>Comunidades apocalípticas da Chapada do Apodi: Profecia e resistência contra o dragão do agronegócio</i>	126

14. Júlia Kevin Trindade Silva	137
<i>A dimensão mística, social, profética e ecológica da pobreza a partir da experiência de Clara de Assis</i>	
15. Dimas José de Oliveira	146
<i>As periferias existenciais na Amazônia Brasileira: contribuições do Magistério de Francisco e os desafios pastorais para uma Igreja em saída</i>	
16. Edelcio Ottaviani	152
<i>O Papel das Comunidades Eclesiais e sua relação com o quarto compromisso do Pacto Educativo Global</i>	
17. Francisco Rodrigo Cunha do Rego	158
<i>A Acolhida e a Igreja em saída</i>	
PASTORAL NO PONTIFICADO DO PAPA FRANCISCO	
18. Denilson de Sousa Vieira	166
<i>Igreja em saída: abordagens a partir da Igreja do Piauí</i>	
19. Rogério L. Zanini	172
<i>Igreja particular da Diocese de Chapecó e a eclesiologia do Papa Francisco</i>	
20. Erasmo Oliveira Nery Neto; Maykon Douglas Calaça Machado	182
<i>O inquilino da casa comum</i>	
21. Francisco Rickelme Gomes Barros	188
<i>Alegria missionária da pastoral no pensamento do Papa Francisco</i>	
22. Leila Maria Orlandi Ribeiro	195
<i>Processo educativo de Deus para a salvação das criaturas</i>	
23. Denilson Mariano da Silva	201
<i>“Não deixemos que nos roubem o Evangelho!” Aportes à proposta de animação bíblica da vida e da pastoral</i>	
24. Irineu Claudino Sales	209
<i>Papa Francisco e os sínodos como desdobramentos da Igreja em saída</i>	
25. Ronaldo de Oliveira Corim	218
<i>“Missão”: uma questão ontológica</i>	
SINODALIDADE NA IGREJA	
26. Rodrigo Ferreira da Costa	228
<i>Uma Igreja sinodal e a interculturação da fé</i>	
27. José de Jesus Dantas da Silva	240
<i>A importância da sinodalidade na Igreja hoje</i>	
28. Anderson Batista Monteiro	247
<i>Escutar, discernir e caminhar: O método sinodal do Papa Francisco na evangelização</i>	
29. Eric Jader Azevedo Costa	255
<i>Uma Igreja Madalena</i>	
DESAFIOS DO CLERICALISMO	
30. Matheus da Silva Bernardes	262
<i>Des-sacerdotalizar o ministério ordenado</i>	
31. Luiz Henrique Lucas Barbosa	273
<i>O diácono permanente como servo entre os servos: o desafio de ser clérigo sem perder o contato com os leigos</i>	

APRESENTAÇÃO

Os organizadores

O Congresso Brasileiro de Teologia Pastoral, realizado pela primeira vez em 2021, tem se tornado um fórum privilegiado de discussão das grandes questões da pastoral das Igrejas cristãs no Brasil, com destaque para a pastoral da Igreja católica. Promovido pelo Grupo de Pesquisa “Teologia e Pastoral”, do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), o Congresso, embora tendo como principais instituições organizadoras a FAJE, o Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA), a PUC Minas e o Centro Loyola de Fé e Cultura, contou desde o início com a participação, como copromotoras, de outras instituições teológicas do país, além de ter recebido o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Conferência dos/as Religiosos/as do Brasil (CRB) e da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Após a realização dos congressos de 2021 e 2022, as instituições que os promoveram decidiram intercalar o evento, para que possíveis atividades similares pudessem acontecer em nível local ou regional, e que o Congresso fosse realizado a cada dois anos. Em 2024 foi então realizado o 3º Congresso, que teve como tema “A pastoral da Igreja do Brasil no século XXI: balanço, incidências, perspectivas”. O tema foi inicialmente debatido no Grupo de Pesquisa “Teologia e Pastoral” e em seguida discutido com representantes das diferentes instituições que aceitaram de novo organizar o evento, a maioria delas já tendo participado como coorganizadoras do 1º e do 2º Congresso. São elas: de Minas Gerais: FAJE; Instituto Dom João Resende Costa, da PUC Minas; Centro Loyola de Fé e Cultura; Instituto de Teologia do Seminário Maior São José (Mariana); Movimento da Boa Nova (MOBON); da Bahia: Faculdade Católica de Feira de Santana; Universidade Católica de Salvador (UCSAL); do Ceará: Faculdade Católica de Fortaleza (FCF); de Santa Catarina: Faculdade Católica de Santa Catarina (FACASC); do Acre: Faculdade Diocesana São José (FADISI); de São Paulo: Instituto São Paulo de Estudos Superiores (ITESP); Faculdade de Teologia da PUC SP; Teologia da PUC Campinas; do Piauí: Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí (ICESPI); do Rio Grande do Sul: Teologia da PUC RS; Instituto Humanitas Unisinos (IHU); Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana (ESTEF); do Rio de Janeiro: Departamento de Teologia da PUC Rio; do Paraná: Teologia da PUC PR/ Campus Londrina; do Mato Grosso: União das Faculdades Católicas de Mato Grosso (UNIFACC-MT), de Pernambuco: Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

O formato do Congresso de 2024 foi o mesmo dos anteriores: três conferências, uma na abertura, uma no segundo dia e outra no terceiro dia; quatro painéis temáticos, no segundo dia; cinco seminários temáticos, no terceiro dia; comunicações, no quarto dia, com uma roda de conversa dedicada à reflexão sobre as principais questões levantadas pelo evento. O presente número de *Annales FAJE* publica 31 das 51 comunicações apresentadas. As

demais atividades do Congresso serão posteriormente publicadas num livro. A ordem das apresentações segue a da organização dos Grupos Temáticos. Estavam previstos doze Grupos Temáticos e dois grupos para apresentação de Banners. A maior parte das comunicações foram, porém, apresentadas em oito Grupos Temáticos, que são os que aparecem no presente número de *Annales FAJE*. Os textos foram avaliados pelos membros da Comissão Científica e revistos pelos seguintes membros da Comissão Organizadora: Prof. Dr. Denílson Mariano (MOBOM, FAJE), Prof. Dr. Matheus Bernardes (PUC Campinas), Prof. Dr. Paulo Sérgio Carrara (ITESP), Prof. Dr. Orivaldo Egídio da Silva (UNIFACC), Profa. Dra. Valdete Guimarães IICESPI; Prof. Dr. Wellington da Silva Barros (ITESP), Prof. Dr. Gelson Mikuzka (PUC PR), Me. Antonio Ronaldo Vieira Nogueira (FCF), Francisco das Chagas de Albuquerque (FAJE). A revisão final do conjunto foi feita pelo Editor Geral e pelo Editor Adjunto de *Annales FAJE*. A responsabilidade pelo conteúdo e pela forma de cada artigo é de cada autor/a.

Para uma visão geral do 3º Congresso Brasileiro de Teologia Pastoral, o presente número de *Annales FAJE* começa trazendo a proposta do Congresso, que compreende uma Apresentação da temática que foi abordada, com seus principais eixos; dos Objetivos (geral e específicos); da Metodologia; da Programação, na qual, além dos temas das Conferências, dos Painéis e dos Seminários, constam também as ementas para cada atividade, dando assim uma ideia ampla do que foi o Congresso. Traz ainda os nomes das Instituições copromotoras e dos membros das Comissões. Todas essas atividades estão disponíveis em formato digital pelo Canal do Youtube da FAJE (<https://www.youtube.com/playlist?list=PLIN0RrdLCaGzLvybW1Wtod435dqDTIWIV>)

Os Editores de *Annales FAJE*, juntamente com os que organizaram o Congresso, acreditam que os textos aqui apresentados oferecem uma contribuição importante para o debate sobre a pastoral da Igreja católica no Brasil nessa primeira quarta parte do século XXI, mostrando a importância deste campo do saber teológico para o conjunto da teologia. Desejamos que a leitura desses textos possa fazer avançar a reflexão, não só em perspectiva de balanço, mas também mostrando a incidência, ou não, do agir cristão na Igreja e na sociedade, e que perspectivas o atual momento histórico parece ir delineando.

Boa leitura!

3º Congresso Brasileiro de Teologia Pastoral

A pastoral da Igreja do Brasil no século XXI: Balanço, Incidências, Perspectivas

1 JUSTIFICATIVA

O Grande Jubileu do ano 2000 introduziu a Igreja no terceiro milênio [...]. O próximo Jubileu poderá favorecer bastante a recomposição de um clima de esperança e confiança, como sinal de um renovado renascimento do qual todos sentimos a urgência. Por isso escolhi o lema *Peregrinos da esperança*. Porém, tudo isto será possível se formos capazes de recuperar o sentido de fraternidade universal, se não fecharmos os olhos diante do drama da pobreza crescente que impede milhões de homens, mulheres, jovens e crianças de viverem de maneira digna de seres humanos [...]. Que as vozes dos pobres sejam escutadas neste tempo de preparação para o Jubileu que, segundo o mandamento bíblico, restitui a cada um o acesso aos frutos da terra. [...] que a dimensão espiritual do Jubileu, que convida à conversão, se combine com estes aspectos fundamentais da vida social, de modo a constituir uma unidade coerente (FRANCISCO, 2022, Carta ao Arcebispo Rino Fisichella).

Em 2025, o mundo já terá vivido uma quarta parte do século XXI. A Igreja católica, como acontece a cada quarto de século, realiza um ano jubilar, que, para 2025 terá como lema “Peregrinos da esperança”. Em geral, nessas ocasiões, se valoriza muito o itinerário pessoal de conversão e renovação dos fiéis, com incentivo a peregrinações a Roma, aos túmulos dos apóstolos Pedro e Paulo, confissões, passagem pela “porta santa”, indulgência. Nas dioceses católicas de todos os países do mundo também serão organizados itinerários espirituais e pastorais para a vivência desse ano jubilar.

No Jubileu de 2000 foi feito um grande esforço para que essa ocasião se traduzisse também em renovação do ardor pastoral e comunitário. A Igreja do Brasil elaborou na época o Projeto de evangelização “Rumo ao novo milênio”. Já em 1994, tendo em vista o Jubileu do 3º Milênio, as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral (DGAP), que desde 1965 articulavam a pastoral da Igreja do país ao redor de seis dimensões – Comunitária e Participativa; Missionária; Bíblico-catequética; Litúrgica; Ecumênica e Diálogo Religioso; Sociotransformadora –, passaram a se denominar Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE). As mudanças então em curso no mundo e no Brasil foram levadas em conta e se deu muita ênfase à inculturação, à nova evangelização e suas “exigências” intrínsecas: serviço, diálogo, anúncio e vivência comunitária da fé. Em 2003 foram acrescentadas às DGAE os “âmbitos da ação” implicados nessas exigências: pessoa, comunidade e sociedade. Em 2008, essas exigências e âmbitos

foram relidos à luz da V Conferência de Aparecida e do binômio do discipulado-missionário. Nas DGAE de 2011, passou-se a falar de “urgências” na ação evangelizadora, tendo como eixo fundamental a ideia da “Igreja em estado permanente de missão”, cujas expressões eram a iniciação à vida cristã, a animação bíblica da vida e da pastoral, a perspectiva da Igreja como comunidade de comunidades, o serviço da vida plena para todos. Igual perspectiva foi adotada nas DGAE de 2015, já tendo em conta as orientações da *Evangelii gaudium*, do Papa Francisco, que convocava à conversão pastoral e à perspectiva de uma Igreja em saída às periferias. Em 2019, as DGAE foram estruturadas ao redor da proposta das Comunidades Eclesiais Missionárias (CEM), pensadas a partir da imagem de uma casa com seus quatro pilares: Palavra, Pão, Caridade e Missão.

Na carta escrita ao Arcebispo Rino Fisichella, Presidente do Pontifício Conselho para a promoção da Nova Evangelização, a quem foi confiada a tarefa de animar o Jubileu de 2025, o Papa recorda que as quatro Constituições do Concílio Vaticano II e o magistério posterior continuarão “a orientar e guiar o santo povo de Deus a fim de que progrida na missão de levar a todos o jubiloso anúncio do Evangelho” (FRANCISCO, 2022). Não só os fiéis são chamados a colocar-se como peregrinos da esperança, num caminho de conversão e renovação, mas também a instituição eclesial. Para isso, reler o caminho feito desde o Concílio Vaticano II pode ser uma ocasião propícia para a vivência do Jubileu. O **3º Congresso Brasileiro de Teologia Pastoral** pretende contribuir para essa releitura da recepção do Vaticano II a partir de três perspectivas: **balanço, incidências e perspectivas**.

1. Balanço. Esse termo sugere um movimento oscilatório, e é exatamente o que se constata nestas seis décadas de tentativa de colocar as conclusões conciliares em prática em todos os âmbitos da Igreja no Brasil. Como no caminho dos peregrinos do ano jubilar, a Igreja deverá dar graças por tudo o que viveu e realizou, por aquilo que anunciou, celebrou e testemunhou. Porém, é igualmente necessário reconhecer que, como parte deste movimento oscilatório, em muitas ocasiões, algumas dimensões eclesiais insistiram em ficar estacionadas, quando não buscaram caminhos de franco retrocesso. Um balanço sério e profundo pode ajudar a impulsionar novos processos para dar continuidade ao caminho de recepção do Concílio, abrindo novas janelas, novos cenários para a Igreja.

2. Incidências. Alguns analistas têm falado de certa “irrelevância” da Igreja católica no Brasil hoje, da perda de fôlego de seu protagonismo e profetismo em muitos setores, sobretudo, no da incidência social e política. A impressão que se tem é que a Igreja acionou o processo de retorno à sacristia, e passou a cuidar de sua vida interna, em clara lógica de autorreferencialidade ou voltando-se para temas de caráter espiritualista e, em muitos casos, afinados com pautas de costumes. Esse 3º Congresso se propõe a destacar a relevância do Evangelho nos contextos em que ele de fato se torna “boa nova do aproximar-se do reino de Deus” (Mc 1,15). De maneira muito especial, frente à sociedade marcada pela profunda desigualdade social, há que se perguntar se ainda há chance para o Evangelho contagiar os fiéis, levando-os a reassumir um protagonismo enfraquecido ou até perdido

3. Perspectivas. Motivado pelo pontificado do Papa Francisco, o 3º Congresso quer reforçar processos pastorais que levem a Igreja a sair rumo às periferias existenciais e geográficas, promovendo, sobretudo, a cultura de encontro com o outro, de maneira especial com os pobres e descartados da sociedade atual, alimentando a fraternidade e a amizade social, cuidando da casa comum. Para isso ela deve levar a sério os grandes documentos do atual Pontífice, que provocam a Igreja a voltar a Jesus, a assumir a sinodalidade como seu modo de ser e atuar, a colocar-se com firmeza na defesa da Casa Comum, a enfrentar as sombras de um mundo “fechado”, promovendo a fraternidade e a amizade social. Pode ajudar a entrar na dinâmica do ano jubilar a releitura e aprofundamento dos temas debatidos na I Assembleia Eclesial da América Latina e Caribe, da Síntese da Escuta da Igreja do Brasil e da América Latina e Caribe para a XVI Assembleia Ordinária do Sínodo dos Bispos e do Relatório de Síntese da 1ª Sessão do Sínodo, realizada em outubro de 2023.

A experiência jubilar é uma ocasião propícia não só para os fiéis e a instituição eclesial fazerem memória do caminho percorrido, interrogarem-se pelo presente e buscarem pistas para melhor viver a fidelidade no futuro, mas também é uma provocação à **reflexão teológica**. Na Carta Apostólica *Ad theologia promovendam*, de 01/11/2023, que aprovou os novos estatutos da Pontifícia Academia de Teologia, o Papa Francisco recorda que “**uma Igreja sinodal, missionária e “em saída”**, demanda uma “**teologia em saída**”. O lugar desta teologia, diz o Pontífice, é a “**fronteira**”. Por isso, “o bom teólogo, como os bons pastores, sente o cheiro do povo e da rua e, com sua reflexão, derrama óleo e vinho sobre as feridas” dos homens e mulheres de seu tempo. Sua abertura ao mundo e às situações existenciais do ser humano, não se reduz, porém, a uma “atitude tática”, que se contenta em adaptar os conteúdos já cristalizados da fé a novas situações. Trata-se de “impelir a teologia a um repensar epistemológico e metodológico”, a uma “reviravolta”, a “uma mudança de paradigma”, que supõe “uma corajosa revolução cultural”, que leve a reflexão teológica a ser “uma teologia fundamentalmente contextual, capaz de ler e interpretar o Evangelho nas condições” e “ambientes” em que vivem os seres humanos. O modelo desta “reviravolta” é a “Encarnação do Logos eterno, a sua entrada na cultura, na cosmovisão e na tradição religiosa de um povo” (FRANCISCO, 2023).

Essa teologia contextual, continua o Papa, deve favorecer “uma cultura de diálogo e encontro entre diferentes tradições e diferentes conhecimentos, entre diferentes denominações cristãs e diferentes religiões, confrontando abertamente a todos, crentes e não crentes”. Trata-se de uma teologia “relacional”, que não se fecha na autorreferencialidade, que leva ao isolamento e à insignificância, mas se abre a uma “teia de relações, antes de tudo com outras disciplinas e outros conhecimentos”. Ela deve ser capaz de “fazer uso de novas categorias elaboradas por outros saberes, a fim de penetrar e comunicar as verdades da fé e transmitir o ensinamento de Jesus nas linguagens de hoje, com originalidade e consciência crítica”. Ao fazer isso ela se torna uma “**teologia de forma sinodal**”, que promove entre teólogos e teólogas a “**capacidade de ouvir, dialogar, discernir e integrar a multiplicidade e a variedade de instâncias e contribuições**”. O conhecimento que ela produz é “sapiencial, não abstrato e ideológico, mas espiritual, elaborado de joelhos, prenhe de adoração e oração”, capaz de dirigir-se “misericordiosamente às feridas abertas da humanidade e da criação”. Este “selo

pastoral” a leva a assumir, sem opor, teoria e prática, tornando-se discernimento dos “sinais dos tempos”, capaz de anunciar o evento salvífico do Deus-ágape (FRANCISCO, 2023).

Após o Congresso de 2021, com o tema “*A pastoral no mundo contemporâneo: história, realidade, desafios, tarefas*”, e o de 2022, com o tema “*A sinodalidade no processo pastoral da Igreja no Brasil*”, as instituições que organizaram esses dois congressos no campo da teologia pastoral, escolheram para o 3º Congresso, a ser realizado entre os dias **19 a 22 de agosto**, o tema “*A pastoral da Igreja do Brasil no século XXI: balanço, incidências, perspectivas*”. Inserido no contexto de preparação para o Jubileu de 2025 e movido pelas provocações do Papa Francisco à teologia pastoral, esse **3º Congresso Brasileiro de Teologia Pastoral** propõe um **balanço** do percurso pastoral da Igreja do Brasil nesses primeiros 25 anos do século XXI (passado), analisa as **incidências** da ação pastoral no corpo eclesial e no seio da sociedade nesse período (presente), e aponta, no atual contexto mundial e nacional, as **perspectivas** que se abrem para o anúncio e o testemunho da fé cristã (futuro).

REFERÊNCIAS

FRANCISCO, Papa. Carta ao Arcebispo Rino Fisichella pelo Jubileu 2025, 11/02/2022. Disponível: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2022/documents/20220211-fisichella-giubileo2025.html> Acesso: 30/03/2024.

FRANCISCO, Papa. *Lettera Apostolica Ad theologiam promovendam*, con la quale vengono approvati nuovi statuti della Pontificia Accademia di Teologia, 01/11/2023. Disponível: https://www.vatican.va/content/francesco/it/motu_proprio/documents/20231101-motu-proprio-ad-theologiam-promovendam.html Acesso: 30-/03/2024

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Propor, para teólogos, teólogas, estudantes de teologia e de áreas afins, agentes de pastoral e lideranças eclesiais, à luz do magistério do Papa Francisco e no contexto dos grandes desafios da realidade econômica, social, política, cultural, ecológica, tecnológica e religiosa, e do Jubileu de 2025, pistas para um **balanço** teológico-pastoral da presença e atuação da Igreja católica no Brasil, interrogando-se sobre suas **incidências** nos diversos contextos em que ela atua e levantando possíveis **perspectivas** para um anúncio e testemunho significativo e relevante dos conteúdos da fé para o país.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Aprofundar, num exercício de discernimento dos “sinais dos tempos”, alguns desafios que a presente realidade social, econômica, política, cultural, ecológica, tecnológica e

religiosa do Brasil levanta para o anúncio e o testemunho da fé no contexto histórico global e nacional;

2. Reler, em perspectiva espiritual e sapiencial, o caminho de recepção do Concílio Vaticano II na Igreja do Brasil nesses quase 60 anos de sua realização, identificando seus diferentes momentos e expressões, com seus principais traços, contribuições, limites e impasses, e interrogando-se sobre sua herança ou legado na organização pastoral e na reflexão teológica da Igreja católica do país;

3. Identificar e avaliar, no contexto religioso brasileiro e no contexto eclesial católico do país, a relevância ou incidência da religião, do cristianismo e da Igreja na vida dos fiéis comuns e no espaço público, buscando entender as diferentes lógicas subjacentes a tais contextos, os desafios que levantam e as tarefas que impõem à pastoral e à teologia nos dias atuais;

4. Refletir sobre o resultado do Censo do IBGE de 2022, no tocante à religião no Brasil, perguntando-se sobre o que esse resultado revela da situação religiosa nacional e sobre a dinâmica atual do catolicismo, e que provocações levanta para a ação da Igreja e sua reflexão teológico-pastoral;

5. Avaliar, à luz das últimas DGAE da CNBB, dos temas prioritários propostos pela I Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe, da Síntese Nacional da Escuta para a XVI^a Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos e do Relatório de Síntese da 1^a Sessão do Sínodo, as resistências da Igreja do Brasil à recepção do magistério do Papa Francisco e as perspectivas que se delineiam a partir do caminho sinodal que ele tem proposto à Igreja;

6. Discernir, à luz das provocações que o convite à celebração do Jubileu de 2025 levanta à Igreja do Brasil, as perspectivas esse tempo forte abre para a ação da Igreja e sua reflexão teológica.

3 METODOLOGIA

O 3º Congresso Brasileiro de Teologia Pastoral acontecerá em formato virtual, através dos canais YouTube das instituições organizadoras e da Plataforma Teams, da FAJE. A dinâmica prevê conferências à noite, que abrirão os três eixos temáticos do evento, **Balanço, Incidências, Perspectivas**. À tarde, para aprofundar esses três eixos, estão previstos vários Painéis, Seminários temáticos, Comunicações de pesquisas em curso nas instituições de ensino de teologia no país e de reflexões teológicas feitas nos distintos âmbitos a partir dos quais se pensa sobre a pastoral na Igreja.

4 PROGRAMAÇÃO

19/08/2024

19h30: Abertura do Congresso

20h: Conferência de Abertura: Desafios da sociedade e da cultura atual à missão evangelizadora da Igreja hoje / JESSÉ DE SOUSA (UFABC)

Ementa: A missão da Igreja é “tornar o reino de Deus presente no mundo” (EG 176). Para isso, ela precisa levar a sério a realidade concreta em que está inserida, procurando compreendê-la, discernindo os “sinais dos tempos” e buscando meios eficazes para transformar a realidade, segundo o Evangelho da fraternidade, da justiça e da paz. Sem entender a realidade, escutando o “grito dos pobres e da terra”, sintonizando com “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias” dos homens e mulheres de cada tempo (GS 1), a ação da Igreja pode, não apenas se tornar irrelevante socialmente, mas, o que é pior e mais trágico, afastar-se do Evangelho de Jesus Cristo e, consciente ou inconscientemente, tornar-se instrumento de conservação e reprodução do *status quo*. A questão fundamental aqui é identificar, compreender e articular os grandes desafios existenciais, socioambientais, políticos, econômicos, culturais, tecnológicos, religiosos etc., respondendo à pergunta: quais são os grandes apelos da realidade à missão evangelizadora da Igreja na atualidade?

20/08/2024

14hs às 15h30: Painéis simultâneos

1. A Igreja católica do Brasil no século XXI: um balanço teológico-pastoral / JOÃO DÉCIO PASSOS (PUC SP), PATRIKY SAMUEL BATISTA (Diocese de Luz)

Ementa: Propor um balanço da caminhada da Igreja católica do Brasil nessa primeira quarta parte do século XXI, tendo em vista as evoluções do contexto social, econômico, político, cultural, tecnológico e religioso, as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora elaboradas nesse período, o impacto sobre sua ação pastoral da Igreja das Conclusões da V Conferência do CELAM, das orientações dos três pontífices que atuaram nesses últimos 25 anos, e o que tem revelado o atual processo sinodal.

2. A Igreja católica e o mundo urbano: balanço dos últimos 25 anos / ALDAIZA SPOSATI PUC SP), FR. MIGUEL DEBIASI (Diocese de Caxias, RS)

Ementa: Em boa parte dos discursos da Igreja do Brasil há uma consciência de que sua ação se dá sobretudo no mundo urbano. Porém, muitos dos sinais e símbolos aos quais recorre em sua ação evangelizadora e boa parte das estratégias que propõe em sua pastoral, inda se percebe que a “lógica das cidades” não entrou na consciência de grande parte dos responsáveis diretos pela evangelização. Que balanço é possível fazer do caminho de evangelização em perspectiva urbana feito pela Igreja?

16hs às 17h30 - Painéis simultâneos

3. *A Igreja e a evangelização no mundo tecnológico-digital* / JOANA PUNTEL (PUC RS), MARCUS TULLIUS (Caritas América Latina)

Ementa: A consciência de que a tecnologia não é somente um meio ao qual se recorre nos diversos processos pastorais já se encontra em boa parte dos discursos oficiais da Igreja. Os últimos Papas têm caracterizado o mundo tecnológico-digital como um novo “continente”, ainda inexplorado, a ser descoberto e evangelizado. Que balanço se pode fazer da presença da Igreja nesse “continente” na primeira quarta parte do século XXI? Que impacto essa presença tem tido na evangelização?

4. *O panorama religioso brasileiro nos primeiros 25 anos do século XXI* / ALBERTO MOREIRA (PUC GO), MAGALI CUNHA (ISER)

Ementa: Os primeiros resultados do Censo 2022 começam a tornar-se aos poucos conhecidos. Eles mostram a continuidade da queda drástica dos que se declaram católicos (ao redor de 50%), o aumento dos evangélicos (30%), sem religião (10%), outras denominações (10%). Que dinâmica pode ser desvendada nesses resultados? Que balanço fazer da ação da Igreja nesses 25 primeiros anos do século XXI? Até que ponto suas “estratégias” pastorais têm respondido às demandas religiosas do povo?

19h30: Conferência 2

***Incidências ou não da Igreja Católica na sociedade brasileira no século XXI* / BRENDA CARRANZA (UNICAMP/UERJ)**

Ementa: Como avaliar a presença da Igreja na sociedade brasileira nesses primeiros 25 anos do século XXI? Alguns intérpretes têm falado de uma progressiva “irrelevância” e “insignificância” de sua ação, perceptível pela ausência de profetismo frente às grandes questões sociais e políticas do país, ou na pouca incidência de seu discurso na vida da maioria dos fiéis. Como pensar hoje o tema da incidência, que pode ser lido em perspectiva pessoal (significação) ou comunitária (relevância)?

Dia 21/08/2024

14hs às 16hs: Seminários

1: *A Igreja católica do Brasil e o cuidado da casa comum no século XXI* / MOEMA MIRANDA (ITF)

Ementa: Como avaliar a presença da Igreja católica do Brasil diante dos grandes problemas ecológicos representados pelo agronegócio e a mineração, destruindo biomas, como o do Cerrado, ameaçando cada vez mais a Amazônia? Que perspectivas de esperança o agir da Igreja, em parceria com outras forças sociais e outros grupos religiosos, pode suscitar e alimentar frente a esses desafios?

2. A Igreja católica e a formação para a ação política e cidadã no século XXI / ROBSON SÁVIO (PUC Minas)

Ementa: Nas décadas que se seguiram ao Concílio Vaticano II, a ação da Igreja contribuiu para formar lideranças leigas que se engajaram no campo da política, defendendo os direitos dos mais pobres, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa. Que presença de cristãos católicos é perceptível nesse campo no século XXI? Como essa presença se articula ou não com a presença cada vez mais forte de grupos “cristãos” evangélicos e católicos de perfil fundamentalista?

3. Presença e “incidência” da Igreja nos movimentos sociais no século XXI / ALESSANDRA MIRANDA (Semana Social Brasileira)

Ementa: Uma das traduções da incidência da Igreja católica na sociedade brasileira foi sua presença nos movimentos sociais que surgiram no campo e na cidade no período da primeira recepção do Concílio Vaticano II, que coincidiu com o tempo dos governos militares e o cerceamento da liberdade de expressão. A relação entre fé e vida, posta em evidência pela Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* e valorizada pelo magistério latino-americano das conferências de Medellín e Puebla, possibilitou a formação de lideranças pastorais que tornaram possível a criação de muitos movimentos sociais nos diversos lugares em que se encontravam membros da Igreja, tornando a instituição eclesial um protagonista profético de denúncia das injustiças e de promoção de grupos e movimentos que contribuíram na defesa dos mais pobres e vulneráveis da sociedade. Que evoluções essa presença conheceu nos primeiros 25 anos do século XXI? Até que ponto a Igreja católica ainda forma para o engajamento cidadão de seus fiéis, criando neles a consciência da fraternidade e da amizade social?

16hs às 17h30: Seminários

4. Igreja e diversidade sexual / LEOMAR NASCIMENTO DE JESUS (Fac. Assunção)

Ementa: O tema da diversidade sexual tornou-se, nessas primeiras décadas do século XXI um dos mais candentes, com grande repercussão na mídia, tornando-se um dos temas agregadores de vários movimentos sociais. Também no seio da Igreja esse tema tem despertado o interesse da pastoral. Que questões novas esse tema levanta para a ação pastoral da Igreja? Que respostas a Igreja católica do Brasil tem oferecido em resposta às demandas de seus fiéis identificados com a diversidade sexual?

5. A Igreja e periferias existenciais e geográficas / PAOLO PARISE (ITESP)

Ementa: Desde que foi eleito o Papa Francisco tem chamado a atenção para as “periferias existenciais e geográficas”, em parte, identificadas por ele com o problema da imigração, mas também com situações diversas de exclusão e descarte, como a das juventudes adictas de drogas, as populações que vivem nas ruas, os grupos étnicos que têm seus direitos e territórios ameaçados, como, no Brasil os povos originários e quilombolas, pessoas excluídas por sua

orientação sexual etc. Que tipo de presença e ação a Igreja do Brasil tem com esses diferentes públicos e situações?

19h30: Conferência 3

Perspectivas da presença e ação da Igreja no mundo tecnologicado / DOM JOAQUIM GIOVANE MOL (Bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte)

Ementa: A tecnologia tem se tornado cada vez mais importante no dia a dia da maioria das pessoas, impactando também os processos de evangelização. Além dos avanços no mundo digital, nos últimos tempos tem se falado da Inteligência Artificial, que levanta novas e graves questões para a humanidade como um todo e para a Igreja em particular. Além de aproximar as pessoas e facilitar muitos processos, ela tem sido utilizada também para criar opinião, muitas vezes para defesa de interesses nem sempre condizentes com a formação de um mundo de diálogo e encontro. As falsas notícias e a desinformação tem se tornado um verdadeiro problema, e a presença de influenciadores, sobretudo no campo das convicções, como é o da religião, cria o que muitos intérpretes, no âmbito da teologia cristã católica chamam de “magistério paralelo”. Que perspectivas esses novos desdobramentos da tecnologia abrem para a evangelização? Como formar os fiéis para discernirem, no que é veiculado, o que é verdadeiro e o que é falso no campo da fé e da espiritualidade cristãs?

Dia 22/08/2024

14-18hs: Comunicações

19h30: Roda de Conversa de Encerramento

A Igreja católica no século XXI: balanço, incidências, perspectivas / CLEUSA ANDREATTA (UNISINOS), EDELCIO SERAFIM OTTAVIANI (PUC SP), VALDETE GUIMARÃES (ICESPI), ANTONIO RONALDO (FACAF)

Ementa: A partir das discussões e temáticas apresentadas nas conferências, painéis e seminários, que balanço fazer da presença e ação da Igreja no Brasil do século XXI? Que tipo de incidência ela ainda tem ou pode ter? Que perspectivas novas se descortinam para sua ação e presença no país?

5 ORGANIZAÇÃO

5.1 LOCAL DE REALIZAÇÃO

Ambiente Virtual disponibilizado pela TI da FAJE

5.2 INSTITUIÇÕES PROMOTORAS

Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) – Belo Horizonte, MG

Centro Loyola de Fé e Cultura– Belo Horizonte, MG
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) - Instituto Dom João Resende Costa de Filosofia e Teologia – Belo Horizonte, MG
Movimento da Boa Nova (MOBON) – Belo Horizonte, MG
Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana (ESTEF) – Porto Alegre, RS
Faculdade Católica de Feira de Santana – Feira de Santana, BA
Faculdade Católica de Fortaleza (FCF) – Fortaleza, CE
Faculdade Católica de Santa Catarina (FACASC) – Santa Catarina, SC
Faculdade Diocesana São José (FADISI) – Rio Branco, AC
Instituto São Paulo de Estudos Superiores (ITESP) – São Paulo, SP
Instituto de Teologia do Seminário Maior São José – Mariana, MG
Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí (ICESPI) – Teresina, PI
Instituto Humanitas Unisinos (IH) – São Leopoldo, RS
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio) – Departamento de Teologia – Rio de Janeiro, RJ
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC PR) – Campus Londrina, Londrina, PR
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC SP - Faculdade de Teologia – São Paulo, SP
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUC RS - Departamento de Teologia, Porto Alegre, RS
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas) Teologia, Campinas, SP
União das Faculdades Católicas de Mato Grosso (UNIFACC-MT) – Cuiabá, MT
Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) – Recife, PE
Universidade Católica de Salvador (UCSAL) – Salvador, BA

5.3 APOIO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

5.4 COMISSÃO ORGANIZADORA

Geraldo Luiz De Mori (FAJE, Belo Horizonte, MG)
Lucimara Trevizan (Centro Loyola, Belo Horizonte, BH)
Denilson Mariano (MOBOM, Belo Horizonte, MG)
Francisco das Chagas de Albuquerque (FAJE, Belo Horizonte, MG)
Manoel José de Godoy (FAJE, Belo Horizonte, MG)
Matheus da Silva Bernardes (PUC-Campinas, Campinas, SP)
Marco Bejarano (PUC Rio – Rio de Janeiro, RJ)

Antônio Ronaldo Vieira Nogueira (FCF – Fortaleza, CE)
Cleusa Andreato (Unisinos – IHU, São Leopoldo, RS)
Edelcio Ottaviani (PUC-SP – São Paulo, SP)
Edward Guimarães (PUC Minas, Belo Horizonte, MG)
Felipe Magalhães Francisco (FAJE, Belo Horizonte, MG)
Francisco Aquino Júnior (UNICAP – Recife, PE)
Geraldo Buzani (Instituto de Teologia do Seminário Maior São José, Mariana, MG)
Orivaldo Egídio da Silva (FACC-MT, Cuiabá, MT)
Gelson Luiz Mikuszca (PUC PR, Londrina, PR)
Júlio César Santa Bárbara (Faculdade Católica de Feira de Santana, Feira de Santana, BA)
Manoel Filho (UCSAL, Salvador, BA)
Nestor Schwerz (ESTEF, Porto Alegre, RS)
Paulo Sérgio Carrara (ITESP – São Paulo, SP)
Tiago de Fraga Gomes (PUC RS – Porto Alegre, RS)
Valdete Guimarães (ICESPI – Teresina, PI)
Vitor Gaudino Feller (FACASC – Florianópolis, SC)

5.5 COMISSÃO CIENTÍFICA

Wellington da Silva de Barros (ITESP)
Rita Maria Gomes (UNICAP)
André Luiz Boccato de Almeida (PUC SP)
Francilaide Ronsi (PUC Rio)
Ivenise Teresinha G. Santinon (PUC Campinas)
Carlos André da Cruz Leandro (UCSAL)
Manoel Monte da Costa (FADISI)
Francisco das Chagas de Albuquerque (FAJE)
Cristiano Batista (ICESPI)

5.6 REALIZAÇÃO

Grupo de Pesquisa Teologia e Pastoral
Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia
PUC Minas
Centro Loyola de Fé e Cultura

ARTIGOS

JUVENTUDES

Juventudes numa perspectiva missionária

Genilson Sousa da Silva¹

Resumo: A temática sobre a evangelização nos jovens foi discutida na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB, na sua última 61ª assembleia Geral. Já em 2005, Dom Sergio Castriani, na época, presidente da Comissão para ação Missionária da CNBB falava da preocupação que a Igreja deveria ter com as juventudes numa linha missionária. Sua intuição fortaleceu a Juventude Missionaria na Igreja do Brasil como serviço missionário juvenil nas Dioceses. Esse caminho histórico precisa ser visto como ato segundo, a partir da presença dos jovens atuantes no contexto atual, em uma Igreja em saída. Tais jovens precisam de formação, apoio e orientações numa consciência missionária. O presente artigo tem como objetivo impulsionar a reflexão da Missão da Igreja e sua natureza, diagnosticar iniciativas missionárias em nível nacional e local, e propor um caminho junto às juventudes nas ações formativas missionárias. Para que a Igreja desempenhe uma melhor atenção às juventudes, é fundamental um caminho sinodal missionário. A metodologia está pautada por dados bibliográficos a respeito da temática, tendo em vista a atividade da Juventude Missionária do Brasil. Por fim, aponta metas e caminhos sinodais na construção de intercâmbios conjuntos com os diversos carismas juvenis na perspectiva missionária.

Palavras-chave: Juventudes. Igreja do Brasil. Missão.

INTRODUÇÃO

A temática sobre a evangelização nas juventudes foi discutida na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, na sua 61ª assembleia Geral, 2024. Essa atenção às juventudes já havia sido discutida em 2005, por Dom Sergio Castriani. Na época em que era presidente da Comissão para ação Missionária da CNBB, ele falava da preocupação da Igreja com as juventudes numa linha missionária. De suas intuições fortaleceram-se animações missionárias juvenis e surgiu a potencialização da Juventude Missionária na Igreja do Brasil, como serviço missionário juvenil nas Dioceses.

A Juventude Missionária, em 2025, celebra 20 anos de história junto às Obras Missionárias e na Igreja do Brasil. Nesse percurso, muitas iniciativas foram realizadas, com um número considerável de pessoas envolvidas. Dessas iniciativas, uma gama de reflexões sobre a juventude foi desenvolvida e, claro, foram desenvolvidas outras mais sobre a missão eclesial. Nessa caminhada de duas décadas, a JM tentou avançar para águas mais profundas, além do seu carisma e sua identidade, ou melhor, tentou aprofundar sua responsabilidade missionária junto aos demais carismas missionários, bem como as atividades pastorais deles decorrentes. Mas, nem sempre foi fácil articular essa caminhada conjunta, muito embora sua missão seja a de despertar em todos os jovens uma atuação junto às Obras, na Igreja do Brasil.

¹ Mestre em Teologia pastoral pela Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP. Doutorando em Teologia Sistemático-Pastoral, junto ao PPGTeo da PUC-Rio. Email: genilsonsousadasilva@gmail.com

O presente artigo persegue seu escopo, por meio da análise de alguns documentos da Igreja sobre a missionariedade e a juventude; a Juventude Missionária nas Obras Missionárias; a atuação nas Igrejas do Brasil e aponta novos horizontes para um caminho missionário sinodal, nas Juventudes na Igreja do Brasil numa perspectiva missionária. Assim, este texto tem também o objetivo de mostrar a atividade a serviço da evangelização nas Igrejas locais e na sua missão universal, através das juventudes nas suas diversas expressões na missão universal. Segue-se a metodologia dos dados bibliográficos a respeito da temática e as ações da atividade da Juventude Missionária e os novos horizontes avistados pelas juventudes na Igreja católica no Brasil.

1 DOCUMENTOS NORTEADORES

A Igreja, nos últimos anos, vem, com maior intensidade, oferecendo luzes sobre o protagonismo juvenil no processo de evangelização. Isso foi sendo animador para os grupos da pastoral da Juventude como outros grupos. Eles foram marcados com pistas iluminadoras, principalmente a partir da 5ª Conferência Latino-Americana e Caribenha, em Aparecida/SP – 2007), que acenou para a missão dos discípulos a serviço da vida plena, dentre eles os jovens, já lembrados desde a Conferência de Puebla (1979).

Na época, o documento enfatizou que os adolescentes e jovens formavam a maior parte da População da América Latina e do Caribe e olhou para eles como o futuro da Igreja. Mas, estes, além de ser o futuro, são o presente de Deus no hoje da história. De fato, os jovens “por sua generosidade, são chamados a servir a seus irmãos, especialmente aos mais necessitados, com todo o seu tempo e vida” (DAP, 2007, p. 199). Não é apenas no amanhã que os jovens são testemunhas de serviço e doação, é na sua juventude, na sua realidade concreta de jovem missionário, comprometido com a sua realidade e com o anúncio do Evangelho.

Além disso, o Documento aponta outra característica juvenil: “as novas gerações são chamadas a transmitir a seus irmãos jovens, sem distinção alguma, a corrente de vida que procede de Cristo e a compartilhá-la em comunidade, construindo a Igreja e a sociedade” (DAP, 2007, p. 199). Ou seja, são jovens evangelizando outros jovens.

Não obstante, o Documento de Aparecida traz alguns desafios enfrentados pelas juventudes, dentre eles: as sequelas da pobreza que atingem o crescimento harmônico da vida dos jovens e geram exclusão, socialização alienante e novas formas de expressões culturais de forma global que afetam as realidades pessoais e sociais. Outros desafios são as crises familiares, com suas diversas carências afetivas e seus conflitos emocionais; a falta de sentido, a falta de esperança e de referência significativa na vida dos jovens (DAP, 2007, p.199).

O sínodo para as juventudes, em 2018, trouxe o olhar que cada jovem tem sobre seu hoje, além de enfatizar que eles não apenas são o futuro, mas eles

são o presente, o estão enriquecendo com sua presença. Um jovem já não é mais uma criança, está em um momento da vida em que come-

ça a assumir diversas responsabilidades, participando com os adultos no desenvolvimento da família, da sociedade, da Igreja” (FRANCISCO, 2018, p.37).

É com esse olhar do presente, numa perspectiva missionária, que Igreja deve se voltar com atenção para cada jovem, e não apenas pensar coisas ou atividades para as juventudes. Pelo contrário, é preciso ver o que há neles de positivo e o que potencializa sua formação, preparando-os para uma vida e consciência missionárias neste mundo. No entanto, é preciso escutar as juventudes com mais disponibilidades e atenção.

A escuta aberta e sensível aos jovens gera confiança e empatia, pois “a escuta é um valor profundamente humano, um dinamismo de reciprocidade, em que alguém dá um contributo ao caminho do outro e recebe outro para si mesmo” (FRANCISCO, 2023, p.93). É o que destacou o Papa no relatório síntese da assembleia sinodal. Essa escuta foi lembrada no relatório que menciona: “os jovens, cujo pedido de escuta e acompanhamento ecoou com força no Sínodo que lhes foi dedicado e na assembleia que confirma a necessidade de uma opção preferencial pelos jovens” (FRANCISCO, 2023, p. 2023).

Para isso, o Sínodo destacou a importância de pessoas abertas, com um coração generoso, acolherem tantos dons, carismas, talentos das juventudes. Necessita-se de pessoas que tenham “a capacidade de encontrar caminhos onde outros só veem muros, é habilidade de reconhecer possibilidades onde outros veem apenas perigos” (FRANCISCO, 2018, p. 38).

O Sínodo da juventude contribuiu para visualizar as juventudes no mundo. Mostrou-se de fato a existência de uma diversidade juvenil. Nesse caso, pensar as juventudes na missão e na universalidade não é olhar apenas para o pequeno mundo de cada jovem, mas para a diversidade de juventudes com desafios comuns e ousadias concretas, que podem estar numa sintonia universal de mudanças significativas, caminhando junto no compromisso de uma fraternidade universal. Assim, o Papa motivou os jovens a serem construtores de um mundo melhor tendo eles como protagonistas da mudança (FRANCISCO, 2018, p.99).

De fato, nos dias atuais, para cada jovem ser protagonista na ação de Deus no mundo é preciso também da abertura e disponibilidade corajosa. Por isso, o Papa pede:

Queridos jovens, por favor, não ficais na varanda olhando a vida, mergulheis nela. Jesus não ficou na varanda, mergulheis nela como fez Jesus. Mas acima de tudo, de um jeito ou de outro, sejais lutadores pelo bem comum, sejais servidores dos pobres, sejais protagonistas da revolução da caridade e do serviço, capazes de resistir às patologias do consumismo e do individualismo superficial (FRANCISCO, 2018, p. 99-100).

Nesse caminho, a Igreja precisa fortalecer a vitalidade missionária nas juventudes. Deve ver os jovens não como meros receptores de uma mensagem, mas como pessoas que se encontram com Jesus Cristo e dEle se fizeram discípulos para fazê-lo conhecido e amado.

Como indica a *Evangelii Gaudium*: “evangelizar é o amor que recebemos de Jesus, aquela experiência de sermos salvos por Ele que nos impele a amá-Lo cada vez mais” (FRANCISCO, 2014). O papa pontua que “sabemos bem que a vida com Jesus se torna muito mais plena e, com Ele, é mais fácil encontrar o sentido para cada coisa. É por isso que evangelizamos” (FRANCISCO, 2014).

Do encontro apaixonante com Jesus, os jovens anunciam alegremente em todos os lugares e em toda parte a Boa Nova no hoje da história, com as suas vidas frente aos desafios que tentam arrastá-los para outros caminhos, em boa parte desumanos e sem vida. Assim, Francisco (2018, p. 100) afirma: “Jovens não deixem que o mundo os arraste a compartilhar apenas coisas ruins ou superficiais. Tornais-vos capazes de ir contra a corrente e compartilhar Jesus, comunicando a fé que ele vos deu de presente”.

Cada jovem é uma luz que irradia a todos, pois como foram iluminados, também são luminares nos diversos ambientes: culturais, religiosos, geográficos, existenciais e digitais. Porém, isso não significa que seja fácil, principalmente, na vida dos próprios jovens. Mas, o importante é ser uma semente de esperança para um mundo de polarização política e religiosa que afeta vários povos, as pequenas comunidades, as minorias periféricas e existenciais.

Os jovens são colaboradores de Deus no mundo de hoje, na escuta sinodal missionária. E é nessa perspectiva que o Papa Francisco afirma:

Amigos, não esperem o amanhã para colaborar na transformação do mundo com sua energia, sua audácia e sua criatividade. Vossa vida não é um enquanto isso. Sois o agora de Deus, que os quer fecundos. Porque é dando que se recebe, e a melhor maneira de preparar um bom futuro é viver o presente com entrega generosidade (FRANCISCO, 2018, p. 102).

Os jovens têm uma bela missão no mundo. Eles, numa vivência integral da fé, podem contribuir para uma igreja em saída missionária como principal e mais sagrada atividade, não de forma isolada da Igreja, mas na participação e na comunhão com toda Igreja no mundo. Sem pensar somente em si mesmos, mas organizados na sintonia com os diversos grupos e carismas que nasceram para evangelizar com suas vidas doadas.

Nesse artigo, enfatiza-se a atividade da Juventude missionária e como ela pode caminhar mais efetivamente na comunhão no serviço juvenil com os demais carismas, movimentos, que são tantos, no território brasileiro na caminhada missionária “ajudando todos os discípulos, todos missionários, na vitalidade fraterna de comunidades locais que experimentam a suave e confrontante alegria de evangelizar” (FRANCISCO, 2023, p. 55). Nesse sentido, ajuda a todos os jovens envolvidos consciente na missão de Deus como responsabilidade essencial na sinodalidade entre os jovens, mas ajuda todos os níveis eclesiais, inclusive numa esfera pessoal de cada cristão na sua missão no mundo (2023,55).

2 JUVENTUDE MISSIONÁRIA NAS OBRAS MISSIONÁRIAS

A Juventude Missionária (JM) é uma atividade da Pontifícia obra de Propagação da Fé no Brasil. Ela nasceu a partir das intuições missionárias nas juventudes, em 2005, em consequência da experiência na Obra da Infância e adolescência missionária, em algumas dioceses do Brasil. Desde então, seguiu como atividade na Obra de Propagação da Fé (*Propaganda Fidei*), com o objetivo de promover e manter o espírito missionários nos jovens, principalmente, na atitude samaritana com os mais necessitados. A atitude samaritana para com os mais vulneráveis ocorre nas realidades locais, mas com um olhar missionário universal, ou seja, em um testemunho eclesial para todo o mundo.

A Obra nasceu em Lyon, na França, em 1822. Foi fundada por uma jovem leiga que tinha apenas 20 anos. Ela cria a obra como meio de poder participar da missão da Igreja com ardor e entusiasmo por meio da oração, do sacrifício e da solidariedade, Tripé das Obras missionárias.

A obra tornou-se uma rede de Oração e solidariedade missionária em Lyon. Cem anos depois, o Papa Pio XI a reconheceu como obra Pontifícia a serviço de toda a Igreja com as demais Obras. Essa obra inspirou a criação do Dia Mundial das Missões, como forma de motivação e animação de todo povo de Deus, no compromisso missionário com as Igrejas locais, na comunhão missionária universal.

No Brasil, a obra está articulada com as demais obras, formando as Pontifícias Obras Missionárias, oficialmente estruturadas desde 1978. Hoje, a sede se encontra em Brasília, na atuação junto à comissão para Ação Missionária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e as instituições afins. A Obra desenvolve três atividades diretamente pela sua secretaria: Famílias Missionárias, Idosos e Enfermos Missionários e a atividades da Juventude Missionária.

A Juventude Missionária teve sua estruturação e organização em 2005, sendo o padre Victor o secretário da Obra a desenvolver roteiros e atividades para o desenvolvimento da missão juvenil, junto à Comissão e à equipe das Pontifícias Obras Missionárias. Foram passos significativos da obra, voltada a esta atividade Missionária.

3 ATUAÇÃO DA JUVENTUDE MISSIONÁRIA NO BRASIL

A atuação da Juventude Missionária oferece um olhar amplo e integrador sobre a realidade, promovendo uma ação evangelizadora que sinaliza a comunhão e a participação das Igrejas Local e Universal junto às juventudes do Brasil. A atividade está atualmente presente em 45 diocese, em 22 estados, e em 138 grupos. Esses dados são do levantamento da última sondagem pela secretaria da JM. A atuação junto às comunidades, paróquias e dioceses ocorre no intuito de despertar a vivência comunitária; convidando os/as jovens a se colocarem “em saída”, conscientes de sua missão na Igreja local com um ardor universal. Para bem organizar

esta atividade, cinco caminhos são indicados: Carisma, Vida em grupo, Metodologia, Ações missionárias, Jornada do Jovem Missionário e Corrente solidária.

Primeiro. O carisma, a Juventude Missionária é uma atividade missionária juvenil. O seu objetivo visa a despertar, avivar, formar e manter o espírito missionário universal dos jovens, ajudando-os na missão, em âmbito local e universal. Esse serviço é animado pelas Pontifícias Obras Missionárias, por meio da Propagação da Fé, cujos objetivos visam a favorecer: a educação, especialmente dos jovens; a prática da justiça, por meio da informação e do conhecimento da Doutrina Social da Igreja. Educação, sentido de justiça e ações solidárias emergem como atitudes missionárias junto aos mais pobres e fazem daqueles que as realizam hóstias vivas ao Senhor (JOÃO PAULO II, 1990, p. 83).

Trata-se, portanto, de ajudar a despertar o compromisso evangelizador entre os jovens, sempre numa perspectiva mais ampla, não reduzida a algumas atividades. Trata-se de viver a essência paradigmática de todos os jovens a serviço da missão de Deus no mundo. Em suma, é um chamado a caminhar com as diversas expressões juvenis, tanto nas atividades programáticas quanto na participação consciente de sua missão no mundo com toda a Igreja.

Segundo. Vida em grupo e Metodologia. Os jovens de 14 a 30 anos são convidados a viver uma espiritualidade missionária, em pequenos grupos e em suas comunidades eclesiais. Realizam a vida em grupo através de uma metodologia de 4 áreas integradas: Realidade missionária, Espiritualidade missionária, Compromisso missionário e Testemunho missionário.

Terceiro. Ações missionárias, denominadas sem Fronteiras. Além das atividades em grupo, fazem-se necessários compromissos missionários pessoais, comunitários e além-fronteiras, por meio de pequenas visitas missionárias. Elas podem acontecer em nível de grupo de base, paroquial, diocesana, estadual e nacional. O termo sem fronteiras, surgiu oficialmente em 2016, em nível nacional e possibilita a oportunidade da participação dos jovens os países do CONI Sul.

Essa ação já acontecia nas comunidades enquanto pequenas ações missionárias juvenis. Utilizava-se muito o termo “missão jovem”. Com o passar dos anos, foi-se refletindo nas POM a importância das ações missionárias e da missão. Estas indicavam aquilo que é constitutivo do ser cristão e ser Igreja, na sua própria natureza. Nesse caso, ações missionárias são atividades esporádicas que potencializam em tempo e lugar a presença dos jovens em visitas missionárias nas comunidades.

Quarto. A Jornada do Jovem Missionário. Para uma maior integração dos grupos de base existentes, a JM, em 2015, criou a Jornada do Jovem Missionário-JJM. Ela tem por objetivo oferecer um caminho formativo aos jovens missionários, fortalecendo a formação integral da JM no Brasil, através do estilo de vida, inserido na espiritualidade do seguimento de Jesus. Assim, apresenta-se a cada ano uma temática para ser vivenciada nos grupos em suas realidades específicas.

Quinto. A Corrente Solidária. A Jornada segue a metodologia das quatro áreas integradas e tem como compromisso a Corrente solidária. A corrente é inspirada na ação da fundadora da Obra da Propagação da Fé, Paulina Jaricot, numa rede de oração e solidariedade para uma realidade missionária. Dessa forma, a Corrente se destina a colaborar com projetos em realidades missionárias, que contam com a presença de missionários e missionárias além-fronteiras. Ela ocorre por meio de doações que são fruto do sacrifício pessoal e comunitário dos grupos de base, em comunhão com demais atividades da Pontifícia Obra da Propagação da Fé.

4 HORIZONTES PARA UM CAMINHO MISSIONÁRIO SINODAL NAS JUVENTUDES NA IGREJA DO BRASIL

Durante a última assembleia geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foram discutidos temas prioritários, incluindo o Relatório Anual do Presidente, o Jubileu de 2025 “Peregrinos da Esperança”, o Sínodo sobre “Por uma Igreja Sinodal – Comunhão, Participação e Missão”, e os desafios e oportunidades para a evangelização das juventudes.

Dom Vilson Basso, bispo de Imperatriz (MA) e presidente da Comissão Episcopal para a Juventude da CNBB, destacou a necessidade de um novo despertar para as juventudes, mencionando a importância da presença jovem na Igreja e suas expectativas para o futuro, tanto no Brasil quanto no mundo. Ele também abordou questões como a Iniciação à Vida Cristã, as preocupações com causas sociais, a formação de novas lideranças jovens, a proximidade com lideranças e assessores eclesiais nas dioceses, e o aumento dos jovens “desigrejados” (JOVENS CONECTADOS, 2024).

Outro ponto importante abordado foi a falta de unidade entre carismas, movimentos, congregações religiosas e pastorais juvenis. Os jovens participantes destacaram que “unidade não é uniformidade” e enfatizaram a necessidade de estratégias para uma saúde integral dos jovens e uma maior proximidade com influenciadores nas redes sociais. A espiritualidade missionária, como a alma dos grupos e carismas juvenis, é crucial para compreender que a Igreja é, por natureza, missionária e nasceu para evangelizar.

Durante a assembleia, a Comissão contou com a participação de bispos experientes em juventudes, como Dom Eduardo, bispo de Jaboticabal (SP), Dom Gilson, bispo de Nova Iguaçu (RJ), e Dom Darley José Kummer, bispo auxiliar de Porto Alegre (RS). Eles compartilharam suas experiências e percepções sobre a evangelização e sua relação com a juventude, refletindo o caminho percorrido pela Igreja tanto no contexto universal quanto no contexto brasileiro.

Além disso, é relevante lembrar a história da Comissão Missionária Nacional, especialmente a reflexão de Dom Sérgio Castriani, já mencionado neste artigo, sobre a importância de despertar o ardor missionário nas juventudes (POM, 2019, p.33). Após discussões e propostas, a comissão apresentou as Obras Missionárias, que possibilitaram o crescimento da

Juventude Missionária (JM) no Brasil. Ao celebrar os 20 anos da JM, em 2025, há uma preocupação renovada em preparar grupos e assessores e acompanhar as atividades existentes numa juventude em saída. A JM pretende dar um novo passo, a partir da secretaria da Obra da POPF e ao oferecer um serviço de animação e formação missionária por meio de parcerias. Estas têm por objetivo fortalecer a missão universal e a comunhão nas igrejas locais de uma forma mais sinodal, sem que cada um perca seu carisma e sua atividade. Que seja despertado nos jovens tanto um percurso formativo para a vocação missionária quanto um aprofundamento, claro e efetivo, de sua importância em nossas dioceses em toda a Igreja do Brasil.

Assim, a JM, junto à secretaria, aponta para parceria de um congresso missionário que está na proposta do plano trienal. De imediato, a proposta é envolver não somente os jovens da JM, mais também os grupos juvenis de todo o Brasil, promovendo a cooperação missionárias entre as juventudes com apoio da Pontifícia Obra da Propagação da Fé (POPF), das Pontifícias Obras Missionárias e das Igrejas locais. O objetivo principal das obras é promover o espírito missionário universal em meio ao Povo de Deus, expressando o testemunho missionário através de cooperação espiritual e material na evangelização, incluindo as ações juvenis.

Nesse contexto, a atividade da POPF aponta para algo significativo que pode envolver as Igrejas locais do Brasil, ajudando os jovens no seu processo formativo pessoal e comunitário. É seu objetivo ajudar na reflexão sobre pedagogia do encontro com Jesus, como caminho essencial para os jovens, numa experiência enriquecedora que lhes permita se tornarem anunciadores da esperança. Espera-se que, através da escuta da Palavra e do compromisso com a transformação de suas realidades, os jovens celebrem a vida em suas diversas dimensões e responsabilidades como cidadãos que contribuam para a sustentabilidade e o desenvolvimento global e eclesial.

Assim, observa-se que na Igreja do Brasil há várias iniciativas e experiências, desde as dioceses até as atividades regionais. As ações são sugestivas e indicadoras para que se trabalhe a missionariedade nos jovens numa profunda sintonia eclesial. De fato, discutir, planejar um congresso missionário nacional das juventudes e articular uma ação missionária nacional das juventudes deve ser entendido como meta, plano estratégico e um caminho conjunto que seja fruto de uma articulação dos jovens e assessores, mas também um incentivo das Comissões: da Ação Missionária e da Pastoral Juvenil.

CONCLUSÃO

Algumas iniciativas juvenis no Brasil, numa mística de saída missionária, têm acontecido em vários níveis. A Comissão para a juventude realiza a “Missão Jovem na Amazônia”. A Conferência dos Religiosos do Brasil-CRB tem à “Missão jovem na Amazônia”. A Juventude Missionária, a Ação Missionária Nacional Sem Fronteiras e as Ações missionárias estaduais são enriquecidas pelas ações missionárias articuladas e animadas pelos seminaristas das

dioceses e dos regionais nos últimos anos. Em 2023, aconteceu a primeira ação missionária nacional de seminaristas na Arquidiocese de Manaus e dioceses vizinhas, no ano Vocacional. A ação ficou conhecida como “pés a caminho”.

Também se tem registro de ações com juventude promovidas pelos jesuítas, salesianos, maristas e tantas outras instituições religiosas, sem esquecer as novas comunidades e os grupos jovens diocesanos e do setor juventude. A caminhada sinodal, por meio de caminhos formativos já existentes, é outro exemplo de experiências missionárias. Por fim, para acontecer esse processo é necessário um caminho de escuta, parcerias e formações que possibilitem uma jornada de planejamento, processos formativos tanto para as ações como para uma continuidade formativa na missionariedade das juventudes em todo Brasil. Isto dá, também, na acolhida das novas orientações do Sínodo numa Igreja cada vez mais sinodal e missionária.

REFERÊNCIAS

CNBB. *Com a presença dos jovens, CNBB debate desafios e esperanças para juventudes durante a Assembleia Geral*: Disponível: <https://www.cnbb.org.br/com-a-presenca-dos-jovens-cnbb-debate-desafios-e-esperancas-para-as-juventudes-durante-a-assembleia-geral/>. Acesso em: 22 de ago. 2024.

CNBB. *Concílio Vaticano II*. Documentos. Brasília: CNBB, 2018

CNBB. *Missão e cooperação missionária*. Brasília: CNBB, 2018.

DOCUMENTO DE APARECIDA. *V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. Brasília CNBB, 2007.

FRANCISCO, Papa. *Exortação apostólica Evangelii Gaudium*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 10 de set. 2024.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Pós-sinodal Christus vivit*. São Paulo: Paulinas 2014.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Pós-sinodal*. São Paulo: Paulinas, 2019.

FRANCISCO, Papa. *Uma Igreja sinodal em missão: Relatório Síntese*. Brasília: CNBB, 2023.

JOÃO PAULO II, Papa. *Redemptoris Missio*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jpii_enc_07121990_redemptoris-missio.html. Acesso em: 10 de ago. 2024.

PONTIFICIAS OBRAS MISSIONÁRIAS. *Juventude Missionária*: Marco referencial. Brasília: POM, 2019.

PUEBLA. *III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*. Petrópolis: Vozes, 1987.

PROGRAMA MISSIONÁRIO NACIONAL-2019-2023. Brasília: CNBB, 2019.

Sinodalidade missionária e pastoral juvenil

Valéria Andrade Leal¹

Resumo: A sinodalidade missionária na pastoral juvenil é fruto da reflexão da XV Assembleia Geral ordinária do Sínodo dos Bispos, em 2018, e pode ser considerada uma de suas maiores contribuições, uma vez que coloca a pastoral juvenil em sintonia com a missão da Igreja num dinamismo de “caminhar juntos”. A presente comunicação busca analisar a sinodalidade missionária enquanto proposta do sínodo de 2018 e seu alcance na prática da pastoral juvenil; e refletir sobre a relação da pastoral juvenil e o conjunto das forças vivas da comunidade tendo em vista a sinodalidade missionária. Para isso, realizou-se a análise documental do material produzido durante o processo sinodal, particularmente o Documento Final, em confronto com a realidade pastoral e propostas da Pastoral Juvenil no Brasil. Em síntese, buscaremos observar que a proposta da sinodalidade missionária engloba questões referentes à estrutura e, particularmente, à comunhão da comunidade eclesial. Na prática, há lacunas na organicidade e no conjunto das pastorais de forma que o trabalho, pouco integrado, afeta diretamente o processo de evangelização como um todo, ao mesmo tempo que questiona a própria pastoral juvenil.

Palavras-chave: Pastoral juvenil. Sinodalidade missionária. Juventudes. Protagonismo Juvenil.

INTRODUÇÃO

O Sínodo sobre “os jovens, a fé e o discernimento vocacional” representou um marco significativo na reflexão acerca da evangelização juvenil. A metodologia adotada para a preparação do Sínodo, que incluiu questionários online, seminário e reunião pré-sinodal, permitiu uma participação ativa dos jovens no processo, oportunizando uma experiência de inclusão e de escuta ativa. A presença deles na Assembleia Sinodal não foi apenas simbólica, mas uma contribuição essencial que enriqueceu o diálogo e a compreensão mútua e levou os padres sinodais a dizerem: “experimentamos como a proximidade cria as condições para que a Igreja seja espaço de diálogo e testemunho de fraternidade que fascina” (ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS, XV. Documento final, 1). Tal experiência abriu caminhos para ampliar os horizontes de reflexão e prática acerca de como a Igreja pode se adaptar e responder às necessidades e expectativas das novas gerações passando da pergunta “o que devemos fazer pelos jovens?” para “o que somos chamados a ser com os jovens?” (SALA, 202, p. 331). Essa mudança resultou na consciência de promover a “sinodalidade missionária”, na Pastoral Juvenil e em toda Igreja.

Assim, este estudo busca, analisar a sinodalidade missionária e seu alcance na prática da pastoral juvenil; e refletir sobre a relação da pastoral juvenil e o conjunto das forças vivas da comunidade tendo em vista a sinodalidade missionária. Para tanto, seguiu-se a análise documental dos textos construídos no processo da XV Assembleia Sinodal, priorizando o

1 Doutoranda pela PUC-Rio em Teologia Sistemático-Pastoral. Bolsista CAPES. E-mail: vandradeleal@yahoo.com.br

Documento Final, em confronto com a realidade interna das comunidades eclesiais e das expressões juvenis do Brasil.

Assim, toma-se como ponto de partida a compreensão de protagonismo juvenil para, então, seguir com a compreensão de sinodalidade missionária e os desafios para sua efetivação. Na sequência, considera-se que a sinodalidade missionária ultrapassa os espaços da Pastoral Juvenil abrangendo toda a comunidade eclesial e se propõe o sentido de pertença, a corresponsabilidade e a organicidade com meios para superação das dificuldades elencadas. Por fim, levantam-se questões acerca das oportunidades e limites das comunidades para acolherem o protagonismo juvenil numa dinâmica de compreensão de suas linguagens e necessidades e o problema da evangelização das novas gerações como um todo.

1 O PROTAGONISMO JUVENIL

Uma das frases emblemáticas do Documento Final – DF, da XV Assembleia Sinodal é: “os jovens querem ser protagonistas” (DF 52). O tema do protagonismo juvenil e a questão da sinodalidade missionária se entrelaçam, pois apenas pessoas que assumem seu protagonismo podem contribuir efetivamente na comunidade, assumindo sua vocação cristã que, embora vivida em comunidade, é resposta pessoal e única.

No Brasil, o protagonismo juvenil é jargão bastante frequente. No Documento 85 da CNBB, o termo aparece inúmeras vezes e, na maioria, pode ser entendido como o atuar do jovem, segundo suas capacidades e talentos, nas ações pastorais e na transformação social, normalmente exercendo algum tipo de liderança ou iniciativa (Cf. Doc. 85 n. 5, 8, 92, 190 e 208). No número 279, o texto, referindo-se à década de 80, faz menção a uma nova geração “de jovens católicos que era protagonista do seu próprio processo de educação na fé e que podia dialogar com a nova realidade que surgia”. Neste ponto, a compreensão de protagonismo ultrapassa a questão da liderança e é reconhecida como a capacidade do jovem de fazer escolhas e se responsabilizar pelo seu próprio amadurecimento. O protagonismo consiste, então, em protagonizar a construção da própria história, antes mesmo de colocar-se a serviço, como jovens católicos, a partir do Evangelho.

No Sínodo de 2018, como era de se esperar, o tema volta à tona. O número 52 do DF afirma que, “perante as contradições da sociedade, muitos jovens desejam fazer render os seus talentos, competências e criatividade, e estão dispostos a assumir responsabilidades”. Subentende-se que o protagonismo consiste em dispor-se a contribuir a partir do reconhecimento dos seus próprios dons, ou seja, pressupõe um processo de crescimento humano de autoconhecimento e a capacidade de assumir-se e dispor-se, escolhendo servir.

Em síntese, pode-se afirmar que protagonismo juvenil compreende dois aspectos: um primeiro movimento de responsabilizar-se pelo próprio crescimento humano e espiritual, protagonizando a construção da própria história num processo de aquisição de autonomia; e um segundo de saída de si mesmo, colocando seus talentos à serviço da comunidade eclesial e da sociedade, protagonizando processos de crescimento comunitário.

2 SINODALIDADE MISSIONÁRIA

“Os jovens pedem para caminhar juntos” (DF 119) é outra das frases de impacto, por assim dizer, do DE, que está no início do capítulo sobre a sinodalidade missionária da Igreja. O “caminhar juntos” é o jeito de ser da Igreja, seu “elemento constitutivo” (FRANCISCO, 2015) e implica a dimensão comunitária da fé cristã, o pertencer, comprometer-se e pôr-se em movimento, com os outros, em direção ao Senhor que chama. Nesta perspectiva, a ação pastoral está a serviço do seguimento de Cristo a partir da comunhão Trinitária. O caminho é o seguimento de Cristo, em primeiro lugar, o que se faz em comunidade. O caminho é, também, a missão: “Ide” (Cf. Mc 16,15) a anunciar seu Reino e fazê-lo acontecer por meio da comunidade é o mandato do Senhor, sendo ela mesma o testemunho do que é proclamado.

Diante da reivindicação de protagonismo por parte dos jovens, a proposta da sinodalidade parece abrir espaços e limiares de esperança para a criação de instâncias de participação e liderança na comunidade. E de fato, o faz. O termo “missionária”, porém, coloca a sinodalidade num horizonte não apenas de “mais espaço”, mas de serviço e corresponsabilidade. Assim, ao considerar a sinodalidade missionária, parte-se do princípio de que os jovens não são uma parcela, uma categoria ou um grupo dentro da Igreja, mas são a Igreja, do futuro, e também do presente (DF 54) de forma que a missão da Igreja é compartilhada com a juventude. No dizer de Rossano Sala (2020, p. 330) essa compreensão é essencial, pois há uma passagem da opção preferencial pelos jovens para a sinodalidade missionária, sendo, então o “fruto maduro da assembleia sinodal” para toda a comunidade eclesial. Essa passagem coloca a Igreja à escuta dos jovens e os jovens a caminho com a Igreja, ajudando-os a assumirem sua própria vocação de ser uma missão no mundo (EG 273), exercendo seu protagonismo na Igreja e na sociedade, mas acompanhados pela comunidade ao mesmo tempo em que a compõem, de forma ativa e coparticipativa.

A proposta da sinodalidade missionária afeta, então, toda a comunidade que, juntamente com a Pastoral Juvenil, é responsável de acompanhar cada pessoa, no seguimento de Cristo e transmitir sua mensagem, testemunhando seu Reino de justiça. Diante disso, qual seria a maneira de concretizar a sinodalidade missionária? Para responder a esta questão, faz-se necessário reconhecer alguns limites, para que sua superação já se apresente como a sinodalidade em prática.

3 LIMITES PARA A SINODALIDADE MISSIONÁRIA

No processo sinodal, reconheceu-se a iniciativa e a generosidade dos jovens que atuam nas comunidades com a “animação da catequese e da liturgia, o cuidado das crianças e o voluntariado a favor dos pobres” (DF 54). Mas, os jovens mostraram que, apesar de seu interesse, eles encontram desafios para o protagonismo: o “autoritarismo e falta de confiança da parte de adultos e pastores, que não reconhecem de forma suficiente a sua criatividade e têm dificuldade de compartilhar as responsabilidades” (DF 54) resultando num “papel passivo atribuído aos jovens no seio da comunidade” (DF 53), o que se torna uma das razões do

seu afastamento. Além de distanciar-se, ao se sentir desvalorizados e desacompanhados, não ouvidos, os jovens correm o risco de fecharem-se em grupos que se colocam como que em disputa por espaço na comunidade. Surge, então, um problema de pertencimento.

A questão das raízes culturais, cara ao Papa Francisco, está relacionada ao sentido de pertença na comunidade. No sínodo reconhece-se que os jovens “sentem-se tentados também a concentrar-se na fruição do presente, tendendo por vezes a prestar pouca atenção à memória do passado donde provêm” (DF 35) o que torna o sentido de pertença um pouco distante para eles. Para Cavagnari (2021, p. 76) pertencer significa:

... compartilhar com os membros de um grupo ou comunidade modos de ser, pensar, fazer, bem como sinais distintivos por meio dos quais eles se reconhecem como “parte” de um todo e, ao mesmo tempo, serem reconhecidos como tal. O pertencimento está ligado à identificação: pressupõe averiguar uma proposta como diferente de qualquer outra, compartilhá-la internamente, aderir a ela e ser admitido no grupo ou comunidade.

As inúmeras identidades e propostas de grupos e diversas expressões juvenis, que são, com toda certeza, uma riqueza no caminho sinodal ao estilo poliedro (Cf. ChV 207), atuam, muitas vezes para gerar pertencimento apenas ao próprio grupo, esquecendo, em certo sentido, sua conexão com a comunidade eclesial local, concreta. Isso se agrava, na medida em que a comunidade não reconhece o grupo de jovens como parte da comunidade, mas como um “problema” ou um grupo de “serviçais” que não colaboram nas tomadas de decisão, mas que tem o dever de ajudar na execução das atividades.

Está posto o problema da Pastoral de Conjunto da Igreja: a falta de consciência de que é “toda a comunidade que evangeliza” (ChV 202), e a “lógica da delegação que tanto condiciona a ação pastoral” (DF 128). Por vezes, se entende que dos jovens, as pastorais afins são as únicas responsáveis e se omite na tarefa de acolher e acompanhar a juventude. Esquece-se, inclusive, da presença de jovens em outras pastorais e grupos, tratando-os como adultos e desconsiderando sua realidade existencial e sua necessidade de acompanhamento.

No que se refere à Pastoral Juvenil propriamente dita, o Papa Francisco, reconhece a necessidade de “renovar a pastoral juvenil e libertá-la de esquemas que já não são eficazes, porque não entram em diálogo com a cultura atual dos jovens” (ChV 208), e o diálogo na comunidade também se faz essencial.

A pastoral juvenil, tal como estávamos acostumados a levá-la adiante, sofreu o embate das mudanças sociais e culturais. Os jovens, nas estruturas habituais, muitas vezes não encontram resposta para as suas inquietudes, necessidades, problemas e feridas. A proliferação e o crescimento de associações e movimentos com características predominantemente juvenis podem ser interpretados como uma ação

do Espírito que abre novos caminhos. Torna-se necessário, no entanto, aprofundar a participação desses na pastoral de conjunto da Igreja, bem como uma maior comunhão entre eles e uma melhor coordenação da ação. Embora nem sempre seja fácil abordar os jovens, estamos a crescer em dois aspetos: a consciência de que é toda a comunidade que os evangeliza e a urgência de que os jovens sejam mais protagonistas nas propostas pastorais (ChV 202).

A Pastoral de Conjunto se refere, aqui, a todas as forças vivas da comunidade e, igualmente, aos diferentes grupos jovens que nela existem e que precisam estar em unidade. Além disso, há ainda a questão da organicidade. A evangelização não começa na juventude, e se começar, nela não termina. Deve haver uma espécie de “fluxo contínuo” em que cada um, na medida em que cresce como pessoa e como cristão sinta-se acompanhado no processo. Uma pastoral de conjunto está atenta também às realidades existenciais de cada pessoa de forma a integrar cada um na comunidade em cada época da vida. Neste ponto, a realidade eclesial hoje, parece apresentar “lacunas” desde o Batismo até a Unção dos Enfermos. Há processos eclesiais que iniciam na comunidade, mas nem sempre há acolhida, e na medida em que se desenvolve, a pessoa nem sempre encontra acompanhamento adequado para si.

4 CAMINHOS PARA A SINODALIDADE MISSIONÁRIA

O grande sonho do Sínodo é uma “uma Igreja dinâmica e em movimento, que acompanha caminhando junto, fortalecida por numerosos carismas e ministérios” porque “é assim que Deus Se faz presente neste mundo” (DF 122). A proposta da sinodalidade missionária é a concretização deste sonho e se inicia pelo assumir-se com parte da comunidade que, por sua vez, está aberta ao novo, ao diferente, atenta aos “sinais dos tempos”.

A vida sinodal orienta-se essencialmente para a missão, pois a Igreja é “o sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano” (*Lumen gentium*, n. 1), até ao dia em que Deus Se tornar “tudo em todos” (1 Cor 15, 28). Abertos ao Espírito, os jovens podem ajudar a Igreja a concretizar a passagem pascal de saída “do ‘eu’ entendido de maneira individualista rumo ao ‘nós’ eclesial, no qual a pessoa individual, estando revestida de Cristo (cf. Gl 2, 20), vive e caminha com os irmãos e irmãs, como sujeito responsável e ativo na única missão do Povo de Deus” (Comissão Teológica Internacional, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, 2/III/2018, n. 107). A mesma passagem, por impulso do Espírito e sob a guia dos pastores, deve verificar-se na comunidade cristã, chamada a sair da autorreferencialidade do “eu” da sua autoconservação para o serviço da construção dum “nós” inclusivo de toda a família humana e da criação inteira (DF 125).

A consciência da corresponsabilidade na missão implica na tomada de consciência de ser povo, de pertencer e compartilhar as responsabilidades, alegrias, desafios e esperanças. Do passar do eu, do meu grupo, da minha preferência... para o “nós”. O “nós” que compartilha a mesma fé, que segue o mesmo Cristo, que busca a santidade como resposta ao chamado do Senhor, que almeja e luta pelo Reino já aqui. Requer a superação de “agremiações” e “grupismos”, bem como a aceitação e interação concreta com o diferente dentro da comunidade, da parte de adultos e de jovens.

Tal consciência se forma através de mecanismos de educação na fé, sobretudo, na compreensão do que é ser “povo de Deus” e do mandato missionário do Senhor. Passa também pela assimilação do Evangelho que apresenta Jesus em seu ministério, sempre em movimento em direção ao outro, atento às suas necessidades para servir. Essa contemplação leva a enxergar também os que sofrem como os primeiros destinatários da ação misericordiosa de Deus que quer salvar e oferecer a “vida em abundância” (Jo 10,10). A corresponsabilidade, porém, inicia-se, concretamente, com a experiência de compartilhar a própria vida com a comunidade, porque é “nas relações com Cristo, com os outros, na comunidade que se transmite a fé” (DF 122). Trata-se de sentir-se acolhido na comunidade, valorizado, ouvido e motivado a participar. O que por sua vez, desenvolve o sentido de pertença, o ser parte do “nós”.

Para Cavagnari (2021, p. 77) o pertencimento se dá mediante processos de identificação que se dão na interação da pessoa com os membros da comunidade; “o conhecimento e aceitação do sistema de valores, crenças e modelos que determinam a proposta objetiva dessa comunidade, a ponto de definir progressivamente neles o projeto de vida pessoal”; o sentimento de ser aceito pelo grupo; e diante da realidade plural, particularmente das juventudes, “a capacidade de harmonizar diferentes pertencimentos, de elaborar os conflitos que surgem e integrar diferentes propostas em torno de uma adesão que funcione como uma referência abrangente”. É fácil perceber que na sinodalidade vivida, corresponsabilidade e pertencimento se interrelacionam de forma que um não existe sem o outro. Afinal, não falamos de prestadores de serviço, mas de membros de comunidades que partilham a fé. Ao dizerem que querem ser ouvidos, ser protagonistas, pode-se perceber nos jovens o anseio por pertencer. Afinal, os jovens precisam de “raízes”, como insiste o Papa Francisco (ChV 179).

Os jovens pedem para ser ouvidos, acompanhados, querem espaços de protagonismo e estar em ambientes onde se sintam parte. Querem construir seus projetos de vida visando a plenitude. Na medida em que seus anseios são atendidos, podem comprometer-se ainda mais com a caminhada da comunidade, mas precisam ser acompanhados no seu processo de crescimento, até porque não serão eternamente jovens, mas permanecerão buscando ambientes propícios onde possam discernir, a cada nova situação, a vontade de Deus para suas vidas. Assim, para viver a sinodalidade missionária, a comunidade precisa de estar integrada compondo uma pastoral de conjunto que seja também orgânica, ou seja, que respeite e esteja atenta às necessidades de cada um, segundo seu crescimento na fé e acompanhe cada pessoa em seu crescimento humano e espiritual. Para isso, se faz necessária a comunhão das diversas pastorais e grupos, de forma que a pessoa possa doar-se a partir de seus dons e

talentos, vivenciando o Evangelho. Precisa ainda de espaços de acompanhamento, com propostas adequadas, tendo em vista o crescimento da pessoa no seguimento de Jesus. Trata-se de alimentar ora com leite, ora com alimento sólido (1Cor 3,1; Hb 5, 13-14), como já era uso nas primeiras comunidades cristãs. Para os jovens, e para todos os fiéis, isso significa promover sua autonomia, o reconhecimento de seus talentos, sua identificação com os valores do Evangelho de forma gradativa, respeitando limites, ao mesmo tempo impulsionando a vencê-los para viver como “ressuscitados”, no constante exercício de deixar os túmulos do egoísmo, do comodismo, da autossuficiência e de todos os impedimentos para perseverar em seguir e testemunhar o Senhor.

CONCLUSÃO

A passagem da pergunta sobre o que fazer pelos jovens para o que ser com os jovens é a grande chave para que se concretize a sinodalidade missionária, de forma a contribuir efetivamente na evangelização de jovens. Não se resume apenas na participação dos jovens, mas no assumir-se, por parte dos jovens, como membros da Igreja e corresponsáveis por tudo o que nela acontece, principalmente, por sua missão. Isso acontece na medida em que o jovem encontra espaço de acolhida, de valorização de dons e oportunidades de crescimento da consciência do próprio chamado e resposta ao Senhor, caminhando juntos com os irmãos e irmãos que partilham da mesma vocação cristã e testemunham a chegada o Reino de Deus neste mundo.

Desta forma, a sinodalidade missionária passa por uma reestruturação das comunidades eclesiais numa crescente consciência da sua missão evangelizadora, que não pode prescindir de seu testemunho de comunhão. Isso se traduz na acolhida e na disponibilidade de “caminhar juntos” em todos os passos do seguimento de Jesus. Ao mesmo tempo, a própria pastoral juvenil precisa reestruturar-se de forma a ser espaço inclusivo do jovem em seu seio, mas também na comunidade eclesial, nutrindo o sentimento de pertença à Igreja que motiva a assumir a corresponsabilidade na missão. Precisa também ela passar da questão: “o que a Igreja tem a nos oferecer” ou “o que a Igreja espera dos jovens” para “como podemos ser jovens na e com a Igreja?”

Não obstante as realidades juvenis e as questões externas que afetam a vida das pessoas em seus contextos sociais e exigem respostas da Igreja, é necessário que a comunhão se faça a força da comunidade para melhor discernir “os sinais dos tempos” e enfrentar os desafios que se apresentam. Permanece, entretanto, o desafio de superar os apegos às estruturas caducas, a partir de cada grupo; o medo do diferente, as inseguranças e condenações frente às novas linguagens juvenis. Como? Encontrar as respostas juntos, já é sinodalidade missionária em prática.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS, XV, 2018, Vaticano. *Os jovens, a fé e o discernimento vocacional*: Documento final. XV Assembleia geral ordinária. Carta aos jovens. São Paulo: Paulinas, 2019.

CAVAGNARI, Gustavo. *Andate e fate discepoli tutti i giovani*. Verso una pastorale giovanile evangelizzatrice. Torino: ELLEDICI, 2021.

CNBB. *Evangelização da Juventude*: desafios e perspectivas pastorais. São Paulo: Paulinas, 2007. (Documento 85).

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Pós-sinodal Christus vivit*. São Paulo: Paulinas, 2019.

FRANCISCO, Papa. *Discurso*. Comemoração do Cinquentenário da Instituição do Sínodo dos Bispos. 17 de outubro de 2015. Disponível em: < https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html>. Acesso em: 01 ago. 2024.

SALA, Rossano. *Intorno al fuoco vivo del sínodo*. Pastorale giovanile 2. Educare ancora alla vita buona del Vangelo. Torino: Elledici, 2020.

INICIAÇÃO CRISTÃ E CATEQUESE

Queremos realmente catecúmenos?

Armando Pinheiro Alfredo Peixoto Junior¹

Resumo: Nossa exposição versa sobre a amplitude do catecumenato quanto a seus processos e resultados. Deseja-se abrir janelas de reflexão sobre: a) possibilidades e ferramentas auxiliares ao discipulado; b) o apoio e atualização da tradição para amplificar a voz das novas gerações e culturas de cristãos; c) apoio e entusiasmo criador em processos que se inspirem em místicos e clássicos da espiritualidade do passado; d) motivar o ouvinte-leitor ao esforço de adquirir novas competências de transmissão da vida do Espírito. Faremos uma revisão bibliográfica à luz das ciências de aprendizagem e desenvolvimento de competências disponíveis, dos itinerários de nomes como Tereza D'Ávila, dos clássicos do cristianismo, como "Imitação de Cristo" e dos organizadores teóricos contemporâneos da espiritualidade clássica, como Gary Thomas. Também nos apoiaremos nas palavras do Senhor Jesus. O trabalho deduz que é preciso utilizar-se de ferramentas mais diversificadas, o que trará aos neófitos vitalidade renovada e maior engajamento social, não importa sua idade.

Palavras-chave: Catecúmeno. Discipulado. Método. Mistagogia. Relevância.

INTRODUÇÃO

Alguns dados interessantes de conhecimento geral sobre o termo "catecumenato" é, por exemplo, ter origem no termo latino "catechumenatus", ou grego "κατηχούμενος" (katēchoumenos), que significaria algo como "aquele que está sendo instruído oralmente". A raiz grega "κατηχεῖν" (katēchein) significa "instruir", "ensinar" ou "informar", e é composta por "κατά" (kata, que significa "para baixo" ou "completamente") e "ἤχεῖν" (ēchein, que significa "soar" ou "ecoar") (De LIMA, 2016, p. 27). Dessas referências simples e exauridas pelo tempo na compreensão coletiva, têm-se algumas recordações, como o fato de ser transmissão oral, exigindo alguém face a face, um "si-mesmo" como um outro" (RICEUR, 1990). Retoma-se a ideia de completude ou enraizamento. Também se remonta o conceito de "eco", "repetição". Isso traz o pensamento da similaridade ou fidelidade, o que é deveras precioso neste processo. Contudo, pode induzir na mentalidade de muitos catequistas a ausência de espaço para construção pessoal, autonomia, aplicação a novas realidades, releituras, busca construtiva pessoal, aberta a iluminações tão caras na história. Luzes normalmente exaltadas pelas gerações seguintes, mas dificilmente pelas contemporâneas. Rompamos com esse "ecoar" da história, evitando retardar nosso próprio processo mistagógico.

O quanto queremos "catecúmenos"? Esses, nesse sentido marginal, dos que apenas podem fazer ecos ao que ouvem? Certamente a fidelidade da repetição não dá conta das aplicações necessárias a uma vida devota que se refaz a cada queda ou desafio à fé, seja ele

1 Mestrando em Teologia, PUC- Rio, Bolsista CAPES, email: armandopeixotopr@gmail.com

intelectual ou caritativo. Talvez seja preciso revisitar algumas escolhas, prioridades, paixão e processos do catecumenato... nesta revisão de Jubileu em 2025.

Aliás, queremos apenas catecúmenos? A fala não é mais o único meio otimizado de ensino, nem objetivamos que o resultado seja apenas um eco que ressoe nossos ritos. É claro que isso é redutor demais, mas deve nos fazer refletir. O rito tem seu lugar consagrado, mas ele não é suficiente para incluir toda a experiência do mistério.

1 NOVAS POSSIBILIDADES E FERRAMENTAS AUXILIARES AO DISCIPULADO

As ciências de desenvolvimento de competências disponíveis hoje nos apresentam muitas inovações, como as tecnologias digitais colaborativas, criadoras de comunidade inclusive. A própria IA tem sido tema de desenvolvimentos que poderíamos utilizar, além da realidade aumentada ou virtual, que podem proporcionar experiências de aprendizagem imersivas e interativas. Nossas estruturas precisam ser renovadas, somos “uma instituição que carrega consigo uma densidade real e simbólica inquestionável para a vivência da fé. Contudo, para conservar tal pertinência e significatividade é urgente uma profunda renovação estrutural” (REINERT, 2014, p.14).

A sociedade tecnológica e científica de hoje já demonstrou que todos os sentidos trazem acréscimo de resultados se envolvidos na aprendizagem e aquisição de competências. Eles desempenham um papel crucial na maneira como absorvemos e processamos informações, e compreender essa relação pode aprimorar as estratégias educacionais. Eles influenciam a retenção, o engajamento e a eficiência do processo. Apesar de já sabermos do poder contagiante do uso dos sentidos na aquisição de conhecimento, usamos normalmente a audição e então a visão, mas raramente o olfato ou o tato. Já é tempo de os associar aos ritos ou a exercícios reproduzíveis em casa, como Jesus fez com a ceia, por exemplo.

Mais antiga, porém ainda muito necessária em nossos processos é a “pedagogia da autonomia” (FREIRE, 1996). Uma pequena obra literária que representa uma transformação enorme nos objetivos do método que há de ser escolhido. É preciso produzir autonomia, desenvolver discípulos que sejam sujeitos ativos na construção do conhecimento. É claro que a nova vida vem do Cristo ressurreto. Embora passe pela humanidade do neófito, é para a glória de nosso Senhor. Não se trata de “nossa vida”, não é uma “repetição de nós mesmos”, não é “para nosso deleite”. Nem do discípulo, nem do mestre. Não queremos que alguém nasça simplesmente para repetir o que tem havido. Seria pouco. Quando o discípulo vai além, mais longe, mais profundo, o mestre se realiza. Precisamos de uma nova geração de cristãos que ultrapasse a anterior e que mantenha assim o processo. Do contrário nunca alcançaremos lugares mais altos, mais distantes, mais enraizados no coração das próximas gerações. Alguém já disse e tornou-se tão popular que é difícil traçar a origem: “tolice é repetir ações desejando resultados diferentes”. Assim, é preciso que a diferença venha na natureza de cada novo cristão que nosso Senhor traga a este mundo. Não para fazerem como nós, mas para

fazerem melhor que nós. E, não apenas para corrigirem nossas rotas barrentas equivocadas, mas para construírem novas pistas de decolagem e planos de voo inovadores.

E que tal lembrar dos meios de comunicação, sua multiplicidade e modernização que proporcionam maior circulação de informações e a conexão de pessoas e lugares. Ora, queremos fazer circular mais a informação e a vida que transmitimos aos novos discípulos, precisamos que eles se conectem a outros cristãos em amadurecimento, seja um outro novato na fé, outros mentores, mesmo os falecidos através de seus testemunhos escritos! Precisamos que eles se conectem à geografia da terra santa para compreender o ambiente e contexto dos textos sagrados, mas também à geografia de sua vizinhança para responder aos desafios cristãos onde habitam. A internet surge, é inevitável que seja usada pelos urbanos que acompanhamos, mas ainda não a usamos de forma estruturada para a catequese local, ao menos não com regularidade e técnica profissional mais elaborada. Não é assim que usamos o Instagram, por exemplo, para a catequese. Os meios de comunicação são classificados em escritos, sonoros, audiovisuais, multimídia ou hipermídia². Enfim, não precisamos refletir muito para lembrar que não usamos tanta diversidade assim em nossas “classes de catecúmenos”.

Em tempos de andragogia³ desenvolvida, ainda somos muitos usando pedagogia infantil para ensinar adultos. Ora, se o “Concílio Vaticano II pediu a revisão da catequese por meio da restauração do catecumenato de adultos” (MACHADO, 2018, p.211), deve ser importante ensiná-los tal qual poderiam aprender melhor. Porém, não são menores os casos em que crianças infestadas de telas, com sua velocidade de movimento, luz, cor e sons vibrantes, mas regadas em nossos jardins eclesiais apenas à giz de cera para mostrar-lhes a verdade mais empolgante de todo o universo, um contrassenso. Num mundo de aplicativos geradores de comunidade com fluxos de trabalho em conjunto que salvam até vídeos e notificam-nos sobre prazos, ainda lutamos com sumários hiperdetalhados para crianças espiritualmente iletradas. É claro que as telas têm seus problemas, mas caso deseje-se buscar as pessoas onde estão, é preciso fazer uso delas, sobretudo em ambientes mais urbanos, o que não as descredencia como fator de atração em ambientes onde seriam novidades coloridas e dinâmicas. Certamente sabemos fazer melhor do que temos feito.

2 MANTER A ROTA APOIADA NA ATUALIZAÇÃO DA TRADIÇÃO

A tradição é indispensável, mas não pode silenciar as pessoas a quem se dirige, antes precisa dar-lhes voz. É preciso amplificar a voz das novas gerações e culturas de cristãos. Diz-se que ser tradicional é estar apoiado sobre ombros de gigantes. Talvez seja mais próprio dizer que ela é o apoio sobre ombros de pessoas simples que, por sua vez, se apoiaram sobre outras semelhantes. Na base, os ombros fortes de Cristo, o alicerce da Igreja. Equilibrando-a, o Espírito, a única força capaz de nos manter coesos apesar dos desafios dos tempos e das culturas que o cristianismo tem sensibilizado e atraído a si. Por que não despertar o gosto pelas

2 Mais conhecidos como “links”, são muito úteis como “referências bibliográficas” no mundo digital.

3 A andragogia é para adultos o que a pedagogia é para crianças e jovens.

grandes histórias do passado, dos mártires, dos místicos e tantas outras! Seria realmente útil um itinerário, um painel ou mesmo um infográfico que crie consciência sobre o conteúdo de realidades como o Vaticano II ou o concílio de Nicéia.

Sobre as novas gerações e culturas, também há cristãos por lá, levando o convite à maturidade cristã aos que os cercam, imersos na mesma realidade. Já se foi o tempo em que lutávamos contra a cultura. Hoje a ouvimos, anunciamos por suas vias, na sua linguagem, respeitando seus discernimentos e capacidades. Não lutamos contra ela, devemos saber ouvi-la para retirar o melhor, não para manter o discurso pronto de que “ontem foi melhor que hoje”. Já sabemos que não há tempo perfeito e cada um deles tem seus desafios e potencial. As críticas existirão sempre, elas ajudam a regular a visão. Mas avançaremos muito ensinando aos que começam a trilhar o caminho de Cristo que há potencial em cada esquina em que se cruzam valores, crenças, músicas populares, lendas, jargões e jeitos próprios a cada povo. Avançaremos considerando a ciência e as preferências de nosso tempo, vinda da academia ou da sabedoria popular. Ainda sobre a adaptação necessária a cultura, segue-se:

Paróquia é um processo de significação em ato, e não um significado já dado, ou enunciado de uma instituição já realizada, por isso não modificável. Com o conceito de paróquia quer-se exprimir o modo de dar nome àquele movimento ininterrupto de *ecclesiogênese* através da qual a Igreja transmite de geração em geração a fé que professa. Pelo conceito de paróquia quer-se indicar os laços sociais, os sistemas de relação que a tradição cristã suscita em cada cultura. Trata-se de uma realidade dinâmica a fim de continuar a missão de anúncio, de modo compreensível a cada momento cultural, da mensagem e depósito da fé de que é portadora (REINERT, 2014, p. 178).

É sobre entrar nas novidades do Espírito para nossa geração. Talvez aqui esteja um grande desafio camuflado. É preciso enraizar o novato nas questões profundamente cristãs que o cercam e nas ferramentas que a Igreja tem desenvolvido para sustentá-lo face a esses desafios. Ligando-o a ambas, teremos cristãos fortes e resilientes, simultaneamente em ação relevante. Alguém que sente o amor, mas também o distribui. Não alguém ensimesmado. Nem alguém politizado apenas. A motivação será Cristo, não a causa... e a finalidade, o próximo, não a satisfação ou enlevo pessoal. Que questões são essas, senão as necessidades do próximo? Que ferramentas são essas, senão a adoração e a comunidade cristã? A cultura clama por socorro, a Igreja tem séculos de apoio, o Espírito disponível e celebrações repletas de gente madura disponível, senão ao menos gente disponível para amadurecer. Por exemplo, “num mundo onde a maior parte da população carece dos bens necessários à vida, não deveria a paróquia ser uma estrutura eclesial mais simples e pobre?” (REINERT, 2014, p. 274).

3 PROCESSOS INSPIRADOS EM MÍSTICOS E CLÁSSICOS DA ESPIRITUALIDADE

Tomemos apenas um tema clássico como exemplo, o “seguimento”. Faz-se preciso um itinerário ou método construído no seguimento, para o seguimento. A doutora da Igreja, Teresa D’Ávila, em sua obra “O castelo Interior”, indica que a 7ª morada, o ápice da experiência mística, onde Marta e Maria sempre andam juntas, é a vivência em plenitude do mistério na missão. Para ela é preciso contemplar a humanidade de Cristo, comunhão e seguimento para chegar aos últimos degraus da vida mística (ROMIO, 2023). Não apenas isso, mas ela tem toda uma série de recomendações para iniciar-se e aprofundar-se no mistério. Certamente gostaríamos de mais discípulos como Tereza D’Ávila que vislumbra seus “castelos” e nossos “castelos”.

Já advertiu Nietzsche: “só a prática cristã, uma vida tal como a viveu o que morreu na cruz, é cristã [...] ainda hoje esta vida é possível” (NIETZSCHE, 2024). A prática de uma vida semelhante à de Cristo é o único caminho para algo que se chame espiritualidade cristã. Aliás, o clássico da espiritualidade cristã “Imitação de Cristo”, do século XV (DE KEMPIS, 1993) já fazia desde o princípio o apelo ao seguimento (João 8,12). Já na tradição medieval entendeu-se que “quando falavam de ‘imitação’ de Cristo, ou ‘Cristo modelo de virtudes’, referiam-se a moldá-lo como caminho, verdade e vida, assimilação de seus sentimentos interiores, de sua vida e destino, de sua paixão e morte. Na prática, era um ‘seguimento’” (CAVALCANTE, 2007, p. 98). Desde que não seja algo apenas moral, como copiar um grande herói, não há inconvenientes em imitar. Mas, era o modelo grego que implicava “imitação”, mas o judaico-cristão, governado por uma criação “inventiva”, é fruto de uma intervenção e decisão, assim, o humano está imediatamente no campo da liberdade (GESCHÉ, 2010, p. 58) e de uma individualidade que se conecta, espontaneamente atraída, à comunidade pela obra do Espírito.

Como reflexão suplementar, pode-se citar o trabalho de Gary Thomas, que revisa a bibliografia da história da espiritualidade. É convidativo nesse processo pesquisar obras como essa. O objetivo é encurtar caminhos para enfatizar o que fora mais precioso e fundante na história de nossos irmãos, do povo, dos santos, do clero... da Igreja, até aqui. O autor deduz de sua pesquisa que temos temperamentos espirituais diferentes e isso afeta enormemente o tempo devocional e a maneira de se conectar com Deus. Logicamente isso afeta muito a resposta encarnada, comprometida, humana, caritativa, que precisamos dar neste mundo, após tal encontro fundante e mantenedor. Segundo ele, “usando personagens bíblicas, movimentos históricos da Igreja e temperamentos da personalidade diferentes, é possível identificar nove temperamentos espirituais, ou conexões espirituais” (THOMAS, 2004, p.22-23), meios humanos pelos quais nos conectamos melhor com o sagrado, sejam eles: a Natureza, a Sensibilidade, a Tradição, a Ascese, o Ativismo, o Altruísmo, o Entusiasmo, a Contemplação e a Intelectualidade.

Certamente há muitos benefícios em revisões que nos aproximem dos clássicos, pois há muita história de devoção profunda e relevância extraordinária sob esses lençóis do tempo.

4 NOVAS COMPETÊNCIAS DE TRANSMISSÃO DA VIDA DO ESPÍRITO

“Não queremos apenas ecos”, significa que já percebemos que a simples repetição não cria consciência, mudança de valores pessoais arraigados pelas dores ou grandes alegrias anteriores da vida pregressa do discípulo. Os processos da razão humana, como a memorização ou a percepção, não encerram ou englobam tudo o que é necessário para o caminho de luz crescente do discípulo. Faltará o componente emocional, comunitário, ritual, experiencial e tantos outros. Isso já sabemos. “A catequese querigmática é experiencial, [...] prefere conformar a vida do catequizando ao mistério” (LIMA & SCHMITT, 2017, p. 151).

O que é preciso então, senão categorizá-los de forma simples e clara tanto para auxiliar os experientes tutores quanto seus novatos discípulos, como os do caminho de Emaús, para que possam ter seus olhos abertos. Não bastou o ensino do caminho, foi preciso “vê-lo partir o pão” “na mesa da comunhão”. No entanto, ficou claro apenas quando o viram desaparecer de seus olhos. Dito de outra forma: ficou claro quando não mais o puderam ver... e viram uma fé mais madura aparecer. É preciso preparar “nossos novatos” para ver o invisível quando a noite escura da alma chegar.

Urge um processo maior que faça brotar vida própria no neófito. Brotar aqui é sinônimo de irromper. A vida está lá, latente, possível, empoderada pela presença do Espírito Santo. Mas ainda está dentro da terra e apenas isso. É preciso que o pequeno caule brote, nasça, seja visto. Isso não acontece, a não ser que a semente tenha morrido, sido sepultada... e renascido, tímida, silenciosa, em processos invisíveis aos olhos, dentro da terra... e do coração humano. Mas um dia nasce, é percebido. O discipulado já pode ter começado por um cristão antes da semente dar vida, talvez apenas antes de sair da terra, mas em outros casos temos perdido a oportunidade de trabalhar sementes cujos caules já são plenamente visíveis. Deus é Senhor do mistério da vida, é quem a faz brotar, não resta dúvida. Mas precisamos ser o apoio da boa terra cheia de nutrientes que cerquem a semente, o sol que aquece seu coração, a chuva que traz a água permitindo que tudo flua para o interior daquela que precisa nascer. Temos uma missão discipular, um imperativo cristão.

Planejemos que “a graça divina o conduza”, o que nos lembra do processo mistagógico que precisa ter lugar. O caminho discipular exige diversas aprendizagens, mas nenhuma dela sobrepõe-se a essa. Aprender a se encontrar com o Espírito, discernir sua voz em meio a turbulências dos pensamentos frenéticos cotidianos, é um desafio. Difícil ensinar porque muitos tutores têm, eles mesmos, ainda dificuldade em trilhar esse caminho. Difícil aprender, pois se trata de desenvolver sentidos espirituais muito novos para um bebê cristão. Como um bebê humano, muito tempo se passa até desenvolver linguagem: tempo de observação, tentativa e erro com sons estranhos e engraçados, até que faz sentido, as primeiras palavras surgem e a comunicação é estabelecida... e ainda assim passam-se anos até amadurecerem um vocabulário e estrutura de construção frasal mais elaborados.

5 RETOMAR AS ESCRITURAS

Para memória e motivação, as palavras de Jesus são o que há de melhor. Afinal, ele é alvo da iniciação cristã, é a humanidade que nos representa, é a encarnação da própria divindade que se faz disponível e acessível pelo Espírito a todo humano. Ele é o verdadeiro modelo de formação cristã de que temos nota e constitui-se alvo.

Aproximar-se mais das fontes bíblicas possibilita perceber de maneira mais clara como os cristãos da primeira hora entenderam a mensagem de Jesus e viveram sua fé com convicção... A Patrística continuou a missão apostólica.... A catequese entra nesse mesmo caminho, iluminada pelo Vaticano II. Retornando às fontes... (LIMA & SCHMITT, 2017, p. 143)

As Escrituras “são verdadeiramente Palavra de Deus” (DV 24, 1965). O Diretório Geral de Catequese fala que “a fonte na qual a catequese haure sua mensagem é a Palavra de Deus” (DGC 94, 1997).

O mesmo mestre Jesus nos fala, por exemplo, usando metáforas onde a Igreja é agricultora (Mt 9,36-38; 1 Co 3,9 etc.) de seus campos. Há inúmeras exigências em termos de competências, como o coração adequado, o sábio uso do tempo, a generosidade nas finanças, a prontidão das energias físicas e emocionais, o campo escolhido e as dimensões deste território que decidimos abraçar, ou ainda as ferramentas mais modernas que aumentam a produtividade e diminuem o cansaço. A imagem é ampla, mas serve sempre para lembrar de fazer corretamente seu trabalho. Afinal, se o machado perde o fio, é preciso mais força, o que nos lembra de fazer o trabalho com inteligência (Ec 10,10).

Ele alega que ainda são necessários mais trabalhadores, sobretudo porque os campos continuam prontos para a colheita... mas ainda se faz preciso escolher “parar de ver apenas o nosso próprio terreno”, “levantar os olhos” e “enxergar com o olhar do Senhor das plantações” (Jo 4,5).

É preciso prontidão espiritual, pois faz-se urgente colher os frutos do trabalho do Espírito. Isso ilustra a necessidade de reconhecer e agir sobre as oportunidades espirituais presentes. Claro, é preciso importar-se. Olhar outros campos além dos nossos, outras necessidades, viver para outrem, vida de “bom samaritano”, coração missionário Paulino, atitude de doação de bens como na igreja de Jerusalém... práticas inspirativas. Importar-se.

Também é preciso trocar a nossa perspectiva pela dele, nossa maneira de ver as dificuldades do caminho, olhando-as como oportunidades que Ele aponta. Se tomarmos como ilustração o mercado consumidor, é o mesmo que comparar os vendedores que alegam impossível vender sapatos a um povo que anda descalço aos vendedores que vibram com a notícia, pois terão muitos clientes, já que ninguém usa “ainda” sapatos. Eles simplesmente têm de mostrar as maravilhas destas “coisas para pés”!

Os campos estão prontos para a catequese!

CONCLUSÃO

Este trabalho deduz que é preciso utilizar-se de ferramentas mais diversificadas, o que trará aos neófitos vitalidade renovada e maior engajamento social, não importa sua idade cristã ou terrena.

A fala não é mais o único meio otimizado de ensino, nem objetivamos que o resultado seja apenas um eco que ressoe nossos ritos. Urge um processo maior que faça brotar vida própria no neófito, vinda de todos os meios de comunicação e pedagógicos presentes na cultura contemporânea. Planejemos que “a graça divina os conduza”, apoiados pelo testemunho da tradição, às novidades do Espírito para nossa geração. Certamente gostaríamos de mais discípulos como Tereza D’Ávila, construídos no seguimento, organizando-se como Gary Thomas revisa a tradição. É improrrogável, sob pena de recessão na espiritualidade cristã, e perda de espaço social, uma direção simples, clara e reproduzível, que toque a vida toda, abrindo-a ao próximo. Os agricultores ainda são necessários, sobretudo porque os campos continuam prontos para a colheita.

Apesar disso, as religiões de mistério, o islã e mesmo o argumento ateu têm ganhado espaço. No contexto da pós-modernidade a Igreja deixa de ser relevante e significativa. E isso ocorre mesmo em sociedades como a latino-americana, ainda marcada pela religiosidade.

Agora é preciso um método, apresentamos apenas princípios nesta comunicação. Que haja abertura, inspiração e suor suficientes para avançarmos colhendo os frutos destes campos, dando a eles liberdade de corresponderem à espécie de cada semente singular que representam.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, R. *Espiritualidade cristã na História: das origens até Santo Agostinho*. São Paulo: Paulinas, 2007.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Dogmática Dei Verbum sobre a Revelação Divina*. 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html. Acesso em: 02 set 2024.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Diretório Geral de Catequese*. 1997. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccclergy/documents/rc_con_ccatheduc_doc_17041998_directory-for-catechesis_po.html. Acesso em: 02 set 2024.

DE KEMPIS, Tomás. *Imitação de Cristo*. Petrópolis: Vozes, 1993.

De LIMA, L.A.. *A Catequese do Vaticano II aos nossos dias*. A caminho de uma catequese a serviço da Iniciação à Vida Cristã. São Paulo: Paulus, 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GESCHÉ, Adolph. *O ser humano*. São Paulo: Paulinas, 2010.

LIMA, L. A.; SCHMITT, P. S. *O querigma cristão*. Encontros Teológicos, Florianópolis, v. 32, n. 1, p. 139-158, 2017.

MACHADO, A. P. *O catecumenato e a palavra de Deus*. Estudos Bíblicos, São Paulo, v. 35, n. 138, p. 209-218, 2018.

NIETZSCHE, F. *O Anticristo. Aforisma 39*. Disponível em: <https://www.cesarkallas.net/arquivos/livros/informatica/filosofia/Friedrich%20Nietzsche%20-%20O%20Anticristo.pdf>. Acesso em: 02 set, 2024.

REINERT, J. F. *Paróquia e iniciação cristã: uma relação urgente: a interdependência entre renovação paroquial e mistagogia catecumenal*. Tese (Doutorado em Teologia) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2014.

RICOEUR, Paul. *Soi même comme un autre*. Paris : Éditions du Seuil, 1990.

ROMIO, Assunta. *Moradas de Santa Teresa de Jesus: um itinerário de Amor*. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/572660-moradas-de-santa-teresa-de-jesus-um-itinerario-de-amor>. Acessado em: 19 jun, 2023.

THOMAS, Gary. *Conexões espirituais: Descubra o caminho de sua alma até Deus*. Fortaleza: Associação Willow Creek, 2004.

A mistagogia como “novidade” para a catequese nos dias de hoje

Gislane Reis Ribeiro Toledo¹

Resumo: A catequese mistagógica não era uma experiência desconhecida para os primeiros cristãos, mas ao longo da história da Igreja foi perdendo seu significado. Hoje vemos a necessidade e a sua importância para a catequese. Faz-se necessário uma catequese mistagógica, renovada pela experiência dos iniciados, inspirada pelo ímpeto renovador do Concílio Vaticano II, que nos faça retomar o sentido e a importância da mistagogia como fator fundamental para a educação da fé nos tempos atuais. Na leitura de algumas publicações e textos relacionados com catequese e mistagogia, revisamos os documentos da Patrística, Concílio Vaticano II, Catequese Renovada, os Diretórios para a catequese, e os documentos do CELAM. O documento de Aparecida fala de uma iniciação à vida cristã com uma catequese permanente, querigmática e mistagógica, proclamando a necessidade de deixar uma pastoral de mera conservação, avançando para a renovação da Igreja e de novas práticas evangelizadoras. Devemos salvaguardar a mistagogia e retomarmos essa etapa do processo catecumenal fundamental para uma plena vida cristã.

Palavras-chave: Mistagogia. Catequese. Iniciação Cristã.

INTRODUÇÃO

A mistagogia, uma “novidade” tão antiga. A catequese mistagógica não era uma experiência desconhecida para os primeiros cristãos, mas ao longo da história da Igreja foi perdendo seu significado. Hoje, vemos a necessidade e a sua importância para a catequese. Devemos salvaguardar a mistagogia e retomarmos essa etapa do processo catecumenal fundamental para uma plena vida cristã. Nas etapas do processo de Iniciação à Vida Cristã, a catequese mistagógica é a última, mas não a menos importante. Na verdade, toda catequese é mistagógica; porém, no processo catecumenal é o último tempo da iniciação durante o período pascal: visa ao progresso no conhecimento do mistério celebrado, através de novas explicações, e ao começo da participação integral na comunidade (CNBB, Documento 97, p. 98).

A mistagogia não é um conceito novo, como assinalamos acima, por isso devemos voltar às origens e refazer os passos, ao citar alguns autores da patrística, como as catequeses mistagógicas de João Crisóstomo e de Cirilo de Jerusalém.

A catequese mistagógica tem um claro sinal de evangelização que observa todas as etapas para o conhecimento e aprofundamento da fé em Jesus Cristo. Faz-se necessário uma catequese mistagógica, renovada pela experiência dos iniciados, inspirada pelo ímpeto

¹ Mestranda em Teologia. PUC-Rio Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: grrtoledo@gmail.com

renovador do Concílio Vaticano II, que nos faça retomar o sentido e a importância da mistagogia como fator fundamental para a educação da fé nos tempos atuais.

1 CATEQUESE MISTAGÓGICA NOS PRIMEIROS SÉCULOS

A comunidade primitiva também se preocupou com a educação da fé. O centro da primeira pregação do anúncio evangélico, o querigma, foi o mistério pascal. O conteúdo dessa catequese primitiva era a mensagem contida nos textos do Novo Testamento e de outros escritos cristãos mais antigos.

No século II, o número de conversões aumentava consideravelmente, mas muitos batizados se deixavam levar pela heresia ou pelo temor das perseguições. Foi, então, que teve início o catecumenato institucionalizado; um tempo extremamente sério de formação para afirmar bem a fé, davam testemunho de vida no meio do mundo pagão, comunicando sua fé e transmitindo seu credo. O que se apresentava para ser cristão era levado por um ou vários irmãos que garantiam perante a comunidade as boas intenções do candidato e que tinha possibilidade de conversão. Os chamados padrinhos eram os que introduziam na comunidade os candidatos, e que mais tarde eram responsáveis pelo primeiro anúncio. Esses padrinhos guiavam e regulavam a mudança de vida dos candidatos e os acompanhavam até que o bispo os chamasse para fazer parte daqueles que se preparavam para o Batismo, somente depois os candidatos se tornavam catecúmenos.

No século III, o catecumenato estava estruturado em quatro etapas: pré-catecumenato (primeiro anúncio), catecumenato propriamente dito (instrução, conversão), iluminação-purificação (tempo quaresmal-pascal) e mistagogia (pós-sacramento). Esse processo catecumenal durava três anos e no final havia um escrutínio para escolher os candidatos ao batismo, após o qual se seguia a catequese mistagógica, explicação e introdução nos mistérios de Jesus Cristo. Consistia na introdução progressiva da Palavra de Deus na vida do catecúmeno, que caminhava para os sacramentos na noite pascal: Batismo, Confirmação e Eucaristia. O batizado revivia a Vida, Morte e Ressurreição de Cristo: eram os ritos místéricos da iniciação, inspirados também em antigas tradições religiosas, que depois foram purificados, adaptados e inovados pela Igreja.

2 CATEQUESE MISTAGÓGICA NA PATRÍSTICA

O primeiro estudioso, que definiu a mistagogia como catequese sobre os mistérios e a colocou na catequese patrística, foi Jean Daniélou (padre jesuíta e cardeal francês, que participou ativamente no Concílio Vaticano II), distinguindo a catequese que precede a iniciação sacramental e a catequese que a segue. A mistagogia seria a catequese feita depois de celebrados os sacramentos da iniciação cristã.

Para sermos mais exatos, somente as catequese mistagógicas de Cirilo de Jerusalém (COSTA, 2015, p. 53-101), vividas na Igreja nos séculos III e IV, deram-se depois da celebração

dos mistérios. Outros padres da Igreja, como Ambrósio de Milão, João Crisóstomo e Teodoro de Mopsuéstia, embora digam que essa catequese era feita depois de celebrado o rito, sabe-se que eles pregaram algumas homilias mistagógicas durante a quaresma, ou seja, antes da Páscoa.

Somente no século IV, com os padres capadócijs, o termo mistagogia passou a se aplicar às ações sacramentais do Batismo e Eucaristia e a indicar os comentários aos ritos batismais ocorridos na semana posterior à celebração do sacramento do Batismo. Gregório de Nazianzo integra, também, as ações sacramentais e o ministério presbiteral. Os principais documentos sobre o catecumenato, contendo orientações quanto ao conteúdo e métodos, tanto para dimensão litúrgica como comunitária, são as Catequeses de Cirilo de Jerusalém (JERUSALÉM, 2015, p. 31-79); as Homilias Catequéticas de Teodoro de Mopsuéstia; as Catequeses Batismais de João Crisóstomo (MAZZA, 2020, p.134-135); os Tratados sobre os Sacramentos e os Mistérios de Ambrósio; os Discursos Catequéticos de Gregório de Nissa e a Instrução dos Catecúmenos de Agostinho.

Mas, o principal significado de mistagogia pode ser indicado por três autores: a) a celebração dos sacramentos da iniciação cristã (João Crisóstomo); b) a catequese sobre esses mesmos sacramentos (Cirilo de Jerusalém); c) uma teologia fortemente espiritualizada que se nutre da experiência litúrgica (Dionísio).

Enrico Mazza afirma em seu livro, *As catequeses litúrgicas do fim do século IV e seu método*, que “a mudança de significado de ação sacramental para catequese sobre os sacramentos tenha ocorrido entre João Crisóstomo e as cinco catequeses mistagógicas de Cirilo de Jerusalém” (MAZZA, 2020, p.21). E, inspirado em Crisóstomo, Mazza ressalta que os sacramentos da iniciação cristã conduzem o catecumenato ao mistério de Deus a partir dessa experiência sacramental; podendo assim concluir que as catequeses sobre os sacramentos podem ser chamadas de mistagógicas. A mistagogia não é uma forma ou um modo de catequese, mas um fato teológico, uma maneira de fazer teologia (MAZZA, 2020, p.28 e 29).

3 A CATEQUESE NO CONCÍLIO VATICANO

O impulso renovador presente no Concílio Vaticano II (1962-1965) foi decisivo para a caminhada da catequese. Muitos foram os documentos produzidos pela Igreja sobre a catequese.

Em 1971, foi publicado a primeira edição do Diretório Catequético Geral. Uma segunda edição veio em 1997, e pela Sagrada Congregação para o Clero, o Diretório Geral para a Catequese, com uma catequese mais eclesial, comunitária, experiencial e antropológica.

Muitos outros documentos contribuíram para um aprofundamento da catequese. Entre eles temos a Catequese Hoje (1979), Catecismo da Igreja Católica (1992/1997), Compêndio do Catecismo da Igreja Católica (2005), Ritual de Iniciação Cristã dos Adultos (RICA, 1972), Catequese Renovada (1984), Diretório Nacional da Catequese (2007), Novo Diretório para

a Catequese (2020). Nesse novo documento, fala-se do primado dado ao querigma, a ponto de nos levar a propor uma catequese querigmática, não tirando nada do valor mistagógico, nem do testemunho da caridade. O tempo da mistagogia corresponde ao início do chamado à santidade, que sob a influência do Espírito Santo, alimentado pelos sacramentos, leva os batizados a conformarem sua vida à vida de Cristo.

A tarefa da catequese é proporcionar um aprofundamento da fé, ajudar os homens e mulheres a penetrarem, interpretar e julgar suas experiências, atribuindo um sentido cristão à própria vida. É de fundamental importância dar prioridade à catequese de adultos, pois são destinatários privilegiados; e deve ser considerada a principal forma de catequese.

O interesse da catequese pela restauração do catecumenato é muito grande, pois, dentro do processo de iniciação à vida cristã ela encontra o melhor lugar para exercer sua missão mistagógica. Diferente da concepção tradicional da catequese, onde eram privilegiados quase que somente o conteúdo doutrinal, o catecumenato é uma educação de toda a vida cristã, com o fim de unir os discípulos com Cristo.

4 DOCUMENTOS DO CELAM

As quatro Conferências Gerais do Episcopado da América Latina e do Caribe marcaram a Igreja na América Latina, dando-lhe um rosto muito próprio e bem definido. A primeira realizou-se no Rio de Janeiro (1955); a decisão mais importante desta Conferência foi a criação de um organismo que pudesse unir mais as forças da Igreja na América Latina; assim surgiu a ideia do CELAM. No Brasil aconteceram passos importantes em direção a uma nova catequese; em 1949 nasceu a Revista Catequética, da Ação Católica, fundada por Dom Helder Câmara e por Mons. Álvaro Negromonte, com contribuições para a renovação catequética: bíblicas, querigmáticas, pedagógicas e litúrgicas.

A segunda Conferência realizou-se em Medellín, Colômbia (1968), nos alertando sobre a “necessidade de uma renovação da catequese”, fundamental para a educação e a fé dos jovens e dos adultos, em todas as camadas. Essa necessidade foi motivada pela mudança constante que acontecia no mundo e no processo de maturação da Igreja na América Latina. Por isso, a importância de uma revisão da pastoral da confirmação, com novas formas de catecumenato, na catequese de adultos, para a preparação para os sacramentos.

A terceira conferência aconteceu em Puebla de los Angeles, México (1979), que nos exorta em seu capítulo III, que a catequese “consiste na educação ordenada e progressiva da fé”, e deve ser uma atividade prioritária na América Latina, se quisermos conseguir uma renovação profunda da vida cristã, e, assim, conseguir uma nova civilização de pessoas que participem e que estejam em comunhão na Igreja e na sociedade. O Documento de Puebla conclui com duas orientações práticas sobre a ação da catequese: deverá dirigir-se de forma simultânea aos grupos e às multidões, como às missões populares, renovadas numa linha de evangelização; e favorecer a catequese permanente, desde a infância até a velhice

integrando-se entre si as comunidades ou instituições que catequizam, como a família, a escola, a paróquia, os movimentos e as diversas comunidades ou grupos pastorais.

A quarta Conferência aconteceu em Santo Domingo na República Dominicana (1992); nos aponta que a Igreja na América Latina percebeu a necessidade de uma profunda renovação na catequese, para que pudesse levar adiante sua missão fundamental de educar eficazmente a fé, não somente os jovens e os adultos, mas a todos que vivem num mundo em constante transformação.

A Nova Evangelização deve acentuar uma catequese querigmática, mistagógica e missionária, com um itinerário contínuo que vá desde a infância até à idade adulta, utilizando os meios mais adequados para cada idade e situação.

Para que Cristo esteja no interior da vida do povo, faz-se necessário uma catequese mistagógica e renovada e uma liturgia viva, numa Igreja em estado de missão, que resgate todos que estão afastados e indiferentes, tendo a preocupação de que os seus principais destinatários sejam os mais pobres.

A quinta Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, foi inaugurada pelo Papa Bento XVI, em Aparecida, São Paulo (2007). O documento de Aparecida fala de uma Iniciação à vida cristã com uma catequese permanente. Pois, são muitos os cristãos que não participam da Eucaristia dominical ou nem recebem com regularidade os sacramentos e não se interessam pela vida na comunidade eclesial. A porcentagem de católicos que não tem a consciência de que sua missão é ser sal e fermento no mundo é muito alta, revelando uma identidade cristã fraca e vulnerável. Sem esquecer a importância da família na iniciação cristã, pois se ela não participar desse processo, grande será o desafio de imaginar e organizar novas formas de nos aproximarmos deles para ajudá-los a valorizar o sentido da vida sacramental, da participação comunitária e do compromisso de ser cidadão. O desafio que devemos encarar com decisão, coragem e criatividade, visto que, ou educamos na fé, colocando as pessoas realmente em contato com Jesus Cristo e convidando-as para segui-lo, ou não cumprimos nossa missão evangelizadora.

A mistagogia dá um direito especial ao testemunho porque ele é o caminho mais coerente para o convite à fé (COSTA, 2015, p. 186). O testemunho ganha o lugar que valoriza a experiência tanto pessoal como comunitária. Aquele que dá testemunho se compromete e se responsabiliza, colocando a própria vida como garantia para ser mediação do convite que parte de Deus.

5 A FORMAÇÃO DO CATEQUISTA COMO MISTAGOGO DA FÉ

Uma catequese que se renova em seus métodos precisa renovar também o perfil do catequista como pedagogo e mistagogo da fé, a exemplo de Jesus. O Novo Diretório para a Catequese nos diz que a formação é um processo permanente que, sob a orientação do Espírito e na vida da comunidade cristã, o batizado encontra a ajuda necessária para tratar

a sua identidade mais profunda que é a de filho de Deus em relação de comunhão profunda com os outros irmãos.

A formação do catequista tem por finalidade torná-lo consciente de que, enquanto batizados, são verdadeiros discípulos missionários evangelizadores e habilitados pela Igreja a anunciar o Evangelho, educar na fé e acompanhar o crescimento dos irmãos na vida cristã.

Papa Francisco, em sua carta apostólica em forma de *Motu Proprio Antiquum Ministerium*, reconhece que o ministério mais antigo na Igreja é o do catequista.

O Catequista é chamado a manifestar por palavras, ações e atitudes a sua competência no serviço pastoral da transmissão da fé. Como educador da fé, o catequista, deve compreender as diferentes etapas que constituem o processo catecumenal: desde o primeiro anúncio que introduz no querigma, passando pela instrução que os torna conscientes da vida nova em Cristo e prepara de modo especial para os sacramentos da iniciação cristã, até à formação permanente que permite que cada batizado esteja sempre pronto “a dar razão da vossa esperança a todo aquele que vo-la pede” (1 Pd 3,15). O Catequista é, ao mesmo tempo, testemunha da fé, mestre e mistagogo, acompanhante e pedagogo que instrui em nome da Igreja. (FRANCISCO, 2013, n. 6)

A comunidade cristã é a origem, o lugar e a meta da catequese, pois é na comunidade cristã que nasce o anúncio do Evangelho, convidando homens e mulheres à conversão e a seguirem o Cristo. Portanto, o lugar por excelência da formação do catequista é a comunidade cristã, onde a variedade de carismas e ministérios a transformam num ambiente propício para se transmitir e se viver a vida de fé. (DC, n. 133)

O catequista é também um mestre que ensina a fé (DC n. 143). Para isto é necessário que o catequista conheça as grandes etapas da história da salvação, do Antigo Testamento ao Novo Testamento; a história da Igreja, à luz do mistério pascal de Jesus Cristo; os núcleos essenciais da mensagem e da experiência cristã, o Símbolo da fé, a liturgia e os sacramentos, a vida moral e a oração; os elementos principais do Magistério eclesial acerca do anúncio do Evangelho e da catequese. Em contextos ecumênicos e de pluralismo religioso, o catequista precisa conhecer os elementos essenciais da vida e da teologia das outras Igrejas e comunidades cristãs e das outras religiões, para que o diálogo seja autêntico e frutuoso, no respeito pela identidade de cada um.

Na dimensão do saber “fazer”, o catequista deve formar-se para crescer como educador e comunicador, com amadurecimento de algumas atitudes como: a capacidade de liberdade interior e gratuidade, de dedicação e coerência; a competência na comunicação e na narração da fé; o amadurecimento de uma mentalidade educativa; a gestão serena das relações educativas; a capacidade de predispor um itinerário de fé.

Todo catequista se deve fazer passar, através do seu ensino e do seu modo de se comportar, a doutrina e a vida de Jesus Cristo; a leitura orante das Sagradas Escrituras, a oração em família, a alegria da celebração litúrgica e a experiência comunitária. Um verdadeiro

catequista é aquele que pelo seu testemunho conduz o outro ao caminho da santidade. O catequista deve se fazer Evangelho para o outro.

A catequese não se conclui com recepção dos sacramentos, como acontecia até recentemente. O processo de iniciação à vida cristã se completa com um quarto tempo chamado de mistagogia. Essa palavra significa conduzir ao mistério, assim como pedagogia significa conduzir a criança para o crescimento. Podemos concluir que o catequista mais do que um pedagogo, é um mistagogo, isto é, conduz o neófito mais e mais a descoberta de Jesus Cristo, seu Evangelho e sua Igreja. A mistagogia como um processo metodológico, significa educar na fé, através da liturgia e dos sacramentos que são grandes mistérios da fé e que realizam em nós a salvação. Podemos afirmar que a mistagogia não é apenas o último tempo do catecumenato, mas tempo que perpassa por todo o processo iniciático (LIMA, 2016, p. 261).

6 DESAFIOS

O documento de Aparecida fala de uma Iniciação à Vida Cristã com uma catequese permanente, querigmática e mistagógica, proclamando a necessidade de deixar uma pastoral de mera conservação, avançando para a renovação da Igreja e de novas práticas evangelizadoras (DAP n. 366-368).

Um desafio importante é a formação teológica e pedagógica dos catequistas, que se revela precária e insegura, apesar da boa vontade de alguns. Muitos catequistas ainda relutam com a formação permanente, preferem não se atualizar, acham que o que sabem já basta. A dificuldade na formação se torna mais grave, pois os materiais e subsídios são com frequência muito variados e não se incorporam em uma pastoral de conjunto; e nem sempre são portadores de métodos pedagógicos atualizados. A catequese não pode se limitar a uma formação meramente doutrinal, mas precisa ser uma verdadeira escola de formação integral.

A catequese não deve ser só ocasional, reduzida a momentos prévios aos sacramentos ou à iniciação cristã, mas sim “itinerário catequético permanente”.

Hoje, em muitas paróquias, a catequese ainda possui uma abordagem clássica com métodos de perguntas e respostas, deixando de lado a experiência e as situações de vida vividas pelos catecúmenos e pelo próprio catequista. A catequese não é aula, e o catequista não é professor, mas uma troca de experiências entre o catequista e o catecúmeno, que levam a um maior aprofundamento da fé a caminho da comunhão plena com Deus.

CONCLUSÃO

O processo da Iniciação à Vida Cristã não se esgota na preparação aos sacramentos, mas é caminho para o seguimento e adesão a Jesus Cristo, que deve ser feito e refeito, tanto quanto for necessário com a meta de conduzir a esse mistério que é Cristo, professando sua fé Nele e inserindo a pessoa na comunidade cristã. A mistagogia é o último tempo pedagógico do processo da iniciação à vida cristã, cuja finalidade é fazer com que os novos membros da

Igreja possam obter um conhecimento mais completo dos sacramentos que receberam na Vigília Pascal.

A catequese como iniciação mistagógica insere o crente na experiência viva da comunidade cristã, verdadeiro lugar da vida de fé. Esta experiência de formação é progressiva e dinâmica, rica em sinais e linguagens, favorável para uma integração de todas as dimensões da pessoa. Tudo isto remete diretamente para a conhecida intuição, bem radicada na reflexão catequética e na pastoral eclesial, da inspiração catecumenal da catequese, que se torna cada vez mais urgente (DC, n. 2).

O Concílio Vaticano II lança as bases para que uma intensa reformulação aconteça na liturgia, na catequese e na espiritualidade, resgatando antigas e veneráveis memórias dos cinco primeiros séculos. Uma nova forma como a prática evangelizadora da patrística, a mistagogia como um caminho inspirador, com capacidade de responder e dar soluções, que conjugam experiência, encontro, celebração adesão e compromisso. A mistagogia assume a função de ser um dos eixos que põe em movimento a nova dinâmica teológica e pastoral assumida pelo Concílio Vaticano II e apresenta-se como uma pedagogia de fé que leva em consideração a pessoa, sua aptidão à experiência, sua pluralidade e suas relações.

A mistagogia não é um tempo que finaliza um processo, mas um tempo que inicia um novo caminho. A dinâmica mistagógica não compreende a transmissão de conteúdos e conhecimentos, mas é o encontro com o próprio Deus que se revela, um encontro vital que transforma cada um. Essa transformação operada pelos sacramentos pascais não é apenas um convite para seguir Jesus, mas faz com que a pessoa se torne discípulo e apóstolo no mundo, conduzindo-o a sua plenitude: “até que alcancemos todos nós a unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus” (Ef 4,13).

A catequese mistagógica é fundamental para a condução da pessoa ao mistério de Cristo. Uma conversão plena, onde o cristão conforma a sua vida à vida de Cristo, vivendo e amando como Cristo.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

CELAM. *Documento de Aparecida*, texto conclusivo da v conferência geral do episcopado latino-americano e do caribe, 13-31 de maio de 2007, 2ª edição. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2007.

CELAM. *Documentos Conclusivos das Conferências do Rio de Janeiro, de Medellín, Puebla e Santo Domingo*. Conselho Episcopal Latino-Americano. São Paulo: Paulus, 2004.

CNBB. *Catequese Renovada*. Documentos da CNBB 26. São Paulo: Paulinas, 1984.

CNBB. *Iniciação à vida cristã: Um processo de inspiração catecumenal*. Documentos da CNBB 97. Brasília: CNBB, 2009.

CNBB. *Diretório Nacional da Catequese*. Documentos da CNBB 84. São Paulo: Paulinas, 2007.

CPPNE. *Diretório para a Catequese*. Documento do Conselho Pontifício para a Promoção da Nova Evangelização. São Paulo: Paulus, 2020.

COSTA, Rosemary F. *A Mistagogia em Cirilo de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2015.

COSTA, Rosemary F. *Mistagogia de Hoje*. São Paulo: Paulus, 2014.

FRANCISCO, PP. *Carta apostólica em forma de Motu Proprio Antiquum Ministerium*. Brasília: Edições CNBB, 2013.

JERUSALÉM Cirilo de. *Catequeses Mistagógicas*. Tradução de Frei Frederico Vier; Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

LIMA, Luiz Alves. *A catequese do Vaticano II aos nossos dias*. São Paulo: Paulus, 2016.

MAZZA, Enrico. *As catequeses litúrgicas do fim do século IV e seu método*. São Paulo: Loyola, 2020.

RICA. *Ritual de Iniciação Cristã de Adultos*. São Paulo: Paulinas, 2003.

SCC. *Diretório Geral para a Catequese*. São Paulo: Paulinas, 1998.

O itinerário da catequese mistagógica À luz do número 64 de *Sacramentum caritatis*

João Vitor Piancó Lima dos Santos¹

Resumo: Tratando da formação dos fiéis para uma participação mais plena na Eucaristia, o Papa Bento XVI dedicou um número da exortação apostólica pós-sinodal *Sacramentum Caritatis* a aprofundar a catequese mistagógica, sistematizando-a em três passos: a interpretação dos ritos à luz da História da Salvação, a introdução aos sinais e o significado dos ritos para a vida cristã. Este trabalho objetiva aprofundar cada um dos passos apresentados por Bento XVI, estabelecendo conexões com o ensinamento do Papa Francisco. Além disso, busca fazer uma análise das implicações pastorais em torno do processo da Mistagogia, contextualizando-a na conjuntura atual da Igreja do Brasil, empenhada nas questões ligadas à iniciação à vida cristã. A pesquisa bibliográfica utilizada como metodologia reúne teólogos consagrados e a voz sempre abalizada do Magistério pontifício. Do estudo empreendido, conclui-se que uma exitosa introdução nos mistérios cristãos exige uma experiência existencial ampla, vivida pessoalmente e em comunidade, especialmente na Liturgia. Essa experiência supõe, como condição *sine qua non*, uma educação das sensibilidades para que se recupere a capacidade de ler os símbolos e extrair o sentido dos sinais, interpretando-os à luz dos acontecimentos salvíficos.

Palavras-chave: Mistagogia; Símbolo; *Desiderio Desideravi*; Participação ativa na Liturgia; Iniciação à Vida Cristã.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a transmissão da chama da fé já não é um processo orgânico, vivido em família. Por isso, a iniciação à vida cristã tem ocupado o primeiro lugar nas preocupações pastorais da Conferência Episcopal e das comunidades. Entre os elementos que constituem essa iniciação, sobressai a introdução ao mistério de Cristo, experimentado de forma eminente na Liturgia, no que consiste a mistagogia. Instado pela XI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, Bento XVI formulou a catequese mistagógica em torno de três pontos fundamentais que, bem articulados, constroem um caminho sólido de inserção no mistério da fé.

No quadro atual, percebe-se, por um lado, a vivência muitas vezes superficial da Liturgia, de forma desleixada, puramente sentimental ou excessivamente rígida – três atitudes distintas que, porém, expressam igualmente visões superficiais ou parciais do culto cristão; por outro lado, como sinal de esperança, verifica-se o empenho pastoral de implementação da Catequese de inspiração catecumenal. Nesse contexto, impõe-se a questão: a partir de quais elementos se pode propor um itinerário mistagógico que responda aos desafios hodiernos?

¹ Especialista em Liturgia pela Faculdade São Basílio Magno. Bacharelado em Teologia no Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí – ICESPI. E-mail: joaovitorpianco@outlook.com

Para responder a essa pergunta, o presente trabalho desenvolverá cada um dos elementos apontados por Bento XVI. Com esse fim, revisitará a catequese mistagógica tal como praticada nas comunidades cristãs da Idade Antiga, analisará a atual crise simbólica e o modo como ela afeta a vivência da Liturgia e apresentará os meios de vivência do tempo de mistagogia, especialmente no âmbito da iniciação cristã. Com base na experiência da Igreja através dos séculos, entende-se que, sendo a Liturgia a fonte e o cume de toda a vida espiritual, uma bem-feita introdução a ela possibilitará o desenvolvimento maduro do ser cristão.

1 A INTERPRETAÇÃO DOS RITOS À LUZ DOS ACONTECIMENTOS SALVÍFICOS

Como ponto de partida para o itinerário de catequese mistagógica, qual elemento basilar, Bento XVI apresenta, em *Sacramentum Caritatis*, a leitura dos ritos litúrgicos a partir da história da salvação:

A celebração da Eucaristia, na sua riqueza infinita, possui contínuas referências à história da salvação. Em Cristo crucificado e ressuscitado, podemos celebrar verdadeiramente o centro recapitulador de toda a realidade (cf. Ef 1, 10); desde o seu início, a comunidade cristã leu os acontecimentos da vida de Jesus, e particularmente o mistério pascal, em relação com todo o percurso do Antigo Testamento (BENTO XVI, 2007, n. 64).

Na verdade, o ensinamento do Papa bebe da prática tradicional da Igreja, desde as origens. Revisitando os grandes mistagogos da Antiguidade – Cirilo de Jerusalém, João Crisóstomo, dentre outros –, será possível constatar o emprego desse método. Não se trata, porém, de método concebido pelos Santos Padres como fruto de sua genialidade. Antes, é o modo orgânico, natural, de ser introduzido no modo cristão de viver (celebrar) a fé.

Etimologicamente, a palavra “mistagogia”, traduzida do grego, expressa a ação de conduzir para dentro do mistério, ou ainda, a dinâmica pela qual o mistério conduz o crente. Aqui, como em todo este estudo, não se entende mistério como uma realidade obscura, mas como a realidade mesma de Deus, tal como manifesta ao homem através da história da salvação.

Em uma perspectiva mais histórica, mistagogia designa o conjunto de catequeses e homilias com que os Padres da Igreja ilustravam aos neófitos os sacramentos da iniciação cristã e os ritos que, em geral, informam a Sagrada Liturgia. Essas duas definições – uma etimológica e outra de cunho histórico –, por mais importantes que sejam, não esgotam o conceito de mistagogia, pela sua amplidão teológica e pastoral, experimentada de modo iminente no processo de iniciação à vida cristã.

Bornert identifica a mistagogia com a própria celebração litúrgica, na medida em que esta é sempre a manifestação do mistério. Em outras palavras, Boselli explica que “a celebração dos mistérios é já iniciação aos mistérios”, posto que “o mistério se revela quando é

celebrado” (BORNERT, 1966, apud BOSELLI, 2014, p. 18). Bento XVI esclarece ainda mais tal realidade ao anotar na *Sacramentum Caritatis* que:

Devido à relação entre a arte da celebração e a participação ativa, “a melhor catequese sobre a Eucaristia é a própria Eucaristia bem celebrada”; com efeito, por sua natureza a liturgia possui uma eficácia pedagógica própria para introduzir os fiéis no conhecimento do mistério celebrado (BENTO XVI, 2007, n. 64).

A célebre lição de Ratzinger comporta, em primeiro lugar, um dado em alguma medida intuitivo: alguém que passasse um certo período lendo sobre a Liturgia ou dela ouvindo falar, embora intelectualmente predisposto, não experimentaria o que experimenta alguém que, talvez “despretensiosamente”, vai à Missa dominical, pela riqueza plurisensorial de elementos (gestos, palavras, espaços, cheiros, alimentos...) que este último recebe e, na medida de sua sensibilidade simbólica, assimila.

Havia também uma preocupação pastoral do então Pontífice em relação à qualidade das celebrações das comunidades. Embora os sacramentos tenham uma força própria, melhores disposições produzem frutos mais abundantes na vida de quem os recebe e, sendo a Liturgia um complexo de elementos tangíveis, é necessário que estes estejam bem ordenados em função da finalidade do louvor a Deus e da edificação do povo fiel.

Se, por um lado, a mistagogia designa a própria Liturgia, por outro, ela implica uma “explicação oral ou escrita do mistério escondido na Escritura e celebrado na Liturgia”, consoante asseverava Bornert (BORNERT, 1966, apud BOSELLI, 2014, p. 18). Foi o zelo nessa atividade de explicação que consagrou os grandes mistagogos da Antiguidade. O Catecismo da Igreja Católica (2022, n. 1075), ao discorrer sobre a relação entre Catequese e Liturgia, resume a dinâmica da catequese mistagógica como um movimento “do visível ao invisível, do signifiante para o significado, dos ‘sacramentos’ para os ‘mistérios’”.

As catequeses mistagógicas de São Cirilo de Jerusalém, como genuína fonte patrística, constituem um paradigma histórico-teológico. São cinco catequeses sobre os sacramentos da iniciação à vida cristã dirigidas aos neófitos batizados na noite de Páscoa, sendo as duas primeiras sobre as cerimônias que precedem o Batismo, a terceira sobre a Confirmação, a quarta sobre a Eucaristia e a quinta sobre a Liturgia da Missa.

Logo na primeira catequese mistagógica aos recém-iluminados, Cirilo de Jerusalém, dirigindo-se aos neófitos como a “filhos legítimos e muito amados da Igreja”, explica-lhes que já desejava ter-lhes falado anteriormente, porém ressalva que “a vista é mais fiel que o ouvido” (CIRILO DE JERUSALÉM, 1977, p. 20); com isso, afirma a precedência da experiência celebrativa em relação ao discurso sobre a Liturgia, condicionando a qualidade e o aproveitamento deste à vivência daquela. Essa convicção condiciona o seu método, que situa a explicação após a participação no mistério.

Ao longo da instrução catequética, Cirilo alude sistematicamente aos ritos por que passaram os neófitos, estabelecendo a relação dos gestos e palavras com histórias do Antigo Testamento e, sobretudo, com o mistério pascal de Jesus. Como diligente catequista, o Bispo de Jerusalém repassa minuciosamente os ritos, incluindo até aspectos geoespaciais neles empregados, como a orientação ao oriente ou ao ocidente.

Fundamental, pois, nesse processo era, como é, a relação entre a Sagrada Liturgia e as Sagradas Escrituras. A mistagogia tem como que a sua força motriz na articulação desse binômio. De fato, ambas contêm e manifestam, cada uma a seu modo, o mistério de Cristo. Daniélou elucida a conexão entre as duas realidades nos seguintes termos: “A aplicação do método tipológico à Escritura se chama exegese espiritual; aplicado à liturgia, chama-se mistagogia” (DANIÉLOU, 1945, *apud* BOSELLI, 2014, p. 25). Compreende-se, portanto, a mistagogia como tipologia aplicada à Liturgia.

De fato, é próprio dela evidenciar a realização das figuras do Antigo Testamento na Liturgia e, mais do que isso, a atualização dos gestos de Jesus nos gestos litúrgicos. Cirilo de Jerusalém exemplifica esse dado em sua explicação da unção batismal:

É necessário que saibais que há o símbolo desta unção na Escritura Antiga. E na verdade, quando Moisés comunicou a ordem de Deus e o estabeleceu sumo sacerdote, depois de lavar-se com água, o ungiu e foi ele chamado cristo em virtude, evidentemente, da unção figurativa (...) Mas essas coisas lhes aconteceram em figura. A vós, porém, não em figura, mas em verdade. Isso, já que o começo da vossa salvação remonta àquele que foi ungido pelo Espírito Santo (CIRILO DE JERUSALÉM, 1977, p. 31).

A partir de todo o exposto, Boselli qualifica a mistagogia como “uma verdadeira e própria teologia do mistério litúrgico” (BOSELLI, (2014, p. 27). Ou seja, ela não se presta a ser uma simples iniciação à Liturgia, mas pretende subsidiar a própria compreensão do mistério de Cristo contido nas Escrituras e celebrado na Liturgia. Por suposto, não se trata aqui de uma compreensão apenas intelectual, mas vivencial, considerando o já mencionado caráter plurisensorial do culto cristão.

Em suma, a catequese mistagógica ilumina a compreensão da Liturgia vivenciada, desvelando o sentido dos ritos com a luz da Palavra de Deus: na piscina batismal, a arca em que se salvou a humanidade através do dilúvio; no evangeliário que atravessa a assembleia em direção ao altar, o mistério da Palavra de Deus que atravessa a existência do povo de Israel... E assim se poderia aclarar biblicamente o significado de cada gesto litúrgico.

2 A SENSIBILIDADE AOS SINAIS E SÍMBOLOS

O segundo elemento do itinerário mistagógico proposto por Bento XVI tem um alcance especialmente amplo na tarefa da formação do homem a partir da Liturgia, pois se refere à introdução do fiel na linguagem simbólica:

A catequese mistagógica há de preocupar-se em *introduzir no sentido dos sinais* contidos nos ritos; essa tarefa é particularmente urgente numa época acentuadamente tecnológica como a atual, que corre o risco de perder a capacidade de perceber os sinais e os símbolos. Mais do que informar, a catequese mistagógica deverá despertar e educar a sensibilidade dos fiéis para a linguagem dos sinais e dos gestos que, unidos à palavra, constituem o rito (BENTO XVI, 2007, n. 64)

Bento XVI enfatiza um aspecto que pode parecer óbvio, mas que eventualmente se ignora: o rito contém um sinal. Quando não está clara essa consciência, a Liturgia tende ao esteticismo. Indo além, com razão se poderia dizer que o rito é ele próprio um sinal, na medida em que necessariamente expressa uma realidade simbolicamente relevante.

Se em um polo está o rito, no outro, deve estar a preocupação em introduzir o fiel em seu significado. Essa introdução, que tem sido chamada “educação simbólica”, tem muitas frentes: começa na família, nos anos da infância, quando os sentidos e a razão da criança começam a perceber o mundo e registrar experiências. Uma existência plena passa por experiências variadas, dentre as quais jamais se deve negligenciar o contato com a Criação, da qual são retirados os elementos da Liturgia (fogo/luz, água, trigo/uva...).

Em *Sacramentum Caritatis*, Bento XVI diagnostica uma crise na sensibilidade aos símbolos. Na sua “Formação Litúrgica”, Romano Guardini (2023) demonstrou que a incapacidade de penetrar o sentido deles vem se acentuando desde o fim da Idade Média, com o favorecimento de expressões devocionais tendentes a separar alma e corpo, reduzindo a vivência da fé ao dado transcendente e prescindindo dos elementos materiais que sempre informaram o celebrar cristão. Criou-se uma caricatura de espiritualidade, semelhante a uma espécie de abstração.

Trata-se de um erro grosseiro na compreensão não apenas da Liturgia, mas do próprio cristianismo. Se fosse apenas uma filosofia ou um conjunto de ideias, ele poderia ser transmitido simplesmente por um discurso, oral ou escrito. Mas ele vai muito além: é o encontro com a pessoa de Jesus, que abre o crente à comunhão com Deus e com o próximo.

A fé cristã, portanto, abrange necessariamente corpo e espírito, interioridade e relações, como o Papa Francisco escreveu em *Lumen Fidei*: nos sacramentos, “comunica-se uma memória encarnada, ligada aos lugares e épocas da vida, associada com todos os sentidos” (FRANCISCO, 2013, n. 40).

Na realidade, a Liturgia utiliza e atualiza o método da Encarnação. Ela “é feita de coisas que são exatamente o oposto de abstrações espirituais”, asseverou o Papa Francisco em *Desiderio Desideravi* (FRANCISCO, 2022, n. 41), chamando a atenção para o fato de que os elementos materiais, bem como os gestos, não são meros apêndices, mas uma exigência do modo cristão de viver a fé, necessariamente celebrativo.

A deficiência na leitura dos símbolos alcançou níveis preocupantes na geração atual, conforme apontava o Papa Bento XVI. Um exemplo concreto é que o bimilenar gesto de abrir as mãos para a oração, o qual já representava a Igreja orante no século II, é hoje facilmente substituído pelo uso de abrir um dos braços enquanto com o outro se sustenta um microfone. Um outro exemplo: em algumas celebrações, durante a procissão das oferendas, leva-se ao altar, com as âmbulas e as galhetas, um grande pão fermentado com um cacho de uvas, o que aponta para a falência do sinal mais elementar da eucaristia: a própria matéria do sacrifício.

Na Carta Apostólica *Desiderio Desideravi*, o Papa Francisco afirmou a imprescindibilidade da linguagem simbólica para o culto cristão e elegeu como tarefa primária na formação litúrgica dos fiéis a educação para os símbolos a partir de dois passos: readquirir a confiança na Criação e adquirir a atitude interior que permite utilizar e compreender os símbolos litúrgicos.

A confiança na Criação passa pela superação do paradigma espiritualista, que a enxerga com desconfiança, como se ela não fosse tão importante do ponto de vista da fé. No entanto, em um contexto altamente urbanizado e tecnológico como o atual, é preciso um passo a mais em relação à formulação de uma Teologia da Criação: é preciso submeter-se a experiências concretas com os elementos naturais.

Assim, por exemplo, quem se dispusesse a atravessar as trevas da noite desprovido da luz elétrica entenderia melhor a grandeza do sol nascente e como ele expressa o mistério da Ressurreição; com outros olhos encararia a penumbra em que se encontra o templo no início da Vigília Pascal. Ou, ainda, para alguém que fizesse uma forte experiência de silêncio, em um retiro, por exemplo, a palavra proclamada na Liturgia assumiria um significado novo. Nesse sentido, Guardini se expressa:

Se o jovem crescer do modo correto e em viva conexão com a natureza, formando seu corpo através de caminhadas, jogos e exercícios físicos; se executar, além do trabalho intelectual, também o trabalho manual; se a exigência da veracidade o ensinar a sentir novamente o peso da palavra; se souber sentir o que maneiras e modos significam; se aprender a cultivar o ambiente e a fazer ele mesmo roupas e objetos de uso cotidiano; se voltar a se tornar senhor do seu corpo através da adequada educação rítmica; e se crescer na interpenetração de alma e corpo, de forma e movimento, de medida e ser – então ele terá as condições naturais para a correta atitude litúrgica (GUARDINI, 2023, p. 85).

Por outro lado, Francisco suscita a necessidade do cultivo de uma atitude interior que permita situar e compreender os símbolos litúrgicos. Ele utiliza memórias comuns a todos, de grande simplicidade e profundidade, para esclarecer como se realiza essa educação:

Penso nos pais e, mais ainda, nos avós, mas também nos nossos pá-
rocos e catequistas. Muitos de nós aprendemos, precisamente com
eles, a força dos gestos da liturgia, como por exemplo o sinal da cruz,
o estar de joelhos, as fórmulas da nossa fé. É possível que já não nos
lembramos bem, mas facilmente podemos imaginar o gesto de uma
mão maior que toma a mão pequena de uma criança e a acompanha
lentamente no traçar pela primeira vez o sinal da nossa salvação. Ao
movimento juntam-se as palavras, também elas lentas, quase a que-
rer tomar posse de cada instante daquele gesto, de todo o corpo: “Em
nome do Pai ... e do Filho ... e do Espírito Santo ...” (FRANCISCO,
2022, n. 46).

Trata-se, antes de tudo, de uma atitude de humildade, que se permite tocar pelos gestos
e pelas palavras que perfazem os ritos: sentar-se com toda a assembleia para escutar as leituras
bíblicas, recolher-se nos momentos penitenciais, sentir os pingos da água benta aspergida em
memória do Batismo, cantar, quando cabe ao povo o canto, silenciar para a interiorização...

A Catequese deveria proporcionar aos catecúmenos experiências concretas com os
símbolos litúrgicos. Do ponto de vista pedagógico, oferecer aos que se preparam para a
Confirmação um contato com o óleo perfumado certamente será mais expressivo do que mi-
nistrar uma palestra sobre ele. Os dogmáticos reconhecem a Teologia dos Sacramentos como
exegese dos ritos; se estes compreendem elementos tangíveis, só uma experiência sensorial
os contemplará totalmente (v.g., OÑATIBIA, 2007, p. 134).

Ao desenvolver o tema da catequese mistagógica em *Sacramentum Caritatis*, Bento
XVI destacou:

O Sínodo dos Bispos recomendou que se fomentasse, nos fiéis, pro-
funda concordância das disposições interiores com os gestos e pala-
vras; se ela faltasse, as nossas celebrações, por muito animadas que
fossem, arriscar-se-iam a cair no ritualismo. Assim, é preciso promo-
ver uma educação da fé eucarística que predisponha os fiéis a vive-
rem pessoalmente o que se celebra (BENTO XVI, 2007, n. 64).

As comunidades chegam, portanto, ao nível de uma liturgia “viva”, isto é, não mecânica
ou sem alma (desanimada), quando os fiéis são capazes de captar o sentido mais profundo
dos ritos e, a partir deles, fazer uma experiência com o aspecto do mistério de Cristo que eles
manifestam, o que supõe necessariamente o refinamento da sensibilidade simbólica, uma
preocupação que, à vista de todo o exposto, não pode ser estranha ao itinerário da iniciação
cristã.

3 O SIGNIFICADO DOS RITOS PARA A VIDA CRISTÃ

Por fim, Bento XVI apresenta o terceiro elemento fundamental no processo de mistagogia, ampliando as suas considerações para desdobramentos do caminho mistagógico na vida cotidiana do cristão:

Enfim, a catequese mistagógica deve preocupar-se por mostrar o significado dos ritos para a vida cristã em todas as suas dimensões: trabalho e compromisso, pensamentos e afetos, atividade e repouso. Faz parte do itinerário mistagógico pôr em evidência a ligação dos mistérios celebrados no rito com a responsabilidade missionária dos fiéis; neste sentido, o fruto maduro da mistagogia é a consciência de que a própria vida vai sendo progressivamente transformada pelos sagrados mistérios celebrados. Aliás, a finalidade de toda a educação cristã é formar o fiel enquanto “homem novo” para uma fé adulta, que o torne capaz de testemunhar no próprio ambiente a esperança cristã que o anima (BENTO XVI, 2007, n. 64).

À luz desse ensinamento, pode-se pensar em uma ética cristã plena como parte e como consequência orgânica de um processo mistagógico bem conduzido. De fato, a iniciação à vida cristã sempre deve ser encarada, inclusive nos programas pastorais, não como fim em si mesma, mas como ponto de partida para uma vida segundo o Espírito. Essa compreensão é importante para que as comunidades não caiam na armadilha do moralismo, que considera o comportamento ético o mais importante no processo iniciático.

Na linha da articulação entre fé e vida, o Ritual da Iniciação Cristã de Adultos (RICA) apresenta alguns eixos que concorrem para o aprofundamento do mistério pascal e sua vivência: a meditação do Evangelho, a participação na Eucaristia, a prática da caridade e a experiência comunitária. Não são estratégias didáticas como o são as metodologias empregadas no ambiente escolar; antes, são práticas que identificam e moldam o ser cristão (RICA, 2001, nn. 37 e 39).

Pela meditação do Evangelho, o crente se familiariza com a Palavra de Deus e, portanto, com a maneira como ele age e nos interpela: a frequência à Palavra de Deus faz assimilar os hábitos de Deus, conforme a máxima atribuída a Santo Agostinho. Ao mesmo tempo, o sentido de amizade é cultivado mediante um contato frequente. A amizade com Deus se nutre, pois, sobretudo, da leitura orante das Escrituras, mediante a qual o homem escuta a voz do Senhor, meditando as santas páginas, e lhe responde, através da prece. A mistagogia, precisamente por interpretar os ritos à luz dos acontecimentos salvíficos, exige intimidade com a Bíblia.

O Ritual propõe, ainda, como parte do caminho mistagógico, a participação na Eucaristia. O Santíssimo Sacramento produz um efeito singular de união com Jesus. São João Paulo II ensinava que na Eucaristia “Cristo Jesus age em plenitude para a transformação

dos homens” (JOÃO PAULO II, 1979, n. 23). Com muita riqueza, Zizioulas desenvolve esse aspecto:

A Igreja não oferece ao mundo um sistema de regras morais, mas uma sociedade santificada, um fermento que faz fermentar a criação, não através da imposição de suas ordens morais, mas por meio de sua presença santificadora. É uma presença testemunhante, que não amarra pesados fardos aos homens (...), mas os chama à liberdade dos filhos de Deus, numa comunhão com ele que conduz à renovação do mundo (ZIZIOULAS, 2001, p. 92)

Para que esse efeito se verifique, São João Paulo II insistia na ligação indissociável entre catecumenato e iniciação aos sacramentos do Batismo e da Eucaristia: a vida sacramental que prescindisse da instrução catequética cairia no “ritualismo oco”; por outro lado, a catequese sem a prática sacramental tenderia ao intelectualismo (JOÃO PAULO II, 1979, n. 23). A catequese não é curso escolar e a introdução sistemática à Doutrina, por mais importante que seja, por si só, não sustenta uma vida cristã vocacionada à plenitude da fé.

O tempo de mistagogia supõe ainda a aplicação à prática da caridade, síntese do Evangelho e distintivo do cristão. Como visto, no campo de uma vida sacramental intensa invariavelmente brota a caridade, que é a marca de quem se configura com o Cristo recebido sob o véu do Sacramento. O Catecismo Romano (1566, *apud* CIC, n. 25) já proclamava categoricamente que “toda a finalidade da doutrina e do ensinamento deve ser posta no amor que não acaba”.

Como outra vivência a ser realizada como parte do caminho mistagógico aparece a experiência comunitária: “O tempo de mistagogia é de grande importância para que os recém-batizados, com o auxílio dos padrinhos, entrem em relações mais estreitas com os fiéis e adquiram, assim, novo impulso e nova visão das coisas” (RICA, 2001, n. 39).

Além desses elementos fortemente eclesiais, embora todos com repercussões *ad extra ecclesiae*, Bento XVI aludia às repercussões dos ritos nas dimensões do trabalho, do repouso e até da vontade. “A Alegria do Evangelho enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus”, declarou o Papa Francisco no número inicial de *Evangelii Gaudium* (FRANCISCO, 2013). Isso significa que, para o cristão, todas as áreas da vida são espaços de encontro com o Cristo vivo; a vida inteira é vivida na presença de Deus, sob a luz do Espírito Santo.

Nesse sentido, foi importante que *Desiderio Desideravi* (2022) superasse a compreensão restritiva de formação litúrgica como estudo dos ritos, propondo a Liturgia como experiência que dá forma a toda a vida cristã. De fato, a Liturgia educa a sensibilidade para um novo olhar em relação à criação (natureza) e ao trabalho (cultura), cujo encontro proporciona a matéria para o sacrifício eucarístico. Além disso, ela ritma os ciclos diário, semanal e anual em função do mistério de Cristo, ordenando para ele toda a vida.

Disso decorre uma responsabilidade missionária. O “homem novo”, transformado pelos mistérios que celebra, é levado a testemunhar as razões de sua esperança no ambiente que o acolhe. Por sinal, o tempo privilegiado para a mistagogia é o Tempo Pascal, marcado pelas aparições do Ressuscitado, que “ressuscitam” a fé dos discípulos, e pelo contato com o Cristo vivo anunciado pela Igreja, conforme o testemunho dos Atos dos Apóstolos.

CONCLUSÃO

Depois de apresentar os três elementos fundamentais da mistagogia, Bento XVI (2007, n. 64) apresenta circunstâncias pastorais a serem consideradas na consolidação da catequese mistagógica nas comunidades. Em primeiro lugar, ele se refere à necessidade de “formadores adequadamente preparados”. Não se refere ele a “professores”, mas a cristãos já introduzidos à vivência da Liturgia e aptos a testemunhar a própria experiência, não tanto conduzindo os catecúmenos, mas os ajudando a se deixarem conduzir pelo mistério do Cristo vivo que lhes interpela a existência.

Por outro lado, o Papa menciona a importância de a comunidade cristã ser “lugar de introdução pedagógica aos mistérios que se celebram na fé” (BENTO XVI, 2007, n. 64). A preocupação com a vivência mistagógica, deve, portanto, mobilizar toda a estrutura eclesial, especialmente a vida paroquial nas suas diversas expressões.

O Documento 107 da Conferência dos Bispos do Brasil, referente à iniciação à vida cristã, afirma que a Igreja deve ser “comunidade mistagógica e materna” para os catecúmenos, visto que é mediante esse processo iniciático que ela gera novos filhos, inserindo-os em Cristo (CNBB, 2017, n. 112). Com efeito, o mistério de Deus atinge a plenitude em Jesus e é anunciado na comunidade dos discípulos.

A Carta *Desiderio Desideravi* lançou uma nova luz sobre o tema da formação litúrgica do Povo de Deus, demonstrando sua urgência e ampliando a sua compreensão. A preocupação do Papa Francisco que atravessa todo o documento é a mesma que levou Bento XVI a consignar em um documento papal a prática milenar da Igreja ao introduzir seus filhos na vida litúrgica, centro de todo o ser cristão, mediante o processo denominado mistagogia, de grande valor na condução dos crentes ao cerne do mistério da salvação.

A análise dos elementos que informam a catequese mistagógica sistematizados por Bento XVI provoca uma mudança de paradigmas. Em primeiro lugar, na formação humana de cada pessoa – formação que deve abranger experiências ricas pela diversidade e profundidade. Mas este estudo também tem repercussões pastorais expressivas, sobretudo na decidida adesão das comunidades à catequese de inspiração catecumenal, entendida como itinerário artesanal de configuração da pessoa do discípulo à pessoa de Cristo.

REFERÊNCIAS

BENTO XVI. *Exortação apostólica pós-sinodal Sacramentum Caritatis*: ao episcopado, ao clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre a Eucaristia, fonte e ápice da vida e da missão da Igreja. 6 ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

BÍBLIA. Português. *A Bíblia de Jerusalém*. Tradução: Euclides Martins Balancin *et al.* 1 ed. São Paulo: Paulus, 2002.

BOSELLI, Godoffredo. *O sentido espiritual da liturgia*. Tradução: Monjas Carmelitas Descalças do Mosteiro Santa Teresa de São Paulo. Brasília: Edições CNBB, 2014.

CIRILO DE JERUSALÉM (São). *Catequeses mistagógicas*. Tradução: Frederico Vier. Petrópolis: Vozes, 1977.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Iniciação à vida cristã*: itinerário para formar discípulos missionários. Brasília: Edições CNBB, 2017. (Documentos da CNBB, 107).

FRANCISCO. *Carta apostólica Desiderio Desideravi*: sobre a formação litúrgica do povo de Deus. Brasília: Edições CNBB, 2022.

FRANCISCO. *Carta encíclica Lumen Fidei*, aos bispos, aos presbíteros e aos diáconos, às pessoas consagradas e a todos os fiéis leigos sobre a fé. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20130629_enciclica-lumen-fidei.html. Acesso em: 5 out. 2023.

FRANCISCO. *Exortação apostólica Evangelii Gaudium*, ao episcopado, ao clero às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre o anúncio do evangelho no mundo actual. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 10 out. 2023.

GUARDINI, Romano. *Formação litúrgica*. Tradução: Christiane Meier. Curitiba: Carpentaria, 2023.

JOÃO PAULO II, Papa. *Exortação apostólica Catechesi Tradendae*, ao episcopado, ao clero e aos fiéis de toda a igreja sobre a catequese do nosso tempo. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_16101979_catechesi-tradendae.html. Acesso em: 9 out. 2023.

JOÃO PAULO II, Papa. *Catecismo da Igreja Católica*: Novíssima edição de acordo com o texto oficial em latim. 5 ed. Brasília: Edições CNBB, 2022.

OÑATIBIA, Ignacio. *Batismo e confirmação*: sacramentos de iniciação. Tradução: José Afonso Beraldin da Silva. São Paulo: Paulinas, 2007.

RITUAL DA INICIAÇÃO CRISTÃ DE ADULTOS. Tradução portuguesa para o Brasil da edição típica. São Paulo: Paulus, 2001.

ZIZIOULAS, Ioannis. *A Criação como eucaristia*: proposta teológica ao problema da ecologia. Tradução: José Artulino Besen. São Paulo: Editora Mundo e Missão, 2001.

O método ver-julgar-agir: uma Contribuição fundamental para a nova catequese promovida por Medellín e Puebla

Maria Eliene Pereira de Oliveira¹

Resumo: O objetivo desse artigo é examinar e sintetizar o método pastoral *ver-julgar-agir* nos documentos conclusivos das Conferências do CELAM de Medellín e Puebla e sua contribuição para a compreensão da nova catequese. A metodologia utilizada é a leitura e análises do capítulo 8 de Medellín e o número 3 da III PARTE do capítulo III da Conferência de Puebla especificamente sobre os meios para a comunhão e participação. Visto que as conclusões dessas conferências são longas, optou-se por fazer recortes de alguns textos referente à catequese presente nas duas conferências, pois ambas as conferências tratam o mesmo tema e com o mesmo método em tempos e realidades diferentes. Do ponto de vista teológico e pastoral, o método *ver-julgar-agir*, é uma ferramenta para um plano de pastoral factível. Por isso, em pleno século XXI, continua válido, uma vez que possibilitou e ainda hoje proporciona uma dinâmica de aproximação da Igreja com a realidade a qual está inserida. Um de seus aspectos positivos é o fato de que o ponto de partida não são as teorias sobre a realidade humana, mas as próprias dores e angústias da humanidade, neste caso, em particular, do homem e da mulher latino-americanos. Nesse âmbito pode-se encontrá-lo nas conferências gerais do Episcopado latino-americano em quatro de suas cinco conferências. Todavia, tratar-se-á aqui apenas de Medellín e Puebla, e especificamente ao que se refere à catequese.

Palavras-chave: Medellín. Puebla. Catequese. Evangelização. *Ver-julgar-agir*.

INTRODUÇÃO

A catequese em Medellín e Puebla são preocupações pastorais pertinentes, ambas tratam essa questão pastoral apontando pistas de ação para que a catequese seja mais inculturada, bíblica e cristocêntrica. Isso implica mudança de mentalidade, linguagem, novos meios e métodos catequéticos. Nesse sentido, o método *ver-julgar-agir*, bastante aplicado nas conferências gerais de Medellín e Puebla, ainda hoje contribui para uma catequese inculturada, mesmo na pós-modernidade.

Por meio do método *ver-julgar-agir*, Medellín colaborou para que a Igreja da América Latina encontrasse seu próprio caminho, deixando de ser uma “Igreja reflexo”, feita à imagem e semelhança de Roma. Isso foi um marco para que ela assumisse, aos poucos, sua identidade pastoral, também no âmbito da catequese. Puebla por sua vez, por meio desse método aponta pistas factíveis para a renovação catequética na América Latina e Caribe. Ambas, reforçam a importância de uma catequese encarnada no solo latino-americano, que obriga a tomar

¹ Mestranda em Teologia Sistemática pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (MG); Licenciada em Filosofia pela PUC Paraná; Bacharel em Teologia pela PUC Minas; Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pelo Instituto Prominas Serviços Educacionais, PROMINAS, Brasil. Bolsista FAPEMIG. E-mail: ireliene@gmail.com.

a sério a realidade social dos catequizandos e catecúmenos, a compreender que há uma só história na qual Deus age.

1 O MÉTODO VER-JULGAR-AGIR NA CONFERÊNCIA DE MEDELLÍN E PUEBLA

Medellín e Puebla são duas das cinco conferências gerais do Episcopado Latino-americano e caribenho que mais trataram a questão da pastoral. Medellín foi a porta de entrada para a recepção do Vaticano II enquanto Puebla uma continuação de Medellín. No âmbito da renovação pastoral o método *ver-julgar-agir* possibilitou uma recepção criativa e factível do Concílio nas Conferências gerais do Episcopado Latino-americano, principalmente Medellín e Puebla.

É em Medellín que se reflete a necessidade de uma renovação pastoral, para superar a “pastoral de conservação”. (BRIGHENTI, 2021, p.152). A expressão “pastoral de conservação” foi criada em Medellín, para se referir exatamente ao modelo pastoral pré-conciliar baseada numa sacramentalização com pouca ênfase na evangelização (MD 6,1). Essa concepção é de suma importância para a pastoral catequética. Nesse sentido, o método *ver-julgar-agir* contribui para a superação da “pastoral de conservação”, uma vez que parte do contexto do sujeito da evangelização.

Do ponto de vista metodológico, Medellín não tem como ponto de partida referenciais teóricos, com sistemas elaborados de modo genérico. Mas parte sempre da realidade concreta segundo o método *ver-julgar-agir*, “dos fatos” ou “situação latino-americana”. Em seguida vem a “fundamentação doutrinal” ou “critérios básicos para uma orientação pastoral”. Por fim as “recomendações pastorais”, seguindo explicitamente os três momentos de o método *ver-julgar-agir*. (BRIGHENTI, 2022, p.192).

Quanto a Puebla, ocorreu num contexto de busca pela interpretação de Medellín, o que empreendeu grande esforço para reafirmá-la, mas finalmente atingiu seu objetivo não obstante as resistências. Embora, em Puebla, o método não é tão explícito como em Medellín.

Apesar das conferências gerais não terem a catequese como tema central, continua sendo uma preocupação pastoral que não passa despercebida. Na I Conferência no Rio de Janeiro, a catequese é mencionada 6 vezes, em Medellín 16, em Puebla 44, Santo Domingo 15 e em Aparecida 19 vezes. (SOUZA; SANCHES, 2018, p.505).

2 A CATEQUESE EM MEDELLÍN SOB A ÓTICA DO VER-JULGAR-AGIR

A II Conferência de Medellín entende que, do amor a Cristo e ao próximo, brotam a libertação cujo fruto é a justiça. É nesse contexto que a catequese é revista e dele emergem as pistas para a renovação catequética. Nesse aspecto, o método *ver-julgar-agir* no capítulo 8 de Medellín está assim apresentado: o *ver* está presente na necessidade de uma renovação e as características da renovação; o *julgar* diz respeito às prioridades na renovação catequética, e o *agir* aos Meios para renovação catequética.

2.1 VER: A NECESSIDADE DE UMA RENOVAÇÃO E AS CARACTERÍSTICAS DA RENOVAÇÃO

Por muitos anos os movimentos catequéticos, em seus congressos nacionais e internacionais, semanas catequéticas etc. refletiram sobre a necessidade de uma renovação da catequese. Na América Latina, a Conferência de Medellín, sob a luz da VI Semana Internacional de Catequese e do Concílio Vaticano II, foi uma resposta a essa demanda. Medellín, considera os anseios de catequetas do mundo inteiro e de modo particular os da América latina, neste âmbito pode-se dizer que aqui está a primeira parte do método que é *ver* a realidade.

Diante de um mundo em transformação, e considerando o atual processo de maturação da Igreja na América Latina, o movimento catequético sente a necessidade de uma profunda renovação que expresse a vontade da Igreja e de seus responsáveis de levar avante sua missão fundamental: educar eficazmente a fé dos jovens e dos adultos, em todas as camadas. Falhar neste ponto seria trair, ao mesmo tempo, a Deus, que confiou à Igreja sua mensagem, e ao homem, que necessita dela para salvar-se (MD 8,1).

No âmbito pastoral, Medellín representa para a catequese na América Latina e Caribe, uma guinada catequética. Suas contribuições para a pastoral são mais do que novos métodos; são, acima de tudo, uma tomada de consciência da necessidade de uma catequese desde os pobres, abrindo assim um novo horizonte à prática catequética na Igreja no que se refere ao método, à forma, ao conteúdo etc.

A Igreja percebe que sua fidelidade a Deus passa pela fidelidade ao homem e a mulher latino-americanos, assim emerge uma catequese evangelizadora com dimensão histórico-libertadora da fé, em que a preocupação central é a promoção humana. As luzes que essa conferência lançou no âmbito da renovação catequética, torna-se paradigma para uma catequese evangelizadora e libertadora na Igreja da América Latina.

Medellín também chama a atenção para o desafio de encontrar o ponto de equilíbrio entre as formas tradicionais de fé e as novas formas que proporcionam sua evolução, cuidando para que não haja ambiguidade e dano à fé (MD 8,2). Nesse sentido, vê-se que a transmissão da fé não será mais uma repetição de doutrinas, nem pode se dar por meio da importação de processos europeus.

Medellín dá ênfase a necessidade da evangelização dos grupos populares, tais como os analfabetos, a classe estudantil e os intelectuais. Todos são destinatários do evangelho e cada um tem demandas específicas. Pois o conteúdo da fé, o mistério da Páscoa, será sempre o mesmo, mas a forma de apresentá-lo não deve desconsiderar o aspecto antropológico.

Sua novidade no âmbito da catequese foi evidenciar o caráter cristocêntrico da evangelização, ao afirmar que é preciso apresentar Jesus presente nas realidades humanas e não em confronto com elas. Ao apresentar sua mensagem renovada, a catequese deve manifestar a

unidade do plano de Deus. [...] deve-se expressar sempre a unidade profunda que existe entre o plano divino de salvação, realizado em Cristo, e as aspirações do ser humano [...] (MD 8,4). O documento continua afirmando que [...] não deve haver separação entre a história da salvação e a história humana; entre a Igreja, povo de Deus, e as comunidades temporais; entre a ação reveladora de Deus e a experiência do ser humano; entre os dons e carismas sobrenaturais e os valores humanos (MD 8,4).

Atento à realidade do continente, o documento acena para as constantes mudanças ocorridas na sociedade, devido ao avanço das ciências humanas e sociais. Considera a Antropologia, a Sociologia e as Ciências Políticas saberes que apontam para uma mudança na ação evangelizadora. Por isso, é imprescindível que ela supere a catequese doutrinal e sacramental e assuma a dimensão integral que introduz o catequizando num itinerário de fé que transforma a vida.

Para Medellín, a catequese tem a missão de apontar a unidade entre os valores humanos e os cristãos (MD 8,4). Insiste na necessidade de a catequese expressar a unidade que há entre o plano salvífico realizado em Cristo e as aspirações humanas. Para isso, é preciso propor caminhos de reflexão e ação que favoreçam o crescimento humano e cristão dos povos deste continente, respeitando as culturas. Assim, a catequese reconhecerá os valores evangélicos que extrapolam os limites da Igreja.

A Igreja também dar-se conta da necessidade de conservar sempre seu caráter dinâmico e evolutivo. Constata-se ainda, o caminho progressivo da consciência que nasce das experiências humanas individuais e coletivas, que apontam para um dinamismo na fidelidade da Igreja à Revelação. Nesse sentido a catequese não pode, pois, ignorar em sua renovação as mudanças econômicas, demográficas, sociais e culturais sofridas na América Latina (MD 8,5).

2.2 JULGAR: PRIORIDADES NA RENOVAÇÃO CATEQUÉTICA

A catequese de Medellín entende que o projeto salvífico de Deus, realizado em Jesus, não está distante das aspirações humanas, porque é na história humana que a salvação se realiza. O documento aponta para uma salvação integral do ser humano (MD 8,6). Sabe-se que o humano e o divino não estão distantes; e os dons e carismas, como presentes do Espírito, se tornam visíveis nos valores humanos vividos pelos cristãos. Assim, supera-se a dicotomia entre o espiritual e o material, entre o humano e o divino.

A Teologia da Revelação proposta por Medellín suscita na catequese o dever de assumir as angústias e as esperanças do ser humano do continente latino-americano e caribenho, para isso, a catequese deve estar em constante evolução e atenta aos sinais dos tempos, sem jamais perder a fidelidade à verdade revelada. É dever da catequese preocupar-se com a salvação da pessoa em sua integridade, uma vez que Cristo se encarnou numa realidade concreta, portanto, a verdade revelada no Evangelho não deve atingir apenas a mente ou o espírito, mas todo o ser em sua realidade vital.

Os contextos eclesiais, econômico, político e social da América Latina e do Caribe tornam-se assim realidades que não podem passar despercebidas na catequese. Para Medellín, “as situações históricas e as aspirações autenticamente humanas são parte indispensável do conteúdo da catequese” (MD 8,6). Essa afirmação ilumina toda a catequese e abre o horizonte catequético para um diálogo entre o evangelizador e o destinatário do Evangelho.

No âmbito eclesial, Medellín segue o modelo eclesial proposto pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, cuja imagem predominante é a da Igreja o povo de Deus, com centralidade no sacramento do batismo e na dignidade de todos os fiéis. A II Conferência não perde de vista o pluralismo religioso que representa também um grande desafio. Por isso, o documento propõe “guardar a unidade da fé na diversidade das formas” (MD 8,9).

Desde Medellín, a catequese foi incluída no âmbito da evangelização, que consiste em indicar aos interlocutores um caminho de seguimento de Jesus Cristo que os conduz ao compromisso pessoal com ele. Toda a ação catequizadora passa a ser pensada como proposta de evangelização e não mais de doutrinação na fé.

2.3 AGIR: MEIOS PARA RENOVAÇÃO CATEQUÉTICA

Ao elaborar os meios para a renovação catequética, Medellín aponta para última parte do método que é o *agir*. As pistas de ação oferecidas ajudam a compreender que a renovação catequética é uma necessidade. O item IV do capítulo 8 das Conclusões de Medellín aponta algumas pistas e princípios orientadores para a catequese, com indicações claras para a renovação catequética.

a) *Organizar a catequese*: A organização favorece as relações em âmbito nacional e internacional, bem como o uso adequado dos recursos econômicos, dos meios necessários e das pessoas especializadas (MD 8,13).

b) *Formar os catequistas*: investir na formação contínua dos catequistas conforme as necessidades do tempo, envolvendo no processo os catequistas e os ministros ordenados (MD 8,14).

c) *Manter fidelidade à Palavra Revelada*: adaptar a linguagem para que a Palavra de Deus possa ressoar nos corações dos crentes. Isto não só por meio da pregação, mas da correlação que há entre a verdade revelada na Sagrada Escritura e as adversidades humanas. É tarefa da catequese mostrar que “a mensagem de salvação contida nas Escrituras, na liturgia, no magistério e no testemunho é também palavra de vida” (MD 8,15).

d) *Investir em Institutos Catequéticos*: A criação de institutos catequéticos possibilita uma renovação eficaz do processo catequético. Eles devem ser compostos por pastores, catequistas e teólogos e ainda especialistas em ciências humanas. Esses institutos catequéticos tornar-se-ão agentes facilitadores para socializar experiências e elaborar material pedagógico com liberdade de ação (MD 8,16).

É necessário abandonar a catequese dos manuais, cujas reflexões são dissociadas do cotidiano do cristão e abraçar o plano salvífico inserido na realidade humana, sem dicotomia. A Igreja povo de Deus é formada por pessoas concretas com angústias e esperanças, e esse povo atualiza cotidianamente a experiência de Deus no modo como vive sua fé em Jesus Cristo.

Medellín enfatiza a unidade entre a história da salvação e a humana, a catequese é apresentada como uma proposta de educação da fé. Há um esforço para a superação da doutrina e o conteúdo principal é a realidade dos povos do continente. Nesse sentido, Medellín oferece algumas chaves que apontam um novo horizonte catequético e é fundamental mencioná-los, dada sua relevância: a vivência da fé comunitária em vista do Reino de Deus; a Bíblia como fonte primária da catequese e seus textos como fonte de iluminação para a vida; a fé empenhada em dar respostas aos desafios da vida e a vida proporcionando chaves de leitura para a compreensão das formulações da fé; e o rompimento da barreira entre profano e sagrado.

3 A CATEQUESE EM PUEBLA SOB A ÓTICA DO VER-JULGAR-AGIR

Após 10 anos de Medellín ocorreu Puebla. O clima era de tensão pois o continente ainda convivía com o medo e aumento da pobreza. Para essa conferência, a libertação e promoção humana são aspectos imprescindíveis da evangelização, e a comunhão e participação eixos principais. A primeira parte do documento onde aparece o *ver*, constitui elementos imprescindíveis para a catequese. É desse olhar que emerge a compreensão de que a realidade em que se encontra o sujeito da evangelização também é conteúdo para a catequese.

Quanto ao tema propriamente da catequese, o método pode ser percebido da seguinte forma: o *Ver* diz respeito a situação em seus aspectos positivos e negativos; o *julgar* aos critérios teológicos; e o *agir* aos projetos pastorais.

3.1 VER: SITUAÇÃO COM SEUS ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

A segunda parte das conclusões de Puebla é muito importante para a catequese, uma vez que trata sobre o “Desígnio de Deus sobre a realidade da América Latina”. Já no primeiro capítulo trata da verdade sobre Jesus Cristo, a verdade sobre a Igreja e a verdade sobre o ser humano. Todos esses aspectos dizem respeito a evangelização pela catequese.

Ao adentrar no tema da catequese, Puebla dá ênfase a necessidade da catequese evangelizadora no contexto de comunhão e participação. Diz que ela consiste na educação ordenada e progressiva da fé e que deve ser atividade prioritária na América Latina, caso queira uma renovação profunda da vida cristã e, com essa, uma nova civilização que seja participação e comunhão de pessoas na Igreja e na sociedade” (DP 977).

O convite de Puebla é para que a catequese seja uma prioridade na América latina, daí precisa também passar pelo crivo do método *ver-julgar-agir*, para que não se torne um

caminho a parte, fora do contexto evangelizador do continente. Significa que também ela, a catequese, deve considerar as dores, angústias, alegrias e tristezas do povo latino-americano.

Nesse âmbito, o documento aponta aspectos positivos e negativos sobre a catequese depois de Medellín, isto é *ver* a realidade da catequese para depois analisá-la e apontar pistas pastorais factíveis.

O florescimento da ação catequética nos diversos países [...], esforço sincero para integrar a vida com a fé, a história humana com a história da salvação, a situação humana com a doutrina revelada, a fim de que o homem consiga a sua verdadeira libertação. [...] Uma pedagogia catequética positiva, que parte da pessoa de Cristo para chegar a seus preceitos e conselhos. (MD 978-980).

Ao revisitar a catequese de Medellín a Puebla, é possível encontrar as luzes e sombras que ainda permeiam a catequese neste continente. Como aspectos positivos encontram-se elementos próprios da teologia Latino-americana, tais como: Sagrada Escritura, como fonte principal da catequese; educação baseada no sentido construtivo da pessoa e da comunidade, numa visão cristã; redescoberta da dimensão comunitária da catequese; Comunidades Eclesiais de Base, na comunidade escolar e na organização diocesana e nacional. Bem como a compreensão do processo dinâmico e gradual da catequese. Ao debruçar-se sobre a pastoral catequética, percebeu-se ainda que ela não conseguiu atingir todos os cristãos suficientemente. Nem todos os setores e situações como: juventude, elites intelectuais, camponeses e o mundo operário, as forças armadas, anciãos e enfermos etc. (DP 978).

Outros aspectos negativos e de certo modo preocupante foi a oposição entre catequese sacramental e catequese vivencial, dificultando o equilíbrio entre catequese de situação e catequese doutrinal. Constatou-se que havia catequistas que descuram a iniciação, a oração e a liturgia (DP, 988). A esse respeito o documento ressalta que por vezes não há respeito no que se refere a diferença entre assuntos que dizem respeito aos teólogos e que não são da competência dos catequistas e das catequistas. Por vezes ainda, os catequistas e as catequistas não estão devidamente orientados no que se refere ao ecumenismo (DP, 989-991).

3.2 JULGAR: CRITÉRIOS TEOLÓGICOS

A partir do contexto histórico-ecclesial, o documento reflete e aponta seis critérios teológicos para continuar a Renovação catequética: comunhão e participação; a fidelidade a Deus; fidelidade à Igreja; fidelidade ao ser humano latino-americano; conversão e crescimento e por fim uma catequese integradora.

No tocante a comunhão e participação, hoje são mais necessárias do que nunca, e exige uma reflexão profunda e madura, uma vez que aumenta a cada dia a “polarização” no seio da Igreja. Neste sentido o documento é bem explícito. “A obra evangelizadora que se efetua na catequese exige a comunhão de todos: requer ausência de divisões e que as pessoas se

encontrem numa fé adulta e num amor evangélico. Uma das metas da catequese é precisamente a construção da comunidade” (DP 992).

Ao ser a catequese ação evangelizadora, o catequista e a catequista jamais deverão partir de princípios pessoais ou opiniões particulares. Ele e ela são enviados por Deus, mas numa Igreja concreta. Nesse sentido diz o documento: “todo aquele que catequiza sabe que a fidelidade a Jesus Cristo anda indissolivelmente unida à fidelidade à igreja; [...] que deve fazer isto em união com os bispos e com a missão deles recebida” (DP 995). Cabe então, ao catequista e a catequista manter-se fiel ao homem e a mulher latino-americanos, para isso a catequese deve penetrar, assumir e purificar os valores culturais, adaptando-os à linguagem catequética.

A catequese deve iluminar com a Palavra de Deus as situações humanas e os acontecimentos da vida, para neles descobrir a presença ou ausência de Deus (DP 996). A catequese é chamada ainda a levar o sujeito da evangelização a viver em contínua conversão, para que haja um crescimento progressivo da fé. E a partir desse crescimento chegue a uma catequese integradora. Para isso, o documento sugere que haja união entre o conhecimento da Palavra de Deus; a celebração da fé nos sacramentos e a confissão da fé na vida cotidiana. (DP 999).

3.3 AGIR: PROJETOS PASTORAIS

Por fim, sobre a catequese o documento oferece pistas de ação (*agir*) pastorais como resposta as demandas encontradas, analisadas e refletidas a partir do *ver* e *julgar*. Essas pistas são propostas de projetos pastorais que deve ser levado em conta para que a catequese cumpra sua missão evangelizadora na América Latina e Caribe. Dentre elas destacamos alguns pontos como: “[...] formar pessoas pessoalmente comprometidas com Cristo; tomar como fonte principal a Sagrada Escritura; dar prioridade pastoral à formação adequada dos catequistas; atualização da mensagem evangélica” [...] (DP, 1000-1003).

No tocante aos catequistas é necessário integridade do anúncio da Palavra, iniciar os catequizandos à oração e liturgia, uma catequese de cultura vocacional, empenho comunitário para uma catequese processual, educação integral da fé. Para isso é necessário considerar novas metodologias na ação catequética, por meio da arte, da técnica etc.

Atualmente o cenário Latino-americano só ampliou o número de pobres. Hoje há novos pobres, os que migram fugindo da fome e da guerra, do desemprego, do tráfico de drogas etc. Neste âmbito, vale recordar aqui o que diz Maria Clara Bingmer: “[...] a teologia latino-americana deve persistir no método que foi consagrado a tantas décadas no desenvolvimento de sua reflexão teológica: ver-julgar-agir. [...] Abandonar essa direção significaria ser absorvido pelo social (e eclesial) dominante” (BINGEMER, 2017, p. 119).

CONCLUSÃO

Sob a ótica do método *ver-julgar-agir*, Medellín oferece algumas contribuições. No âmbito teológico, o princípio de unidade entre a história da salvação e a história humana. Este princípio mostra que há uma só história na qual Deus age, pois ele é o Deus da encarnação que entra na história humana e faz-nos entender que a história humana e a divina se entrelaçam. No âmbito pastoral, toda a realidade foi assumida como conteúdo catequético. Os diversos aspectos da vida, antropológico, sociológico, cultural, político etc. São entendidos como conteúdo da catequese.

Quanto a Puebla, adverte que o progresso advindo da modernidade não chegava aos mais pobres. E, se a Igreja, desde o Vaticano II, passara a ser entendida como “povo de Deus”, a Igreja na América Latina tinha a tarefa de clamar por justiça para esse povo sofredor. Assim, não é concebível uma evangelização que desconsidera a opção pelos pobres.

Por fim, é plausível dizer que o método *ver-julgar-agir*, corrobora para uma catequese querigmática, mistagógica e evangelizadora. Nesse método, o querigma é anunciado considerando a realidade do sujeito da evangelização que é o catequizando e o catecúmeno; a Mistagogia os introduz no itinerário de discipulado e adesão a pessoa de Jesus Cristo e seu projeto, e nesse processo a Evangelização ocorre de modo mais eficaz.

REFERÊNCIAS

- BINGEMER, Maria Clara. *Teologia Latino-Americana raízes e ramos*. Petrópolis: Vozes; PUC Rio, 2017.
- BRIGHENTI, Agenor. *O método ver-julgar-agir: da Ação Católica à Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 2022.
- . *Teologia Pastoral: A inteligência reflexa da ação evangelizadora*. Petrópolis: Vozes, 2021.
- CELAM. *Conclusões de Medellín*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.
- CELAM. *Conclusões da Conferência de Puebla*. 14. ed. São Paulo: Paulinas, 2009.
- SOUZA, Alzira Rocha de; SANCHES, Wagner Lopes. Palavras-chaves dos documentos das cinco conferências gerais (1955-2007). In: BRIGHENTI, Agenor, PASSOS, João Décio (Orgs.). *Compêndio das Conferências dos Bispos da América Latina e Caribe*. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2018.

EVANGELIZAÇÃO NO MUNDO URBANO

O desafio do ecumenismo com os neopentecostais na pastoral urbana

Matheus Soares da Silva¹

Resumo: O atual momento vivido em nosso país está marcado pela intolerância com o diferente, e o campo da religião não ficou isento. A pastoral urbana deve levar em conta tal desafio com o remédio do diálogo, em especial com os cristãos não-católicos. O Decreto *Unitatis redintegratio*, aprovado no Concílio Vaticano II em 1964, deu muitas luzes na relação ecumênica, admitindo que há valores em comum nas várias tradições cristãs que podem ser compartilhados. Muitos avanços aconteceram eclesialmente, mas ainda é necessário discutir algumas questões que se levantam hoje na pastoral urbana, sobretudo no como realizar a prática ecumênica no contexto de urbanização. Reconhece-se o desafio de traçar um plano pastoral que execute boas relações ecumênicas de maneira mais concreta diante de uma cultura urbana que se expande. É evidente as iniciativas já tomadas com as igrejas protestantes tradicionais, mas se impõe atualmente um diálogo com as denominações neopentecostais, maior ramo do protestantismo crescente no hodierno movimento de urbanização de nosso país.

Palavras-chave: Ecumenismo. Pastoral. Urbanização. Diálogo.

INTRODUÇÃO

A unidade de pensamento e atitudes morais parece ter sido um desejo de muitos idealizadores sociais de uma sociedade utópica, cuja coesão social disseminaria qualquer contrassenso. Mas, na realidade, sempre haverá quem pense diferente e tenha uma ética vivida diferente da convencional, como é o contexto do nosso mundo marcado pela globalização, que deu voz e vez a todos os tipos de grupos e tendências.

No campo da religião não foi diferente. Desde o cisma do Oriente e depois com a revolução protestante, há cinco séculos, o cristianismo não tem sido mais uma religião homogênea, e sim multifacetada, sobretudo no mundo contemporâneo, reflexo da sociedade que vive em crescente processo de urbanização, chegando até na cultura, que se torna mais plural. Nessa circunstância, é preciso romper com a mentalidade e atitudes de combate, semelhante a uma cruzada contra os infiéis.

É nessa perspectiva que se impõe a necessária e emblemática relação de ecumenismo entre as Igrejas cristãs, na busca pelo que há de comum, em um Brasil que não é mais hegemonicamente católico. Este artigo busca elencar as dificuldades e iniciativas históricas das relações ecumênicas, tendo como fim especial uma saída na prática ecumênica com o

1 Licenciado em Filosofia pelo Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí – ICESPI. Bacharelado em Teologia pelo Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí – ICESPI. E-mail: m.filhoamado@hotmail.com

ramo neopentecostal, que se tornou o modo mais popular de protestantismo nas periferias do nosso país, apesar da dificuldade de diálogo que eles apresentam.

Amparado no Movimento Ecumênico do século XX e na opção que a Igreja Católica fez a partir do Decreto *Unitatis Redintegratio*², do Concílio Vaticano II, somos provocados com as seguintes questões: Como dialogar com aqueles que tem valores da fé em comum com os católicos, para depois acontecer um diálogo com o resto do mundo? O povo católico continuará a viver no combate conflituoso com os protestantes, em especial os neopentecostais, enquanto os dois grupos são os que representam a maioria cristã no Brasil? Para tais questões referentes à pastoral urbana, o presente artigo buscará iluminar com algumas reflexões que podem ajudar a pensar numa superação de muros que impedem uma futura unidade.

1 O ECUMENISMO COMO IMPERATIVO PARA A PASTORAL URBANA

A reflexão da teologia pastoral deve considerar o período histórico em que estamos inseridos, posto que o modelo de ação eclesial depende diretamente do tipo de ser humano e de sociedade que se destacam hoje. O atual momento do Brasil é marcado pela globalização como a marca consequente da chamada Revolução Tecnológica, que trouxe a todos os lugares uma “multiculturação”, numa espécie de urbanização virtual, transcendendo a geográfica, ou seja, não estamos mais numa realidade eclesial rural e ilhada, sinônimo de subserviência total aos pastores e de ausência de informações. Essa ruralidade, espacial e de mentalidade, praticamente desapareceu com o advento da internet e a urbanização progressiva.

Com o Concílio Vaticano II, a Igreja teve preferência pelo recurso do diálogo com todos os setores do mundo moderno, expressões da emancipação humana, tecnológica e cultural. Brighenti (2011, p. 33) constatou essa necessidade pastoral quando afirmou que “é preciso buscar uma nova forma de presença da Igreja no mundo, não em espírito de hostilidade e confrontação, mas de interação em forma de diálogo e serviço”.

De fato, a postura apontada pelo pastoralista é a única saída da Igreja para que o Evangelho seja anunciado numa pastoral eminentemente urbana, onde o pluralismo de ideias, crenças e filosofias são tanto quantos a quantidade de cabeças pensantes: o diálogo será a ponte capaz de chegar a cada novo areópago existencial, que é marcado, paradoxalmente, pela intolerância com o diferente. Assim postula o documento de estudos da CNBB sobre a Igreja Católica diante do pluralismo religioso no Brasil em referência ao diálogo com outros grupos religiosos:

Saber apreciar tudo o que de bom existe, seja no campo doutrinário, seja na prática e no testemunho diante do mundo, é também um desafio pastoral. E não só apreciar, mas também buscar a colaboração sincera, em prol dos irmãos mais fracos e necessitados. O diálogo

2 Decreto conciliar aprovado em 1964 que trata do ecumenismo entre as igrejas cristãs, fruto do Movimento Ecumênico já existente anterior ao Concílio. Nele se recomenda a oração, a palavra e a ação como meio para realizar o ecumenismo. A partir desta citação, será utilizado a sigla UR para se referir a tal documento.

com muitos desses grupos resulta difícil, para não dizer impossível. Mas deveríamos nunca o perder de vista. (CNBB, 1994, p. 223)

Diante dessa nova cultura urbanizada, que atinge até mesmo as mais longínquas comunidades rurais, se impõe a necessária e emblemática relação de ecumenismo entre as Igrejas cristãs, pois, se não formos capazes de dialogar com nossos irmãos de batismo, como conseguiremos dialogar com todos os outros setores da sociedade urbana? O dever de casa é começar pela casa comum da fé cristã, para depois partir para a casa comum do mundo.

1.1 ANÁLISE HISTÓRICA E PERSPECTIVAS

O esforço pela unidade dos cristãos partiu das igrejas protestantes, acompanhado de constantes recusas por parte da Igreja Católica Romana, que só acreditava em um diálogo que favorecia o retorno das igrejas para a fé católica, como aconteceu com a carta apostólica de Pio IX, *Iam vos omnes*, de 1868, quando houve um convite aos protestantes para participarem como observadores do Concílio Vaticano I, com a intenção de retornarem à Igreja, conforme Hortal (1989, p. 180). Não obstante, também houve iniciativas magisteriais e laicais pela unidade e diálogo, como os esforços de Leão XIII com os anglicanos e ortodoxos e Chiara Lubich em seu movimento *Focolare*. No entanto, foram iniciativas particulares e de pouco alcance, cabendo aos esforços protestantes o protagonismo do ecumenismo.

A partir de 1919, o adjetivo *ecumênico* adquiriu um novo significado. Nesse ano, o arcebispo luterano de Uppsala (Suécia), Nathan Söderblom, escreveu um artigo em que lançava, por primeira vez, a ideia de um ‘Conselho Ecumenico de Igrejas’. A partir desse momento, os esforços para uma maior compreensão e unidade entre as diversas confissões cristãs passaram a ser designados como “movimento ecumênico (HORTAL, 1989, p. 13).

Segundo Alberigo, o movimento em prol do ecumenismo se desenvolveu através da organização de um Conselho Mundial de Igrejas ou Conselho Ecumênico de Genebra, que realizou encontros e assembleias no decorrer do século XX, sem a presença de católicos romanos por conta de severas proibições da Santa Sé. Uma trégua ocorreu na Assembleia de Nova Delhi, em 1961, quando a Santa Sé, após difícil decisão, e, apesar da oposição do Santo Ofício, que queria que os católicos assistissem como meros “jornalistas”, chegou à conclusão de enviar católicos como “observadores” à Assembleia (ALBERIGO, 1995, p. 382).

O Papa João XXIII foi quem teve, depois da acolhida ao movimento ecumênico por Pio XII, a ação concreta de criar em 5 de junho 1960 o Secretariado para a Unidade dos Cristãos, órgão de preparação para o Concílio Vaticano II, responsável pela elaboração do *Unitatis redintegratio*, que pede aos católicos que “[...] na ação ecumênica, se preocupem com os irmãos separados, rezando por eles, comunicando-se com eles sobre os assuntos da Igreja, dando os primeiros passos em direção a eles” (n. 4). Apesar desses avanços, a Igreja estancou e deixou de dar novos passos em prol do diálogo ecumênico, abraçando novamente uma postura

combativa e intolerante do período tridentino, vide as inúmeras e intermináveis discussões nas redes sociais, de ataques mútuos.

O decreto conciliar “reconhece que o movimento ecumênico, de origem protestante, é fruto da graça do Espírito Santo” (HORTAL, 1989, p. 213), e certifica que há bens verdadeiramente cristãos oriundos do patrimônio comum nas várias tradições cristãs (UR, n. 4). Muito avanços aconteceram partindo dos pastores hierarcas brasileiros, como é o caso da criação e atuação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC, mas ainda é limitado, sendo preciso pensar numa prática ecumênica que atinja a base da Igreja. O Papa Francisco, na *Evangelii Gaudium*, referindo-se a todos os cristãos diz que

Os sinais de divisão entre cristãos, em países que já estão marcados pela violência, juntam outros motivos de conflito vindos da parte de quem deveria ser um ativo fermento de paz. São tantas e tão valiosas as coisas que nos unem! [...] Não se trata apenas de receber informações sobre os outros para os conhecermos melhor, mas de recolher o que o Espírito semeou neles como um dom também para nós. (EG, n. 244)

Torna-se evidente que a apologética combativa e fraticida não pode ser uma opção de ação pastoral católica, mas sim o diálogo e ações práticas em prol do bem comum. O Vaticano já deu um salto significativo com diálogo oficial da Igreja nos últimos anos com criação da Comissão Católico-pentecostal para o Diálogo Ecumênico, em 1972, tendo importantes encontros internacionais e documentos produzidos em conjunto, conforme destaca Laurentin: “Um pentecostal, David Duplessis, foi observador no Concílio Vaticano II. E, desde 1972, o diálogo entre católicos e pentecostais está oficialmente aberto” (1977, p. 25). A mudança da postura da Igreja favoreceu o ecumenismo nos últimos anos, em especial por conta do diálogo com os cristãos não católicos. “De vários modos, a presença deles no concílio marcou ‘o fim da Contrarreforma’” (ALBERIGO, 1995, p. 326), ou seja, o estar junto para dialogar e rezar já é um grande ato de unidade.

1.2 TEOLOGIA PASTORAL DO ECUMENISMO

A teologia pastoral capaz de fundamentar o ecumenismo deve partir do modelo eclesial existente na atual sociedade urbana, marcada pela globalização econômica e de ideias. Para Kasper, a globalização deve ser considerada na pastoral porque “por conta dos meios de comunicação e viagem, as pessoas estão cada vez mais próximas umas das outras e, nações e pessoas se inter-relacionam mais, estando, por assim dizer, no mesmo barco” (KASPER, 2008, p. 25). Destarte, não é possível pensar em uma evangelização que fale somente aos nossos, pois até mesmo a instituição basilar da sociedade, a família, já é uma instituição heterogênea e deve estar ancorada no diálogo inclusivo.

Levando essa concepção para as relações com os cristãos não católicos, os Evangelhos asseguram a inclusão ecumênica àqueles que não estão conosco, como narrou Marcos diante

da tentativa de exclusão dos apóstolos: “Não o impeçais, pois não há ninguém que faça milagre em meu nome e logo depois possa falar mal de mim. Porque quem não é contra nós é por nós” (Mc 9, 39-40). Destaca-se aí o desejo de Jesus “a fim de que todos sejam um” (Jo 17,21). A Igreja funda a reflexão teológica do seu agir ecumênico e pastoral na Trindade Santa, sinal de comunhão. Segundo a *Gaudium et spes*,

Em virtude da sua missão de iluminar o mundo inteiro com a mensagem de Cristo e de reunir sob um só Espírito todos os homens, de qualquer nação, raça ou cultura, a Igreja constitui um sinal daquela fraternidade que torna possível e fortalece o diálogo sincero. [...] Abraçamos também em espírito os irmãos que ainda não vivem em plena comunhão conosco, e as suas comunidades, com os quais estamos unidos na confissão do Pai, Filho e Espírito Santo, e pelo vínculo da caridade, lembrados de que a unidade dos cristãos é hoje esperada e desejada mesmo por muitos que não creem em Cristo. Com efeito, quanto mais esta unidade progredir na verdade e na caridade, pela poderosa ação do Espírito Santo, tanto mais será para o mundo um presságio de unidade e de paz. (GS, n. 92)

Incorpora-se a essa reflexão do agir pastoral uma pneumatologia que reconhece a atuação do Espírito Santo fora das fronteiras da instituição católica, como destaca a encíclica *Ut unum sint*, “não se afirma que além das fronteiras da comunidade católica exista um vácuo eclesial” (n. 13). Mais do que instituição, é preciso abraçar uma teologia pastoral aberta às outras confissões cristãs como consciência de que o Reino de Deus supera as nossas divisões humanas, e esse Reino de Deus é diverso, é de todos.

2 O ATUAL DESAFIO: NEOPENTECOSTALISMO

O cristianismo moderno foi marcado pelo fenômeno pentecostal, caracterizado por ter como base a experiência de Pentecostes e as manifestações carismáticas descritas no Novo Testamento bíblico: o Batismo no Espírito Santo e o falar em línguas, conforme Laurentin (1977, p. 22), que aponta a sua gestação no movimento de santidade do século XVIII. Em outras denominações protestantes foi acontecendo o que se denomina (re)avivamentos durante o século XX, sendo a vertente protestante mais popular e mais crescente nos países subdesenvolvidos.

A história do Pentecostalismo brasileiro, segundo Freston, é composta por três grandes ondas, sendo a primeira delas formada por comunidades rigorosas na vivência da fé e enfoque na conversão, no início do século XX, tendo a Assembleia de Deus como representante, enquanto a segunda onda se caracteriza mais como um movimento de prática carismática de manifestação mais externa, como é o caso da Igreja Deus é Amor, na metade do século passado, e a terceira onda, a do pentecostalismo autônomo, é caracterizada pelo trinômio cura-exorcismo-prosperidade como alicerce de sua espiritualidade intimista, denominada

como neopentecostalismo, sendo a Igreja Deus é Amor uma parte desse todo que engloba em si a maioria das comunidades protestantes do Brasil (FRESTON, 1994, p. 4)

Nas três fases há algo em comum, que vai além da ruptura com o estilo clássico das igrejas protestantes tradicionais: “a insistência dos pastores em que a radicalização existencial do cristianismo exige não apenas uma evolução a partir do catolicismo popular tradicional, mas seu completo abandono, isto é, uma conversão.” (FRESTON, 1994, p. 11), ou seja, a onda pentecostal protestante aderiu uma postura combativa ao catolicismo popular. Ainda assim, é preciso apreciar o que há de positivo e comum, no esforço de traçar planos de comunhão com esse ramo, como nos convoca o decreto conciliar: “Nem se passe por alto o fato de que tudo o que a graça do Espírito Santo realiza nos irmãos separados pode também contribuir para a nossa edificação” (UR 4). Em referência a essa mútua troca de dons, afirma o cardeal Kasper que

Vários aspectos do ser Igreja são mais bem compreendidos nas outras Igrejas. Portanto, o ecumenismo não é uma rua de mão única, mas um processo recíproco de aprendizado [...] O caminho em direção a isso não é, portanto, o de um simples retorno dos outros ao interior da congregação da Igreja católica. O ponto no movimento ecumênico é a conversão não apenas dos outros, mas de todos, a Jesus Cristo (KASPER, 2008, p. 29)

Diante dessa compreensão de dons mútuos a serem compartilhados, se impõe a necessária e emblemática relação de ecumenismo entre as igrejas cristãs. Muitos avanços aconteceram partindo dos pastores hierarcas brasileiros, como as campanhas da fraternidade ecumênicas, mas ainda é insuficiente diante dos desafios impostos pela cultura urbana, que se fragmenta cada vez mais no individualismo e na intolerância com os diferentes, sobretudo quando se traz a mentalidade de revanchismo inerente à polarização política emergida no Brasil nos últimos anos.

3 INICIATIVAS E SUGESTÕES ECUMÊNICAS

São louváveis as várias contribuições dos cristãos não católicos aos católicos: a ministerialidade dos fiéis batizados como protagonistas da missão da Igreja, o apreço às Sagradas Escrituras, a dimensão querigmática da pregação e o orar espontâneo, dentre outros. Conquanto, sabe-se da dificuldade do diálogo com as atuais comunidades cristãs neopentecostais “que apresentam, em geral, uma mentalidade mais exclusivista, de núcleo diretamente escolhido por Deus, e tomam atitudes defensivas, próprias de movimentos francamente minoritários” (HORTAL, 1989, p. 127), cabendo um determinado esmero em iniciativas ecumênicas, que não podem ser dirimidas por conta dessa complexa conjuntura.

Para tais iniciativas, a Igreja Católica estuda e publica documentos com recomendações práticas, algumas até com caráter normativo, como o *Diretório ecumênico* de Paulo VI, “uma verdadeira instrução, exposição da disciplina a que devem submeter-se aqueles que devem

verdadeiramente servir o ecumenismo” (PAULO VI, 1968 *apud* HORTAL, 1989, p. 215). Com essas publicações, foi-se desenvolvendo um autêntico arquétipo de ações ecumênicas que o cristão católico pode realizar, entre encontros de orações ou estudos e ações caritativas em prol do bem comum.

Tratando de iniciativas, o então Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos publicou em 1999 um relatório da quarta fase do diálogo da Igreja com os pentecostais, o *Diálogo Católico-Pentecostal: evangelização, proselitismo e testemunho comum*, que sugere as seguintes ações em comum como testemunho de comunhão: partilha de instituições de estudos em nível superior, troca de púlpitos em cultos não-eucarísticos de adoração, e sobretudo na luta social pela justiça e dignidade humana

Podemos cooperar em ações tais como o desarmamento e a paz, o socorro de urgência a refugiados, a vítimas de catástrofes naturais, trabalhar para alimentar os famintos, criar estruturas de ensino para analfabetos, organizar programas de reabilitação para drogados, salvar jovens, homens e mulheres, da prostituição. Podemos trabalhar juntos para acabar com a discriminação racial e sexual, trabalhar pelos direitos e pela dignidade das mulheres, combater ativamente a legislação permissiva (quanto ao aborto, à eutanásia), promover o desenvolvimento urbano e rural e de moradia para os pobres, denunciar as violações ao meio ambiente e o uso irresponsável dos recursos naturais [...] por que fazemos separados o que podemos fazer juntos? (CPUC, 1999, p. 74)

Esse documento foi assinado por vários representantes de igrejas pentecostais é já uma prova de que é possível acontecer o diálogo e ações concretas também com as igrejas neopentecostais, rompendo barreiras históricas e doutrinárias, lembrando sempre aquilo que ressaltou Kasper (2008, p. 30): “Tal tipo de unidade é, fundamentalmente, um dom do Espírito de Deus e o resultado de sua orientação. Desse modo, a *oikoumene* não é apenas uma questão acadêmica ou diplomática; sua alma e seu coração é o ecumenismo espiritual”, ou seja, tudo começa na oração eclesial e pessoal. Daí que se faz necessário maior enfoque na Semana de oração pela unidade dos cristãos, celebrada no fim de janeiro ou na semana da solenidade de Pentecostes, como sinal do empenho pela unidade que um dia poderá ser definitiva.

Vale também ousar nas iniciativas de encontros em comum, como já acontece há tempos na Comunidade de Taizé, na França, ou a Missão Somos Um, uma plataforma missionária e fraterna surgida no Rio de Janeiro em 2008 e que realizam vários encontros de oração e partilha com a presença de várias confissões cristãs. Todo esforço pela unidade é expressão da comunhão da Trindade Santa, princípio unificador de todas as criaturas.

CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, faz-se preciso compreender que a atual postura da Igreja Católica é a de diálogo com as outras denominações cristãs, e não mais de ataque e apologética, como foi no passado, sobretudo no período da contrarreforma. Ações ecumênicas podem ser uma oportunidade de evangelização daqueles que estão longe da participação eclesial, além de ser um esforço pela unidade naquilo que se há em comum. Essa cosmovisão deve estar presente, como valioso pressuposto de uma pastoral urbana.

Reconhece-se que o Movimento Ecumênico teve grandes contribuições para a unidade dos cristãos no século passado, sendo preciso restaurar no hodierno tempo novas iniciativas a fim de romper com esse inverno ecumênico. Deve-se ter a capacidade de viver em atitude de acolhida e diálogo com os diferentes, buscando o que há de positivo e o que pode ser apreendido, compartilhando os dons, numa via de mão dupla.

Sessenta anos depois da aprovação do decreto conciliar sobre o ecumenismo, emerge a questão: estão os católicos aptos a partir para ações ecumênicas na pastoral urbana? Deve-se ter uma autêntica compressão de que se começa querendo fazer uma relação que a filosofia chama de alteridade, depois deve-se haver uma dedicação à oração pela unidade, em um ecumenismo espiritual, e por fim, uma prática concreta, tão já explorada pela Igreja, quer seja nos estudos em comum, quer nas ações caritativas, ou até mesmo em momentos de oração em comum, como a liturgia das horas ou um círculo bíblico. O importante é ter em mente do dever cristão de se pensar numa atuação mais concreta de diálogo ecumênico diante de uma cultura urbana que se expande, sobretudo com uma atenção especial para as igrejas neopentecostais, que já são maioria absoluta sociedade brasileira urbanizada.

REFERÊNCIAS

- ALBERIGO, Giuseppe. *História do Concílio Vaticano II*. Tradução: Joao Rezende Costa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. *Evangelho se João*. 11.ed. São Paulo: Paulus, 2016. p. 1888.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. *Evangelho de Marcos*. In: Bíblia de Jerusalém. 11.ed. São Paulo: Paulus, 2016. p. 1773.
- BRIGHENTI, Agenor. *A pastoral dá o que pensar: a inteligência da prática transformadora da fé*. São Paulo: Paulinas, 2011.
- CONCÍLIO VATICANO II: CONSTITUIÇÕES, DECRETOS, DECLARAÇÕES. *Constituição pastoral gaudium et spes*. In: 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2000.
- CONCÍLIO VATICANO II: CONSTITUIÇÕES, DECRETOS, DECLARAÇÕES. *Constituição pastoral lumen gentium*. 5.ed. São Paulo: Paulinas, 2000.
- CONCÍLIO VATICANO II: CONSTITUIÇÕES, DECRETOS, DECLARAÇÕES. *Decreto unitatis redintegratio*. 5.ed. São Paulo: Paulinas, 2000.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *A Igreja Católica diante do pluralismo religioso no Brasil*, III. São Paulo: Paulus, 1994. (Coleção de estudos da CNBB; v. 71).

CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS (CPUC). Diálogo católico-pentecostal: evangelização, proselitismo e testemunho comum. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1999.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*: sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. Petrópolis: Vozes, 2015.

FRESTON, Paul. *Nem anjos nem demônios*: interpretações sociológicas do pentecostalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

HORTAL, Jesús. *E haverá um só rebanho*: história, doutrina e prática católica do Ecumenismo. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1989.

JOÃO PAULO II, Papa. *Carta encíclica Ut Unum Sint*: sobre o empenho ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1995.

KASPER, Walter. *Que todas sejam um*: o chamado à unidade hoje. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LAURENTIN, René. *Pentecostalismo entre os católicos*. Petrópolis: Vozes, 1977.

A formação integral como meio da evangelização

Elcio Alcione Cordeiro¹

Resumo: Desenvolve-se, neste ensaio, uma problematização que tem como foco a formação integral como meio da evangelização. A pesquisa é qualitativa, com metodologia de análise bibliográfica e documental dos temas em questão. O objetivo é compreender a formação integral e suas circunstâncias como meio da evangelização. A hipótese é que a formação integral como meio para a evangelização possibilite compreender alguns desafios e pensar em possíveis iniciativas para cooperar com a evangelização no mundo urbano. Por fim, o caminho de transformação a partir do Evangelho é constitutivo da compreensão da formação integral com vistas ao ser humano íntegro e capaz de Deus.

Palavras-chave: Formação Integral. Evangelização. Mundo Urbano.

INTRODUÇÃO

A formação integral como meio da evangelização é a reflexão que se desenvolve, situada no tempo contemporâneo. Com o objetivo de traçar um caminho metodológico, observar-se-á que se concentra em alguns pontos de reflexão, como um breve diagnóstico de época; na sequência, se destacará a reflexão sobre a formação integral. Como o meio da formação integral é recortado no aspecto da evangelização, destacar-se-á o conceito e o que dele se entende. Por fim, à guisa de uma sugestão prática, apresentar-se-á duas maneiras de ação para buscar a formação integral no contexto do mundo urbano.

O tempo atual, é um tempo acelerado, dinâmico e altamente exigente quanto à necessidade produtiva. O mundo não para e as pessoas não têm mais tempo para o ócio cultural. O tempo livre necessário para o descanso e a reflexão, está sendo tomado pelo sistema neoliberal, o qual, faz todos se moverem incessantemente em volta da oferta e procura.

Nesse tempo, faz-se necessário refletir sobre a formação integral, ou seja, um processo que abarca a pessoa toda. Ver-se-á que a perspectiva da formação integral demanda alguns aspectos centrais, como o conceito de ser humano.

Na busca de compreender a formação integral, em vista da evangelização, é importante a boa preparação teológica. Os desafios epocais são enormes, por isso, é importante saber o significado de evangelização. Por fim, sugerir-se-á dois modos de ser na evangelização que denotam a formação integral e que se levados em consideração como postura no anúncio da Boa Nova se, configuram como ferramentas frutuosas na missão pastoral evangelizadora.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo - UPE. Bolsista do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior – PROSUC-II/CAPES, sob a orientação do Profº. Dr. Claudio A. Dalbosco. Email: elcioacordeiro87@gmail.com

1 BREVE DIAGNÓSTICO DE TEMPO

Em pleno século XXI, caracterizado pela globalização, enlaçado pelo neoliberalismo, vive-se tempos complexos, são várias as características que demarcam as particularidades deste tempo. Em relação a esse cenário, três professores da Universidade de Passo Fundo - UPF, escrevem:

[...] destruição irrefreável dos recursos naturais para além da capacidade de renovação deles. Catástrofes ambientais e sanitárias, fenômenos climáticos extremos, perda de terras agricultáveis, destruição das florestas e da biodiversidade, contaminação da água, do solo e do ar, migrações forçadas, guerras e fome ou, ainda, insegurança alimentar resultam da sanha autofágica do lucro (DALBOSCO; CENCI; DORO, 2023, p. 05).

Nesse ambiente doentio, ainda é possível falarmos em formação integral? Este estado atual das coisas é exigente e interfere inclusive no conceito de formação, muitas vezes, fragmentado e flertando com o pragmatismo. A sociedade não está sendo capaz de dialogar, a fim de traçar objetivos comuns e viver em harmonia.

Para exemplificar melhor a conjuntura de análise, estratifica-se, brevemente, algumas categorias, que aproximar-se-ão de uma reflexão global com mais profundidade e consistência.

Economicamente, as grandes potências estão preocupadas com os conflitos bélicos, tomada de territórios e extermínio de determinados grupos ou culturas. Os países pobres carecem de apoio, os em desenvolvimento se equilibram na corda bamba de adesão em troca da barganhada posição em relação aos conflitos. Nesse aspecto econômico, soa uma voz profética: “A economia que mata, que exclui, que polui, que produz a guerra, não é economia: outros chamam-lhe economia, mas é apenas um vazio, uma ausência, é uma doença, uma perversão da própria economia e da sua vocação” (FRANCISCO, 2023, s/p).

É importante voltar o olhar sobre a proposição do Papa Francisco, sobre a economia de Clara e Francisco como uma alternativa em meio a economia sem vida. Além disso, pode-se encontrar pistas reflexivas e práticas em suas duas encíclicas: *Laudato Si'*: sobre o cuidado da casa comum (2015) e *Fratelli Tutti*: sobre a fraternidade e a amizade social (2020).

Politicamente, as ideologias dominantes continuam a ganhar força nas polarizações, onde o que predomina é a eliminação do diferente, mesmo que os meios sejam imorais e antiéticos. Neste campo, o poder fala mais alto, o povo carente é deixado de lado ou passa despercebido. Sobre a política, os bispos latino-americanos balizaram em *Aparecida*: “Alguns parlamentos ou assembleias legislativas aprovam leis injustas contra os direitos humanos e a vontade popular, [...], por ignorância, por falta de acompanhamento e porque muitos cidadãos abdicam de seu dever de participar na vida pública” (CELAM, 2008, nº 79, p. 45). Sem dúvidas o campo político, cada vez mais polarizado em extremismos, preocupa a América Latina, bem como o mundo global.

Culturalmente, carrega-se o grande compromisso de construir cultura, a própria casa, lugar e morada. Entretanto, este denominador comum dos valores está sufocado. Os bispos latino-americanos expressam: “Esse mesmo pluralismo de ordem cultural e religiosa, propagado fortemente por uma cultura globalizada, acaba por erigir o individualismo como característica dominante da atual sociedade, responsável pelo relativismo ético” (CELAM, 2088, nº 479, p. 216). Um dos grandes males da sociedade globalizada, o individualismo, coloca frente a frente irmãos de caminhada como adversários-inimigos em busca de sobrevivência.

Educacionalmente, vive-se a preocupação com as mudanças repentinas e contínuas. As universidades estão sendo engolidas pelas grandes empresas que ditam as normas de competitividade, ranqueamento e produtividade. A universidade, vista como empresa e gerida como tal, na qual, estudantes são vistos como clientes-consumidores, se dobra ao mercado capitalista, focalizando suas forças em uma formação técnica, voltada somente ao mercado de trabalho. Nesse sentido, expressa profunda preocupação o professor Claudio Dalbosco: “O ensino superior mundial tem passado, no decorrer dessas últimas décadas, por profundas transformações, cedendo lugar, progressivamente, para o saber técnico gerenciado, em detrimento do conhecimento crítico-formativo” (DALBOSCO, 2023, p. 3). Diante desta constatação nostálgica, logo vem à mente: E a formação integral? A formação humana, integral e clássica que forma o ser humano para a vida, parece estar passando despercebida.

Ecologicamente, há anos, de maneira incipiente, no final do século XVIII e início do século XIX, criou-se problemas ao meio ambiente que estão tomando proporções irreversíveis, um exemplo disso é o excesso de desmatamento, garimpo ilegal, sufocamento de fontes de água e o uso excessivo de agrotóxicos. A natureza está gritando através de ventos, enchentes, granizos, secas, raios e temperaturas acima de médias históricas. Como grita profeticamente Francisco: “A terra, nossa casa, parece transformar-se cada vez mais num imenso depósito de lixo” (FRANCISCO, 2015, nº 21, p. 19). Neste cenário, o sistema capitalista de estilo neoliberal não mostra capacidade de resolução dos problemas que ele próprio gerou.

Religiosamente, caminha-se em um cenário perigoso e inquietante, em meio aos extremismos de determinadas religiões, fanatismos de algumas igrejas, intimismos e despreparação de seitas e grupos religiosos. Desenvolve-se uma dimensão religiosa confusa, violenta e intimista. Em meio a isso, reina solitariamente a esperança, o diálogo, a sinodalidade e a misericórdia nas palavras e nos gestos de Papa Francisco.

Nesta esteira caminham os bispos do Brasil, destacando suas preocupações e renovando espaços eclesiais. Eles analisam o momento histórico atual: “Busca-se uma espiritualidade difusa, marcada pelo subjetivismo que oferece satisfações emotivas, proximidade e conforto interior, sem alteridade e gratuidade” (CNBB, 2019, nº 10g, p. 24). Tal diagnóstico de época nos permite analisar, refletir e iluminar a nossa ação evangelizadora a partir da consistência teológica em busca de transformação.

2 FORMAÇÃO INTEGRAL

Diante dessa considerável análise do tempo fixa-se a reflexão sobre a formação integral² na direção de uma evangelização transformadora. Pois bem, o que significa falar em formação integral como constitutiva da evangelização? É possível criar estratégias para abrir espaços dialógicos para uma formação humana que contemple o sujeito como membro ativo do processo de transformação a partir do Evangelho? Estas são perguntas norteadoras. Nisso tudo, todos são convidados a olhar para o Mestre de Nazaré. Ele contemplava com profunda humanidade a formação do discipulado como elemento fundante do Reino por Ele anunciado.

Na humanidade, os momentos históricos de mais desgraças precederam momentos de crescimento e transformação. Basta lançar o olhar ao período pós-guerras mundiais, onde houve mudanças significativas no modo de viver, como acordos de paz, Declaração Universal dos Direitos Humanos, reconstrução de nações, cooperação internacional, movimentos democráticos. Destarte, o desastre está ativo, expresso nos conflitos bélicos, movimentos sociais extremistas, no meio ambiente deteriorado, em sistemas políticos unilateralistas etc.

Este é o momento propício do giro radical da evangelização no mundo. Para isso, não se pode prescindir da segura presença e existência de Deus nessa empreitada. Como no exemplo do fariseu Gamaliel que aconselhou seus companheiros que queriam assassinar os apóstolos: “Porque, se este projeto ou esta atividade é de origem humana será destruído. Mas, se vem de Deus, vós não conseguireis eliminá-los” (At 5, 38-39).

Obviamente, precisa-se ir além, confiar e cooperar com o Projeto do Reino, conscientizar-se de que ser humano se está a evangelizar e apresentar com entusiasmo a formação integral. A formação abre perspectivas, engendra pessoas novas e transformadas pelos processos que vivenciaram. Os processos formativos religiosos e sociais, seja qual for a sua fisionomia, sugerem novos horizontes para as pessoas, desvelam horizontes diferentes.

A guisa do filósofo, teólogo e professor, Pe. Elli Benincá (1936-2020), apresenta-se a compreensão de ser humano. Que humano é este que se está a formar integralmente e a evangelizar?

O ser humano na concepção benincaniana é compreendido como uma estrutura aberta, vai sendo construída durante o processo da própria existência. Em constante busca, demonstra-se curioso e insatisfeito, definindo-se como um ser no mundo a procura da posse do Absoluto. A busca lhe garante a existência, reconhece-se frágil enquanto “ser projeto”. Desta forma, “O nosso eu é uma construção. A cada fato novo de consciência, há uma nova

2 “O conceito de formação integral reveste a máxima importância, enquanto é a mesma pessoa na sua totalidade, com tudo o que é e com tudo o que possui, a estar a serviço do Senhor e da comunidade cristã (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 75).

criação e um crescimento de nosso eu” (BENINCÁ, 2000, p. 42). Esta necessidade contempla os aspectos mais corriqueiros da existência humana, realizando a sua vocação do “ser mais”³.

Sem dúvidas, a dimensão transcendental, inerente ao homem e exposta por Benincá, demonstra que a formação integral deve ter como pressuposto um homem que acredita na proposta do Reino e encontra o sentido da sua existência neste projeto em sua trajetória.

Na categoria humana da transcendentalidade têm-se em mente a escatologia cristã católica. Nesta vertente, lança-se o olhar na reflexão do teólogo palotino, Pe. George Augustin:

Se a questão de Deus une todos os homens e desempenha um papel tão decisivo na sua vida, temos bons motivos para colocar a ideia de Deus no centro da vida cristã e da reflexão teológica. A questão de Deus não é apenas a pergunta fundamental da teologia, é a pergunta de toda a existência humana (AUGUSTIN, 2018, p. 30).

A formação integral, nessa maneira de compreender, necessita ser vista como formação da pessoa toda, com todas as suas dimensões. Significa partir de um ser humano integral que acredita em Deus, que tem a proposta do Reino como seu objetivo de vida e missão, contemplando todas as iniciativas para vencer os desafios.

3 EVANGELIZAÇÃO

Na continuidade da reflexão dá-se conta de que a Igreja é chamada a evangelizar, contemplando a integralidade da pessoa humana, uma seara que tem espaço para todos, mas que forma integralmente e edifica cada um em sua individualidade.

Neste viés, ancora-se em Paulo VI (1897-1978), o qual, demarca uma reflexão essencial para a compreensão da evangelização. Trata-se da clássica encíclica *Evangelii Nuntiandi*, a qual, observa que evangelização é o anúncio de Jesus Cristo, e que “[...] aqueles que o desconhecem, de pregação, de catequese, de batismo e de outros sacramentos que hão de ser conferidos” (PAULO VI, 1975, nº. 17).

Neste mesmo viés teológico, destaca-se que, “Evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade” (PAULO VI, 1975, nº. 18). Para isso acontecer é preciso um ser humano integral, novo, capaz de mentalidade evangélica.

A Igreja evangeliza quando, “[...] unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama, ela procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam, e a vida e o meio concreto que lhes são próprios”

3 Segundo Paulo Freire (1921-1997), o homem tem a vocação de ‘ser mais’. “Esta busca do Ser Mais, porém, não pode realizar-se no isolamento, no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existires, daí que seja impossível dar-se nas relações antagônicas entre opressores e oprimidos” (FREIRE, 1975, p. 86).

(PAULO VI, 1975, nº. 18). A necessária conversão evangélica abre espaço ao testemunho do coração evangelizador.

A formação integral é uma tarefa árdua, trabalhosa e demanda o tempo necessário para a pessoa abrir-se à mensagem evangélica. É preciso ter coragem e ousadia para formar bem o ser humano, pois, em se tratando da dimensão religiosa, a evangelização é coisa séria, é tarefa imprescindível do cristão. Nesse aspecto nos ajuda o teólogo João Batista Maroni:

A evangelização exige, portanto, uma promoção integral de cada ser humano. A religião não pode limitar-se ao âmbito privado e ser considerada apenas como meio de mandar almas para o céu. Deus deseja a felicidade de seus filhos também nesta terra. Por isso, a conversão cristã exige uma tomada de atitude transformadora diante da ordem social e do bem comum (MARONI, 2014, p. 91).

A finalidade da evangelização é levar a Boa Notícia do Reino, a partir da abertura e a postura acolhedora desta proposta. A mudança de mentalidade é um processo, se faz aos poucos, com abundância de diálogo, escuta e reflexão. A postura evangelizadora contempla abertura e acolhida. Tal acolhimento precisa de continuidade e compromisso. A Igreja acolhe para inserir a pessoa em um processo de transformação. A ideia tem que ser clara, acolher não significa concordar com as posturas e atitudes do acolhido. Neste ato misericordioso de acolher, está subjacente a transformação da pessoa a partir da proposta cristã.

Esta forma de compreender a proposta cristã é exigente, pois requer abertura à transformação da realidade de morte para uma realidade de vida. Esse processo é o giro radical da vida que a pessoa acolhida deve aderir no seio da Igreja. Não é fácil autoexaminar-se, mas é necessário para que exista transformação. Em nenhuma hipótese o acolhimento abre espaço ao afrouxamento da proposta cristã, ao contrário, requer despojamento de si.

A partir de toda essa sistematização, o que brota no coração? O que se pode propor para o caminho ser transformativo? Adiante, expressa-se, sugestivamente, dois caminhos que possibilitam uma postura de formação integral como meio para a evangelização.

4 MUNDO URBANO

Lançar o olhar para o mundo urbano é um grande desafio, pois, o diagnóstico de época inicial, em sua grande maioria diz respeito ao mundo urbano. Entretanto, como crentes do Deus vivo e verdadeiro, ao olhar para o mundo urbano, deve-se passá-lo pelo filtro da fé. É necessário olhar a cidade pelos olhos da fé e da esperança de transformação.

Neste sentido que refletiu Jorge Mario Cardeal Bergoglio, ao participar do 1º Congresso Regional da Pastoral Urbana em Buenos Aires, 2011, onde proferiu uma reflexão intitulada: *Deus vive na cidade*. A revista *Studium Teológico*, de Curitiba, obteve autorização da Arquidiocese de Buenos Aires e publicou em 2016 a respectiva reflexão.

No referido texto, o então cardeal insiste no olhar de fé para a cidade. Ao refletir sobre passagens do Evangelho em que Jesus está na cidade, como o encontro com Zaqueu ou com a mulher hemorroíssa, destaca: “O Senhor simplesmente passa fazendo o bem. E se maravilha ao ver o que há no coração de tantas pessoas que, excluídas pela sociedade e ignoradas por muitos. Ao entrar em contato com o Senhor se enchem de vida plena” (BERGOGLIO, 2016, p. 73).

A análise desta reflexão sobre a contemporaneidade não deve colocar medo. O crente necessita da confiança de Deus. Assim reflete Bergoglio, “Em que termina um olhar sobre a cidade se não se centra em uma fé aberta ao transcendente? Para ver a realidade faz falta um olhar de fé, um olhar crente. Senão, a realidade se fragmenta” (BERGOGLIO, 2016, p. 75).

Os desafios que brotam de uma realidade secularizada são múltiplos. Mas, a presença de Deus no mundo urbano não pode ser desconsiderada. Atitudes de encontro, diálogo e misericórdia devem impulsionar o caminhar na cidade, “[...] é necessário que reconectemos com o específico cristão para poder dialogar com todas as culturas” (BERGOGLIO, 2016, p. 76).

Uma inspiradora iniciativa é a ação dos cristãos na cidade como testemunhas de valores do Evangelho. Sobre as ações dos cristãos é que se manifesta a presença de Deus. Nisso, a misericórdia e a presença acolhedora farão diferença na transformação da cidade. “Pode-se dizer que o olhar de fé nos leva a sair cada dia e sempre mais ao encontro do próximo que habita na cidade” (BERGOGLIO, 2016, p. 78).

O olhar da fé sobre o mundo urbano e as pessoas diminui as distâncias e possibilita o encontro, o sair às ruas, o ir à comunidade. Isso depende de tempo. A paciência nos processos evangelizadores é compreensível como parte do processo. “O sair de si ao encontro do outro se resolve na aproximação, em atitudes de proximidade. Nosso olhar sempre tem que ser de saída e aproximação. Não autorreferencial, mas transcendente” (BERGOGLIO, 2016, p. 82).

Como apontamentos que germinam dessa reflexão, expressa-se à frente, algumas sugestões que podem ajudar e inspirar. O primeiro encaminhamento, é o diálogo, nele faz-se necessário certa seriedade e humildade, pois, trata-se de uma postura onde todo o nosso ser deve estar disposto a relações aproximativas. Nesta direção aponta o teólogo George Augustin:

Esse diálogo intereclesial não deverá excluir ninguém, mas procurar com grande coragem, disponibilidade e reconciliação, e ainda, com o olhar posto em Deus, esforçar-se por integrar todos. Por amor dos homens, é hoje mais do que nunca importante falar de um modo absolutamente novo e convincente sobre o Deus vivo e libertador, que é o amor e a vida na sua plenitude (AUGUSTIN, 2018, p. 33).

A Teologia, comprometida com a Igreja, com o ser humano e com a formação integral da pessoa humana, lança-se no caminho da evangelização revestida com uma postura dialógica. É verdade que ela encontrará pela frente uma terra devastada com características desafiadoras.

A formação integral tem o dever de agregar o amadurecimento de fé no processo da evangelização, contando com a inspiração do Espírito Santo. É essencial buscar a unidade no anseio de superar as amarras que sufocam a dignidade humana exercitando uma espécie de alteridade cristã. Este é o segundo encaminhamento que brota desta reflexão, a alteridade cristã.

Quer-se expressar que é altamente significativo entrar no mundo do outro, a partir da possibilidade de que o outro entre também no meu mundo. Nessa partilha de espaços, ancorados no diálogo vivo e verdadeiro, conscientes de uma alteridade que gera vida e transformação, conseguir-se-á traçar objetivos comuns, sem perder a centralidade da fé cristã católica. Um modelo de evangelização integrador necessita da cura da interioridade humana.

Faz sentido iniciar o processo evangelizador valorizando e tendo consciência da alteridade cristã, esse modo humano de transpor os limites das diferenças. Neste encontro, cada um mantém a sua singularidade e, aos poucos, através da proximidade e a fusão transformadora, vai acontecendo o processo. Assim, a formação integral é constitutiva do processo de evangelização. Ao se evangelizar, forma-se os cristãos.

A proposição do diálogo enlaçado com a noção de alteridade cristã, constitui um caráter que tem potencialidade de gerar adesão à proposta cristã. A partir da formação integral como instrumento significativo para a evangelização será possível vislumbrar a transformação da pessoa, família, Igreja, comunidade e sociedade.

CONCLUSÃO

Na presente reflexão pode-se observar e entrar em contato com a problematização envolvendo a formação integral como meio para a evangelização. Sistematizar uma reflexão nessa direção em tempos complexos como estão sendo os atuais demandou buscar, a partir das bases e da prática, os fundamentos da evangelização.

O caminho que se propôs contemplou um breve diagnóstico de época, no sentido de assentar a reflexão na realidade, com aquilo que se está vivendo. É importante situar a reflexão na história. Isso embasou e demonstrou uma capacidade analítica para desenvolver as reflexões e destacar alguns apontamentos finais.

A formação integral comporta um entendimento firme e compacto, firme em um estilo de ser humano, fincado na história e capaz de transcendentalidade. Colocar na mesa da reflexão a formação integral é ter a coragem de olhar para dentro de nossa interioridade.

Fazer um caminho interior, desvelando a preparação, como um autoexame, pois, a formação integral comporta a pessoa toda.

O serviço de evangelizar é uma tarefa que brota do Bom Pastor, em seu “ide”, está presente a abertura, a capacidade de entrar em diálogo, de agir com misericórdia, de ser testemunho do Evangelho. A evangelização comporta um sentido eclesial de opção evangélica pelos mais necessitados. Sempre será essencial evangelizar!

Essa construção analítica possibilitou, sob a inspiração do Papa Francisco, a ousadia de pensar por conta própria e destacar dois apontamentos para que a evangelização em chave de leitura da formação integral não cesse de acontecer. A abertura ao diálogo é imprescindível para que a formação integral esteja presente com todas as forças na evangelização. A alteridade cristã é uma postura que brota do fundo da alma como responsabilidade evangélica. O enlace que se realiza com o outro permite um auto crescimento no processo integral de evangelização.

Em síntese, o caminho proposto e desenvolvido apresentou a compreensão necessária, a problematização coerente, com a possibilidade de lançar horizontes para a evangelização a partir da formação integral. Sem dúvidas, o conteúdo não cessa, pelo contrário, sempre será necessário refletir sobre a formação integral, movendo-se, a partir dela, a evangelização.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTIN, George. *Colaboradores da vossa alegria: o ministério sacerdotal hoje*. Tradução: Antonio Maia da Rocha. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- BENINCÁ, Elli. *Introdução a Filosofia*. 11 ed. São Paulo: Centro Diocesano de Pastoral, 2000.
- BENINCÁ, Elli. *Pedagogia Pastoral: Metodologia Histórica Evangelizadora*. In: FAVRETO, Clair; BALBINOT, Rodinei (Orgs). ITEPA: História e Perspectivas. Passo Fundo: Gráfica e Editora Palotti, 2005.
- BERGOGLIO, Mario Jorge. *Deus vive na cidade*. 2011. In: Revista Studium Theologicum de Curitiba. Ano 10. N. 18. 2016. Disponível em: <https://claretiano.edu>. Acesso em: 18/08/2024.
- CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Ratio Fundamental Institutionis Sacerdotalis*. Brasília: Edições CNBB, 2017.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL LATINO AMERICANA. *Documento de Aparecida*. São Paulo: Paulus, 2008.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes para a formação dos presbíteros da igreja no Brasil*. Brasília: Edições CNBB, 2019.
- DALBOSCO, Claudio A; CENCI, Angelo Vitorio; DORO, Marcelo. *Universidade e Formação no Contexto Neoliberal*. In: DOSSIÊ UNIVERSIDADE, PENSAMENTO CRÍTICO E FORMAÇÃO. Educ. Soc., Campinas, v. 44, e273155, 2023.
- DALBOSCO, Claudio A. *A universidade na disputa entre saber gerenciado e conhecimento formativo: o caso da reforma universitária alemã*. 2023. In: Educação Unisinos – V. 27. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br>. Acesso em: 15/08/2024.
- DALBOSCO, Claudio A. *Educação e condição humana na sociedade atual: formação humana, formas de reconhecimento e intersubjetividade de grupo*. Curitiba: Apris, 2021.

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato Si*. São Paulo: Paulinas, 2015.

FRANCISCO, Papa. *A economia que mata, exclui e polui é uma perversão*. In: L'osservatore Romano. 2023. Disponível em: <https://www.osservatoreromano.va/>. Acesso em: 11/04/2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MARONI, João Batista. *Por uma Evangelização Integral: Estudo Teológico à luz do Magistério Latino-Americano*. 2014. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24355/24355.PDF>. Acesso em: 12/04/2024.

PAULO VI, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi*. 1975. Disponível em: <https://www.vatican.va>. Acesso em: 12/04/2024.

Escola de Liderança: experiência de sinodalidade e de formação pastoral na Paróquia Todos os Santos, Feira de Santana, Bahia

Davi Mendes Caixeta¹

Resumo: As lideranças da Paróquia Todos os Santos, na Arquidiocese de Feira de Santana, Bahia, nos anos de 2023 e 2024, realizaram uma intensa experiência formativa chamada “Escola de Liderança”. Essa ação foi fomentada durante encontros e assembleias paroquiais, como forma de aprofundar a vida eclesial como Povo de Deus, fortalecer o trabalho paroquial de rede de comunidades, promover o protagonismo e a participação de diversas pessoas nas ações pastorais, especialmente após os desafios enfrentados no contexto de pandemia de Covid-19. Pautando-se em princípios como sinodalidade, comunhão, participação, diálogo, fraternidade, solidariedade, acolhimento, liberdade, amor a Deus e ao próximo, as próprias lideranças paroquiais – padres, leigos e leigas, religiosos e religiosas – estiveram envolvidas nesse projeto, colaborando desde a sua concepção até a sua implementação. Diante disso, priorizaram-se metodologias participativas e criativas, conectadas à realidade local, para oferecer encontros, estruturados em módulos temáticos, aos participantes das comunidades e das pastorais. Para melhor alcançar os objetivos dessa Escola, trabalharam-se conteúdos fundamentais para a vivência da fé cristã, como o seguimento à pessoa de Jesus na atualidade, a Igreja que se deseja construir, além de temas bíblicos, litúrgicos, humano-afetivos e socioambientais.

Palavras-chave: Formação pastoral, sinodalidade, participação.

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2022 e 2023, aconteceu a “Escola de Liderança”, da Paróquia Todos os Santos, localizada na Arquidiocese de Feira de Santana, Bahia. Esse caminho formativo foi fruto de diálogos, encontros, assembleias, entre as diversas lideranças paroquiais, no sentido de reanimar e requalificar as ações pastorais. Após o período de dificuldades sociais e eclesiais marcado pela pandemia de Covid-19, as ações pastorais foram retomadas, sendo necessária não apenas a rearticulação, mas também uma formação de agentes. Além disso, foi momento importante de repensar o modo de fazer pastoral, devido ao movimento feito pela Igreja católica, sobre sinodalidade, participação e missão.

Surgiu a proposta da Escola de Liderança, como um caminho formativo paroquial, articulada através de módulos e encontros formativos, com uma metodologia participativa, dinâmica e criativa, conectada à realidade local. Como formação voltada para as diversas lideranças paroquiais, levando-se em consideração os diversos trabalhos pastorais, buscou-se refletir sobre temas fundamentais da fé cristã, começando pelo seguimento à pessoa de

¹ Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana – PUG. Mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Graduação em Teologia e em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE. Contato: davicaixeta@gmail.com

Jesus Cristo, além do sentido de ser igreja comunidade de fé, na realidade de hoje, bem como temas bíblicos, litúrgicos, humano-afetivos e socioambientais.

Com esse artigo, são relatados alguns elementos dessa experiência pastoral da Escola de Liderança. Começa-se considerando o contexto em que foi realizada, levando em conta as pessoas envolvidas. Em seguida, pontua-se o processo de idealização e construção dessa proposta formativa, como fruto de diálogos e encontros. Faz-se, assim, um breve relato da realização da Escola de Liderança, articulada em módulos temáticos e encontros formativos.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PARÓQUIA TODOS OS SANTOS

A Paróquia de Todos os Santos, na Arquidiocese de Feira de Santana, está localizada no próprio município de Feira de Santana, Bahia. Foi criada em julho de 1989 e, desde sua origem, tem sido confiada à Companhia de Jesus. Atualmente, essa paróquia é composta por cinco comunidades, abrangendo os bairros Queimadinha, São João e Feira V, todos na área urbana da cidade de Feira de Santana, relativamente próximos à zona central.

Essa realidade urbana, nos últimos anos, passou por um rápido processo de crescimento populacional. Os três bairros de abrangência da paróquia são considerados como residenciais, mas também com diversos pontos comerciais. Além disso, essa região possui grandes desafios sociais, como a diferença socioeconômica entre os habitantes, algumas famílias em situação de vulnerabilidade, outros problemas como violência. Atenta a esse contexto, na Igreja local de Feira de Santana, a Paróquia Todos os Santos tem sido conhecida pelos trabalhos pastorais junto às pessoas mais necessitadas.

O contexto eclesial da Arquidiocese de Feira de Santana é marcado por grandes festas de padroeiros, com novenários, procissões e outras atividades devocionais. Além disso, há importantes trabalhos pastorais arquidiocesanos com liturgia, catequese, juventude. Nesse sentido, a Paróquia de Todos os Santos também assume alguns traços dessa realidade eclesial, mas também chama a atenção por algumas particularidades. Em meados de 2016, começou-se uma reconfiguração paroquial, através de um modelo de rede de comunidades. Em 2018, foi elaborado um Plano Pastoral Paroquial no sentido de reafirmar e conscientizar os paroquianos sobre esse modelo paroquial (PLANO PASTORAL PAROQUIAL, 2018).

No entanto, entre os anos 2020 e 2021, devido à pandemia de Covid-19, muitas das ações eclesiais e pastorais foram suspensas ou readaptadas às exigências daquele momento. Ao final de 2021, retomou-se o caminho de revisão e reconstrução das atividades pastorais. Inspiradas pelo sínodo sobre a sinodalidade, as lideranças da Paróquia se reuniram em algumas assembleias, no decorrer de 2022, no sentido de fazer uma escuta da realidade, discernir caminhos e prioridades pastorais, reafirmar a missão paroquial. Esta foi definida como:

caminhar como Povo de Deus, em espírito de sinodalidade, estabelecendo relações justas com Deus e com os outros, como comunidades de fé, fraternas e solidárias, em comunhão e colaboração com

a vida e missão de Jesus Cristo, em nossa realidade atual, através da reconciliação, da justiça, do diálogo e da fé. (PARÓQUIA TODOS OS SANTOS, 2022)

A partir desses elementos chaves, como sinodalidade, fé, reconciliação, justiça, diálogo, foi reconstruído um Plano de Pastoral Paroquial, para os anos de 2023 e 2026. Como paróquia que caminha como Povo de Deus, foram estabelecidas prioridades pastorais, articuladas em eixos e ações, com grande atenção à formação das lideranças.

2 A PROPOSTA DA ESCOLA DE LIDERANÇA

As assembleias paroquiais foram uma forte experiência de sinodalidade, através do exercício da escuta, do diálogo e da busca por discernir e eleger ações pastorais. Todo o movimento paroquial e arquidiocesano na conscientização e preparação para o Sínodo dos Bispos sobre a Sinodalidade também inspirou o novo Plano Pastoral. Foi considerado que, para atender um desejo de uma paróquia mais sinodal, também seria fundamental uma nova formação dos agentes pastorais, promovendo a participação de todos. Pautando-se em princípios como sinodalidade, comunhão, participação, diálogo, fraternidade, solidariedade, acolhimento, liberdade, amor a Deus e ao próximo, estabeleceu-se a formação não apenas como uma ação, mas como um eixo articulador, das várias ações realizadas pela paróquia, pelas comunidades e também pelas pastorais específicas.

Para efetivar o eixo de formação pastoral, foram definidas diversas estratégias. Entre as principais, destaca-se a Escola de Liderança. Essa proposta formativa, fomentada durante as assembleias paroquiais e em encontros de agentes pastorais, foi fruto do desejo de reanimar as atuais lideranças, sobretudo depois da pandemia, período de grandes dificuldades para as comunidades e pastorais. Além disso, essa nova proposta formativa foi fundamental para animar e preparar novas lideranças, especialmente jovens, para colaborar nas ações pastorais.

Diante disso, foram definidos os objetivos da Escola de Liderança: a) aprofundar a fé na pessoa de Jesus; b) promover e conscientizar sobre a importância do serviço pastoral como a fé que se desdobra em ações; c) promover formação centrada na Palavra de Deus; d) ajudar a conhecer melhor a realidade eclesial e socioambiental; e) promover formações sobre relações humanas, afetividade, saúde emocional (PARÓQUIA TODOS OS SANTOS, 2022). Um desafio para realizar essa Escola de Liderança foi oferecer uma proposta formativa para diversas pessoas, com distintas experiências eclesiais, diferentes conhecimentos acadêmicos e profissionais. Outro desafio foi a sistematização dos conteúdos formativos, no sentido de estabelecer temáticas importantes para as múltiplas pastorais.

Dessa forma, constituiu-se uma equipe paroquial para pensar e implementar essa proposta formativa, composta por padres, leigos e leigas, religiosos e religiosas. De maneira dialógica, foram estabelecidos conteúdos a serem trabalhados: a vivência da fé cristã centrada na pessoa de Jesus, sentido de ser Igreja hoje, formação humana, conscientização socioambiental, conhecimento da Palavra de Deus, também liturgia e catequese. A metodologia dos

encontros também precisou ser repensada a partir da sinodalidade. Evitou-se uma formação eminentemente expositiva, priorizou-se encontros formativos mais dinâmicos e participativos, recorrendo-se à linguagem bíblica, narrativa e artística, propiciando diálogos e partilhas, levando-se em consideração a realidade local, buscando-se manter certa consistência dos conteúdos trabalhados. Um importante símbolo, que inspirou e esteve presente na realização da Escola de Liderança, foi a roda ou o círculo.

O local escolhido para a realização dessas formações foi a Escola João Paulo II, localizada no território da Paróquia Todos os Santos. Esse local propiciou uma formação adequada para as lideranças das cinco comunidades paroquiais, além de ser um espaço propício para implementar uma nova metodologia formativa para os agentes da Paróquia.

3 A REALIZAÇÃO DA ESCOLA DE LIDERANÇA

Para a concretização da Escola de Liderança, pensou-se um caminho que pudesse oferecer certa continuidade e, simultaneamente, dar certa flexibilidade para acolhida de novos participantes. Foram definidos cinco módulos temáticos, sendo que cada módulo contava com dois encontros. Em cada encontro, ocorreram momentos de rememorar o caminho, aproximação com a temática do encontro, dinâmica inspiradora, momento de partilhas e momento de aprofundamento. Para cada encontro, também foram preparados subsídios para serem retomados individualmente ou comunitariamente.

Os cinco módulos temáticos foram: a) introdução pastoral; b) formação humano-social; c) Bíblia; d) liturgia; e) formação socioambiental. Adiante, faz-se um breve relato de cada um deles, com seus respectivos encontros formativos.

A) MÓDULO 1: INTRODUÇÃO PASTORAL

No primeiro módulo da Escola de Liderança, procurou-se retomar temas fundamentais para a vivência da fé cristã, elementos indispensáveis para todo trabalho pastoral. Buscou-se refletir sobre duas questões fundamentais: a primeira de cunho cristológico, sobre a pessoa de Jesus; a segunda, mais eclesiológica, sobre a comunidade dos seguidores de Jesus. O módulo de introdução pastoral consistiu numa retomada do conhecimento e do seguimento à pessoa de Jesus: “Para compreender a fundo a mensagem de Jesus, não basta conhecer o que ele disse e o que ele fez [...] é necessário igualmente saber quem foi Jesus de Nazaré, o filho de Maria, o filho do carpinteiro” (BINGEMER, 2008, p. 51).

No primeiro encontro, a partir das perguntas “Quem é Jesus? Que significa crer em Jesus hoje?”, os participantes foram motivados a participar de uma dinâmica chamada “Café com Jesus”. Em pequenas rodas, houve um diálogo a respeito do conhecimento sobre a pessoa de Jesus. Em seguida, esse tema foi aprofundado, destacando três traços fundamentais da pessoa de Jesus: sua relação com o Deus que ele chamava de Abbá-Pai, a liberdade de Jesus e o Reino como seu projeto de vida (BINGEMER, 2008, p. 51-52). Ademais, foi feita uma

reflexão sobre o sentido de crer em Jesus, no mundo de hoje, a partir da experiência religiosa: “A experiência religiosa está relacionada com nossa condição de criatura que se abisma no seu próprio nada e desaparece diante de quem está acima de toda criatura. É uma experiência originária como a da beleza, da verdade, do bem” (LIBÂNIO, 2003, p. 49).

No segundo encontro, refletiu-se sobre o modelo de igreja daqueles que conhecem e seguem a pessoa de Jesus, sua comunidade de fé. Primeiramente, os participantes foram convidados a viver uma dinâmica intitulada “Museu das Igrejas”. Em grupos, passaram por algumas salas onde estavam expostos objetos e palavras, relacionados a algum paradigma eclesiológico: modelo de comunhão, modelo de hierarquia, modelo da libertação e modelo da subjetividade (ALMEIDA, 2004). Em seguida, foi feito um exercício de se refletir e responder coletivamente as perguntas: “Que Igreja queremos ser? Que Igreja não queremos ser?”. Assim, foi possível identificar “imagens”, modelos, paradigmas eclesiais que tem acontecido na realidade paroquial, refletindo-se criticamente.

B) MÓDULO 2: FORMAÇÃO HUMANO-SOCIAL

O segundo módulo da Escola de Liderança teve seu foco sobre o sujeito da fé, a pessoa que crê na pessoa de Jesus e faz parte de uma comunidade. Nesse sentido, o módulo humano-social trabalhou tanto a dimensão pessoal como a dimensão relacional do sujeito que crê. Além disso, esse módulo teve a pretensão de inspirar os participantes a refletir sobre seus projetos de vida, em que sentido têm se conformado com a pessoa de Jesus.

No primeiro encontro, a pergunta orientadora foi “Quem somos nós?”. Para isso, os participantes foram motivados a participar de uma dinâmica chamada “Olaria”, um exercício de modelar um pedaço de argila, como momento meditativo sobre a própria pessoa: “De fato, fui tomando forma. Uma forma à maneira sua, à sua imagem. Para que haveria eu de servir no futuro?” (MAYER, 2008, p. 206). Um texto bíblico inspirador foi a passagem do oleiro, no livro de Jeremias (Jr 18,6). Ao final desse encontro, foi realizado momento de partilhas em grupo, com relatos de fortes experiências de vida.

Continuando essa formação humano-social, no segundo encontro, os participantes foram motivados pela pergunta “O que buscamos?”. A dinâmica proposta foi o “Jardim”, exercício de cultivar e refletir sobre o próprio jardim, quais são suas flores, quais frutos têm sido cultivados e saboreados, quais são as securas e as pedras presentes no jardim. Após um momento de partilhas, foi propiciado um momento de aprofundamento sobre o sentido dos próprios desejos, considerando as ambiguidades e tensões do ser humano: “Na definição fundamental de “desejo” está assim essa mistura de atração e distância, de impossibilidade e inconformismo” (MENDONÇA, 2018, p. 29).

C) MÓDULO 3: BÍBLIA

Tendo em vista a centralidade da Palavra de Deus para a vivência da fé cristã, o terceiro módulo teve a Bíblica como temática principal. Nessa proposta da Escola de Liderança, o objetivo não foi uma formação específica sobre a Bíblia, mas sim uma conscientização sobre a Palavra de Deus, promovendo a animação bíblica como ponto fundamental para toda vivência eclesial e atividade pastoral. Para tanto foi de grande inspiração a publicação “E a Palavra habitou entre nós” (Jo 1,14): Animação bíblica da pastoral a partir das comunidades eclesiais missionárias”, da CNBB.

No primeiro encontro, a pergunta norteadora foi “O que é a Palavra?”, um texto que acompanhou os participantes foi a “Parábola do Semeador” (Mt 13,1-9). A partir das diversas imagens contidas nessa passagem bíblica, como a semente, o semeador, as pedras, os frutos, foi possível um momento de reflexão sobre o significado da Bíblia, sua autoria, seu contexto, sua intencionalidade. “A Bíblia não caiu pronta do céu. Ela surgiu da terra, da vida do povo de Deus. Surgiu como fruto da inspiração divina e do esforço humano” (MESTERS, 2007).

No encontro seguinte, o intuito foi refletir sobre a eficácia da Palavra de Deus na vida pessoal e comunitária. A pergunta central foi “O que faz a Palavra?”. Para promover essa reflexão e suscitar as partilhas, os participantes puderam inspirados pela parábola do Bom Samaritano (Lc 10,25-37). Com isso, refletiu-se como a Palavra salva, perdoa, cura, alimenta, ensina, liberta etc. Ademais, enfatizou-se a importância de uma leitura cuidadosa da Bíblia:

Nunca manipular o texto da Bíblia em favor das suas próprias ideias!
Mas um texto pode ser lido com duas mentalidades: com a mentalidade avarenta de um pão-duro ou com a mentalidade generosa de um mão-aberta. A gente deve ser generoso e nunca avarento na interpretação da Bíblia. Isto quer dizer: ler não só nas linhas, mas também nas entrelinhas. (MESTERS, 2007)

D) MÓDULO 4: LITURGIA

O quarto módulo trouxe o tema da liturgia, como forma de refletir sobre o mistério celebrado em comunidade. Tal formação não foi voltada especificamente para aquelas pessoas que se dedicam à pastoral litúrgica, mas foi uma proposta formativa endereçada a todas as lideranças paroquiais. Priorizou-se uma conscientização sobre o sentido e a importância da liturgia, com conteúdos importantes para pessoas de diversas pastorais. Retomando um sentido mais amplo: “a liturgia não deve ser considerada como um momento, uma atividade em meio a outras, cultivada talvez mais por uns e menos por outros. É a fonte da qual decorre, como um rio, a vida da Igreja e de cada cristão e cristã” (BUYST, DA SILVA, 2003).

Almejando uma compreensão mais profunda de liturgia, a pergunta norteadora do primeiro encontro foi “O que é liturgia?”. O texto base para essa formação foi “Discípulos de Emaús” (Lc 24,13-35), inspirando uma dinâmica chamada o “caminho de Emaús”. Nesse

percurso, os participantes puderam refletir e partilhar sobre elementos cruciais relacionados à liturgia, como o sentido do caminho (da liturgia), com quem é realizado, de que modo é feito, para qual finalidade. Ao final do encontro, foi feito um exercício para retomar o sentido mais dinâmico da liturgia, como “ação, trabalho, serviço...” (BUYST, DA SILVA, 2003).

O encontro seguinte buscou refletir sobre a importância da liturgia para a comunidade eclesial, tendo como pergunta inspiradora “O que faz a liturgia?”. Para trabalhar tal temática, elegeu-se uma ação litúrgica específica, a celebração eucarística, como raiz e centro da comunidade cristã (BUYST, DA SILVA, 2003, p. 31). A partir da passagem da multiplicação dos pães (Mt 14,13-21), foi realizada uma dinâmica chamada “Padaria de Jesus”, em que os participantes puderam confeccionar uma massa de pão. A medida que os ingredientes iam sendo adicionados e misturados, refletia-se sobre a relação entre liturgia e os gestos de Jesus, a ação do Espírito Santo na liturgia, transformação que essa opera na comunidade. “Fazer eucaristia é antes de tudo transbordar de alegria no Espírito Santo e agradecer ao Pai, porque, por Cristo, por sua vida, morte, ressurreição, gloriosa ascensão, por seu mistério pascal, abriu para nós esperança de vida” (BUYST, DA SILVA, 2003).

E) MÓDULO 5: FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

A temática socioambiental, no decorrer das assembleias paroquiais, se mostrou como uma importante preocupação, tendo em vista a necessidade de sensibilização e conscientização sobre os problemas sociais presentes na realidade da Paróquia Todos os Santos. Diante do apelo de caminhar junto com os mais necessitados e a cuidar da casa comum, o próprio Plano Pastoral trouxe a dimensão socioambiental como um dos eixos de articulação das ações pastorais, reafirmando o caráter missionário e solidário da paróquia (PARÓQUIA TODOS OS SANTOS, 2022). Nesse sentido, a proposta do quinto módulo da Escola de Liderança veio retomar experiências e reflexões sobre essa temática que já ocorreram nos anos anteriores.

O primeiro encontro foi pensado a partir da Carta Encíclica *Laudato Si'*, sobre o cuidado da casa comum. Um dos objetivos foi compreender o sentido de ecologia integral, incluindo as dimensões humanas e sociais (LS, 138). Conjugando as diversas relações, especialmente aquela entre a natureza e a sociedade que a habita, promoveu-se a conscientização sobre os problemas ambientais, a nível mundial e local, sobretudo na região da Paróquia Todos os Santos. “É fundamental buscar soluções integrais que considerem as interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais. Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental” (LS, 139).

O segundo encontro foi pensado a partir da Carta Encíclica *Fratelli Tutti*, sobre a fraternidade e a amizade social. Primeiramente, conscientizou-se sobre a importância do próprio dialogar para uma Igreja sinodal. “Aproximar-se, expressar-se, ouvir-se, olhar-se, conhecer-se, esforçar-se por entender-se, procurar pontos de contato: tudo isto se resume no verbo dialogar. Para nos encontrar e ajudar mutuamente, precisamos de dialogar” (FT, 198). Além de promover uma proximidade com os mais necessitados, tem sido importante

a conscientização sobre a participação política: “Para se tornar possível o desenvolvimento duma comunidade mundial capaz de realizar a fraternidade a partir de povos e nações que vivam a amizade social, é necessária a política melhor, a política colocada ao serviço do verdadeiro bem comum” (FT, 154).

4 CONCLUSÃO

Após a realização do caminho formativo da Escola de Liderança, constatou-se alguns resultados animadores. Observou-se como as pessoas que participaram de todo percurso formativo ou de boa parte dos encontros se sentiram interessadas em conhecer melhor e viver a fé cristã em profundidade e de modo mais engajado. Fundamental para alcançar esse objetivo foram as temáticas escolhidas, a metodologia participativa e dinâmica, a linguagem não apenas acadêmica, mas também simbólica e narrativa, uso de recursos artísticos e tecnológicos. Além disso, constatou-se que os encontros da Escola de Liderança colaboraram para que os agentes pastorais pudessem realizar as diversas ações pastorais de modo mais consciente.

No entanto, também se constatarem alguns desafios, a serem observados e considerados para próximas experiências formativas. Diante de um contexto de grandes desafios sociais e eclesiais, a continuidade da formação se faz extremamente necessária. O protagonismo e a participação de leigos e leigas precisam ser continuamente reafirmados, não somente com formações, mas também na própria prática pastoral. Além disso, seriam necessários outros módulos formativos para contemplar outras várias temáticas importantes para a vivência eclesial e a prática pastoral. Assim, reafirma-se a necessidade de continuar construindo processos formativos, pautados pela sinodalidade e pela participação, retomando e aprofundando temas fundamentais para a vivência da fé cristã.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Antônio José de. *Sois um em Cristo. Livros básicos de teologia*. Paulinas: São Paulo, 2004.
- BINGEMER, Maria Clara L. *Jesus Cristo: servo de Deus e messias glorioso*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- BUYST, Ione. DA SILVA, José Ariovaldo. *O mistério celebrado: memória e compromisso I*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- FRANCISCO, Papa. *Carta encíclica Fratelli Tutti sobre a fraternidade e a amizade social*. Assis, 2000.
- FRANCISCO, Papa. *Carta encíclica Laudato Si' sobre o cuidado da casa comum*, Roma, 2015.
- LIBANIO, João Batista. *Crer num mundo de muitas crenças e pouca libertação*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- MAYER, Canísio. *Viver e Conviver*. São Paulo: Paulus, 2008.
- MENDONÇA, José Tolentino. *Elogio da sede*. São Paulo: Paulinas, 2018.
- MESTERS, Carlos. *Bíblia, livro feito em mutirão*. São Paulo: Paulus, 1997.
- PARÓQUIA TODOS OS SANTOS. *Plano Pastoral Paroquial 2023-2026*. Feira de Santana, 2022.
- PARÓQUIA TODOS OS SANTOS. *Plano Pastoral Paroquial “Rede de Comunidades” 2019-2020*, 2018.

PASTORAL, CULTURA DIGITAL E NOVAS TECNOLOGIAS

A Catequese como caminho aberto para um autêntico diálogo pastoral numa cultura *onlife*

Dione Afonso Rodrigues Pereira¹

Resumo: Em 2020, o Pontifício Conselho para a Promoção da Nova Evangelização lançou o *Diretório para a Catequese* (DiC). O texto expressa a vontade de “aprofundar o papel da Catequese na dinâmica da Evangelização” (DiC, 5) como “uma ferramenta para a elaboração do Diretório Nacional ou local (...) e que os Catequistas encontrarão sustento e desafio em seu ministério diário de amadurecimento na fé de seus irmãos e irmãs” (DiC, 10). Diante do Grupo Temático (GT) 4: “Pastoral, Cultura Digital e Novas Tecnologias”, e, servindo dos termos “catequese no estilo dialógico” e “catequese como autêntico ‘laboratório’ de diálogo” (cf. DiC, 54), pretendemos apontar caminhos nesta proposta pastoral da escuta e do diálogo aberto e sincero na vida eclesial e na cultura digital. Vivemos num tempo em que o sujeito *online* e *offline* não se sustenta mais. O filósofo italiano Luciano Floridi nos apresenta o *onlife*: uma nova experiência de uma realidade *hiperconectada* que nos une num só e oferecerá luzes para uma possível “Pastoral de Conjunto”.

Palavras-chave: Catequese. *Onlife*. Cultura Digital. Diálogo. Pastoral de Conjunto.

INTRODUÇÃO

A introdução deste breve trabalho trata das primícias motivacionais que conduziram o porquê de tal investigação. Começamos partindo de uma experiência real e prática numa paróquia do interior de Minas Gerais, situada na Zona da Mata. No município de Manhumirim-MG, com os seus 20.613 habitantes, segundo dados do IBGE do censo de 2022², encontramos a Paróquia Bom Jesus de Manhumirim subdividida em 30 pequenas comunidades eclesiais de base situadas nas zonas rural e urbana. É nesta realidade que nos encontramos: entre pessoas simples e sedentas por Deus e que buscam cultivar a fé num ambiente que ao mesmo tempo é devocional – devotos do Bom Jesus – e de fé participativa com seus trabalhos pastorais e de evangelização.

Em 2022, um desejo partiu latente do pároco local e de um grupo de catequistas responsáveis pela Turma da Crisma. Eles percebiam que a evangelização com os jovens da paróquia não estava, de certo modo, levando-os a uma experiência de vida de comunidade. Segundo o que partilhavam, era nítido o despreparo da catequese com essas turmas jovens quando se viam quase 200 jovens crismando todos os anos no Santuário do Bom Jesus, situado no centro da cidade, e quase não se viam estes jovens em suas comunidades locais e nem

1 Graduado em Filosofia pela FAJE, BH-MG. Graduado em Jornalismo pela PUC Minas. Graduando em Teologia pela FAJE. E-mail: odionecomd@gmail.com.

2 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/manhumirim.html>. Acesso: 03.09.2024.

nas ações pastorais da paróquia. Quando, em 2019, o Papa Francisco se debruçou sobre o tema da juventude numa perspectiva sinodal, ele afirmou que os jovens

sofreram os embates das mudanças sociais e culturais. Nas estruturas atuais, muitas vezes não encontram respostas para suas inquietações, necessidades, problemáticas e feridas. (...) Torna-se necessário, no entanto, aprofundar a participação desses na pastoral de conjunto da Igreja, bem como em uma maior comunhão entre eles em uma melhor coordenação da ação (...) a urgência de que eles tenham um protagonismo maior nas propostas pastorais (ChV, n.202).

Ao propormos uma Catequese como caminho aberto, propomos uma experiência nova. Nova, não no sentido de que nunca se fez, pelo contrário, mas é nova no sentido de que a Paróquia do Bom Jesus de Manhumirim precisa alçar novos itinerários pastorais para a sua catequese, a fim de buscar aperfeiçoar sua atividade pastoral junto dos jovens crismados. Portanto, neste trabalho iremos conhecer uma experiência pastoral teórico-prática com um grupo de 20 catequistas da Crisma, em formação, de quase todas as comunidades desta paróquia.

A experiência bebe de uma fonte primordial: as Sagradas Escrituras, aquela fonte única capaz de nos saciar a sede e de nos oferecer a água da vida; depois temos “dois baldes³” que nos auxiliarão a saciarmo-nos nesta estrada. O primeiro é o Documento da CNBB, número 107, aprovado em 2017 e que trata diretamente do método da IVC – Iniciação à Vida Cristã. Sentimos o desejo de experimentar um modelo que já é antigo na Igreja, mas que, infelizmente ficou esquecido em nossas gavetas, no porão das nossas comunidades, como fazemos com tantos outros documentos e encíclicas do Magistério da Igreja. “Nos encontramos numa nova etapa evangelizadora (...) É urgente a revisão de nosso processo de transmissão da fé” (CNBB, Doc.107, n. 1). O outro “balde” é o Diretório para a Catequese que o Pontifício Conselho para a Promoção da Nova Evangelização lançou em 2020. É deste texto que as expressões “catequese no estilo dialógico” e “catequese como autêntico ‘laboratório’ de diálogo” (DiC, n.54) nos inspiraram nesta nova empreitada pastoral.

“Dá-me de beber⁴” (Jo 4,7), é o pedido de Jesus à mulher samaritana. Um encontro que parecia propor mais desencontros que proximidade. Mas os fatos históricos, culturais, religiosos e sociais não impediram que o diálogo acontecesse e a fé fosse anunciada. Tal ambiente, com todas as suas contradições humanas e com seus desafios pode se configurar em tantos outros ambientes entre nossas comunidades em nossa paróquia. Não é fácil encontrar-se. Mas o encontro é uma ação simples e despretensiosa. Sabemos que “o processo de Iniciação à Vida Cristã requer novas disposições pastorais. São necessárias perseverança, docilidade à

3 Um dos elementos fortemente trabalhados nos encontros de formação nos moldes da IVC é o símbolo na catequese. Veremos mais adiante.

4 Todas as citações bíblicas neste trabalho seguem a tradução da A Bíblia, da Paulina Editora, 2023.

voz do Espírito, sensibilidade aos sinais dos tempos, escolhas corajosas e paciência” (CNBB, Doc.107, n. 9).

O trabalho pastoral que este artigo investiga está em construção. Estamos na primeira etapa do processo, na qual o grupo de catequistas se encontra, “na sala de cima”, tal qual os discípulos e as discípulas no início da Igreja⁵, reúnem-se e promovem encontros interativos e, inclusive, no nosso caso, também digitais. A assessoria é oferecida à distância, mas o grupo se reúne para refletir e partilhar juntos as experiências. O Caminho que se abre é aquele do diálogo pastoral ou da sinodalidade, do caminhar juntos, da chamada “Pastoral de Conjunto”. Tal caminho encontra na Cultura *Onlife*, patenteada pelo filósofo italiano Luciano Floridi (1964 -) uma perspectiva sinodal de encontro e de ação missionária da transmissão da fé e da evangelização com as Novas Gerações.

1 PROPOMOS UM ITINERÁRIO, UM CAMINHO DE PERTENCIMENTO

No Documento de Aparecida, quando se fala de Pastoral de Conjunto, recorda que é preciso que todos os movimentos, organizações pastorais e sociais, pequenas comunidades “ofereçam uma visão de conjunto e a convergência das diversas iniciativas”. Ainda complementa sobre o processo de formação de lideranças, para que a “eficácia do processo seja acompanhado por pessoas com pedagogias dinâmicas, ativas e abertas” (cf. DAp, n. 281). Esse estilo pastoral, que hoje ganha força no processo sinodal é continuamente criticado por conta de “seus métodos aplicados”, que, nem sempre “estão atualizados. Os serviços catequéticos das paróquias frequentemente carecem de colaboração próxima das famílias” (DAp, n. 296).

Na IVC, o itinerário que se propõe, conta com tal colaboração entre agente de pastoral e comunidade; entre catequista e família; entre clero e leigo; entre jovens e idosos. Não é um caminho separado e ele não suporta liderança apegada ao serviço pastoral. Mas é um caminho livre. Atualmente nossas paróquias e comunidades sofrem com a falta de pessoas disponíveis para a evangelização, ao mesmo tempo em que sofre com aqueles que já estão uma eternidade na pastoral e que por conta de tal apego não conseguem atualizar a missão e a catequese. O que fazer?

Por isso, a proposta de um “caminho aberto” para um possível “diálogo pastoral”. O primeiro passo é resgatar a importância e o valor, a presença e participação ativa do cristão leigo e leiga conscientes na vida de comunidade. Homens e mulheres que não se deixam levar por qualquer ideologia e que continuam firmes na Palavra de Deus e na ação pastoral. Nesse sentido, o encontro de Jesus com a mulher da Samaria nos desperta para este caminho, quando ela, após o encontro com Jesus, se encontra numa situação decisiva: ir dar testemunho de que, de fato, conheceu o Senhor.

5 Atos dos Apóstolos 1, 12-14.

O primeiro anúncio abriu caminhos para uma adesão que gerou vida nova aos discípulos. O que se iniciara por uma experiência pessoal e individual, desdobrou-se em vivência de comunidade de fé. Nesse sentido, é que entendemos que um processo consistente de Iniciação à Vida Cristã é indispensável ao tipo de missão que os novos interlocutores de hoje estão pedindo à nossa Igreja (CNBB, Doc.107, n. 36. 38).

Dentre os encontros de formação com os catequistas, o Diretório para a Catequese nos alerta: “A Catequese jamais pode ignorar o Mistério Pascal como qual a salvação foi dada à humanidade e que é o fundamento de todos os sacramentos e a fonte de toda a graça” (DiC, n.171). Os sacramentos na vida do adolescente e do jovem, bem como na vida de cada um de nós, adultos na fé, não são pontos de chegada, mas, sim, são o ponto de partida de vivência da fé e do Mistério Pascal de Cristo. Contudo, apenas uma boa IVC é capaz de dar aos sacramentos o seu significado e sua relevância na vida da Igreja na vivência de comunidade.

Era assim com as primeiras comunidades cristãs: a pessoa que procurava participar das reuniões em torno da Palavra e do Pão era iniciada, e, no processo, pedia o sacramento. Era batizada e participava mais ativamente da Igreja. Hoje, parece que a Catequese busca fazer o caminho inverso: o sacramento é o foco central do processo catequético, qual o problema nisso? O Catequista não se envolve e não insere o catequizando na vida de fé da Igreja. É preciso mudar, e essa mudança se chama conversão pastoral. Para tanto, a IVC

não significa reproduzir, ao pé da letra, o catecumenato, mas assumir seu estilo e dinamismo formativo, respondendo também à ‘necessidade de uma renovação mistagógica, que poderia assumir formas muito diferentes de acordo com o discernimento de cada comunidade educativa’ (EG, n. 166). O catecumenato tem uma intrínseca perspectiva missionária, que, com o passar do tempo, foi se enfraquecendo na catequese (DiC, n. 64).

Portanto, é importante uma reflexão sobre os métodos, perspectivas, narrativas e metodologias na Catequese. Como afirmamos na introdução, um aspecto positivo e que vem fazendo a diferença é o resgate da dimensão simbólica na Catequese, elemento forte na dinâmica da IVC. Além da linguagem simbólica, também a litúrgica e a bíblica fornecem um diferencial positivo. “A Igreja (...) nos ensina a linguagem da fé para nos introduzir na compreensão e na vida de fé” (CIgC, n. 170-171). Assim como, também, a linguagem digital e suas ferramentas. Passar de uma comunicação unidirecional para a comunicação interativa e dialogal. “A realidade virtual não pode substituir a realidade espiritual e eclesial vivida no encontro direto entre as pessoas” (DiC, n. 217).

2 O DIÁLOGO PASTORAL NUMA CULTURA *ONLIFE*

À pergunta, – por que falar de Internet e Redes Sociais na Catequese? – ficamos com a afirmação de Antônio Spadaro, padre Jesuíta, quando veio ao Brasil, em 2014: “A Rede não é mais um instrumento que se pode ou não usar. Ela é um lugar, mas, não um ‘lugar’ específico dentro do qual se pode entrar em alguns momentos para viver *online*. A internet é um lugar de experiência” (SPADARO, 4º Encontro Nacional da PASCOM).

Inevitavelmente, o Diretório para a Catequese não fica às margens do tema da Cultura Digital no processo Catequético e destina um subtítulo apenas para tratar deste assunto: “o digital, que não corresponde somente à presença de meios tecnológicos, de fato caracteriza o mundo contemporâneo e sua influência tornou-se, em pouco tempo, ordinária e contínua” (DiC, n. 359); “A internet e as redes sociais criam uma oportunidade extraordinária de diálogo, encontro e intercâmbio entre as pessoas, bem como de acesso à informação e ao conhecimento” (DiC, n. 360). Um destaque também foi dado aos perigos ao usar estes meios: “Deve-se reconhecer, no entanto, que o ambiente digital é também um território de solidão, manipulação, exploração e violência [...] Os meios de comunicação podem expor ao risco de dependência, isolamento...” (DiC, n. 361). São 15 parágrafos destinados ao tema da Cultura Digital e Catequese, presentes no Diretório.

E mais, a nova versão do Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil (DCIB) apresenta, em seu capítulo III o tema “Catequese, processos e meios de comunicação”, e afirma que:

As redes sociais digitais, presentes na vida de grande parte dos catequizandos e das catequizandas, são outra oportunidade de encontro e reflexão no processo catequético. Tais redes podem integrar na Catequese novas possibilidades de participação efetiva na vivência cristã. Para que isso ocorra, faz-se necessária, nesse ambiente midiático, uma interação entre fé e vida, ao compartilhar os valores evangélicos e o testemunho cristão. (...) No paradigma de catequese híbrida ou *onlife*, acentuado na pandemia de Covid-19, é recomendável que as paróquias contem com um ambiente preparado para a comunicação presencial e digital... (DCIB, n. 98).

Como proporcionar o encontro pessoal com Jesus Cristo também nas redes digitais? “É importante ajudar a não confundir os meios com o fim, a discernir como navegar na rede, de modo a crescer como sujeitos e não como objetos e ir além da técnica para encontrar uma humanidade renovada na relação com Cristo” (DiC, n. 372). Nessa seara da comunicação Floridi cunha o termo *onlife* na qual “refere-se à nova experiência de uma realidade hiperconectada dentro da qual não é mais sensato perguntar se alguém pode estar *online* ou *offline*” (FLORIDI, 2012, p. 1).

Silva, numa instigante pesquisa sobre Catequese Digital afirma que “não podemos mais ver a criança ou o jovem como mero receptor, alguém carente de conhecimento que precisa receber isso de mim” (SILVA, 2021, p. 177). Lembra dos 2 baldes que enunciamos acima? Pois bem, de nada eles valerão se não estiverem cheios e transbordantes da Palavra de Deus.

A catequese colhe sua mensagem da Palavra de Deus, que é a sua principal fonte. Portanto, é “fundamental que a Palavra revelada fecunde radicalmente a catequese e todos os esforços para transmitir a fé” (EG, n. 175). A Sagrada Escritura, que Deus inspirou, alcança profundamente a alma humana, mais do que qualquer outra palavra. A Palavra de Deus não se exaure na Sagrada Escritura, porque é uma realidade viva, atuante e eficaz (Is 55, 10-11; Hb 4, 12-13) (DiC, n. 91).

A dimensão simbólica da Catequese é algo que precisa ser resgatado. A capacidade do ser humano de não saber mais ler os símbolos não é algo do nosso tempo, é uma herança pós-moderna que fez penetrar na humanidade um “espiritualismo abstrato que contradiz a própria natureza do homem, espírito encarnado e, portanto, em si mesmo, capaz de ação e compreensão simbólica” (DD, n. 28). O Papa Francisco, ainda reitera em sua Carta Apostólica *Desiderio Desideravi* que “uma celebração que não evangeliza não é autêntica, tal como não o é um anúncio que não leve ao encontro com o Ressuscitado” (DD, n. 37). Hoje, é urgente “recuperar a capacidade de utilizar e de compreender os símbolos na Liturgia” (DD, n. 44b). Recuperar e se deixar mover e se transformar pela simbologia presente na Criação, na natureza, no simples da vida e na Catequese.

Vivemos numa era em que o avanço das TICs – as Tecnologias da Informação e Comunicação – avançaram muito mais do que esperávamos (Floridi), e muitas referências, ideologias, conceituações caíram por terra. O tempo em que vivemos está nos deixando com aquela sensação de que, ou a gente corre junto com todos, ou nós somos esmagados pelas transformações desenfreadas e o frenesi social nos atropelaria deixando-nos para trás. Perde, nesse ponto algo essencial para a vida humana:

A humanidade (está despreparada) para aproveitar ao máximo seu recurso mais precioso, o tempo. As tecnologias são usadas para economizar tempo primeiro e depois para matá-lo. Então, uma das questões políticas urgentes que enfrentamos nas sociedades de informação avançada é: em que tipo de projeto humano estamos trabalhando? [...] O que é, em última análise, finito, precioso, não renovável, e não compartilhável é, na verdade, o tempo. Ao falar sobre recursos atencionais finitos, também deveríamos nos preocupar com a “atenção-tempo” dedicado a algo, porque isso não é ilimitado nem substituível (FLORIDI, 2012, p. 22) [Tradução própria].

E o Papa Francisco, na sua Carta Encíclica *Fratelli Tutti*, sobre a fraternidade e a amizade social também esclarece que

Conta Jesus que havia um homem ferido, estendido por terra no caminho, que fora assaltado. Passaram vários ao seu lado, mas... foram-se, não pararam. Eram pessoas com funções importantes na sociedade, que não tinham no coração o amor pelo Bem Comum. Não foram capazes de perder uns minutos para cuidar do ferido ou, pelo menos, pedir ajuda. Um parou, ofereceu-lhe proximidade, curou-o com as próprias mãos, pôs também dinheiro do seu próprio bolso e ocupou-se dele. Sobretudo deu-lhe algo que, neste mundo apressado, regateamos tanto: deu-lhe o seu tempo. Tinha certamente os seus planos para aproveitar aquele dia a bem de suas necessidades, compromissos ou desejos. Mas conseguiu deixar tudo de lado à vista do ferido e, sem o conhecer, considerou-o digno de lhe dedicar seu tempo (FT, n. 63).

Acreditamos que a IVC – Iniciação à Vida Cristã também passa por aí. A grande diferença de uma catequese que transforme a vida de nossos jovens está no momento em que decidimos dedicar um pouco do nosso tempo, bem mais precioso que temos para evangelizar alguém que ainda não conhecemos.

CONCLUSÃO

Nosso trabalho ainda não cabe uma conclusão definitiva, pois, como afirmamos, esta experiência pastoral encontra-se em seu primeiro estágio. Estamos concluindo o ciclo de formação com a primeira turma de 20 catequistas da Paróquia Bom Jesus de Manhumirim-MG que duraram todo o ano de 2024. Foram 12 encontros inspirados no método da IVC que abordaram temas que vão desde a eclesiologia até o Magistério da Igreja.

A proposta é que na abertura do novo ciclo litúrgico, no I Domingo do Advento – que neste ano se dará em 01 de dezembro – seja a abertura da Catequese com nova turma da I Etapa da Crisma com estes catequistas que passaram pela experiência. No primeiro dia, seja feita uma Festa da Acolhida com os jovens iniciantes no processo crismal com dinâmica de convivência e de partilha. Assim, quebra-se mais um estereótipo ainda muito presente em nossas paróquias e comunidades que é a catequese que se rege pelo calendário escolar, esquecendo-se do calendário da Liturgia da Igreja. Sabemos que “não podemos transmitir qualquer conteúdo relacionado à fé, ou ensinar de qualquer jeito normas e doutrinas, como se estivéssemos colocando fardos pesados nas costas dos catequizandos” (SILVA, 2021, p. 206).

Portanto, precisamos desenvolver métodos que incentivem à participação e que faça desenvolver atrativos para a missão e a evangelização. Nossa “Igreja não cresce por proselitismo, mas ‘por atração’” (EG, n. 14). Agora, cabe a nós nos perguntar: minha catequese

é atraente? A comunidade em que participo é um lugar que atrai os nossos jovens? Nossas liturgias são capazes de atrair as pessoas para um caminho de conversão e transformação?

Olhando para nossa ação pastoral hoje: estamos prontos para abandonar antigos métodos pastorais que funcionaram na Catequese do passado e que já não correspondem mais, afim de abraçar um percurso diferente e que pode inovar em nossa tarefa evangelizadora? Nossa catequese está preparada para o hoje, ou ainda olha para o passado com saudosismo pastoral? Nossa catequese é uma pastoral acolhedora, atraente e evangelizadora, ou se fecha em uma sala com suas cadeiras e mesas? Estamos prontos para nos encontrar com gerações mais novas de jovens que vivem em outro universo, são *experts* com as tecnologias?

Enfim, ainda temos muitas perguntas, mas o importante é o itinerário que nos dispomos a fazer e com quem fazer. Voltamos naquela palavra do Documento de Aparecida (2007) sobre a Pastoral de Conjunto. Independente do caminho que estamos dispostos a percorrer, é preciso um esforço de todos juntos; de toda a comunidade. “Não se trata de fazer apenas ‘reformas’ na Catequese, mas de rever toda a ação pastoral, a partir da Iniciação à Vida Cristã” (CNBB, Doc. 107, n. 138). Caso contrário, o caminho nunca se abrirá para um autêntico diálogo pastoral numa cultura *onlife*.

REFERÊNCIAS

CELAM. *Documento de Aparecida*. São Paulo: Paulus, 2007.

CNBB. *Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil*. Edição atualizada. Documentos da CNBB, 99. Brasília: Edições CNBB, 2023.

CNBB. *Iniciação à Vida Cristã: itinerário para formar discípulos missionários*. Documentos da CNBB, 107. Brasília: Edições CNBB, 2017.

FLORIDI, L. *The Online Manifesto. Being Human in a Hyperconnected Era*. New York: Springer, 2015. Disponível em: <https://www.springer.com/gp/book/9783319040929>. *E-book*.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli Tutti* sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulus, 2020.

FRANCISCO. *Carta Apostólica Desiderio Desideravi* sobre a formação litúrgica do Povo de Deus. Documentos Pontifícios, 53. Brasília: Edições CNBB, 2022.

FRANCISCO. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Christus Vivit* para os jovens e para todo o povo de Deus. São Paulo: Paulus, 2019.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO. *Diretório para a Catequese*. São Paulo: Paulus, 2020.

SILVA, A. A. – *Catequese Digital: por onde começar?* São Paulo: Paulus, 2021.

Viver a vida em Cristo em meio às “Fakes News” à luz das orientações da Igreja

*Euripedes Gonçalves de Carvalho Neto*¹

Resumo: O artigo aborda a problemática das *fake news* e seus impactos negativos para as vítimas e para a sociedade, que vê seu direito à informação e à construção crítica prejudicados. Diante do aumento desenfreado dessas notícias falsas, a pesquisa explora a perspectiva da Igreja Católica sobre o fenômeno, buscando entender como o Catecismo orienta os fiéis a viverem em Cristo e evangelizarem mesmo em um ambiente de desinformação. A análise traça a relação entre a missão evangelizadora e os meios de comunicação, examinando como a Igreja Católica se posiciona frente às *fake news*. Sob a orientação de líderes como o Papa Francisco, a Igreja se mantém vigilante e firme no combate à desinformação, propondo um caminho de verdade e respeito à dignidade humana. O objetivo é guiar os fiéis em uma prática comunicativa pautada pela ética e pela busca da Verdade que, para a Igreja, é Jesus Cristo, promovendo assim uma convivência respeitosa e ética em relação ao próximo.

Palavras-chaves: Comunicação. Fake News. Igreja Católica.

INTRODUÇÃO

Em meio a tempos de informações imediatas e de acesso massificado pelos indivíduos, enfrentamos uma grande problemática quanto à disseminação de notícias falsas, mais conhecidas como *fake News*. Essas desinformações trazem um grande prejuízo, não só para quem é vítima dessas falsas informações, mas também para toda a população, ao ver seu direito à informação turvado, impossibilitando a construção de sua essência crítica e moral.

Diante do crescimento desenfreado das *fake news*, que abalam a moral social, surge uma indagação que permeia o centro desta pesquisa: como a Igreja Católica vê esse fenômeno e quais são suas orientações para nos conduzir a viver uma vida em Cristo, sua evangelização e obra, mesmo cercados por tais notícias? Dessa forma, traçaremos o percurso da missão evangelizadora pelos meios de comunicação, oferecendo uma compreensão das *fake news* sob o olhar da Igreja Católica e suas orientações.

1 EVANGELIZAÇÃO PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Pelo batismo, como discípulos, somos convocados por Jesus a propagar seu evangelho pelo mundo: “Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura” (cf. Mc 16, 15). Entretanto, esse chamado à evangelização tomou outro caminho nos tempos atuais: os pés e a palavra falada deram lugar aos dedos e à palavra escrita. De acordo com Azevedo (2018, p.

¹ Acadêmico do 3º ano do curso de Bacharelado em Teologia, do Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí (ICESPI). Contato: euripedes.1990@hotmail.com

63), a evangelização, isto é, a comunicação da mensagem do Evangelho, busca tornar possível a experiência com o sagrado nas mais diversas épocas da história.

Nossa sociedade evoluiu, e, junto com ela, os meios de comunicação, bem como a forma de comunicar, estão cada vez mais modernos — saindo do “mundo real” para um mundo virtual, o “mundo da mídia” —, além de mais acessíveis, com as informações chegando “em tempo real” à palma da mão. Essa acessibilidade tem seus pontos negativos; dentre eles, o consumismo da maioria da população por aparelhos celulares, cujo uso desregrado acarreta dependência e um grande poder massificador e/ou controlador sobre esses usuários.

Visando contribuir para a formação do homem e da mulher e, ao mesmo tempo, cumprir o pedido de Jesus à evangelização, essas novas mídias, usadas de maneira correta, levam a palavra e as obras de Cristo a diversos lugares do mundo, “em tempo real” e para “diversos indivíduos” que não se conhecem. Assim, permanece o mandato missionário,

enviada por Deus às nações, para ser o sacramento universal da salvação, a Igreja, em virtude das exigências íntimas da sua própria catolicidade e em obediência ao mandamento do seu fundador, procura incansavelmente anunciar o Evangelho a todos os homens. (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2011, n. 849)

E, mesmo em tempos digitais, não podemos perder o motivo basilar do nosso ardor missionário, que é o “amor de Deus por todos os homens” (CIC, 2011, n. 851), que faz o missionário superar todas as adversidades na missão de evangelizar, presencialmente e, mais ainda, virtualmente, “porque o amor de Cristo nos impele” (cf. 2 Cor 5, 14).

Como visto, nossa sociedade tornou-se, por conta dos avanços tecnológicos, uma sociedade dependente de uma “comunicação cada vez mais rápida e dentro de um sistema digital” (FRANCISCO, 2018), que segue desenfreadamente para um colapso da moral social, diante do crescente número de casos de *fake news*, que desconstroem os ensinamentos de Cristo, tema que passaremos a tratar.

2 DEFINIÇÕES E COMPREENSÃO DE “FAKE NEWS”

Com o avanço da comunicação, houve um aumento na demanda por informações falsas, conhecidas como *fake news*. Mas o que é essa informação? Essa é uma expressão de origem americana, na qual *fake* corresponde a “falso(a)” e *news* a “notícias”, que se propagam entre a população como informações verdadeiras.

As *fake news* tomaram proporções exorbitantes, o que vem preocupando a Igreja Católica, que aborda esse tema desde o LII Dia Mundial das Comunicações Sociais, em 2018. Nesse dia, o Papa Francisco expôs, em sua mensagem, a compreensão da expressão *fake news* como uma

desinformação transmitida on-line ou nos mass-media tradicionais. Assim, a referida expressão alude a informações infundadas, baseadas em dados inexistentes ou distorcidos, tendentes a enganar e até manipular o destinatário. A sua divulgação pode visar objetivos prefixados, influenciar opções políticas e favorecer lucros económicos (FRANCISCO, 2018).

Essas notícias falsas têm a peculiaridade de se disseminarem com uma rapidez surpreendente, e, em questão de segundos, perde-se o controle sobre elas. Isso se dá, primeiramente, pela malícia do autor da notícia, do propagador e também das novas tecnologias de comunicação. Nessa toada, o Papa Francisco diz que

as fake News tornam-se frequentemente virais, ou seja, propagam-se com grande rapidez e de forma dificilmente controlável, não tanto pela lógica de partilha que caracteriza os meios de comunicação social como sobretudo pelo fascínio que detêm sobre a avidez insaciável que facilmente se acende no ser humano. As próprias motivações económicas e oportunistas da desinformação têm a sua raiz na sede de poder, ter e gozar, que, em última instância, nos torna vítimas de um embuste muito mais trágico do que cada uma das suas manifestações: o embuste do mal, que se move de falsidade em falsidade para nos roubar a liberdade do coração (FRANCISCO, 2018).

Trazendo para o nosso contexto popular, as *fake News* — notícias falsas — nada mais são do que mentiras com uma nova roupagem. As informações que têm o “propósito deliberado de induzir o próximo em erro, por meio de afirmações contrárias à verdade, constituem uma falta contra a justiça e contra a caridade” (CIC, 2011, n. 2485), dizendo “o que é falso com a intenção de enganar” (CIC, 2011, n. 2482). Dessa forma, a mentira tem uma natureza condenável, pecaminosa, obra diabólica.

De uma matéria de cunho civil, passamos para o cunho religioso, pois, como vimos, os atos das *fake News* não vão de encontro aos ensinamentos pregados por Cristo para a condução dos cristãos ao Reino do Céu, além de ferirem mandamentos, tornando essas notícias falsas um pecado, tendo em vista que sua existência e propagação geram danos ao próximo e ferem a dignidade do outro.

3 “FAKE NEWS” E A SUA RELAÇÃO COM A ORIENTAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA

Uma das orientações da Igreja, bastante conhecida, é o Catecismo da Igreja Católica, que traz em seu texto uma abordagem sobre a temática da comunicação e sua fragilidade, destacando a utilização dos

meios de comunicação social (em particular os Mass-média) podem gerar uma certa passividade nos utentes, fazendo deles consumidores

pouco cautelosos de mensagens e espetáculos. Os utentes devem impor a si próprios moderação e disciplina em relação aos Mass-média. Hão-de formar-se uma consciência esclarecida e reta, para resistir mais facilmente às influências menos honestas. (CIC, 2011, n. 2496)

Em contrapartida, com a compreensão sobre fake News que tratamos anteriormente, podemos perceber que essas influências menos honestas estão começando a afetar a Igreja e seus membros, principalmente atacando os ensinamentos de Cristo, que é a própria Verdade, “o único verdadeiramente fiável e digno de confiança, sobre o qual se pode contar, ou seja, o único ‘verdadeiro’ é o Deus vivo” (FRANCISCO, 2018).

A Igreja Católica também faz recomendações quanto à responsabilidade civil, para que esses atos contra a moral social sejam combatidos por meio de sanções, a fim de que não causem prejuízos ao direito de cada um e ao bom progresso da sociedade. Vejamos:

Cabem às autoridades civis deveres particulares em razão do bem comum. [...] Os poderes públicos devem defender e proteger a verdadeira e justa liberdade de informação” (245). Promulgando leis e velando pela sua aplicação, os poderes públicos «responsabilizar-se-ão por que o mau uso dos média não venha a causar graves prejuízos aos costumes públicos e aos progressos da sociedade» (246). Sancionarão a violação dos direitos de cada um ao bom nome e à privacidade; prestarão a tempo e honestamente as informações que dizem respeito ao bem geral ou correspondem a justas preocupações da população. Nada pode justificar o recurso às falsas informações para manipular a opinião pública através dos média. Essas intervenções não deverão atentar contra a liberdade dos indivíduos e dos grupos. (CIC, 2011, n. 2498)

Além da condução para o âmbito civil, o Catecismo traz indicações de como nós, como discípulos de Cristo, devemos agir em meio às informações falsas que causam danos ao outro, pois

o discípulo de Cristo aceita “viver na verdade”, isto é, na simplicidade duma vida conforme ao exemplo do Senhor e permanecendo na Sua verdade. “Se dizemos que estamos em comunhão com Ele e andamos nas trevas, mentimos, não praticamos a verdade” (1 Jo 1, 6). (CIC, 2011, n. 2470)

Dessa forma, o Catecismo nos direciona a convivermos cumprindo os deveres de justiça e verdade, devendo “utilizar os meios de comunicação social no sentido de concorrer para a formação e difusão de uma reta opinião pública” (CIC, 2011, n. 2495), almejando, assim, o real compromisso com o direito à informação, pautado em uma moral social, focada em Cristo, a única verdade a ser alcançada por seu evangelho e suas obras.

CONCLUSÃO

Infelizmente, percebemos que as consequências geradas pelas *fake news* estão afetando a Igreja e seus fiéis, principalmente com um ataque aos ensinamentos de Cristo, que é a própria Verdade, como afirma o Papa Francisco (2018): “o único verdadeiramente fiável e digno de confiança sobre o qual se pode contar, ou seja, o único ‘verdadeiro’ é o Deus vivo.”

Como vimos, as *fake news* trazidas pelos meios de comunicação geram danos, ferindo muitas vezes a dignidade e a honra da vítima, não só no âmbito social e humano, mas também espiritual. O Catecismo da Igreja Católica afirma nitidamente que tal atitude atenta contra a virtude e a retidão, podendo ocasionar uma morte espiritual, sendo, portanto, uma falta grave aos ensinamentos de Cristo e da Igreja.

Portanto, a Igreja Católica, em tempos de *fake news*, visa impulsionar o uso correto dos meios de comunicação, favorecendo aos usuários o acesso a informações corretas e conscientes. Por meio de orientações de documentos, do magistério e de encontros, a Igreja está atenta e firme no combate a esses atos, direcionando-nos, assim, para que caminhemos na Verdade, que está e é o próprio Cristo, mantendo sempre um olhar na dignidade do próximo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Bonnie Moraes Manhães de; FERREIRA, Raphael da Silva. Redes sociais e religião: a Igreja Católica diante da sociedade imagética conectada. *Numen: revista de estudos e pesquisa da religião*, Juiz de Fora, v. 21, n. 1, p. 62-80, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/issue/download/927/253>. Acesso em: 04 ago. 2022.

BÍBLIA SAGRADA. *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Edições Paulinas, 2020.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 5. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Loyola, Ave-Maria, 2011.

FRANCISCO, PP. *Mensagem do Santo Padre Francisco para o XLVIII Dia Mundial das Comunicações Sociais*. Comunicação ao serviço de uma autêntica cultura do encontro. 1. jun. 2014. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20140124_messaggio-comunicazioni-sociali.html. Acesso em: 04 ago. 2022.

FRANCISCO, PP. *Mensagem do Santo Padre Francisco para o LII Dia Mundial das Comunicações Sociais*. Fake news e jornalismo de paz. 13. mai. 2018. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20180124_messaggio-comunicazioni-sociali.html. Acesso em: 04 ago. 2024.

PASTORAL E QUESTÕES DE FRONTEIRA

Abaixar-se aos caídos

André Luiz Bordignon¹

Resumo: A proposta de reflexão situa a pastoral a sair de si e ir ao encontro das sociedades fechadas em si mesmas, propondo a contribuição ampla da teologia “em saída”. O objetivo é destacar a necessidade de sair as periferias reais e existenciais (EG 49). Essa atitude provoca a Igreja a repensar a sua atuação missionária, e a pastoral com a vulnerabilidade e marginalização das pessoas em situação de rua. A proposta será contribuir teologicamente nas suas ações samaritanas, possibilitando caminhos de ampliação da pastoral de rua com a Igreja “em saída”. O seu modo de proceder será kenótico se abaixando nas ruas, encontrando os caídos e feridos (Lc 10, 25-36). Considera-se necessário para a Igreja “em saída” somar-se com todos que sofrem a procura de um lugar digno, e como todos que ajudam os moradores em situação de rua sobreviverem. Por isso, se faz necessário sair da pastoral de conservação para a pastoral kenótica, possibilitando a lógica missionária e do cuidado.

Palavras-chave: Igreja “em saída”; *Kenosis*; Povo da Rua;

INTRODUÇÃO

A pastoral no mundo de hoje possui a oportunidade de voltar a sua fonte, fazendo a sua ação fruto da reflexão da práxis de Jesus. O Cristo é o bom pastor, que sempre zelou e teve compaixão pelos mais fracos, vulneráveis, desprovidos e marginalizados pelo sistema político-religioso da sua época. Essa proposta chamada de Reino de Deus deve iluminar a Igreja na sua teologia e pastoral, durante a sua peregrinação na história. A sua presença comunitária abre horizontes para enxergar as mazelas e as necessidades de transformação no mundo, possibilitando a saúde da pastoral missionária e evitando a enfermidade da pastoral de conservação.

O abaixar-se aos caídos é a dinâmica da Trindade, que na encarnação do Filho se despojou, se humilhou, renunciou a si mesmo e se faz carne. Essa atitude divina de usar de amor absoluto e não de poder absoluto faz a Igreja realizar a sua pastoral a luz da revelação, de um Deus próximo e no meio de nós. A Igreja “em saída” com a continuação do Concílio Vaticano II provoca a Igreja estar presente nas mais diversas periferias reais e existenciais. A pastoral de rua é uma dessas periferias, que deve desinstalar a Igreja fazendo a próxima dos moradores de rua.

A pastoral de rua é lugar teológico-pastoral para realizar a presença concreta do amor kenótico. O abaixar samaritano conduz a prática da promoção humana, preocupada em curar as feridas e incluir na mesa da fraternidade humana. Esse movimento pastoral de sempre se

1 Doutor em Teologia pela PUC-RJ, participante do grupo de pesquisa (CNPq) Ecologia integral & arquitetura do cuidado ecumênico, luzbordignon@gmail.com.br

abaixar possibilita a credibilidade da fé e ação eclesial no mundo, pois realiza o lava-pés constantemente na história e com os preferidos de Jesus.

1 PASTORAL: SAIR DE SI E IR AO ENCONTRO

A Igreja pós conciliar hoje está marcada por tempos de mudança de época, provocando a busca de novos horizontes teológicos, missionários e pastorais. O pontificado do Papa Francisco traz uma proposta sólida, convidando a todos, todos e todos saírem de si e irem ao encontro das demandas do tempo presente. Essa proposta convida a pensar teologicamente a ação pastoral e missionária, a luz dos fundamentos sólidos do Concílio Vaticano II. O Papa Francisco com a sua exortação apostólica *Evangelii Gaudium* chama essa “primavera conciliar hoje” de Igreja “em saída”, sempre pronta para sair, se envolver, acompanhar, frutificar e festejar cada pequeno passo dado (EG, n. 24).

O coração da Igreja “em saída” é a capacidade de *primeirear*² as novas iniciativas eclesiais, possibilitando a pastoral sair das cômodas práticas sacramentais, burocráticas, de conservação e ativista para ser decididamente missionária (EG). A leitura e o estudo das exortações, encíclicas, discursos e gestos do Papa Francisco conduz a pensar a teologia de maneira kenótica. A realização teológica e pastoral feita de joelhos e inclinada para se abaixar aos caídos (Lc 10, 25-37) e exercer o lava-pés (Jo 13). Essa teologia “em saída” se encarna na práxis cristã, realizando a credibilidade de sua existência, testemunho e ação.

A teologia do Concílio Vaticano está madura na mente e no coração do Papa Francisco, possibilitando o exercício do seu pastoreio universal fecundar com o sinal dos tempos. As questões emergentes da sociedade global e plural se tornam a pauta da teologia “em saída” e sua pastoralidade, pois convida a Igreja dialogar e estar no mundo. Essa proposta semente do Concílio Vaticano II prossegue com a sinodalidade exercida pelo Povo de Deus. A abertura de escuta da realidade através do *sensus fidei* de cada comunidade eclesial nas suas bases proporcionará a Igreja rever e renovar a si mesma, consequentemente a sua prática pastoral.

A pastoral nos tempos de *rapidación* está desafiada a dar respostas sólidas (LS, n. 18), frente as consequências provindas da liquidez das relações humanas, dos cuidados com a casa comum e da deterioração dos valores comuns. A oportunidade de se reunir comunitariamente para pensar, meditar, nutrir-se da Palavra, da escuta do Espírito é o *método sinodal conciliar para atuar pastoralmente no mundo. Tal caminho pastoral exigirá repensar nossa formação de presbíteros e de agentes de pastoral, para retomar as letras do Concílio e compreender a ousadia da Igreja “em saída”*.

A Igreja a luz da teologia do Concílio Vaticano II se faz mais pobre, evangélica e próxima da vida das pessoas. A sua opção está em ser pobre e com os pobres, fazendo a sua opção preferencial. Estar ao lado dos caídos e marginalizados é a opção da Igreja que sai de

2 Esse neologismo é usado pelo Papa Francisco para convidar a Igreja a sair de si e tomar a iniciativa em direção das realidades existentes, e necessárias da missão eclesial.

suas confortáveis riquezas e do moderno empresariado da fé, para viver o Evangelho marginalizado (CASTILHO, 2022, p. 179). Esse Evangelho marginalizado como aponta Castilho possibilita-nos uma reflexão, que estar na marginalidade é se manter fiel ao projeto do Reino de Jesus. A opção cristológica do enviado do Pai mantém a comunidade eclesial aberta aos horizontes do Espírito Santo, pois Ele nos conduz aos preferidos de Jesus e a transformação social.

O ícone da Trindade kenótica³ esboça o cuidado do Pai com o ser humano, o serviço promotor da inclusão do Filho e o beijo amoroso e reconciliador do Espírito Santo. Assim, a Igreja necessita estar atenta as dores, alegrias, desencontros e esperanças da humanidade, impulsionada a se colocar “em saída” as demandas e questões desafiadoras presentes na Casa Comum. Os pobres se tornam os primeiros a sofrerem as consequências do descaso humano na sua relação com a natureza (LS, n. 2).

A teologia “em saída” se mostra pronta a prosseguir os caminhos irreversíveis e abertos pelo Concílio Vaticano II, pois peregrina na história como Povo de Deus e procura escutar a sensibilidade de fé dos fiéis. Dessa maneira, o caminhar será junto e incluindo os mais pobres e descartados, pois eles nos apontam as questões presentes nas periferias reais e existenciais. A missão pastoral encontrará a sua direção “em saída” sempre que fazer o caminho do periférico para o centro. Por isso, será a hermenêutica da teologia “em saída” fazer o seu gabinete nas diversas periferias e fronteiras. A pastoral exercida com plena oração, pensamento, fundamentação e ação transformadora, pois fará a fé e a vida na sua plenitude.

As temáticas pastorais da Igreja “em saída” serão as mais variadas possíveis, contudo, cada realidade terá à sua maneira ímpar de somar ao todo. Esse caminho poliédrico fará a Igreja avançar o tempo que ficou parada olhando para si mesma, dentro dos seus muros. A pastoral estará sempre criando pontes para todos serem incluídos em um mundo melhor. Esse mundo é possível incluindo as demandas e propostas humanizadoras. Dialogar será preciso e escutar mais ainda, fazendo os gestos serem construtores desse mundo melhor.

Os princípios bergoglianos contribuem muito nesses passos necessários da pastoral “em saída”, pois abrem horizontes e caminhos possíveis. A sua ação não é frenética, pessoal, estacionada ou alheia, e sim superior ao tempo (EG, n. 222), pronta a unir (EG, n. 228), valoriza a realidade (EG, n. 231) e inclui a todos no abrangente (EG, n. 237). Pensando nessa perspectiva bergogliana a pastoral será mais misericórdia e pronta para se encontrar e servir. A sua atuação será credível, profética, solidária e fraterna. A proposta é ir com alegria para se encontrar na Casa Comum, fazendo a fraternidade entre todos e todas.

3 O ícone com a ilustração da atuação kenótica das Pessoas da Trindade encontra-se na cidade de Basileia na Suíça.

2 ABAIXAR-SE E PRIMEIREAR COM OS CAÍDOS

A teologia “em saída” provoca a Igreja se desinstalar da sua posição eclesial, missionária e pastoral. Assim, a rua é uma dessas fronteiras tanto reais como existenciais, fazendo a pastoral estar com a população em situação de rua. Essa população se torna descartada pela sociedade, inclusive pelas pessoas religiosas e das igrejas. Muitos moradores (as) em situação de rua são impedidos de entrarem nas igrejas, pois a presença deles causa a aporofobia. As igrejas movidas pela Palavra deveriam estar atentas aos cuidados aos pobres e desprovidos, pois a população em situação da rua é um dos rostos da pobreza e descarte humano hoje.

A Escritura nos relata as várias formas identificadas dos pobres e da pobreza, e a ação do povo de Israel deveria ser salvaguardar que os mais pobres fossem auxiliados com as esmolas (Lv 25,35; Dt 15,7) e o perdão do jubileu (Lv 25,10). Tratava-se do novo caminho de inclusão dos mais pobres. Os enfermos, as viúvas, os órfãos e migrantes sempre foram sujeitos da atenção de Jesus. Essa atenção criava os vínculos da desmarginalização e inclusão na comunidade de fé e social, devolvendo a vida plena (Jo 10,10). Nessa linha pastoral, a Igreja “em saída” valoriza, soma-se e *primeirea* junto a população em situação de rua, pois busca estar evangelicamente com esses preferidos do Senhor.

A fidelidade evangélica é o primeiro passo para sairmos das nossas críticas e se abaixar junto nas calçadas, onde se encontram os nossos irmãos e irmãs em situação de rua (LANCELLOTTI, 2021a, 51). Realizando o lava-pés samaritano poderemos escutá-los e compreendermos as causas que os levaram estar na rua. A pobreza, a drogadição e as desilusões são algumas das várias e diversas causas que levaram muitas pessoas a buscarem refúgios nas ruas. O próprio anonimato das pessoas em situação de rua cria o escudo de proteção para alguns, contudo, a indiferença social deixa a marca do descarte explícito da sociedade “terrivelmente temente a Deus e cristã”. Essa cultura religiosa gerada da indiferença desde os tempos bíblicos e reafirmada na cultura teocrática pós-moderna causa mais descarte e violência, como a da população em situação de rua.

A proibição da esmola, de entrega de comida e da circulação nos parques da população de rua são ações da sociedade teocrática e higienista, acusando os moradores de rua dos males sociais e da violência urbana. A fronteira da situação de rua deixou de ser uma preocupação urbana das grandes cidades, pois até as médias e pequenas cidades enfrentam essas questões. Contudo, quanto menor a cidade maior são as atitudes de violência e descarte com os moradores de rua. A metodologia pastoral “em saída” nos remete a olhar essa situação para se envolver, acompanhar, frutificar e celebrar os passos (EG, n. 24) de inclusão e humanização.

Os mesmos cuidados realizados por Jesus se tornam da pastoral de rua, buscando encontrar aqueles que estão nas encruzilhadas das ruas. Nessas encruzilhadas poderemos encontrar tanto os irmãos e irmãs em situação de rua, como outros irmãos e irmãs seguidoras de Jesus, ou pessoas de boa vontade (LANCELLOTTI, 2021b, p. 51). Será ali o envolvimento convicto que possibilita acompanhar as necessidades das políticas públicas negadas à essa população. A primeira ação pastoral é se abaixar para olhá-los, a segunda de escutá-los, a

terceira de tirar a fome e sede deles, a quarta de oferecer roupa e outros confortos de necessidade humana (Mt 25). Após providenciar as primeiras obras de misericórdia é necessária aprofundar o *misericordear* pastoral.

Misericordear a pastoral de rua será trazer a população da rua para o protagonismo da mudança política e social necessária de inclusão. Essa ação é testemunhada pelo Pe. Júlio Lancelotti na capital metropolitana de São Paulo. A casa do povo da rua é o lugar de encontro da promoção humana, pois alimenta o espírito e o corpo dessa população. As reuniões com diversas frentes sociais e pastorais com a presença da população da rua possibilita buscar e ampliar novos horizontes. Ampliar essa iniciativa pastoral é proporcionar a mudança da sociedade promotora do descarte humano, principalmente com campanhas políticas de higienização ou verniz das causas.

Despojar de si mesmo para se fazer pobre com os pobres será a práxis concreta da Igreja na sua pastoral neste XXI, pois com a IA e a sociedade do espetáculo a pobreza está sendo escondida. A atitude kenótica possibilita a Igreja manter o caminho do seu Senhor na história, e preocupada com os marginalizados de sua época. A população em situação de rua se torna marginalizada pela sociedade religiosa, e ao mesmo, descompromissada com o Evangelho. Assim, a religião atende as necessidades mercadológicas do capitalismo neoliberal e a sociedade do verniz, marginalizando a presença profética dos moradores de rua. A pobreza escancarada nas ruas denuncia a falta de humanidade, descaso dos pseudos cristãos e a necessidade de acabar com essa tirania (LANCELLOTTI, 2021b, p. 77).

O Evangelho do samaritano (Lc 10, 25-36) prossegue atual para a práxis cristã nortear a sua fé e a sua conduta, pois a pergunta sobre o maior mandamento é a bússola pastoral. E a resposta o norteador: aquele que eu encontrar pelo caminho e usar de misericórdia (Lc 10,37). A Igreja “em saída” provoca a teologia e a pastoral com os fundamentos evangélicos e conciliares, para buscarem exercer e atuar com as pessoas e questões encontradas pelo caminho. E assim a exigência é sair e se envolver. Ao encontrar os caídos e feridos defendê-los da violência, descarte, indiferença, preconceitos e a miséria, como a humilhação de terem seus itens pessoais retirados pelo cata-treco⁴.

Contudo, o primeiro passo é socorrer como no hospital de campanha, garantindo a necessidade básica que cure o ferido encontrado. A pastoral com a população de rua deveria acontecer com os hospitais de campanha localizados nas igrejas, como locais seguros para escutar e atender as necessidades dessa população. Outra questão será se envolver como fermento na massa, possibilitando as pessoas a verem os moradores de rua como seus irmãos e irmãs fragilizadas, feridas pelos interesses escusos dos poderosos e machucados pelos preconceitos. A Casa de Francisco de Clara se torna mais uma força conjunta para a pastoral de rua, pois fortalece o trabalho por uma economia mais humana, inclusiva de todos e todas, e transformadora. Assim, uma economia que inclui e promove, diferente da economia que mata e descarta.

4 Atuação de limpeza pública realizada pelas prefeituras municipais.

Prosseguir com a mentalidade justificada de frequentar a igreja, fazer louvores ou devoções não será realizar o maior mandamento (Jo 15,34). Ignorar o drama das ruas e apoiar pensamentos higienistas será permanecer na posição teórica e distante da prática cristã. Por isso, a frase de Dom Pedro Casaldáliga permanece atual e motivadora para *primeirar* a saída missionária com os pobres e descartados “na dúvida sempre do lado dos pobres”, pois eles se encontram onde foram colocados.

CONCLUSÃO

A comunicação pastoral apresentada propõe pensar a importância da Igreja “em saída”, para uma ação conjunta com a pastoral do povo em situação de rua. O processo do se abaixar kenótico levará a renovação social e eclesial a partir do contato com as dores das ruas, fazendo um mundo mais humanizado. Essa humanização fará uma Igreja e sociedade mais saudável.

As implicações teológicas presentes na Igreja “em saída” possibilitam novos processos pastorais capazes de provocar a ação humanitária, em diálogo com a sociedade. O contato humano fomentará o caminhar pastoral e missionário diante do seu abaixamento aos caídos na rua. Trata-se da tarefa kenótica, manifestando a possibilidade de um mundo melhor.

Assim como o Cristo encarnado nos propõe pensar a sua presença com os sofredores, por isso, a pastoral de rua contribui para a construção da humanidade sadia e plena (Jo 10,10). Essas iniciativas pastorais e kenóticas poderão ser capazes de fazer a Igreja e a sociedade caminharem juntas, propondo inclusão humana. O paradigma da pastoral de rua é o modo característico de a Igreja estar “em saída”, pronta para se abaixar, se envolver, acompanhar e incluir os seres humanos caídos e feridos.

REFERÊNCIAS

- BÍBLIA de Jerusalém. Nova ed. rev.e ampl. São Paulo: Paulus, 2003.
- CASTILHO, J. M., *O Evangelho marginalizado*. São Paulo: Editora Vozes, 2022.
- FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si’* sobre o cuidado da Casa Comum. São Paulo: Paulus, 2015. (LS)
- FRANCISCO. *Exortação Apostólica* sobre missão da Igreja no mundo atual. São Paulo: Paulus, 2013. (EG)
- LANCELLOTTI, J. R. *O Jesus das ruas*. São Paulo: Planeta, 2021a.
- LANCELLOTTI, J. R. *Amor à maneira de Deus*. São Paulo: Planeta, 2021.

Comunidades apocalípticas da Chapada do Apodi: Profecia e resistência contra o dragão do agronegócio

Joaquim Jocélio de Sousa Costa¹

Resumo: O texto apresenta as comunidades situadas na Chapada do Apodi, entre os municípios de Limoeiro do Norte, Quixeré e Tabuleiro do Norte, como autênticas comunidades apocalípticas. Pois, a partir de sua fé, elas são sinal de profecia e resistência contra o grande dragão do agronegócio. Com isso, o texto mostra a atualidade da resistência apocalíptica e como sua correta compreensão ajuda não só a superar mal entendidos quanto ao sentido da ideia de apocalipse, como a potencializar lutas e resistências locais como expressão de uma autêntica ação pastoral. O trabalho inicia tratando o contexto de perseguição e injustiça, quando surge a literatura apocalíptica, apresentando também algumas de suas principais características. Depois aborda o contexto do Apocalipse de João e sua mensagem. Por fim, traz a realidade das comunidades da Chapada do Apodi, seus desafios, sua resistência e como elas se constituem como verdadeiras comunidades apocalípticas. Chega-se, assim, a compreensão da força profética das comunidades que resistem a tantos projetos de morte; ao mesmo tempo, percebe-se como deve ser nossa ação pastoral, profundamente comprometida com a transformação da sociedade, expressão da Igreja em saída para as periferias.

Palavras-chave: Apocalipse. Comunidades. Resistência. Chapada do Apodi. Agronegócio.

INTRODUÇÃO

A ideia de apocalipse, geralmente, está ligada ao fim do mundo, catástrofes cósmicas, monstros estranhos e profecias enigmáticas. Por isso, falar em comunidades apocalípticas pode soar estranho. A palavra vem do grego *apocalyptein* e significa tirar o véu, des-cobrir, revelar. Deus que tira o véu da realidade para que se possa ver o que verdadeiramente acontece e a sua ação para libertar seu povo sofrido. Dispomos de muitos gêneros literários na bíblia: hinos, cartas, leis, novelas, genealogias, evangelhos etc. Apocalipse é mais um tipo de literatura, recheada de imagens, símbolos, criaturas fantásticas. Longe de querer causar medo, busca fortalecer a esperança e a resistência do povo perseguido e oprimido. “O Apocalipse, portanto, não fala do fim do mundo, e sim do modo como Deus quer que seja nossa sociedade hoje. Isso dá muita esperança e garra aos grupos comprometidos com as lutas populares” (BORTOLINE, 1994, p. 10). Por isso, falamos em comunidades apocalípticas. Trata-se de comunidades que, assim como no tempo dos textos bíblicos, são perseguidas e oprimidas por superiores a elas, mas resistem a partir de sua fé, confiantes que Deus terá a última palavra.

¹ Graduado em Filosofia e Teologia pela Faculdade Católica de Fortaleza (FCF). Presbítero da Diocese de Limoeiro do Norte-Ce. Email: joaquimjocelio@gmail.com

Para compreendermos isso, vamos apresentar, em um primeiro momento, o contexto e desenvolvimento da literatura apocalíptica, bem como algumas de suas características. Em um segundo momento, falaremos do Apocalipse de São João, sua origem, contexto e sua mensagem. Por fim, apresentaremos a realidade de luta e resistência das comunidades da Chapada do Apodi e como elas podem ser vistas, a partir do que foi apresentado, como autênticas comunidades apocalípticas hoje.

1 LITERATURA APOCALÍPTICA: ESPERANÇA E RESISTÊNCIA

Esse tipo de escrita só apareceu tardiamente em Israel. Muito de suas características já estão presentes em textos mais antigos, porém, sua consolidação se dá no período de dominação grega sobre a Palestina por volta dos séculos III e II a.C. Há uma relação entre profecia e apocalíptica, seja de significativas semelhanças ou de relevantes diferenças. Na verdade, a apocalíptica surge com o fim da profecia e a ideia dos céus fechados (Deus fechou os céus e não enviara mais seu espírito para inspirar os profetas), isso no período pós-exílico.

A profecia possuía uma profunda preocupação pela justiça e pelo direito, por uma sociedade construída a partir da vontade de Deus. Estava muito ligada ao embate com líderes políticos e religiosos mais locais, e trazia uma reflexão mais imediata para os tempos presentes. Depois do Exílio, aos poucos, a profecia foi chegando ao fim. Israel não tinha um grande líder local para os profetas enfrentarem, o que dispunham era o imperador distante; não precisavam mais recordar a lei ao povo, pois ela já estava consolidada e definitivamente escrita; muitos profetas estavam até mesmo desacreditados; surgia a compreensão de que os céus estavam fechados que só se abririam na era messiânica (Cf. Mc 1,10; Mt 3,16; Lc 3,21; Ap 4,1; 19,11).

“Nesta nova situação, era impossível imaginar alguém das aldeias da Palestina ser profeta ou profetisa no estilo antigo. O camponês da Palestina não tinha nenhuma possibilidade de cobrar do imperador helenista a observância da Lei de Deus” (MESTERS; OROFINO, 2013, p. 37). Além disso, quando a Palestina começa a ser governada pela elite sacerdotal de Jerusalém por delegação do império persa, “sobretudo a partir de Neemias e Esdras, a teologia da retribuição, centrada no Templo, vai colocando Deus cada vez mais distante da vida, acentuando assim a função intermediária dos sacerdotes e dos escribas” (MESTERS; OROFINO, 2013, p. 47). Tornando obsoleta a figura do profeta.

Contudo, uma coisa não muda nessa história: a opressão e a injustiça sofridas pelo povo. Se não são os profetas a levantar a voz na defesa do povo e fortalecê-los com a Palavra de Deus, algo ou alguém iria fazer isso. Então, surge a literatura apocalítica. “Substituta da profecia veterotestamentária, essa literatura de resistência se desenvolve primeiro no judaísmo. Por esse meio, os visionários passam uma mensagem de esperança e de interpelação” (CUVILLIER, 2015, p. 497-498).

Para falar das características da apocalítica, é didático compará-la com a profecia, principalmente porque uma surge no período do desaparecimento da outra; pelo menos com as

características literárias bíblicas. Por exemplo, a profecia é oral, mesmo que depois tenha sido colocada por escrito; já a apocalíptica é escrita, é marcada como literatura desde sua origem. Na verdade, “no Apocalipse, Deus é escriba, pois tem um livro (Ap 5,1) e também o vidente é escriba, pois deve escrever (Ap 1,10-11), guardar e transmitir (Ap 22,10) o que a ele foi revelado sobre as coisas que vão acontecer (Ap 1,1; 4,1; 22,6)” (ANDRADE, 2012, p. 39-40). Claro que subjaz a essa literatura um movimento, uma comunidade que resiste, algo anterior ao texto; mas diferente da profecia, o que marca a palavra apocalítica é que ela é palavra escrita.

Outro ponto distinto é o tema do Dia de Javé que era visto na profecia como dia de juízo contra os reis de Israel e de Judá. Já na Apocalíptica, “continuava sendo o dia da justiça divina, mas já não contra os reis infiéis de Israel, mas, sim, contra o Império e as nações estrangeiras que oprimiam e exploravam o povo de Deus (Is 24,21-23; 26,20-27,1)” (MESTERS; OROFINO, 2013, p. 43). A compreensão de como Deus falava ao seu intermediário também era diferente. Antes se acreditava que Deus abria uma brecha no céu e enviava seu espírito ao profeta para ele profetizar. Na apocalíptica, o vidente é arrebatado ao céu ou tem uma visão. “Ao dizer que os céus estavam ‘fechados’ significava viver em tempos de perplexidade e desorientação... Para manter a fé e a esperança, os escritores apocalípticos usaram o recurso literário do arrebatamento do vidente à Corte Celeste” (ANDRADE, 2012, p. 33-34). Se o Espírito de Deus não vinha mais a terra porque os céus se fecharam, o vidente era arrebatado até os céus para saber o que Deus quer revelar. Outra marca forte da apocalíptica são visões cheias de símbolos. Inclusive, “esta é a parte que hoje causa o maior número de dificuldades com relação ao Apocalipse de João. Pois as imagens por ele usadas, mesmo sendo comuns e populares naquele tempo, são estranhas e, às vezes, inaceitáveis para hoje” (MESTERS; OROFINO, 2013, p. 70).

Existiram dezenas de obras apocalípticas, mas apenas duas estão presentes na Bíblia: O livro de Daniel e o livro do Apocalipse. Contudo, existem trechos apocalípticos em vários livros do Antigo Testamento (AT) e do Novo Testamento (NT). “Os principais meios de revelação são visões e jornadas sobrenaturais, suplementadas por discurso ou diálogo e, ocasionalmente, por um livro celestial. A presença de um anjo que interpreta a visão ou serve de guia na jornada sobrenatural é o elemento constante” (COLLINS, 2010, p. 23).

A apocalítica trata de acontecimentos futuros com realizações próximas; fala da crise presente apelando para um tempo passado, apresentando algo futuro. É também pseudônima, ou seja, “o escritor toma o nome de uma figura famosa do passado; por exemplo, Daniel, um sábio legendário, Henoc, que foi arrebatado ao céu, ou Esdras, o grande legislador” (BROWN, 2012, p. 1009). Ela costuma dividir a história em etapas e “se a história está dividida em períodos divinamente determinados (numerados de várias formas), o autor vive no último deles” (BROWN, 2012, p. 1008). Na verdade, “o apocalíptico explica quantas são as etapas da caminhada do Plano de Deus e informa em que etapa a comunidade se encontra no momento da perseguição” (MESTERS; OROFINO, 2013, p. 77). Nesse sentido, existe uma perspectiva determinista da história (plano de Deus): “todos os acontecimentos se desenvolvem de acordo com um plano decretado por Deus, e culminará na salvação dos justos e no

castigo dos ímpios” (ANDRADE, 2012, p. 238). Mas é preciso cuidado para não entender isso como um futuro rigidamente determinado onde as comunidades perseguidas nada podem ou devem fazer, mas simplesmente esperar Deus agir. Não se trata disso. “Não havia o risco de elas usarem o Apocalipse como pretexto para não terem que entrar na luta, pois já estavam na luta, há muitos anos. O problema delas era outro: como fazer para não desanimar na luta, pois estavam meio perdidas e desanimadas na frente de batalha (Ap 6,10)” (MESTERS; OROFINO, 2013, p. 72).

Por isso, é possível dizer que a literatura apocalíptica é uma teologia da história: “Para a apocalíptica, a história humana é história da salvação, que começa com as promessas divinas e se encaminha para um ponto final, no qual essas promessas serão realizadas” (ANDRADE, 2012, p. 25). Essa teologia também pode ser entendida como uma teologia do poder, pois oferece uma crítica profunda aos poderes terrenos, exaltando o poder de Deus que está ao lado de seu povo. É por meio dessa força divina que eles poderão triunfar, portanto:

Pode até ser que os escritos apocalípticos tenham sido redigidos por pessoas mais ricas e mais estudadas. A sua origem, porém, está nos porões da humanidade, onde vivia o povo pobre, marginalizado e excluído. No movimento apocalíptico manifestam-se a experiência de vida e a fé dos pobres sem poder. É a teimosia da fé dos pequenos que não entregam os pontos e não querem deixar morrer a esperança! (MESTERS; OROFINO, 2013, p. 38).

2 APOCALIPSE DE JOÃO: O CORDEIRO IMOLADO VENCE O DRAGÃO

O Apocalipse de João é a única obra propriamente apocalíptica do Novo Testamento. Quando se fala de livro do Apocalipse, o povo já fica com medo, pensando no fim dos tempos, em monstros que surgirão etc. Na verdade, “o autor do Apocalipse não sabia como ou quando o mundo irá acabar, como nenhum outro o sabe” (BROWN, 2012, p. 1048). Como vimos, o objetivo dessa literatura não é esse. “O Apocalipse é uma Boa Nova porque comunica conforto e esperança a um povo em crise, ameaçado em sua fé. A crise tinha duas causas: ligadas entre si. A externa: a perseguição e as mudanças na sociedade. A interna: a falta de visão e de fé, as divisões e o cansaço” (MESTERS; OROFINO, 2013, p. 69).

Assim como outras obras apocalípticas, o Apocalipse de João nasceu em um contexto de crise. “O Livro do Apocalipse surgiu com o objetivo de garantir que a vitória sobre o mal já aconteceu por meio de Jesus e que Deus porá fim a tudo que estava acontecendo com os cristãos” (ANDRADE, 2012, p. 99). A obra foi escrita em períodos diferentes. Pelo menos dois parecem claros. Durante o império de Nero, quando houve a guerra judaica com a destruição do templo entre 64 a 70 d.C. (Ap 4-11) e durante o império de Domiciano entre 81 e 96 d.C. (Ap 12-20). Tendo uma conclusão no final do primeiro século (Ap 1-3; 21-22).

Nenhum texto extrabíblico narra uma perseguição em massa aos cristãos por ordem oficial do império no período de escrita do livro.

Por isso, alguns estudiosos afirmam que o apocalipse não trata de perseguição. Cuvillier (2015, p. 506) defende que “talvez não seja a sociedade romana que esteja, em primeiro lugar, em conflito com a Igreja nascente, mas seja João que está em conflito com Roma e convida seus ouvintes a se verem do mesmo modo”. Mas a questão não é bem assim. A abundante menção a perseguições e mortes de que fala o texto não pode ser ignorada (1,9; 2,3.10.13; 6,9-11; 7,13-14; 11,7-8; 12,11.13.17; 13,7.15; 16,6; 17,6; 18,24; 20,4). Existem muitas formas de perseguição, não precisam ser oficiais. “Num clima de tensões generalizadas, o menor gesto de recusa ao cumprimento de uma ordem imperial poderia desencadear uma hostilidade, fazendo com que os patrícios denunciassem às autoridades o pacato cristão” (ANDRADE, 2012, p. 97). Portanto, O que importa nesta questão talvez seja definir melhor o que se entende por perseguição. De fato, é possível e provável que não tenha havido uma perseguição explícita contra os cristãos, em nível global do Império, decretada por Domiciano. Na América Latina, de 1960 para cá, também não houve perseguição explícita decretada contra os cristãos por parte dos governos dos vários países. Mas nestes mesmos 40 anos, de 1960 até 2000, houve não dezenas, mas, sim, centenas e centenas de mártires na América Latina, a qual, aparentemente, continua sendo um continente pacato, onde a Igreja vive em paz, sem perseguição da parte dos governos (MESTERS; OROFINO, 2013, p. 64).

Assim, é possível entender que o contexto do livro do Apocalipse era sim de perseguições, mesmo que não fossem generalizadas nem oficiais como iriam acontecer, por exemplo, no tempo de Diocleciano (284-305 d.C.). Quanto ao autor da obra, pode ser o animador das Igrejas da Ásia Menor, João (1,1.4.9; 22,8) que se apresenta preso na Ilha de Patmos. “Foi Justino (Diálogo 81,4) o primeiro a identificar João com o filho de Zebedeu. Em seguida, Ireneu liga o Apocalipse, assim como o evangelho e as cartas joaninas, a João, discípulo de Jesus” (CUVILLIER, 2015, p. 501). Mas dificilmente João de Patmos seja o apóstolo. Ele nunca se apresenta assim e o grupo dos doze parece realidade do passado (Cf. Ap 18,20; 21,14). O Apocalipse é o único livro do NT que apresenta seu autor com o nome de João.

O texto parece uma grande liturgia (22,21), é a celebração da vitória de Cristo sobre o mal, antecipação do Reino. Por isso, mostra a profunda relação entre a liturgia e a vida, a celebração e a luta, a oração e a resistência. “Os cristãos do século II acreditavam não apenas que a liturgia terrena supunha a simultaneidade de uma adoração celeste, de modo que uma pertencia à outra, mas também que deveriam seguir o mesmo modelo” (BROWN, 2012, p. 1036). Logo, no que toca a essa dimensão litúrgico-celebrativa no Apocalipse, “trata-se de se manter em um lugar simbólico, que não é geográfico, mas espiritual: estar no mundo, participando do que não é do mundo, isto é, da liturgia celeste de adoração do Cordeiro, cuja importância política não deve ser ocultada” (CUVILLIER, 2015, p. 509). A liturgia, a festa,

possuem uma força política e de resistência surpreendentes. Os pobres rezam, louvam, canta suas lutas, expressam na liturgia toda a sua caminhada e dela tiram a força para continuar. Esta é a razão pela qual o Apocalipse é um livro de celebração: Jesus venceu e, com ele, nós também já vencemos. E continuaremos com ele vencendo a sociedade injusta, até chegarmos a construir um mundo do jeito que Deus quer... É por isso que ao longo do Apocalipse encontraremos muitos hinos que ajudam a celebrar essa vitória. São doxologia, ou seja, trechos de cânticos de vitória que as comunidades primitivas cantavam em suas celebrações (Cf., por exemplo, 4,8b; 4,11; 5,9b-10; 5,12b; 5,13b etc.) (BORTOLINI, 1994, p. 10 e 11).

O Apocalipse de João se encaixa perfeitamente no gênero apocalíptico, mas com características próprias. O autor não se identifica com nenhum personagem ilustre do AT como acontece em outras obras apocalípticas. Apesar de aparecerem figuras de anjos, o grande revelador é o próprio Jesus. O autor também faz menções abundantes do. “É como se tivesse acontecendo de novo, agora! Elas despertam a memória, desobstruem o caminho da fonte que existe dentro do povo e, aos poucos, a energia do passado vai acordando, o véu vai caindo, o povo se reencontra e a caminhada se ilumina” (MESTERS; OROFINO, 2013, p. 72).

A eclesiologia do Apocalipse de João mostra a Igreja como um povo de sacerdotes (1,6; 5,10; 20,6) que deve ser contestação ao mundo e romper com o que nega o Evangelho, nada de meio termo (3,14-16). Sua cristologia apresenta que Jesus ressuscitado está presente na comunidade e sua presença já é certeza, pela fé, de que as potências do mundo foram vencidas (5,11-14; 12,10-12; 17,11-14). “Mais do que revelar o futuro ou o fim dos tempos como realidade objetiva, o que o Apocalipse de João procura é proclamar o advento desse fim dos tempos no acontecimento Jesus Cristo, com a crítica do mundo presente que isso implica” (CUVILLIER, 2015, p. 507). Sua visão dos últimos tempos (escatologia) está profundamente ligada a transformações iniciadas no presente, pois o novo mundo já vai acontecendo dentro dos acontecimentos deste. O Dia de Javé será o julgamento definitivo dessas potências que oprimem o povo (6,16-17; 16,13-14; 1,4.8; 4,8//16,5; 6,9-10//16,7); principalmente a queda de Roma (17-18). “No Apocalipse, João toma posição e dá a sua opinião. Para ele, o culpado não são alguns maus funcionários do Império, mas o Império em si: a sua organização econômica e a sua pretensão de ser o senhor do mundo (Ap 13,1-18; 18,2-20)” (MESTERS; OROFINO, 2013, p. 75). Ele anuncia que o mundo antigo passará e um mundo novo é inaugurado a partir do acontecimento pascal (21,1-8; Is 66,17-25); Deus reinará definitivamente (19,6). O Dragão perseguiu os fiéis, “eles, porém, o venceram pelo sangue do Cordeiro e pela palavra do seu testemunho” (12,11). Assim, a obra

atesta vigorosamente que em todos os momentos da história, até mesmo nos mais exasperados, que levam as pessoas a perder a esperança, Deus está presente. O Cordeiro, de pé como que imolado, é a garantia definitiva do cuidado vitorioso e da libertação de Deus, especialmente para os espezinhados e oprimidos (BROWN, 2012, p. 1049).

3 COMUNIDADES APOCALÍPTICAS DA CHAPADA DO APODI

A Bíblia não é apenas um livro que guarda tradições de períodos históricos. Ela fala sobre a história da salvação que continua em nossos dias. Por isso, aquilo que foi refletido sobre a literatura apocalíptica tem algo a nos dizer hoje. Ajuda a ler as diversas situações de resistência contra a injustiça a partir da fé como realidades autenticamente apocalípticas. Dentre tantas realidades a serem refletidas, trazemos a das comunidades da Chapada do Apodi em nossa Diocese de Limoeiro do Norte-CE. A Chapada engloba municípios e comunidades também do estado do Rio Grande do Norte, mas aqui, tratamos especificamente sobre algumas comunidades localizadas nos municípios de Limoeiro do Norte, Quixeré e Tabuleiro do Norte no Ceará. Essas comunidades tem uma longa história de opressão e conflitos pelo direito sagrado à terra, água, justiça ambiental, moradia, saúde para todos, ao trabalho digno e muitos direitos mais. Nessa luta e resistência, a fé sempre foi força fundamental. Pastorais, movimentos sempre estiveram unidos a diversos grupos na defesa da vida do povo da Chapada.

Nas últimas décadas, a vida das comunidades foi profundamente afetada pela instalação e desenvolvimento do agronegócio. Para usar uma linguagem mais apocalíptica, um dragão de sete cabeças que devora a vida do povo (Cf. Ap 12,3-6). Mas ele não está só. Para falar da relação entre o império romano que perseguia as comunidades e o poder que ele recebeu das forças do mal, o Apocalipse diz que o dragão transmitiu seus poderes para a Besta (Cf. Ap 13,2). É uma significativa metáfora que podemos utilizar para falar da troca de poderes e favores entre o agronegócio e o Estado. Essa aliança entre os poderes políticos e o capital se dá em todos os níveis (desde o local até o internacional). Portanto, como em outros lugares, no Ceará, o agronegócio mobilizou o Estado com inúmeras obras para o seu benefício mais direto, desde criação de secretarias, açudes, canais e até estradas para facilitar o escoamento da produção (Cf. CAVALCANTE, 2020, p. 103-104). Em 1989, surgiu na região da Chapada, o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, o que resultou na desapropriação de muitas famílias, mas com a promessa de ser destinado à agricultura e à produção. Foram as empresas as mais beneficiadas, chegando inclusive a invadir terras do perímetro e não sendo punidas por isso. O Estado usou o discurso do desenvolvimento e do emprego para justificar tanto apoio para as empresas. No entanto, se tratava do enriquecimento de uns poucos à custa das vidas da população local.

“Assim, o Estado passa a atuar no sentido de facilitar e/ou promover a territorialização do capital, sendo até mesmo difícil de mensurar até onde vão os interesses do Estado e os das firmas nessa imbricação Estado-capital” (CAVALCANTE, 2020, p. 105). De fato, o Ceará saiu na frente no que é chamado “guerra de lugares” para garantir que as empresas de fruticultura se instalassem no estado e não em outro. Havia todo um ritual e protocolo para isso, desde visitas de helicópteros a jantares nos principais pontos turísticos e, principalmente, isenção fiscal (Cf. CAVALCANTE, 2020, p. 106-107). Na verdade, o

Ceará tem na política de incentivos fiscais seu principal mecanismo de atração de investimentos, baseando-se especialmente na isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) concedido às empresas exportadoras, regulamentado pela chamada Lei Kandir, de 1996 (CAVALCANTE, 2020, p. 107).

Com tudo isso, a região do Baixo Jaguaribe se tornou uma grande exportadora de frutas no Estado do Ceará, chegando à marca de 120 mil toneladas no ano de 2018. Analisando o caso específico do melão, percebe-se a relevância da região, pois em 1997 ela era responsável por 2% da exportação dessa fruta no país; em 2009, 60% do melão exportado do Brasil vinha do Baixo Jaguaribe (Cf. CAVALCANTE, 2020, p. 133). Mas isso a que custo?

Essas empresas instaladas nos municípios de Quixeré e Limoeiro, em nome do seu lucro e do progresso para poucos, geraram atividades produtivas que “se inscrevem em um ritmo de produção que desrespeita a resiliência e a capacidade de suporte dos ambientes em que se inserem. Consequentemente, operam em uma lógica violadora de direitos políticos, sociais, culturais, ambientais e territoriais” (MAIA *et al.*, 2018, p. 439). Ferem as vidas humanas e toda a criação. Recentemente, em Tabuleiro do Norte, os apicultores perderam muitas de suas abelhas e tiveram um grande prejuízo financeiro. O motivo mais uma vez está ligado ao agronegócio. Análises laboratoriais nas abelhas mortas constataram que

Existe uma correspondência entre a tipologia de venenos utilizados pela empresa Nova Agro e aqueles encontrados nas abelhas. Trata-se da fungicida sistêmica piraclostrobina e do inseticida fisiológico lufenurum; foram encontrados venenos nas abelhas que não estão listados no Plano de Regulamentação Ambiental da empresa Nova Agro (carbofurano, fipronil, indoxacarbe); em 100% das amostras, foram encontrados os agrotóxicos carbofurano e fipronil (JÚNIOR; LOPES, 2023, p. 43)

Mas não são só as abelhas que sofrem com o veneno das empresas. A contaminação das famílias, animais e das reservas de água é gravíssima. Em 2009, o Laboratório de Núcleo Interdisciplinar de Estudos Ambientais Avançados da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) junto com o grupo Tramas (Trabalho, Meio Ambiente e Saúde) realizaram análises de 24 amostra de canais de abastecimento, poços, caixas de água e detectaram princípios ativos de agrotóxicos em todos os lugares das amostras (Cf. MAIA *et al.*, 2018, p. 458).

Isso levanta outro sério problema na Chapada que é o acesso à água para consumo humano em quantidade e qualidade. As empresas chegam a perfurar poços de até mil metros, acessam os aquíferos Jandaíra-Açu e usam água dos canais; enquanto algumas comunidades veem seus pequenos poços secarem, ficando sem o justo acesso à água. A opressão segue no próprio trabalho nas empresas: grande carga horária, muitas horas extras, ameaças, metas produtivas inalcançáveis, péssimas condições de trabalho, exposição ao veneno etc.

Mas como disse o papa Francisco aos movimentos populares: “Os pobres não só suportam a injustiça, mas também lutam contra ela!” (FRANCISCO, 2015, p. 5).

Na Chapada do Apodi, a luta é integral, tanto pela vida das comunidades como pelo ambiente como um todo. Pois, como recorda o papa Francisco, “uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres” (LS 49). E toda essa preocupação é para nós cristãos uma questão de fé, um problema religioso, espiritual. Afinal, “na tradição judaico-cristã, dizer ‘criação’ é mais do que dizer natureza, porque tem a ver com um projeto do amor de Deus, onde cada criatura tem um valor e um significado” (LS 76). Poluir o solo, às águas, as plantas, os animais e, principalmente, o ser humano, é alterar a obra de Deus e isso toca a nossa fé. Por isso, afirma o papa: “Por favor, continuai a lutar pela dignidade da família rural, pela água, pela vida e para que todos possam [se] beneficiar dos frutos da terra” (FRANCISCO, 2015, p. 8.9).

E é exatamente isso que nossas comunidades da Chapada do Apodi fazem, elas resistem, “pois os povos e as comunidades diretamente atingidos pelos conflitos ambientais estudados constroem alternativas nas quais águas, terra, sementes, trabalho, conhecimento, arte, espiritualidade e ação política estão interligados em sabedoria, ainda que não sejam visibilizados” (MAIA *et al.*, 2018, p. 469). De fato, são muitas as formas de resistência contra o dragão do agronegócio nestes anos. Exemplo emblemático foi do agricultor Zé Maria do Tomé que mobilizou comunidades, igrejas, movimentos sociais e poder público na sua luta contra o veneno e domínio das empresas. E como tantos que na história lutaram pela justiça, ele lavou e alvejou suas vestes no sangue do Cordeiro (Cf. Ap 7,14). Em 21 de abril de 2010, Zé Maria foi assassinado, mas sua voz continua ressoando. Movimentos sociais, pastorais, universidade e grupos diversos formaram o Movimento 21 (M21) que deu mais visibilidade ainda às lutas do povo da Chapada. Surgiu também a Semana Zé Maria do Tomé precedendo o dia 21 de abril com debates entre universidades e diversos membros da sociedade sobre os problemas da região. A semana conclui com a Romaria da Chapada no dia 21. Comunidades de fé e diversos movimentos saem em caminhada do local do assassinato de Zé Maria até a capela da Comunidade Tomé, concluindo com a celebração da missa. Na Romaria, se levantam os grandes gritos da Chapada.

A luta das comunidades e do próprio Zé Maria trouxe muitos outros frutos, dos quais, podemos citar o Acampamento Zé Maria do Tomé em Limoeiro do Norte que surgiu no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi; a Lei Zé Maria do Tomé (Lei 16.820/2019) contra pulverização aérea no Estado do Ceará; o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Rural e Ambiental Zé Maria do Tomé (Ceresta) que presta assistência aos trabalhadores adoecidos, principalmente, devido contato direto com os agrotóxicos.

Com a luta e resistência dessas comunidades, cresceu a consciência de que essa “é uma luta contra o modelo de agricultura implantado pelo Estado. É uma luta contra o capital e sua ordem social vigente, mas, sobretudo, é uma luta pelo território e por alternativas de

produção no/do campo. É uma luta em defesa de outra relação da sociedade com a natureza” (SILVA; FREITAS, 2018, p. 514). A fé é o grande motor que ajuda as comunidades a terem certeza de que lado Deus está e que a confiança e o louvor não é para nenhum dos poderosos desse mundo. Pois somente “digno é o Cordeiro imolado de receber o poder, a riqueza, a sabedoria, a força, a honra, a glória e o louvor” (Ap 5,12).

CONCLUSÃO

Analizando o contexto, surgimento e características da literatura apocalíptica, especialmente o contexto e mensagem do Apocalipse de João, pudemos compreender como essa literatura nada tem a ver com fim do mundo, mas com o profundo compromisso na luta e resistência por este mundo, para que ele seja mais justo e fraterno como Deus quer. Nossas comunidades que, a partir de sua fé, resistem aos grandes empreendimentos, mesmo sem muito poder, são autênticas comunidades apocalípticas, como aquelas da Ásia Menor no tempo de João. Elas vivem uma pastoral verdadeiramente comprometida com o projeto de Deus, pois sabem que o Reino de Deus segue vencendo os reinos do mundo. Com a resistência das comunidades da Chapada do Apodi, vemos a experiência de uma pastoral em saída para as periferias. E inspirados nelas, sonhamos essa visão apocalíptica:

Eu vi um dragão que vomitava veneno. Ele era esverdeado, tinha sete cabeças. Com sua calda devastava as casas dos santos. Onde seus pés pisavam, a vida se esvaía. Seu bafo espalhado pelo vento era sentido à quilômetros de distância. Soltou de suas garras um corpo, era de um homem valente que padecera lutando. Na mão do homem nascia uma palma, seu corpo mergulhado na terra virou semente. Logo, vi brotar do solo pequenas estacas que se uniam, enxiam-se de barro e telhas formando casas. Ouvi o som de uma trombeta, um livro se abriu diante do dragão e uma voz dizia: “o dragão domina por um tempo, dois tempos e meio tempo; mas está chegando o cordeiro imolado, só a ele a honra e o poder! O incenso dos santos chegou a Deus e o cordeiro assumirá seu trono”. Logo vi o Cordeiro chegar e uma imensa multidão que não se podia contar atrás dele. Traziam faixas, cartazes, estandartes dos mártires. Com o cordeiro em sua frente, a multidão gritava para o dragão: A CHAPADA É NOSSA, A CHAPADA É DO POVO!

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Aíla Luiza Pinheiro de. *Eis que faço novas todas as coisas*: Teologia Apocalíptica. São Paulo: Paulinas, 2012.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.
- BORTOLINI, José. *O Apocalipse*: Resistir e denunciar. São Paulo: Paulus, 1994.
- BROWN, Raymond E. *Introdução ao Novo Testamento*. Trad. Paulo F. Valério. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2012. (Coleção Bíblia e História).
- CAVALCANTE, Leandro Vieira. *As firmas tomaram conta de tudo*: Território, agronegócio e questão agrária. Curitiba: Editora CRV, 2020.

COLLINS, John J. *A Imaginação apocalíptica*: Uma introdução à literatura apocalíptica judaica. Trad. Carlos G. S. Magajewski. São Paulo: Paulus, 2010.

CUVILLIER, Élian. O Apocalipse de João. In: MARGUERAT, Daniel (org.). *Novo Testamento*: história, escritura e teologia. 3ª Ed. São Paulo: Loyola, 2015. p. 493-514.

FRANCISCO, PP. *Carta Encíclica Laudato Si'* (LS): sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

FRANCISCO, PP. *Discurso aos participantes do I Encontro Mundial de Movimentos Populares*, 28 de out. 2014. Brasília: Edições CNBB, 2015. (Coleção Sendas V. 1.)

JÚNIOR, Mário M. V.; LOPES, Alfredo R. S. *Como matar abelhas*: agronegócio e comunidades do Tabuleiro do Norte – Ceará: 2018-2021. Campinas: Pangeia Editorial, 2023.

MAIA, R. C. C. *et al.* Águas e neoextrativismo: injustiça hídrica e r-existência dos comuns. In: RIGOTTO, Raquel M.; AGUIAR, Ada C. P.; RIBEIRO, Livia A. D. (Org.). *Tramas para a justiça ambiental*: Diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 437-493.

MESTERS, Carlos; OROFINO, Francisco. *Apocalipse de João*: A teimosia da fé dos pequenos. 2ª Ed. São Paulo: Fonte Editorial; Aparecida: Editora Santuário, 2013.

SILVA, Maria de L. V. da; FREITAS, Bernadete M. C. A insurgência dos sujeitos sociais e políticos no contexto de conflitos territoriais e ambientais na Chapada do Apodi. In: RIGOTTO, Raquel M.; AGUIAR, Ada C. P.; RIBEIRO, Livia A. D. (Org.). *Tramas para a justiça ambiental*: Diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 495-535.

A dimensão mística, social, profética e ecológica da pobreza a partir da experiência de Clara de Assis

Júlia Kevin Trindade Silva¹

Resumo: A reflexão oferece uma aproximação teológica da experiência vocacional de Santa Clara de Assis, identificando na opção pela pobreza o elemento central e particular da espiritualidade clariana. O objetivo deste trabalho é, portanto, apontar elementos da espiritualidade clariana, na busca de evidenciar a relevância do ramo franciscano feminino na proposta da Economia de Francisco e Clara. Para isto, é necessário situar historicamente o movimento de São Damião e distinguir sua especificidade em meio aos processos de estruturação eclesial do séc. XIII; Explorar a identidade carismática de São Damião, transcrita nas fontes clarianas; Apresentar uma hermenêutica da mística clariana como possibilidade de seguimento de Cristo hoje. Os resultados do estudo enfatizam uma particularidade clariana na forma de concretizar a pobreza evangélica assumida em São Damião. Conclui-se que a experiência clariana lança apelos e provocações à práxis cristã, na dimensão mística, social, profética e ecológica da pobreza.

Palavras-chave: Privilégio da Pobreza. Propriedade. Seguimento. Contemplação. Conformação.

INTRODUÇÃO

A intuição carismática vivida por São Francisco e Santa Clara de Assis, no período medieval, marcou profundamente a Igreja, inspirando homens e mulheres ao longo da história. Nos dias de hoje, o franciscanismo continua reverberando na vida da Igreja e inspirando caminhos de humanização. A recente proposta de uma Economia de Francisco, no Brasil, recebida como Economia de Francisco e Clara, aponta para a necessidade de revisitar as fontes franciscanas e clarianas. O ramo feminino da experiência franciscana, iniciado por Clara de Assis no século XIII, por circunstâncias histórico-eclesiais, distinguiu-se muito do ramo masculino na forma de fidelidade à pobreza evangélica. A identidade carismática de São Damião foi resguardada pelo Privilégio da Pobreza, no qual as Irmãs ficaram dispensadas de obter propriedades. Por meio deste elemento bem concreto, que evoca uma total confiança e dependência da providência divina, Clara e suas Irmãs se uniram à pobreza do Cristo totalmente entregue ao Pai e ao Reino. A experiência clariana acena, assim, elementos importantes e singulares para a proposta de realmar a economia.

Na história, a aproximação à experiência de Clara de Assis de forma mais particular tem início a partir do século XX. De fato, Clara ficou esquecida por oito séculos, sendo sempre associada à figura de Francisco de Assis, como a primeira mulher a integrar o movimento franciscano. Porém, algumas descobertas e publicações impulsionaram o desenvolvimento de bibliografias mais críticas e individualizadas da experiência clariana. O ano de 1953, no

¹ Bacharel em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia e aluna do Programa de Mestrado da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, bolsista da CAPES. E-mail: s.juliakt@gmail.com

qual se celebrou os 700 anos da morte de Santa Clara, foi um marco no estudo das Fontes Clarianas e na investigação de uma espiritualidade pessoal de Clara. Neste ano, foram publicadas as cartas escritas por Clara a Inês de Praga, deixando entrever uma riqueza mística incomensurável e singular, inserida no carisma franciscano, sob a ótica da experiência feminina. No campo da espiritualidade, os estudos clarianos têm como principal referência o Frade Franciscano José Carlos Pedroso (In memoriam). Alguns autores do franciscanismo se propuseram a situar Clara na história dos Frades Menores, contemporâneos e posteriores a Francisco, e também no quadro dos inúmeros movimentos femininos surgidos a partir do século XII na Europa. Entre eles estão: Margaret Carney, Marco Bartoli, Anton Rotzetter e Delir Brunelli. O propósito da presente reflexão será, então, oferecer uma aproximação à experiência de Clara de Assis a partir de uma perspectiva teológica, com a finalidade de oferecer uma hermenêutica da espiritualidade clariana a ser assumida e descoberta na contemporaneidade. Para tal, o trabalho apresentará, inicialmente, uma contextualização histórico-ecclesial do mosteiro franciscano feminino no qual viveu Clara de Assis. A seguir, enfatizará o elemento principal de sua identidade carismática, por meio da aproximação de alguns escritos clarianos. Por fim, buscará sintetizar os desdobramentos do aspecto central da espiritualidade clariana, acenando para a vivacidade de tal mística na contemporaneidade.

1 O RAMO FEMININO DO FRANCISCANISMO EM SÃO DAMIÃO

O movimento franciscano emergido no século XII, na cidade de Assis, provocou e provoca impacto até os dias de hoje por meio da sua proposta particular de seguimento a Jesus Cristo. Clara Favaroni, jovem nobre de Assis, em meio à efervescência do movimento, sentiu-se chamada à vida penitente² ao modo de Francisco de Assis. Ela foi capaz de romper com os limites de gênero, inaugurando o ramo feminino dessa experiência de seguimento do Cristo pobre e de vida fraterna. A comunidade formada por Clara de Assis em São Damião constitui um testemunho da sensibilidade feminina no franciscanismo. Hoje, diante da provocação do Papa Francisco para uma Economia de Francisco, o Brasil fez a opção de inserir também a figura de Clara nesse movimento de reorganização da vida socioeconômica. A presença feminina nesse processo é imprescindível e transmite elementos muito particulares, próprios da sensibilidade das mulheres, como bem atesta a experiência de Clara de Assis. Apesar de que Clara e Francisco pertencessem ao mesmo movimento, as formas de concretizar e de vivenciar a fidelidade carismática deu-se de maneiras distintas, em decorrência do contexto ecclesial e da criatividade de cada um.

São Damião surge em meio à efervescência de movimentos de mulheres na Europa, entre os séc. XII e XIV. Tais movimentos eram caracterizados pela busca dos ideais evangélicos e pauperistas. A opção pela pobreza, no contexto contemporâneo de Francisco e Clara, não foi exclusividade do Movimento Franciscano. Muitos grupos almejavam um retorno ao Evangelho, em um momento ecclesial marcado por muitas pompas e riquezas. A Igreja hierárquica buscou, nesse momento, formas de organização dos novos movimentos, entre os

2 Vida penitente significa, na época, ao que hoje se identifica como vida religiosa consagrada.

quais, muitos foram considerados heréticos e perseguidos. O reconhecimento por parte da Igreja era fundamental para a sobrevivência dos novos grupos carismáticos. São Damião também foi submetido às imposições da Igreja, porém, isto não significou perder de vista sua identidade carismática. A comunidade de Clara de Assis constitui, assim, um testemunho de conciliação entre instituição e carisma, prezando pela fidelidade carismática e a comunhão eclesial. Essa sabedoria provém da obediência evangélica, pois manifesta uma confiança nos sinais de Deus manifestado nas autoridades e uma paciência histórica que é fecunda, como hoje podemos comprovar, após passados mais de 800 anos da experiência de Francisco e Clara.

A obediência de São Damião não constitui uma obediência cega, mas revela a dimensão de comunhão que é sinal da ação do Espírito na história. Esta comunhão de Clara e suas Irmãs com a Igreja é enriquecida pela revelação acolhida no testemunho singular daquela comunidade. Nesse sentido, a obediência é experiência de comunhão, de acolhida e doação: acolhida no seio da Igreja e doação de frutos à Igreja. Interpretar a trajetória de São Damião a partir do pressuposto de comunhão possibilita que se reconheça na atuação da Igreja e na resistência da comunidade de Clara sinais do Evangelho. O caminho percorrido por Clara após a fuga de sua casa revela elementos importantes que caracterizam a particularidade de São Damião. Auxiliada pelos Frades Menores, e, provavelmente, pelo bispo de Assis, Clara dirige-se, em primeiro lugar, para o Mosteiro Beneditino de São Paulo das Abadessas. A estadia de Clara neste Mosteiro pode ser considerada bem estratégica, porque aquela comunidade gozava do privilégio papal de asilo. Portanto, quem praticasse violência naquele lugar, seria excomungado. Desse modo, os familiares de Clara não poderiam obrigá-la a sair de lá. No entanto, a estadia no Mosteiro Beneditino foi curta. Logo, Clara dirigiu-se para a Igreja de Santo Ângelo de Panzo, na qual vivia um grupo de mulheres. Esta Igreja, provavelmente, constituía um dos eremitérios urbanos formados por mulheres celibatárias e itinerantes. No entanto, Clara também não fica lá por muito tempo, pois dirige-se, enfim, à São Damião, Igrejinha reformada por Francisco. Essas estadias de Clara são muito interessantes, porque vão delineando a forma de vida buscada por Clara, que não se caracteriza como monacal e nem itinerante. Eis o que diz André Vauchez a este respeito:

Clara não reivindicou para si e suas irmãs o direito de pregar ou ensinar, mas desejava ardentemente continuar vivendo em simbiose com os irmãos menores e rejeitava com veemência ver sua comunidade transformada num mosteiro de virgens fechadas e dotadas de rendas. Mesmo tendo aceito o estilo de vida semelhante às reclusas, conservavam contato com o mundo que as rodeava. Foi intransigente na questão da pobreza, porque o fato de viver numa precariedade permanente constituía o ponto sobre o qual sua fundação podia, diferenciando-se do monaquismo beneditino, permanecer fiel ao espírito do Pobrezinho e, através dele, às aspirações evangélicas que haviam animado os movimentos laicos dos séculos XI e começos do século XII. (VAUCHEZ, 1997, tradução nossa).

Inicialmente, São Damião se organizou a partir da Forma de Vida escrita por Francisco em 1212, cujo documento foi conservado pela Forma de Vida escrita por Clara posteriormente:

Vendo o bem-aventurado pai que não temíamos nenhuma pobreza, trabalho, tribulação, humilhação e desprezo do mundo, antes tínhamos tudo isso como um prazer, movido de piedade, escreveu-nos uma forma de vida deste modo: 'Desde que por inspiração divina vos fizestes filhas e servas do Altíssimo Sumo Rei Pai celeste e desposastes o Espírito Santo, optando por uma vida de acordo com a perfeição do santo Evangelho, eu quero e prometo, por mim e por meus frades, ter por vós o mesmo cuidado diligente e uma solicitude especial, como por eles.' (Clara, 2004, p. 1719).

Como se pode notar, a comunidade de São Damião era considerada parte da fraternidade dos Irmãos Menores, e, portanto, partilhava dos mesmos ideais de pobreza no seguimento de Cristo. Porém, poucos anos depois, essa clareza do que representa a comunidade de São Damião para o movimento franciscano começa a ser colocada em cheque. O IV Concílio de Latrão, ocorrido em 1215, determina que os novos movimentos deveriam adotar as Regras antigas como a de São Bento, de Santo Agostinho, entre outras. Clara adotou, assim, a Regra de São Bento em sua comunidade, a fim de assegurar a permanência de sua comunidade no seio da Igreja, porém, encontrou um caminho original a fim de não se desvincular do movimento franciscano. Em 1216, São Damião recebe a visita do Pontífice, Inocêncio III. Clara lhe solicita, assim, o Privilégio da Pobreza. Eis o que Celano relata sobre isto:

Querendo destacar sua Ordem com o título da pobreza, solicitou de Inocêncio III, de feliz memória, o privilégio da pobreza. Esse varão magnífico, congratulando-se por tão grande fervor da virgem, disse que o pedido era raro, pois jamais tal privilégio tinha sido pedido à Sé apostólica. E para corresponder ao insólito pedido com insólito favor, o pontífice redigiu de próprio punho, com muito gosto, o primeiro rascunho do pretendido privilégio. (Celano, 2004, p. 1798).

O Privilégio da Pobreza manifesta a centralidade da pobreza para a comunidade de São Damião. A Regra de São Bento admitia posses ao Mosteiro. Clara inusitadamente institucionaliza o carisma ao solicitar que ninguém obrigasse sua comunidade a obter posses. Esse considerado privilégio para Clara e sua comunidade precisa ser solicitado posteriormente, em 1228, sob o pontificado de Gregório IX. Essa insistência na opção pela pobreza experimentada de maneira bem concreta aponta para um elemento inegociável daquela comunidade. Trata-se de sua identidade carismática.

2 A POBREZA NAS FONTES CLARIANAS

O Privilégio solicitado por São Damião aponta que a pobreza constitui o elemento central da espiritualidade vivida por aquela comunidade. Por meio dos escritos clarianos é

possível perceber o aspecto vital vinculado à opção pela pobreza. Sem ela, a comunidade ficaria sem razão de ser e poderia caracterizar-se como vida monacal. Na 1ª carta à Inês de Praga, datada em 1234, Clara descreve qual a motivação por trás da opção pela santíssima pobreza:

Portanto, se tão grande e elevado Senhor, vindo a um seio virginal, quis aparecer no mundo desprezado, indigente e pobre, para que os homens, paupérrimos e miseráveis, na extrema indigência do alimento celestial, nele se tornassem ricos, possuindo os reinos celestes, vós tendes é que exultar e vos alegrar muito, repleta de imenso gáudio e alegria espiritual, pois tivestes maior prazer no desprezo do século que nas honras, preferistes a pobreza às riquezas temporais... (Clara, 2004, p.1703).

A razão em assumir uma vida pobre, concretizada na não propriedade, é Jesus Cristo. A pobreza para Clara é, portanto, uma imitação do Senhor, está fundada na vida salvífica de Cristo e, portanto, é uma pobreza cristológica. A experiência de imitação é muito forte na espiritualidade do período medieval. Podemos também identificá-la como uma experiência de configuração ou conformação a Cristo. A simbologia do espelho, muito característica de Clara, oriundo de seu contexto, manifesta também essa experiência.

A forma com a qual Clara expressa a união com o projeto salvífico de Cristo é por meio da mística esponsal: “Você se fez seguidora da santíssima pobreza em espírito de grande humildade e do mais ardente amor, juntando-se aos passos daquele com quem mereceu unir-se em matrimônio.” (Clara, 2004, p.1706). Essa linguagem que retrata uma união de dois que se tornam retrata da forma mais aproximada possível a experiência mística clariana. Trata-se de uma união que a torna, cada vez mais, inserida na vida de Cristo. Na mística clariana, a união a Jesus Cristo, acolhida no estilo de vida pobre, se aprofunda por meio da contemplação. A contemplação do Cristo, para Clara de Assis, é uma experiência de transformação, é se tornar imagem da divindade. Trata-se de uma cristificação da existência: “Ponha a mente no espelho da eternidade, coloque a alma no esplendor da glória. Ponha o coração na figura da substância divina e transforme-se inteira pela contemplação, na imagem da divindade.” (Clara, 2004, p.1708).

Clara desejava se parecer com Jesus. Talvez, a sua história, a sua criação, entre as damas de Assis, contribuiu muito para essa sensibilidade para o concreto na experiência mística. Na Forma de Vida escrita por ela, por exemplo, menciona-se uma pobreza bem concreta, que significa não ter nada de próprio: “E, por amor do santíssimo e diletíssimo Menino deitado no presépio envolto em panos pobrezinhos, e de sua santíssima Mãe, admoesto, peço e exorto minhas Irmãs a se vestirem sempre de roupas vis.” (Clara, 2004, p.1716). Porém, essa concretude não é vazia de sentido, mas é movida pela contemplação de Cristo. Trata-se de uma prática fundada na experiência espiritual. Em Clara há uma comunicação e uma mútua dependência entre práxis e espiritualidade: a pobreza concreta, assumida na opção de nada possuir, é fundada no desejo de imitação do Cristo pobre; e, ao mesmo tempo, a imitação do

Cristo pobre na vida, no dia-a-dia, abre no ser mais possibilidades de encontro e acolhida do Mistério de Cristo. A pobreza vivida por Clara e suas Irmãs é a de um cotidiano atravessado pelos Mistérios de Cristo. Não se trata de uma pobreza meramente material, nem tampouco espiritual. Mas, trata-se de uma concretude fundada na contemplação da vida de Cristo. Por meio dessa opção, tão concreta e dramática em sua vida, Clara, e também a sua comunidade, vivenciaram a sua fidelidade à inspiração inicial do movimento franciscano, uma vida conforme o Evangelho, na imitação do Cristo pobre.

3 DIMENSÃO MÍSTICA, SOCIAL, PROFÉTICA E ECOLÓGICA DA POBREZA

A experiência de Clara de Assis em sua opção pela vida pobre revela, no séc. XIII, mas também no hoje da história, várias dimensões da pobreza. Tal variedade manifesta o sentido e a relevância da opção por uma vida pobre. A dimensão mais evidente da pobreza na experiência clariana é a dimensão mística. Sandra Maria caracteriza a pobreza experimentada por Clara e Francisco como uma pobreza mística, porque não se trata simplesmente de uma pobreza funcional. Segundo a autora, a pobreza mística é vivida em profundidade, para ser uma só coisa com o Filho de Deus, para unir-se a Cristo, para conformar-se com Ele, para ser esposa pobre de Cristo pobre. (2002, p. 593). A caracterização da pobreza vivida por Clara como uma pobreza mística significa, então, afirmar que, na pobreza, Clara experimenta e aprofunda a sua união com Cristo, em outras palavras, sua conformação a Cristo. Trata-se da participação no Mistério de Cristo, acolhido na opção de nada possuir. A pobreza é a via clariana de acolhida do Mistério autocomunicado à humanidade e ao mundo, acolhida que se dá progressivamente na existência. Assumir o aspecto da pobreza, presente na vida de Jesus, significa, assim, abrir espaços internos e externos na existência para se configurar, cada vez mais, a Cristo. A opção por uma forma de vida, como Clara que escolheu a santíssima pobreza, significa identificar os caminhos de acolhida dessa vida de Cristo e experimentá-la na existência.

A pobreza mística experimentada em São Damião traduziu-se de maneira muito concreta: não ter propriedade. Esta concretude poderia ser vivenciada por meio de outros aspectos também. O fundamental, no entanto, é que a opção pela pobreza afete o cotidiano da comunidade. A escolha por ir na contramão dos grupos religiosos daquele tempo, abastados de riquezas e posses, revela a dimensão social da pobreza na mística clariana. Hoje, poderíamos interpretá-la como resistência a um sistema que legitima as pessoas pelo que elas têm e pela sua capacidade produtiva. O seguimento do Cristo pobre implica, assim, uma escuta dos sinais de pobreza que evocam o lugar de marginalidade assumido por Cristo para a salvação de tudo e de todos. É importante distinguir o que se reconhece como pobreza evangélica da pobreza miserável, fruto da injustiça social. A pobreza recomendada por Jesus está, sobretudo, na liberdade em assumir o projeto salvífico do Pai. Eis o que diz Leonardo Boff a este respeito:

Ao falarmos de Jesus pobre devemos logo vencer a tentação que denunciamos acima de querer compreendê-lo como materialmente po-

bre. Ele também o foi, mas não está aí a riqueza da pobreza de Jesus Cristo. Ele foi o sacramento da pobreza radical, enquanto era criatura e Filho de Deus. São João tematiza em seu Evangelho a pobreza fundamental de Jesus. Ele é apresentado como o Enviado e o Filho por excelência. Não prega a si, mas o Pai; o Reino não é seu, mas de Deus. Vive permanentemente na referência de Deus. Entende-se a si e a sua obra como obra de Deus no mundo. Eu não faço nada por mim mesmo (Jo 5,30; 6,38); não busco minha glória (Jo 7,16); não falei de mim mesmo (Jo 12,49). Os discípulos não são seus, foram-lhe dados pelo Pai (Jo 6,37.44; 10,29; 17,6). Estas expressões, não devemos entendê-las num sentido moralizante, mas num sentido radical. Sente-se de tal maneira Filho e dependente, que de fato tudo recebe do Pai. Vive pois na mais radical pobreza. Sendo Deus, se despojou totalmente. (Boff, 1974, p. 175).

Diante disso, fica a pergunta sobre o sentido de se assumir uma pobreza externa, uma vez que as condições vividas pelos pobres contrariam a pobreza recomendada por Cristo. Clara e a sua comunidade, a fim de se manterem fiéis à adesão ao Cristo pobre, optaram por concretizar a escolha livre pela pobreza por meio do *Privilegium Paupertatis*. Esta foi uma escolha situada no tempo e na história. Diante das muitas posses e riquezas das quais dispunham os mosteiros, São Damião opta por não ter propriedades, e resguarda juridicamente sua opção. Clara manifesta, com a sua experiência, a importância das estruturas externas na vivência de um projeto espiritual. A opção por concretizar a pobreza na vida, hoje, é extremamente salutar para uma vivência espiritual, quando essa evoca a atitude do Cristo pobre.

Segundo o frade franciscano Alberto Beckhauser, a observância da pobreza material é como que o exercício ou a celebração do mistério da pobreza, para que sempre e em toda parte o religioso viva em atitude de pobre. Neste sentido, a celebração da pobreza pelos sinais do uso simples e da renúncia dos bens materiais constitui uma contínua provocação para o ser pobre, provoca uma permanente insatisfação com o grau de pobreza evangélica adquirido. (1973, p. 608). A pobreza externa voluntária é expressão de uma solidariedade com os irmãos e irmãs vítimas da injustiça social. Assim como aponta Leonardo Boff, não se trata de romantizar a situação de miséria lastimável:

O clamor dos pobres denuncia a estrutura injusta da sociedade. A existência de cada um deles constitui uma teofania e uma cristofania, porque evoca o Cristo condenado e maltratado, e traz à memória a opção privilegiada de Deus pelos últimos da terra. Desse modo, a opção pela pobreza, hoje, no mundo onde a riqueza se sobrepõe à pessoa humana, significa protestar contra um modelo social injusto e apontar para uma convivência mais fraterna, igualitária e justa. (Boff, 1974, p. 173- 174).

Assim como no antigo Israel, hoje, profetas e profetizas são escolhidos entre o povo para denunciar os ataques contra a vida. Esses homens e mulheres, inseridos no meio do povo pobre, são como sentinelas, que, com a própria vida, simples e sóbria, expressam os rostos de pobreza e miséria humana. Por fim, resta destacar a dimensão ecológica da pobreza. O movimento franciscano testemunha uma relação fraterna com a Criação, reconhecendo o bem de cada criatura em si mesma. Hoje, diante da crise socioambiental na qual a humanidade está inserida, faz-se urgente buscar novas formas de ser e estar no mundo. Esta nova relação com a Criação pode nascer a partir de uma escolha. A tradição franciscana ensina que os gestos pequenos são fecundos. Clara escolheu não ter propriedade, motivada pelo seguimento do Cristo pobre, rompe com as estruturas sociais de seu tempo, solidariza-se fazendo-se uma entre a marginalidade. Uma escolha tem um impacto grandioso no mundo. A realidade socioambiental precisa, antes de tudo, de novas escolhas, surgidas da consciência fraterna entre os seres humanos e a criação. Desta escolha, emergem as rupturas com os sistemas de exploração e destruição; cresce a solidariedade e a interdependência entre sistemas sociais e ambientais; O grito da terra também ecoa entre o grito dos pobres. Hoje, diante do consumo exacerbado e dos avanços tecnológicos em detrimento da exploração de recursos da Terra, faz-se necessário despontar do meio povo profetas e profetizas, Franciscos e Claras, que façam opções por estilos de vida ousados, que só podem brotar do Evangelho. A coerência evangélica provoca, assim, uma reorganização de valores diante da sociedade contemporânea, de forma que o Privilégio da Pobreza seja reconhecido como privilégio.

CONCLUSÃO

Este artigo procurou desenvolver uma aproximação teológica da espiritualidade clariana, em vista de uma atualização da experiência carismática de São Damião. O primeiro passo para tal consistiu em situar Clara de Assis e a sua comunidade no contexto eclesial do século XIII, marcado pela emergência de novas manifestações espirituais de retorno ao Evangelho. Tal contextualização levou à afirmação de que apesar da tendência geral na busca pela pobreza evangélica, o monaquismo franciscano feminino se destacou ao resguardar a sua identidade carismática, sem provocar uma ruptura eclesial. O Privilégio da Pobreza acena para um valor inegociável na comunidade de São Damião. As Irmãs se submeteram aos imperativos eclesiais, na adoção da Regra de São Bento, porém, não lançaram mão da imitação do Cristo pobre. Os escritos de Clara de Assis, especificamente as cartas destinadas a Inês de Praga e a Forma de Vida, referem-se à pobreza como o objeto da opção vocacional das Damas Pobres. A aproximação às fontes clarianas demonstrou que a pobreza, perseguida por Clara, não se reduz meramente a uma virtude, mas é o que a mantém unida à inspiração inicial de Francisco e, sobretudo, a Jesus Cristo. A pobreza na experiência clariana é o fruto da contemplação do Mistério de Cristo, que viveu a sua vida entregue ao Pai e ao seu projeto salvífico. A imagem do espelho foi uma das maneiras encontrada por Clara de descrever a sua experiência de conformação ao Cristo pobre. Outra imagem extensivamente usada por Clara para descrever sua experiência espiritual é a da união sponsal. Esta união a Cristo se manifesta concretamente na vida de pobreza.

A pobreza evangélica, assumida em São Damião, consiste em uma experiência bem concreta, motivada pela união a Cristo, que se fez pobre para a salvação de tudo e todos. Esta pobreza tem relação com o não pertencimento a si mesmo, à liberdade em assumir o projeto que lhe é confiado. Por isso, a opção pela santíssima pobreza é compreendida como um ato de liberdade. São Damião elegeu um elemento concreto para experimentar no cotidiano espaços de encontro com o Mistério de Cristo. O Privilégio da Pobreza demonstra, assim, a imprescindibilidade de encarnar a vida espiritual. No século XIII, o sinal profético de radicalidade no seguimento ao Cristo pobre foi não dispor de propriedades. A vivência espiritual de Clara de Assis conduz, assim, não somente a uma contemplação de Cristo, mas também a uma contemplação do mundo, que encontra em todos os lugares, espaços de acolhida do Mistério que foi plenamente revelado em Jesus Cristo. O testemunho de seguimento a Cristo na comunidade de São Damião se desdobra em várias dimensões que enchem de sentido a opção por uma vida pobre no hoje da história. Não se trata de uma pobreza meramente material, nem tampouco espiritual, mas, sim, mística, social, profética e ecológica.

REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. A Pobreza no Mistério do homem e de Cristo. *Grande Sinal*, Petrópolis, v. 28, n.3, p. 163-183, abr. 1974.
- CLARA DE ASSIS. Forma de vida de Santa Clara. In: TEIXEIRA, Celso Márcio *et al.* (Orgs.). *Fontes franciscanas e clarianas*. Petrópolis: Vozes, 2004. p.1713-1725.
- CLARA DE ASSIS. Primeira carta de Santa Clara a Santa Inês de Praga. In: TEIXEIRA, Celso Márcio *et al.* (Orgs.). *Fontes franciscanas e clarianas*. Petrópolis: Vozes, 2004. p.1703-1705.
- TOMÁS DE CELANO. Legenda de Santa Clara Virgem. In: TEIXEIRA, Celso Márcio *et al.* (Orgs.). *Fontes franciscanas e clarianas*. Petrópolis: Vozes, 2004. p.1788-1825.
- VAUCHEZ, A. Santa Clara y los movimientos religiosos femeninos de su tiempo. *Selecciones de Franciscanismo*, Valência, v. 26, n.78, p. 439-452, 1977. Disponível em: <https://www.franciscanos.org/historia/VauchezSantaClaraylosmovimientosreligiososfemeninos.htm>. Acesso em: 06 set. 2023.

As periferias existenciais na Amazônia Brasileira: contribuições do Magistério de Francisco e os desafios pastorais para uma Igreja em saída

Dimas José de Oliveira¹

Resumo: O Papa Francisco já se referiu diversas vezes ao termo “periferias existenciais” quando vai se dirigir à necessidade urgente a que conclama todos os cristãos e cristãs: para que façam parte de uma “Igreja em Saída” rumo às pessoas que estão nas periferias e “que precisam da luz do Evangelho”. O pontífice também ampliou o sentido do termo ao dizer que as pessoas que vivem nas periferias existenciais “não são apenas aqueles que por motivos econômicos se encontram à margem da sociedade, mas também quantos estão saciados de pão, mas vazios de sentido”. Portanto, em 2022, por meio do Dicastério para o Serviço de Desenvolvimento Humano Integral, o papa pediu para escutar humilde e atenciosamente os habitantes das periferias existenciais para captar suas alegrias e esperanças, suas dores e angústias. Essa escuta ocorreu em diversas partes do mundo, inclusive, na região Amazônica brasileira, por meio de entrevistas que ajudaram a identificar as contribuições do Magistério de Francisco, bem como conhecer os desafios pastorais que a Igreja do Brasil tem para a Amazônia.

Palavras-chave: Periferias existenciais. Amazônia. Francisco. Pastoral. Escuta

INTRODUÇÃO

No ano de 2022, o Papa Francisco manifestou o seu desejo de escutar humilde e atenciosamente os habitantes das periferias existenciais para captar suas alegrias e esperanças, suas dores e angústias. Para atingir esse objetivo, por meio do Dicastério para o Serviço de Desenvolvimento Humano Integral (DSDHI), sob a gestão de Sérgio Massironi, uma grande equipe foi formada em todo mundo, considerando todas as regiões do planeta (África, América Latina, América do Norte, Leste e Sudeste da Ásia e Oceania, Oeste e Sul da Ásia e Europa). Com a coleta do material audiovisual, que foi composto por entrevistas com homens e mulheres que vivem territorial ou simbolicamente nas periferias existenciais, identificou-se as contribuições do Magistério do Papa Francisco para a Igreja local. Dez temas foram escolhidos para serem abordados nas entrevistas, por meio de perguntas já elaboradas pela equipe do DSDHI. Os temas foram os seguintes: sabedoria das margens; vulnerabilidade e ternura; consciência ecológica; perspectivas das mulheres; revelação e alegria; cristãos na esfera pública: novos paradigmas; esperança e fé; deixando o clericalismo para trás; acolhendo as pessoas migrantes e refugiadas; e diálogo e encontro.

O trabalho de ouvir as entrevistas e de interpretá-las à luz da Sagrada Escritura dos ensinamentos do Papa Francisco (*Evangelii Gaudium*, *Laudato si'* e *Fratelli tutti*) foi realizado de modo coletivo e, por fim, disponibilizado no *website* do Dicastério para a Promoção

1 Bacharel em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE, bacharelado de teologia na FAJE. E-mail: dimasjoliveira@gmail.com

do Desenvolvimento Humano Integral para serem utilizados por toda a Igreja. O trabalho consistiu na produção de cartilhas e vídeos elaborados para cada tema da pesquisa e tem como um de seus objetivos colaborar com as comunidades eclesiais com subsídios pastorais e acadêmicos que apresentam a realidade das periferias existenciais sob seus mais diversos aspectos.

1 A AMAZÔNIA BRASILEIRA COMO PANO DE FUNDO

Parte do trabalho de investigação, como já explicitado, foi realizado na América Latina, que incluiu algumas entrevistas realizadas em diversas partes do território latinoamericano. Entre elas, a Amazônia Brasileira. De acordo com membros do DSDHI, o papa Francisco demonstrou um interesse especial em ouvir as pessoas que estão localizadas nessa terra de missão. Ao todo, foram ouvidas cerca de 20 pessoas nos mais diversos contextos e residentes nas cidades de Manaus (AM), Boa Vista (RR), Assis Brasil (AC) e Porto Velho (RO). Migrantes, indígenas, jovens, pessoas idosas, líderes de comunidades, pessoas que prestam trabalho voluntário tiveram a oportunidade de compartilhar suas experiências de vida nessa região tão importante para o Brasil, para a Igreja e para o mundo. Assim como é contemplada em todo o seu esplendor, quase com a mesma intensidade, ou até um pouco mais, a Amazônia também é alvo e vítima de pessoas e, principalmente, de organizações que veem nessa terra sagrada apenas uma fonte de recursos a ser explorada e dominada pelo capital financeiro. Trata-se de uma lógica destrutiva que não considera a fauna, a flora, a ancestralidade e o modo de vida dos povos e populações nativas que necessitam de todo o bioma amazônico para sobreviver. Infelizmente, essa lógica é o resultado de uma ordem socioeconômica global que prevalece e se desenvolve a cada dia. O lucro justifica qualquer ação de devastação socioambiental em prol da falsa ideia de desenvolvimento que beneficia poucos e arruína o bem-estar de milhões de pessoas, destinando-as a uma vida miserável e sem oportunidades. A partir desse chão marcado por riquezas e mazelas é que sobressaem histórias de pessoas com testemunhos que podem ser considerados como louváveis, por estarem imersos em realidades tão duras, mas que a bondade e a ternura de Deus se manifestam como torrentes em meio a um deserto de incertezas e de injustiças.

2 HOSPITAL-COLÔNIA ANTÔNIO ALEIXO

Como o espectro dos relatos de experiências foi bastante diversificado, nesse texto, por questões de limitação de conteúdo, será apresentado apenas um recorte do que foi e pode ser encontrado na realidade eclesial da Amazônia Brasileira. Como é o caso do senhor José Rodrigues de Souza, antigo paciente do extinto Hospital-Colônia Antônio Aleixo, localizado na periferia de Manaus, a maior cidade da Amazônia brasileira, localizada praticamente no meio de toda a selva. Com uma população estimada em mais de 2.255.000 habitantes (IBGE, 2024), Manaus é uma cidade que enfrenta os desafios comuns às grandes cidades brasileiras, como a falta de saneamento básico, educação de qualidade, moradia digna e condições satisfatórias de atendimento à saúde da população, especialmente a mais pobre. Nesse contexto

urbano e social está o bairro conhecido como Colônia Antônio Aleixo, localizado na periferia da cidade.

Originado pelo fechamento do Hospital-Colônia Antônio Aleixo,

O bairro ficou estigmatizado por causa do mal de Hansen, doença conhecida pelo termo preconceituoso - hanseníase. Suas atividades iniciais remontam à década de 1940, quando os internos foram gradualmente transferidos da Colônia Belizário Penna, em Paricatuba. Foram encerradas oficialmente em 1978, quando o Hospital foi desativado e a Colônia tornou-se um bairro de Manaus, declarado aberto e de livre circulação (ALVES, 2011, p. 9).

Após o fechamento, a maioria das pessoas que estavam no hospital foi praticamente abandonada e esquecida por suas famílias, pelo poder público e pela sociedade civil. Permaneceram à margem de uma grande cidade e, nas proximidades do antigo hospital, começaram a se organizar para encontrar formas de sobrevivência diante do preconceito e do desprezo de pessoas que, por ignorância, faziam questão de evitar o contato social com portadores da doença que, até pouco tempo atrás, era considerada incurável.

Os testemunhos dos “sobreviventes” do Hospital-Colônia Antônio Aleixo, hoje todos idosos, estão repletos de histórias de vida e sinais da presença de Deus, mas também de histórias que fazem qualquer indivíduo organizado em sociedade refletir sobre suas atitudes e comportamentos. Como o Papa Francisco destacou em vários momentos de seu pontificado, a “cultura do descarte” (FRANCISCO, 2021, n. 188) pode ser muito bem verificada também entre os membros do bairro. Os cristãos, chamados a serem sal e luz (cf. Mt 5, 13-16) em um mundo cada vez mais marcado pelo individualismo, pela perda da consciência histórica, pela negação da possibilidade de uma reflexão mais crítica da realidade, pela perda de sentido e de valores éticos e humanos, muitas vezes se veem inertes diante desses desafios que, infelizmente, são característicos da cultura contemporânea.

Com base nas experiências de luta dos idosos e ex-pacientes do hospital da periferia de Manaus diante de uma sociedade que segue uma inclinação funcionalista, individualista, que exclui e não promove a cultura do encontro, é possível fazer a seguinte pergunta: como será possível imaginar outro modelo de coletividade que promova a fraternidade e a amizade social, que cuide da fragilidade das pessoas com ternura, como Francisco aponta em sua encíclica que deseja que todos sejamos irmãos e irmãs segundo o Evangelho de Jesus Cristo?

A seguir, o senhor José Rodrigues de Souza conta sobre seu processo de internação no antigo hospital-colônia, bem como sua saída após a desativação da unidade de tratamento, e como também conseguiu superar as dificuldades que ainda hoje encontra ao enfrentar situações de exclusão e abandono.

Meu nome é José Rodrigues de Souza, sou amazonense e brasileiro, entrei no antigo leprosário Antônio Aleixo em 1965 (...). Antes de

as irmãs saírem, elas me contrataram (...) e eu fiquei trabalhando no que sobrou do antigo hospital, que foi desativado em 1979 (...) e fiquei trabalhando no asilo Geraldo da Rocha, que ficou só como asilo, assistência social (...). Parece que as pessoas achavam que os pacientes que estavam internados, às centenas, no asilo, iam todos morrer e o leprosário ia acabar, né? Mas não acabou. Mais e mais pessoas estavam aparecendo... As irmãs sempre nos alertavam para termos cuidado com nossas coisas, porque senão, quando eles (o hospital) fechassem, a sociedade viria nos “amassar” de todas as formas. E é isso que ainda está acontecendo hoje. Vivemos aqui praticamente isolados em nossas residências (...). A maior parte da nossa “equipe” já se mudou para “outra dimensão” (...). E em nossa “equipe”, já somos poucos. Estamos dispersos... Às vezes, não sabemos quando está ocorrendo um funeral. Fico imaginando quem morreu. Às vezes, foi alguém da nossa “equipe”. Em relação à minha família de fora, desde o momento em que chegamos aqui, a família “nos abandonou” (faz um gesto) (...). E assim tivemos que formar uma nova família aqui no hospital (...). Nós já tínhamos filhos... estávamos nos casando (...). Eu já tenho um bisneto (...). Eu posso agradecer a Deus noite e dia, que me dá um pouco de condições para que eu possa fazer alguma coisa, porque é muito triste depender só de outros direitos(...). Sou um sobrevivente da guerra do leprosário. Dos meus dez dedos do pé, não tenho mais um dedo inteiro, mas mesmo assim agradeço a Deus por me dar condições de fazer algumas coisas.

No início da *Fratelli Tutti*, o Papa Francisco afirma que existem “várias formas atuais de eliminar ou ignorar os outros” (FRANCISCO, 2021, n. 6), e que “ninguém pode enfrentar a vida sozinho (...); precisamos de uma comunidade que nos sustente, que nos assista e na qual nos ajudemos mutuamente a olhar para frente” (FRANCISCO, 2021, n. 8). Por que, então, esse movimento que elimina e ignora as condições de vida de várias pessoas continua a existir, mesmo sabendo que os seres humanos não podem viver isolados, sem o cuidado e a ajuda de uma comunidade de afeto e ternura?

Francisco é enfático ao dizer: “Tenha a coragem de dar voz àqueles que são discriminados por causa de sua deficiência, porque, infelizmente, em algumas nações, ainda hoje, há uma hesitação em reconhecê-los como pessoas de igual dignidade” (FRANCISCO, 2021, n. 98). Seria correto afirmar que então, ainda hoje, a sociedade, de acordo com o relato de José Rodrigues de Souza, continua querendo “acumular” idosos, deficientes, desempregados, migrantes e refugiados?

Quem são, na realidade, os verdadeiros beneficiários de um modelo de sociedade que quer unificar a cultura, favorecer o pensamento individualista e rejeitar o sonho de ter comunidades nas quais as pessoas possam compartilhar sua existência e suas experiências humanas

de fracasso e também de superação? O Papa se refere às pessoas mais privilegiadas quando diz que “algumas nascem em famílias abastadas, recebem uma boa educação, crescem bem nutridas ou possuem naturalmente habilidades excepcionais. Elas certamente não precisarão de um Estado ativo e exigirão apenas liberdade” (FRANCISCO, 2021, n. 109). Comparando essas pessoas às pessoas com deficiência, o papa sai em defesa dessas últimas: “Obviamente, a mesma regra não se aplica a uma pessoa com deficiência, a alguém que nasceu em um lar extremamente pobre, a alguém que cresceu com uma educação de baixa qualidade e com pouca chance de ser curado adequadamente de suas doenças” (FRANCISCO, 2021, n. 109). Francisco também afirma: “Se a sociedade for regida principalmente pelos critérios de liberdade e eficiência do mercado, não haverá lugar para eles, e a fraternidade será apenas mais uma expressão romântica” (FRANCISCO, 2021, n. 109).

3 ENXERGAR A REALIDADE A PARTIR DA ÓTICA DA ESPERANÇA

Essa realidade específica dos antigos pacientes do Hospital-Colônia Antônio Aleixo, pode ser interpretada a partir de muitos outros textos de Francisco, das Sagradas Escrituras e também do Magistério da Igreja para que eles, por meio do Espírito Santo, ajudem a lançar luzes para uma mudança constante de mentalidade e de postura dos cristãos e cristãs para que tenham como horizonte o Reino de Deus e aqueles que se encontram em suas periferias existenciais. Na *Fratelli Tutti*, o Papa Francisco propõe a esperança como força motriz para a construção de uma sociedade mais fraterna. Uma esperança que “fala de uma realidade que está enraizada nas profundezas do ser humano, independentemente das circunstâncias concretas e dos condicionamentos históricos em que vive” (FRANCISCO, 2021, n. 55). Uma esperança que tem a ver com “uma sede, uma aspiração, um anseio de plenitude, de uma vida realizada, um desejo de alcançar o que é grande, o que preenche o coração e eleva o espírito em direção a coisas grandes, como a verdade, a bondade e a beleza, a justiça e o amor (...)” (FRANCISCO, 2021, n. 55).

Que esse seja o espírito para enfrentar os desafios pastorais rumo a uma “Igreja em saída” é um desejo válido não só para as periferias existenciais da Amazônia, mas para todo o mundo carente de sentido. Juntos, segundo Francisco, todos podem tornar-se “artesãos da paz prontos para gerar processos de cura e reunião com engenhosidade e audácia” (DEPIZZOLI, 2013, 149).

CONCLUSÃO

O papa Francisco, em seu pontificado, já se referiu diversas vezes ao termo “periferias existenciais” quando vai se dirigir à necessidade urgente a que conclama todos os cristãos e cristãs para que façam parte de uma Igreja em Saída rumo às pessoas que estão nas periferias e “que precisam da luz do Evangelho” (FRANCISCO, 2013, n. 20). O pontífice também ampliou o sentido do termo ao dizer que as pessoas que vivem nas periferias existenciais:

não são apenas aqueles que por motivos econômicos se encontram à margem da sociedade, mas também quantos estão saciados de pão

mas vazios de sentido, são também aqueles que vivem situações de marginalidade devido a certas escolhas, ou a fracassos familiares, ou por causa de situações pessoais que marcaram indelevelmente a sua história (FRANCISCO, 2022, s/p).

São diversas periferias no mundo contemporâneo. “Conclamar a Igreja a ‘ir às periferias’ foi o discurso que elegeu o cardeal Bergoglio, segundo o cardeal de Havana. Não só as periferias geográficas, mas ‘as existenciais, do mistério do pecado, da dor, da injustiça, da ignorância e ausência da fé, de toda a miséria’” (RICUPERO, 2013, s/p). A visão do Papa Francisco para uma “Igreja em saída” destaca a necessidade urgente da Igreja Católica envolver-se com as “periferias existenciais” do mundo contemporâneo. Essas periferias não se referem apenas aos economicamente marginalizados, mas também àqueles que vivem o vazio de vida e àqueles que são marginalizados por escolhas de vida e por experiências pessoais. Francisco chama a uma pastoral de escuta e diálogo, reconhecendo a dignidade e a voz de todos. Com o Sínodo da Sinodalidade, da Amazônia, marcando o Dia Mundial dos Pobres, etc., o Papa convocou a Igreja a uma renovação tanto teológica quanto pastoral centrada no encontro do eu com o outro. Esta é a única maneira pela qual a Igreja pode realizar sua missão evangelizadora, trazendo a luz do Evangelho para todos os aspectos da vida humana.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. A. *Do hospital ao bairro: desativação do “hospital-colônia” e criação do bairro Colônia Antônio Aleixo em Manaus* - AM. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Filosofia, Manaus, 2011;

BÍBLIA de Jerusalém. 11.ed. São Paulo: Paulus, 2016;

DEPIZZOLI, A. M. *Catequese no Brasil junto à pessoa com deficiência*. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Teologia, São Paulo, 2013;

FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli Tutti: sobre a fraternidade e a amizade social*. Roma: 2020. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html>. Acesso em: 2 maio 2024;

FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Roma: 2013. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html>. Acesso em: 22 junho 2024;

FRANCISCO. *Mensagem do Papa Francisco para o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência*. Vaticano: 2022. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/es/messages/pontmessages/2022/documents/20221203_messaggio-disabilita.html>. Acesso em: 2 maio 2024;

IBGE. Panorama da população de Manaus. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>>. Acesso em: 2 maio 2024;

RICUPERO, R. Periferias existenciais. *Rubens Ricupero*, 1º abr. 2013. Disponível em: <<https://www.rubensricupero.com/artigos/periferias-existenciais/>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

O Papel das Comunidades Eclesiais e sua relação com o quarto compromisso do Pacto Educativo Global

Edelcio Ottaviani¹

Resumo: A Comunicação aprofunda o quarto compromisso do Pacto Educativo Global (PEG), que ressalta o papel fundamental da família no processo de uma educação ecológica integral, tendo como referencial teórico a noção de família apresentada por Jesus (Mt 12, 48-50). Em diálogo com outras áreas do saber, problematiza o quarto compromisso mediante as diversas configurações familiares da sociedade atual, para além dos modelos de família tradicional, reconhecidos pela Constituição de 1988 e pelo Código Civil de 2002. Analisa os diferentes papéis a serem desenvolvidos pela educação informal (presente em outros modelos de família) e a não-formal (desenvolvida por instituições não-governamentais), no enfrentamento da desigualdade social, no aprofundamento das questões de gênero e nos desafios apresentados pela readequação das funções parentais, ressaltando o papel fundamental que as Comunidades Eclesiais podem exercer nesse processo (*função compensatória*).

Palavras-chave: Educação ecológica-integral. Analfabetismo funcional. Família extensa. Gênero.

INTRODUÇÃO

Durante a pandemia da Coronavírus Covid-19, uma comovente imagem correu o mundo. Em março de 2020, o Papa Francisco aparecia sozinho, na Praça São Pedro, para rezar pelas vítimas do flagelo. Como outrora, na barca, acalmou a tempestade (Mc 4, 36-41), por seu modo de ser e pela força da sua palavra, Jesus ajuda, num momento de crise, a abrir os nossos ouvidos ao grito dos pobres e do nosso planeta gravemente enfermo e a perceber que, em nossa fome de lucro, seguíamos apressados e destemidos, acreditando-nos saudáveis num mundo cada vez mais doente. Uma sociedade enferma, diz o Papa Francisco, precisa ser educada segundo outra perspectiva. Faz-se necessária uma educação ecológica integral. O Pacto Educativo Global (PEG) tem esse objetivo e este ensaio procura aprofundar o quarto compromisso suscitado por ele: o papel da família no processo educativo das novas gerações.

O primeiro tópico trata do estado da questão, procurando ressaltar a situação da educação básica no Brasil atual, e levanta a questão do papel da família para melhorar essa situação. O segundo problematiza a própria noção de família, ao trazer a opinião do Magistério dos bispos e do Papa sobre o conceito de família, desde o Concílio Vaticano II até os tempos atuais. O terceiro acompanha as transformações dessa noção no ordenamento jurídico brasileiro e as diferentes configurações familiares apreendidas por ele, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Por fim, baseado no princípio de subsidiariedade, o quarto e último tópico aponta para o papel das Comunidades Eclesiais no acompanhamento das famílias responsáveis pelo processo educativo das novas gerações. Nas considerações

1 Doutor em Filosofia e Mestre em Teologia. Coordenador do PPG em Teologia da PUCSP. E-mail: eottaviani@pucsp.br

finais, um pensamento é voltado para a educação não-formal, como abertura de espaços para atividade política, no resgate do “comum” e que contribui enormemente para desenvolver uma consciência cidadã que atua por implantação de políticas públicas. Ao lado da educação formal, desenvolvida por meio das escolas e universidades, alude à educação informal, tendo como protagonistas a família e as diferentes formas de comunidade (artística, esportiva e cultural), e a não-formal, “que se inscreve num horizonte ético-político voltado para a inclusão e para o empoderamento” dos setores com os quais e pelos quais são realizados os diferentes trabalhos” (CENDALES; MARIÑO, 2006, p. 13).

1 ESTADO DA QUESTÃO

Por ocasião do lançamento do Pacto Educativo Global (PEG), o Papa Francisco convidou indivíduos e instituições a colaborar no cuidado de nossa casa comum, centrando toda a atenção na educação “que abre a mente e o coração a uma compreensão mais ampla e profunda da realidade” (PAPA FRANCISCO, 2019). Para tanto, diz ele, e dado que toda mudança necessita de um caminho educativo, é necessária “uma aliança educativa que nos eduque à solidariedade universal, em um novo humanismo” (*ibidem*).

Por causa da pandemia 10 milhões de crianças, por todo o mundo, estariam “obrigadas a abandonar a escola, agravando uma disparidade alarmante, marcada por 250 milhões de crianças, em idade escolar, excluídas de toda e qualquer atividade formativa” (PAPA FRANCISCO, 2020b).

Em se tratando de Brasil, a situação não é das melhores. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2023), 400 mil crianças (de 6 a 14 anos) não estão frequentando a escola e 9,8 milhões de jovens (de 15 a 29 anos) não concluíram a educação básica e estão fora dela também. No que se refere ao aproveitamento escolar, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB 2023) mostra uma estagnação no desenvolvimento escolar de nossas crianças e adolescentes.

Em nosso sistema educacional, alunos mais pobres, com problemas familiares gritantes e desestimulados no ambiente escolar, parecem estar tão sozinhos em seu processo educativo quanto o Papa Francisco na Praça São Pedro, durante o isolamento social. Rodeados de pessoas fora da escola, que pouco podem ou sabem fazer para ajudá-los em seu processo educacional (familiares e amigos com grau baixo de instrução), sentem-se também sozinhos dentro dela (professores sobrecarregados, mal pagos e pressionados pelas instâncias superiores, passando-os de ano a ano, tenham ou não tenham eles aprendido as habilidades ou competências referentes à sua faixa etária). No afã de melhorar os dados estatísticos, os

governantes os empurram cada vez mais para a triste condição de futuros analfabetos funcionais² e ao subemprego, repetindo a triste sina de seus pais, não poucas vezes alocados em trabalhos bem pouco remunerados.

No intuito de realizar uma verdadeira aliança em prol da educação integral e ecológica, sobretudo dos mais pobres, o Papa lançou o Pacto Educativo Global (2020b), por meio do qual devem ser assumidos, individual e conjuntamente, sete compromissos: 1. Colocar no centro a pessoa humana; 2. Ouvir a voz das crianças, adolescentes e jovens; 3. Favorecer a plena participação de meninas e jovens na instrução; 4. Ver na família o primeiro e indispensável sujeito educador; 5. Educar e educarmo-nos para o acolhimento; 6. Encontrar outras formas de pensar a economia, a política, o crescimento e o progresso; 7. guardar e manter nossa casa comum. Nosso objetivo, neste texto, é aprofundar justamente o quarto compromisso, problematizando-o a partir das seguintes questões: *que tipo de família é chamado a fazer parte do Pacto Educativo Global? Estão nossas comunidades eclesiais preparadas a auxiliar as variadas configurações familiares nessa missão?*

2 A NOÇÃO DE FAMÍLIA SEGUNDO O MAGISTÉRIO DA IGREJA

Ao tratar sobre a ação da Igreja no mundo contemporâneo, O Concílio Vaticano II, na Constituição *Gaudium et Spes* (GS), afirma que a família é um dos laços necessários para o desenvolvimento do ser humano, ao lado da sociedade política (n. 25). O Decreto Conciliar *Gravissimum Educationis*, sobre a educação cristã, parte do mesmo pressuposto que a GS, considerando como comunidade familiar a família dita nuclear (pai, mãe e filhos), sendo os pais os primeiros e principais educadores (n. 3). Abre, no entanto, um espaço a outros no papel educativo dos filhos (baseado no princípio de subsidiariedade), quando “falharem as iniciativas paternas” (n. 3). A Exortação Apostólica Pós-sinodal *Familiaris Consortio* (1981), alude aos “sem família” (n. 47), exortando a Igreja a ser para eles a grande família, concretizada “na família diocesana e paroquial, nas comunidades eclesiais de base ou nos movimentos apostólicos” (n. 85). O *Código de Direito Canônico* (1983) e O *Catecismo da Igreja Católica* (1992), por sua vez, partem do mesmo pressuposto: o vínculo do matrimônio, entre um homem e uma mulher, funda a família, denominada nuclear.

A *Exortação Apostólica Amoris Laetitia*, publicada em 2016, menciona as grandes transformações sociais e culturais que caracterizam as primeiras décadas do século XXI e elenca uma série de desafios que atingem as famílias atuais. Em meio às análises, os padres sinodais constataram que existem outros modos de organização familiar, para além da família nuclear

2 Segundo o INAF (Índice de Alfabetismo Funcional), o analfabeto funcional é aquele que se encontra na condição de *analfabeto e alfabetizado rudimentar*. A primeira corresponde às pessoas que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela consiga ler números familiares (de telefone, preços etc.). A segunda diz respeito às pessoas que localizam uma ou mais informações explícitas, expressas de forma literal, em textos muito simples; compara, lê e escreve números familiares, identificando maior e menor valor; resolve problemas simples do cotidiano envolvendo operações matemáticas elementares ou estabelecendo relações entre grandezas e unidades de medida; reconhece sinais de pontuação (vírgula, exclamação, interrogação etc.) pelo nome e pela função.

tradicional. O Documento aponta para o fenômeno de filhos nascidos fora do matrimônio que, em seguida, crescem com um dos pais, constituindo assim *famílias monoparentais*, ou no caso de mãe e filho serem assumidos pelos avós, *famílias alargadas*, ou ainda, no caso de segunda união, com pai que tem outros filhos de uma primeira união, *famílias reconstituídas* (n. 45).

Em síntese, os Documentos aqui analisados apresentam a família nuclear tradicional, formada por pai, mãe e filhos, baseada nos princípios de bem dos cônjuges e abertura à procriação, como o modelo “ideal” de família, muito embora reconheça que, *per se*, a forma não garante o papel educativo e socializante que cabe à comunidade familiar. As instituições cristãs (diocesanas e paroquiais), as Comunidades de Base e os Movimentos apostólicos, no seu serviço às famílias mais pobres ou destruídas, segundo o princípio de subsidiariedade e o precedente aberto por Jesus, podem e devem servir de estrutura familiar para crianças e adolescentes privados de referências parentais (maternas e paternas), com toda a fluidez que marca as funções ou os papéis masculinos e femininos nas estruturas familiares atuais. É o que Cendales e Mariño denominam de *Função compensatória* (2006, p. 12).

3 A NOÇÃO DE FAMÍLIA A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O CÓDIGO CIVIL DE 2002

No que diz respeito ao conceito de família, inerente à Constituição Cidadã de 1988, o artigo 226, § 3, reconhece como tal a união estável entre o homem e a mulher, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. A Carta Magna amplia a noção de família, presente no Código Civil de 1916, segundo o qual só se reconhecia um conjunto de pessoas como família aquele fundado após o casamento. O Código Civil de 2002 (CC/02) estabelece, no art. 1.565, que homem e mulher, pelo casamento, assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família, possuindo direitos e obrigações recíprocas. Não obstante a alusão ao modelo tradicional familiar, o CC/02 dá margem a várias inovações jurídicas que salvaguardam a igualdade conferida aos homens e mulheres, tornando igualitária a proteção de ambos e se estendendo também aos filhos, fossem provenientes ou não. O afeto (*affectio*), no lugar do sangue, passa a ser então o dispositivo que dá legitimidade às novas configurações familiares (LÔBO, 2004, p. 138).

Sendo assim, um rol diversificado de configurações familiares começa a se perfilar e a tornar mais complexo o quarto compromisso do Pacto Educativo Global. Ao requerê-lo, é preciso que se tenha em mente que, ao envolver a família no Pacto, os indivíduos e instituições estejam preparados para receber nessa aliança os responsáveis pela chamada família moderna e não somente os membros da chamada família tradicional. Vários são os tipos de família: *tradicional*, *reconstituída* ou *recomposta*, *união estável*, *monoparental*, *anaparental*, *intercultural* ou *interracial*, *homoafetiva* ou *homoparental*, *extensa*. Mas, e quando, por questões econômicas, estruturais ou de vulnerabilidade social, as famílias não conseguem atender à sua função educativa? Penso ser aqui o espaço que podem ocupar as Comunidades Eclesiais no seio dessas famílias, não para substituí-las, mas para desempenhar papéis ou funções que,

num dado momento, as mais diversas configurações familiares estão impossibilitadas de desempenhar a função compensatória. É o que veremos no próximo tópico.

4 COMUNIDADES ECLESIAIS COMO FAMÍLIA: CONTRIBUIÇÕES PARA O QUARTO COMPROMISSO DO PEG, SEGUNDO O PRINCÍPIO DE SUBSIDIARIEDADE

D. Luciano Mendes de Almeida, saudoso arcebispo de Mariana (MG), nomeado primeiramente bispo auxiliar de São Paulo para a Região Belém, costumava dizer, dentro e fora do país, que as Comunidades Eclesiais de Base, tão atuantes na vida social e política nas décadas de setenta e oitenta, eram verdadeiras famílias para centenas de milhares de crianças e adolescentes espalhados nos países do Terceiro Mundo. Consciente de que as palavras da *Familiares Consortio* (n. 85) verberavam a mística e a prática que animavam o trabalho da Pastoral da Criança, D. Luciano motivava os Conselhos Pastorais Paroquiais e Comunitários a assumirem o cuidado com essa camada da população, vítima das injustiças sociais e do descaso das autoridades locais. Fazendo uso do princípio de subsidiariedade, sem muitas vezes sabê-lo, agentes de Pastoral da Criança foram adquirindo maior capacitação para seus trabalhos, a partir de encontros e cursos ministrados pela Pastoral de Conjunto. Alicerçados pelo estudo da Palavra de Deus, davam consistência e testemunhavam as palavras de Jesus: “aquele que fizer a vontade de meu Pai que está nos Céus, esse é meu irmão, irmã e mãe” (Mt 12, 50). Família extensa, tomando consciência de sua dimensão evangélica, as relações estabelecidas pela Pastoral da Criança, no interior das Comunidades Eclesiais de Base, passaram a instaurar processos de participação na construção de políticas públicas, ao exigir dos poderes municipal e estatal a abertura de creches para atender mães trabalhadoras, de postos de saúde, hospitais e a instalação de rede de saneamento e esgoto, melhoria das escolas. Carinho e cuidado se somavam à tomada de consciência dos direitos da população mais pobre e ao exercício dos princípios da cidadania.

A insistência do Papa Francisco em estabelecer uma aliança educativa, capaz de vencer a globalização da indiferença, recoloca o papel primordial da Comunidades Eclesiais, em especial as de Base, por sua configuração resistente ao clericalismo e à estrutura burocrática paroquial, para fazer valer o quarto compromisso do PEG e envolver as famílias, sejam elas quais forem e segundo as configurações reais que as constituem, a se envolverem num processo educativo – poliédrico (2020b), onde cada experiência, por menor e mais precária que seja, é valorizada no seu papel de desencadear processos de transformação no cuidado com a pessoa e com os outros seres que habitam nosso planeta, nossa Casa Comum.

CONCLUSÃO

Com este ensaio, quisemos levantar as grandes questões que estão implicadas no quarto compromisso do PEG e mostrar o grande potencial que esteve sempre presente nas Comunidades Eclesiais. Não as idealizamos, pois elas são formadas por seres humanos que trazem em si, seus dons, mas também suas debilidades e fraquezas, que devem ser trabalhadas

e superadas na vivência eclesial. Porém, alimentadas pela Palavra de Deus e pelo testemunho de Jesus, sempre renovado nas celebrações eucarísticas, elas se mostraram veículos fundamentais de educação informal (quando ocupam as funções dos pais – *função compensatória* –, segundo o princípio de subsidiariedade) e de educação não-formal bem como auxiliam na construção de uma consciência crítica e cidadã, em defesa da dignidade humana e no cuidado com a Casa Comum).

REFERÊNCIAS

- AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. *Índice de Alfabetismo Funcional – Brasil 2018*: Estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/09/inafeestudos especiais_2016_letramento_e_mundo_dotrabalho.pdf>. Acesso em: 17 de ago., 2024.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição revista. São Paulo: Paulus, 2002.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Disponível em: <https://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p3s2cap2_2196-2557_po.html>. Acesso em: 18 de ago., 2024.
- CENDALES, Lola; MARINÑO, Germán. *Educação não-formal e educação popular*: para uma pedagogia do diálogo cultural. Tradução de Thiago Gambi. São Paulo: Loyola, 2006.
- CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO (2002). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm?ref=blog.suitebras.com>. Acesso em: 1º de ago., 2024.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=199506&filename=LegislacaoCitada%20PL%203005/2004#:~:text=226,.civil%2C%20nos%20termos%20da%20lei>. Acesso em: 1º de ago., 2024.
- DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2002.
- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB 2023). Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/IDEB/resultados>>. Acesso em: 17 de ago., 2024.
- LÔBO, P. A repersonalização das relações de família. *Revista Brasileira de Direito de Família*. Porto Alegre, IBDFAM/Síntese, n. 24, p. 136-156, jun.-jul. 2004.
- PACTO EDUCATIVO GLOBAL. *Vademécum – Português*. In: <<https://www.educationglobalcompact.org/resources/Risorse/vademecum-portuges.pdf>>. Acesso em: 8 de jun., 2024.
- FRANCISCO. *Mensagem de Vídeo por ocasião da Abertura do Pacto Educativo Global*. 15.10.2020b. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2020/documents/ts/papa-francesco_20201015_videomessaggio-global-compact.html>. Acesso em: 17 de ago., 2024.
- FRANCISCO. Momento Extraordinário de Oração em tempo de pandemia. *Homilia*. 27.03.2020a. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2020/documents/papa-francesco_20200327_homelia-epidemia.html>. Acesso em: 17 de ago., 2024.
- FRANCISCO. *Vídeo mensagem por ocasião do lançamento do Pacto Educativo* (12.09.2019). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/es/messages/pont-messages/2019/documents/papa-francesco_20190912_videomessaggio-patto-educativo.html>. Acesso em: 17 de ago., 2024.
- JOÃO PAULO II. *Exortação Apostólica Pós-sinodal Familiaris Consortio*. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_19811122_familiaris-consortio.pdf>. Acesso em: 18 de ago., de 2024.

A Acolhida e a Igreja em Saída

Francisco Rodrigo Cunha do Rego¹

Resumo: O lindo e desafiante pedido do Papa Francisco: “Saíamos, saíamos para oferecer a todos a vida de Jesus Cristo! Prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas a uma Igreja enferma pelo fechamento e pela comodidade de se agarrar às próprias seguranças”. Para a promoção de uma igreja que sai ao encontro das pessoas, é fundamental promovermos comunidades mais acolhedoras. As ovelhas desgarradas não virão ao encontro de uma Igreja com o perfil do irmão mais velho da Parábola do Filho Pródigo. Por isso, o Documento de Aparecida fala da necessidade de “passar de um eterno esperar a um constante buscar”. É importante que a Igreja promova uma pastoral com proximidade e ternura. Viver a “revolução da ternura” que provocou a encarnação do Verbo, sabendo que Jesus veio especialmente para os doentes. O objetivo deste trabalho foi analisar o aspecto evangelizador da acolhida como expressão do apelo do Papa Francisco por uma Igreja em saída. Entendeu-se que a acolhida possui uma dimensão missionária. O acolhimento que evangeliza é um desafio atual para a Igreja. Na perspectiva da “Igreja em saída”, faz-se necessário ir ao encontro, aceitar e acolher todas as pessoas.

Palavras-chave: Acolhida. Evangelização. Pastoral.

INTRODUÇÃO

O lindo e desafiante pedido do Papa Francisco: “Saíamos, saíamos para oferecer a todos a vida de Jesus Cristo! Repito aqui, para toda a Igreja, aquilo que muitas vezes disse aos sacerdotes e aos leigos de Buenos Aires: Prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças” (FRANCISCO, 2013, n. 49).

O pedido por uma Igreja saída é algo recorrente no pontificado do Papa Francisco. A partir dessa realidade podemos fazer algumas reflexões pastorais. Como podemos aplicar esse desejo no dia-a-dia? Como aplicar na vida? Das várias abordagens que podemos realizar, talvez uma resposta objetiva passe pelo incentivo aos cristãos a serem mais acolhedores.

1 A IGREJA EM SAÍDA

“Saída” significa romper com certa ideia de figura ou forma de Igreja pensada por nós e refletir sobre o essencial da fé católica. Isso nos capacitará a nos libertar dos bloqueios que nos impomos, e descobriremos, livres de preconceitos, a força redentora do Evangelho. “Saída” tem de ser entendida como uma mudança radical em direção a Jesus Cristo, do contrário, ficará no plano de um ativismo frenético e, no final, permanecerá estéril. Mas, se na

1 Discente de graduação em Teologia do Instituto São Paulo de Estudos Superiores (ITESP). Email: franciscorodrigocunha@gmail.com

fidelidade existencial e criativa a Cristo vivermos a sua mentalidade e agirmos a partir dela, então a saída dará os frutos esperados (AUGUSTIN, 2018, p. 26).

Em outra parte, na *Evangelii Gaudium*:

Naquele «ide» de Jesus, estão presentes os cenários e os desafios sempre novos da missão evangelizadora da Igreja, e hoje todos somos chamados a esta nova «saída» missionária. Cada cristão e cada comunidade há de discernir qual é o caminho que o Senhor lhe pede, mas todos somos convidados a aceitar esta chamada: Sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho (FRANCISCO, 2013, n. 20).

Para o teólogo pastoral Agenor Brighenti (2021, p. 174) uma Igreja em saída faz da periferia o seu centro, superando a tentação e a segurança de uma Igreja autorreferencial. Nas periferias estão as fronteiras, os outros, os diferentes e as diferenças a acolher, o que implica aprender a se enriquecer com os diferentes. Para acolher os diferentes e as diferenças, só uma Igreja samaritana é capaz de abrir os braços, sem julgar ou condenar, mesmo quando não se concorda. Uma Igreja em saída é uma Igreja com coração, uma Igreja-mãe, advogada dos pobres e não juíza.

Para superar uma Igreja autorreferencial é necessária uma pastoral de conversão missionária, fomentando uma Igreja em saída. Para sair é preciso fazer processo, o que implica uma ação pensada. Enquanto ação pensada, a pastoral é uma ciência, em relação intrínseca com a teologia e em relação interdisciplinar com as ciências auxiliares da pastoral, como são sobretudo as ciências humanas e sociais. Além disso, trata-se de sair às periferias, pois o Reino de Deus é Boa-nova de inclusão dos descartados (BRIGHENTI, 2021, p. 173).

Ser uma Igreja pobre e para os pobres é ser uma Igreja que opta não pela rigidez auto-defensiva, nem busca se refugiar nas próprias seguranças, mas uma Igreja que procura levar a todos a consolação de Jesus por meio da proclamação da Palavra, que tem como objetivo chegar a todos, e não a um grupo seleto de cristãos, separados do mundo. Por isso, o convite do Papa Francisco para uma Igreja em saída, uma Igreja com portas abertas, capaz de acolher a todos, indistintamente, porque a missão não exclui nem uniformiza. Assim podemos redescobrir a conexão íntima que existe entre a evangelização e a promoção humana (DANTAS, 2019, p. 110).

Quando o Papa aborda este tema, segue o exemplo de Jesus, que orienta deixar as “noventa e nove ovelhas” e ir em busca da perdida. Jesus adota uma forma radical de acolhida missionária. Hoje sabemos que a maioria dos católicos estão “fora” da Igreja, isto é, não participa de nenhuma atividade nela. Então poderemos pensar assim: Por que tanta insistência com os de dentro da Igreja? Não estaria na hora de pensar naqueles que não estão participando? (GASQUES, 2010, p. 69).

Essas “ovelhas desgarradas” não virão ao encontro de uma Igreja com o perfil do irmão mais velho da Parábola do Filho Pródigo. Por isso, o Documento de Aparecida (2007, p.144) fala da necessidade de “passar de um eterno esperar a um constante buscar”. Importante é a igreja promover uma pastoral com proximidade, ternura e carinho. Viver a revolução da ternura que provocou a encarnação do Verbo. Saber que Jesus não veio para os sãos, mas especialmente para os doentes, para resgatar o que estava perdido, para redimir (BRIGHENTI, 2021, p. 183), realizar este pastoreio dentro do contexto desafiador em que vivemos.

2 ACOLHIDA EVANGELIZADORA

Já foi o tempo em que podíamos ficar na igreja esperando as pessoas e com certeza elas vinham. Hoje a realidade é bem outra e exige mais cautela, qualidade na pastoral e sensibilidade no trato de pastoral, chamadas por muitos de complexidade dos novos contextos (GASQUES, 2010, p. 64). A igreja que deseja evangelizar precisa ir ao encontro das pessoas.

O Papa Francisco compreende, e bem, que a missão é uma questão vital da Igreja, faz parte da sua natureza. Entretanto, ele chama a atenção para o verdadeiro sentido missionário, que não se resume numa obcecada transmissão desarticulada de uma imensidade de doutrinas. Para Francisco, assumir um estilo missionário é fazer com que a mensagem evangélica chegue a todos, sem exceções nem exclusões, de modo a se tornar mais convincente e radiosa (DANTAS, 2019, p. 116).

Necessário entender que acolher também é evangelizar. Por isso mesmo a Igreja chama a atenção para o que poderíamos chamar de um novo ministério. Este ministério não é fácil no seu exercício. É necessário preparar-se e aprender como acolher todas as pessoas, sem exceção de ninguém (OLIVEIRA, 2010, p. 3), entendendo que “na Igreja há espaço para todos, todos, todos. Ninguém é supérfluo” (FRANCISCO, 2023, p. 2).

Nesse sentido, para haver uma acolhida missionária, é importante viver o «estado permanente de missão» (DOCUMENTO DE APARECIDA, 2007, p. 144). Para isto, a comunidade precisa renovar-se sempre diante dos novos desafios que enfrenta no confronto com o mundo e na relação entre seus membros. Para ser missionária, a comunidade precisa ir ao encontro das pessoas (CNBB, 2014, p. 36).

Outro aspecto essencial é o testemunho da comunidade cristã. Este testemunho é missionário quando ela assume os compromissos que colaboram para garantir a dignidade do ser humano e a humanização das relações sociais. O testemunho é anterior ao discurso e às palavras, pois é por si uma proclamação silenciosa, mas também muito clara e eficaz da Boa-Nova e é um elemento essencial na missão de evangelizar (CNBB, 2014, p. 36).

Sobre a importância da vivência prática, declara o decreto *Ad Gentes* (n. 11):

Todos os fiéis cristãos, onde quer que vivam, têm obrigação de manifestar, pelo exemplo da vida e pelo testemunho da palavra, o homem

novo de que se revestiram pelo Batismo, e a força do Espírito Santo por quem na confirmação foram robustecidos, de tal modo que os demais homens, ao verem as suas boas obras, glorifiquem o Pai (Mat. 5, 16) e compreendam mais plenamente o sentido genuíno da vida humana e o vínculo universal da comunidade humana.

A missão supõe testemunho de proximidade que entranha aproximação afetiva, escuta, humildade, solidariedade, compaixão, diálogo, reconciliação, compromisso com a justiça social e capacidade de compartilhar, como Jesus o fez (DOCUMENTO DE APARECIDA, 2007, p. 363). A evangelização acolhedora trata apenas de seguir o exemplo do nosso mestre.

Essa realidade de paróquia que acolhe e evangeliza é um tema tão atual que inclusive foi proposto no 1º sínodo arquiocesano de São Paulo (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2023, p. 41):

- Ir ao encontro das pessoas, como Igreja em saída, nas diversas realidades pessoais e sociais, acolhendo-as na comunidade da Igreja.
- Formar e fortalecer a consciência missionária do Povo de Deus, a começar pelas lideranças pastorais.
- Organizar a paróquia como comunidade de comunidades eclesiais missionárias, em vista de uma Igreja sinodal, acolhedora e em saída.
- Organizar e promover a vida eclesial em pequenos grupos, fortalecendo o sentimento de pertença, a começar pela família.

Para que de fato essa acolhida e evangelização aconteçam é importante que nossas comunidades bebam de uma espiritualidade profunda. Há necessidade de um trabalho sério de formação pessoal, alicerçado nos valores do Evangelho, sustentado por uma vida de oração, para que nosso agir seja a expressão do “homem novo”, formado pela lei de Cristo e guiado pelo Espírito Santo (OLIVEIRA, 2010, p. 26).

O Pe. Jerônimo Gasques (2010, p. 65) confirma que o acolhimento precisa brotar de uma autêntica vida espiritual. Explica que a acolhida tem sua amplitude e sua altitude. Altitude está no sentido de uma excelente e qualificável espiritualidade para suportar as dificuldades próprias do acolhedor, e amplitude no sentido de ir além do provisório ato de se estar à porta da igreja para entregar alguns folhetos. Acolher é estar atento aos apelos do Espírito, agente principal da evangelização.

O livro dos Atos dos Apóstolos ensina-nos que era o amor existente entre os cristãos que cativava os pagãos. A tradição conservou uma expressão que era dita pelos pagãos, ao observarem a vida de fraternidade dos seguidores de Jesus: “Vejam como eles se amam!” E sentiam-se atraídos a entrarem para a comunidade. Até hoje, as pessoas têm mais interesse em participar quando são cativadas pela comunidade (OLIVEIRA, 2010, p. 27).

3 DESAFIOS PARA UMA ACOLHIDA EVANGELIZADORA

Vivemos em um contexto complexo e desafiador para a evangelização. George Augustin, um grande teólogo pastoral, explica que hoje existem muitos desafios para a evangelização em todos os âmbitos. Um aspecto eclesial e bem interessante que ele trata, refere-se à unidade entre Estado e Igreja que ocorreu por muito tempo, em especial na Europa. Isso contribui consideravelmente para haver um cansaço na fé, pois se obscureceu aquilo que era a autêntica identidade eclesial (AUGUSTIN, 2018, p. 33).

Mas também aborda outros desafios, que, segundo ele, passam pela sincera percepção dos «sinais dos tempos». E falando no contexto europeu, os autênticos sinais dos tempos seriam: As pessoas se afastam da Igreja; muitos não entendem a finalidade da instituição eclesial; crítica constante à Igreja; a maioria dos católicos não participa dos sacramentos; o analfabetismo religioso está muito disseminado e muitos na Igreja não procuram alcançar as suas verdadeiras metas (AUGUSTIN, 2018, p. 33). Estas são realidades comuns não somente na Europa, mas também em outros lugares no mundo, como na América.

Outro grande desafio para a evangelização, válido universalmente, são as grandes mudanças atuais. Segundo a *Gaudium et Spes* (n. 5):

A humanidade vive hoje uma fase nova da sua história, na qual profundas e rápidas transformações se estendem progressivamente a toda a terra. Provocadas pela inteligência e atividade criadora do homem, elas repercutem sobre o mesmo homem, sobre os seus juízos e desejos individuais e coletivos, sobre os seus modos de pensar e agir, tanto em relação às coisas como às pessoas. De tal modo que podemos já falar de uma verdadeira transformação social e cultural, que se reflete também na vida religiosa.

Nesse sentido a realidade hodierna está marcada por grandes mudanças que estão afetando a vida das pessoas, tornando-se vertiginosa e trazendo consequências para todos os campos de atividade, impactando a cultura, as artes e a religião. Inúmeros são, assim, os desafios para a evangelização acolhedora (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2011, p. 35-36):

1. O individualismo torna obscuros os vínculos comunitários e visa somente a satisfação das próprias necessidades do indivíduo.
2. Os fenômenos sociais, econômicos e tecnológicos estão na base da vivência temporal, cultivando o presente e assinalando um futuro incerto.
3. A utilização dos meios de comunicação de massa introduz um sentido estético, uma visão da felicidade, uma percepção da realidade e até uma linguagem que quer se impor como autêntico modo de ser.

4. As mudanças culturais propõem a alteração dos papéis tradicionais de homens e mulheres, tendo como meta a real adoção de novas atitudes e novos estilos em suas respectivas identidades.

5. Dissolve-se a concepção integral do homem, sua relação com o mundo e com o Criador. Este é o grande erro das tendências do último século: quem exclui Deus de seu horizonte falsifica o conceito de liberdade e só pode terminar em caminhos equivocados e com receitas destrutivas.

Por isso hoje se fala tanto em nova evangelização, a qual é sinônimo de nova dinâmica! As inúmeras dificuldades levam à apatia no dinamismo missionário da Igreja. É necessário um procedimento consentâneo com os novos tempos: Uma nova via para a evangelização! A sua realidade essencial consiste na busca dos meios adaptados aos caminhos da evangelização (DUAMIS, 2018, p. 19). É essencial percebermos que para novos tempos é necessária uma nova evangelização, uma evangelização que abarque o ser humano de maneira integral, o qual tem sede de amar e ser amado.

CONCLUSÃO

Portanto, a acolhida realmente possui uma dimensão missionária. O acolhimento que evangeliza é um desafio atual para a Igreja. Na perspectiva da «Igreja em saída» faz-se necessário ir ao encontro, aceitar e acolher todas as pessoas, independente de pensamento, cultura e classe. Ter um coração aberto para amar. Esse é o chamado para nós, evangelizar na nossa realidade; afinal o evangelho, sem dúvida, ainda pode contribuir para a melhoria da vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Carta Pastoral e propostas sinodais a partir do 1º sínodo da arquidiocese de São Paulo, 2017 a 2023, São Paulo, 2023.
- AUGUSTIN, George. *Por uma Igreja “em saída”*: impulsos da Exortação Apostólica Evangelii Gaudium, Petrópolis-RJ: Vozes, 2018.
- BRIGHENTI, Agenor. *Teologia Pastoral: a inteligência reflexa da ação evangelizadora*, Petrópolis-RJ: Vozes, 2021.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, Brasília-São Paulo: CNBB-Paulus-Paulinas, 2007.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia*. Documento 100, Brasília-DF: Edições CNBB, 2014.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Decreto Ad gentes* (7 de dezembro de 1965) in Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II, São Paulo: Paulus, 1997.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Constituição dogmática Gaudium et Spes* (7 de dezembro de 1965) in Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II, São Paulo: Paulus, 1997.

DANTAS, José Erivaldo. A Feição da Igreja no Pontificado do Papa Francisco. *Espaços* v. 27 n.1, p. 109-125, 2019.

DUAMIS, Marcel. *A nova evangelização: Modelos Bíblicos*, São Paulo: Loyola, 2018.

FRANCISCO, Papa. Cerimônia de Acolhimento da XXXVII Jornada mundial da juventude (3 de agosto de 2023) disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2023/august/documents/20230803-portogallo-cerimonia-accoglienza.html> acesso em: [26/09/2024].

FRANCISCO, Papa. *Exortação apostólica Evangelii Gaudium: A alegria do Evangelho sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*, **São Paulo: Paulinas, São Paulo 2013.**

GASQUES, Jerônimo. *Pastoral da acolhida: Cativando com gestos simples*, Petrópolis RJ: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, João Bosco – OLIVEIRA, Aparecida de Fátima Fonseca. *Uma nova evangelização: pastoral de conjunto e pastorais orgânicas*, São Paulo: Paulus, 2011.

OLIVEIRA, Vicente André. *Acolhida: Como formar comunidades acolhedoras*, Aparecida: Santuário, 2004.

PASTORAL NO PONTIFICADO DO PAPA FRANCISCO

A Igreja em saída no Pontificado de Francisco e sua práxis a partir do Regional Nordeste IV

Denilson de Sousa Vieira¹

Resumo: A Igreja, como afirma o Decreto *Ad Gentes*, é missionária por natureza, missão esta que sempre foi e continuará sendo a de anunciar Jesus Cristo em todos os tempos e para todos os povos e nações, pois ao sair, a Igreja se coloca próxima a todos aqueles que mais necessitam de sua presença. O Papa Francisco, quando convoca a Igreja para sair das quatro paredes do templo e ir ao encontro dos que estão distantes, enfatiza exatamente aquilo que o Concílio Vaticano II proclamou sobre a vocação da Igreja missionária. Em consonância com a proposta do Papa, acentuaremos a vivência da tão sonhada Igreja em saída na realidade local do Regional Nordeste IV, composto pelas oito dioceses do Piauí. Nosso intuito é, através da pesquisa de campo e registros documentais, destacar algumas ações missionárias realizadas pelas dioceses, seminários e/ou grupos e movimentos que colocam em prática o pedido do Papa Francisco, “que prefere uma Igreja acidentada, ferida e enlameada, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças” (EG, 49). Faremos essa abordagem usando os escritos de Francisco e as diretrizes pastorais das Dioceses do Piauí.

Palavras-chave: Igreja; Piauí; Saída; Missão; Pastoral.

INTRODUÇÃO

O Papa Francisco tem insistido que a Igreja precisa estar em saída para as periferias sociais e existenciais. A Igreja não existe para si, mas como “sinal e instrumento” de salvação no mundo. No entanto, não se trata de uma saída qualquer, para qualquer lugar ou com qualquer finalidade. Trata-se de uma saída rumo a quem mais precisa, para as periferias existenciais, que são muitas hoje em nossa sociedade. Em sua missão, a Igreja não pretende outra coisa senão “continuar a obra do próprio Cristo que veio ao mundo para dar testemunho da verdade, para salvar e não para condenar, para servir e não para ser servido” (GS 3).

Na primeira parte desse artigo destacaremos a importância da imagem da Igreja em saída, evidenciada pelo Papa, resgatando a intuição primeira do Concílio Vaticano II. Emerge daí a reação contra o clericalismo (EG, 102), a insistência na estrutura sinodal da Igreja e na corresponsabilidade de todos na missão evangelizadora (Cf. EG 110-134). Na segunda parte, apresentaremos a missão promovida pelo Regional Nordeste VI, onde a Igreja do Piauí busca responder aos apelos do Papa Francisco, concretizando o movimento de saída em várias expressões missionárias realizadas. Destacaremos, desse modo, a missão realizada em meio as juventudes, pois a Igreja do Piauí, há alguns anos vem se empenhando na promoção da juventude, seja do sertão ou da cidade.

1 Licenciado em filosofia pelo Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí – ICESPI. Graduando do curso de Bacharelado em Teologia no Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí – ICESPI. E-mail: denilsonsousa0107@gmail.com

Essa atenção dedicada aos jovens pode ser notada hoje em toda a Igreja que volta seu olhar às juventudes, dedicando-se ao cuidado pastoral atento e reconhecendo seu grande potencial evangelizador. Na Exortação após o Sínodo dos bispos em 2027, Intitulada *Christus vivit*, publicada em março de 2019, Francisco elenca pistas importantes para se pensar o lugar das juventudes na Igreja e os horizontes que elas podem abrir à evangelização.

1 A VOCAÇÃO MISSIONÁRIA DA IGREJA

A Igreja em saída, proposta pelo Papa Francisco, visa atualizar o Concílio Vaticano II, que destacou em seus documentos, especialmente no Decreto *Ad Gentes*, a necessidade de a Igreja viver a sua realidade missionária, pois o anúncio do Evangelho é a sua missão primeira. Desde o início do cristianismo “a Igreja se esforça por anunciar o Evangelho a todos os homens” (AG, 1). Desse modo, todo cristão está imerso na realidade missionária da Igreja. Inspirados nos apóstolos, e os primeiros seguidores e seguidoras de Jesus, a Igreja de hoje, guiada pelo Espírito Santo e orientada pelo sucessor de Pedro, Papa Francisco, é convocada a instaurar o Reino de Deus por toda a terra, saindo da sua zona de conforto e indo às realidades, muitas vezes tão perto e tão distantes. Perto territorialmente, fisicamente, e distantes pelo fato de serem situações desconsideradas socialmente.

Ao se falar de Igreja em saída, devemos pensar em uma Igreja que, assim como nos primeiros séculos, não se intimida, mas toma a iniciativa. De acordo com Erivaldo Dantas, a Igreja em saída, tão enfatizada pelo Papa Francisco, refere-se a

um convite especial à passagem de uma Igreja auto referencial, centrada em si mesma, a uma Igreja aberta à alteridade, porque ‘quem deseja viver com dignidade e em plenitude não tem outro caminho senão reconhecer o outro e buscar o seu bem (DANTAS, 2020, p. 56).

Assim, a vivência da missão, do sair de si mesmo e ir ao encontro do outro, permite a cada cristão que assuma a responsabilidade do seu batismo, com a empatia, que proporciona a abertura para o próximo, vendo no outro a sua integridade, sabendo que é um ser dotado de dignidade, pois carrega em si algo do Eterno. É de fundamental importância proporcionar a todo ser humano a oportunidade de conhecer e aderir ao Evangelho de Jesus Cristo. Para isso, se faz necessário sair do comodismo, de uma pastoral de manutenção e ir às realidades que muitas vezes nunca foram notadas.

Como recorda o Decreto *Ad Gentes*, “a Igreja é missionária por sua própria natureza, já que, segundo o desígnio de Deus Pai, origina-se da missão do Filho e da missão do Espírito Santo” (AG, 2). Com isso, se torna cada vez mais latente o envio que Jesus fez a seus discípulos, alcançando todo homem e mulher que adere à fé cristã, envio este que tem como finalidade espalhar o Evangelho de Cristo a um mundo que tem sede de Deus. É, pois, missão da Igreja, propagar a mensagem do Evangelho, trilhando os mesmos caminhos de Jesus que foram de pobreza, obediência e serviço, culminando na própria imolação até a morte, na qual se tornou vitorioso com a sua ressurreição.

Vale ressaltar que durante toda a história da salvação, do Antigo ao Novo Testamento, Deus propõe esta inquietude de arriscar-se a ir além dos seus desejos e até mesmo das suas capacidades humanas, desbravando territórios muitas vezes inimagináveis de serem adentrados. Ao dizer sim, o enviado de Deus já não fala e age por si só, mas é o próprio Deus, pela ação do seu Espírito, que fala, age e faz por meio deste servo. Jesus quando envia os seus discípulos outorga-lhes uma missão de fazer outros também seus discípulos (Mt 28, 19-20). Como afirma o Papa Francisco em sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, “naquele ‘ide’ de Jesus, estão presentes os cenários e os desafios sempre novos da missão evangelizadora da Igreja, e hoje todos somos chamados a esta nova ‘saída’ missionária” (EG, 20).

Diante das diversas realidades, cada comunidade cristã, cada Igreja particular e movimento eclesial deve discernir quais são as realidades que o Senhor pede para ir ao encontro, tendo em vista que “a Alegria do Evangelho, que enche a vida da comunidade dos discípulos, é uma alegria missionária” (EG, 21). É inadmissível a um cristão que foi tocado pela graça do Evangelho, não desejar levar esta mesma alegria e luz àqueles que se encontram mergulhados na tristeza e escuridão do mundo.

2 A IGREJA EM SAÍDA NO PIAUÍ: EXPERIÊNCIAS MISSIONÁRIAS

Sendo atento ao Evangelho e, consequentemente, à voz do Papa Francisco que prefere “uma igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar as próprias seguranças” (EG, 49), o Regional Nordeste IV em suas oito dioceses vive em estado permanente de missão. É perceptível a dinamicidade das dioceses em suas várias realidades, buscando partilhar o Evangelho de Cristo a todos aqueles que se encontram em realidades muito distantes, seja territorial ou existencial.

Torna-se cada vez mais necessário anunciar o Evangelho de Cristo diante de uma sociedade egocêntrica que, em grande parte, tem vivido um imediatismo e consequentemente optado por tudo aquilo que lhe traz a satisfação temporária. Não podemos nos conformar com o que o mundo atualmente tem tentado impor às pessoas e até mesmo à Igreja, onde os valores cristãos e o próprio Evangelho são desvalorizados e trocados por fundamentalismos e fechamentos. É preciso reavivar a chama de Pentecostes que existe dentro de cada cristão e, com a ousadia do Espírito proclamar sem medo e sem reservas os grandes feitos do Senhor, assim como os Apóstolos fizeram no dia de Pentecostes. Urge testemunhar com nossa vida a graça renovadora realizada pela ação divina e através deste anúncio querigmático para tocar o coração dos homens e mulheres sedentos por Deus.

Essa ação missionária realizada pela Igreja do Regional Nordeste VI promove ainda a ação social, pois a experiência de Deus nunca fica confinada a uma pessoa ou a um grupo somente, ela se expande, motivando os homens e as mulheres a vivenciarem, de fato, o Evangelho que toca a vida cristã em todas as esferas. Não é cristã a experiência que não remete a uma práxis libertadora. Os pobres e os mais necessitados devem ser privilegiados e

levados a ocupar o centro do serviço pastoral da Igreja, sendo promovidos a sujeitos dentro dela.

São muitas as ações missionárias realizadas pelas igrejas particulares do Regional Nordeste IV, dentre elas podemos elencar algumas que ganham destaque a nível diocesano e regional. Uma das ações efetuadas a nível diocesano, que vale ressaltar, é a “Missão jovem”, que acontece de cinco em cinco anos na diocese de Picos. No ano de 2023 realizou-se a 4ª edição da missão que tem como um dos objetivos: “Promover a comunhão, o diálogo e o respeito entre os carismas dos diferentes seguimentos juvenis da diocese para evangelização das juventudes de todas as comunidades, paróquias e áreas pastorais” (DIOCESE DE PICOS, p. 2).

Desse modo, compreende-se que a missão busca abranger todos os aspectos juvenis da diocese, buscando atingir os vários zonais em suas mais diversas realidades, promovendo nos jovens o espírito missionário. Levando em consideração que durante o ano são alcançadas todas as áreas da diocese, percebe-se a grande adesão da juventude nesta missão.

Ganha destaque ainda a Missão “Jesus no Litoral e Jesus no Sertão”, que é promovida pelo ministério Jovem da Renovação Carismática Católica do Estado do Piauí². A missão se realiza alternando-se: um ano acontece a missão no Litoral e no ano seguinte, no sertão, visando abranger as realidades mais diversas, sempre em período de férias escolares. Para a realização desta ação missionária é feita toda uma preparação espiritual, humana e material. É uma missão organizada pelo ministério Jovem da RCC, no entanto envolve todo o movimento eclesial. Para participar da missão, a exigência é que o jovem tenha dado os primeiros passos no grupo de oração, através do processo formativo inicial, tendo em vista a qualidade dos missionários para o anúncio.

A missão ocorre em torno de quatro dias. No primeiro dia acontecem momentos de espiritualidade, formação e oficinas, procurando preparar o missionário para as abordagens durante as visitas. De acordo com o Ministério Jovem do Paraná, que foi o idealizador da missão, o objetivo é “a partir do anúncio querigmático do Evangelho, com um novo ardor passamos a ir de encontro aos veranistas nas praias, moradores locais ou em espaços como: hospitais, asilos, presídios, prostíbulos, casas de recuperação, entre outros” (RCC Paraná, p. 7). Sendo uma missão querigmática, busca-se levar o anúncio do amor de Deus. Tal anúncio acontece ainda por meio de ações práticas como é o caso do “abraço do Pai”, promovido pelo ministério de Promoção humana, onde realizam-se ações sociais como: distribuição de cestas básicas, brinquedos, além de uma diversidade de serviços humanitários como, tratamento de beleza, cuidado da saúde física e psicológica, etc. De acordo com relatos de uma missionária do Ministério Jovem da RCC Piauí, a missão “Jesus no Litoral” e “Jesus no

2 O Movimento Eclesial Renovação Carismática Católica (RCC) é uma das expressões da Corrente de Graça RCC, surgida na Igreja Católica na década de 1960. Em plena unidade com a Santa Sé e com as igrejas locais (dioceses), o Movimento tem como célula principal os **Grupos de Oração**, cuja vocação é levar as pessoas a fazerem uma experiência profunda e verdadeira com a pessoa do Espírito Santo.

Sertão” é um grande agir de Deus que transforma a vida daqueles que são acompanhados por esta missão, a começar dos próprios missionários.

a gente sai para evangelizar outras pessoas, para que conheçam esse amor que a gente já experimentou, vale a pena irmos para lugares fora da nossa realidade... tem muita gente que não sentiu ou ouviu este anúncio. [...] o que fica nos missionários é a gratificação e o desejo de permanecer em missão. Vale a pena! O valor que é investido não paga o ganho que é vivenciar este momento (XAVIER LIMA, 2024, p.3).

Vale ressaltar o amor que cada missionário tem pela missão, pois para a realização é cobrada uma taxa de inscrição que é investido nas despesas de alimentação, estrutura e transporte durante a programação, ou seja, o missionário colabora financeiramente para fazer missão, na certeza de que o ganho pessoal é muito maior, pois vale a pena doar-se em prol do Reino de Deus.

Ademais, merecem ser pontuadas as ações missionárias desenvolvidas pelo Seminário Maior Interdiocesano Sagrado Coração de Jesus, seminário este que forma os padres das oito dioceses do Piauí. Durante todo o percurso formativo o jovem aspirante ao sacerdócio, é motivado a vivenciar diversas realidades que o ajudarão na missão futura como presbítero da Igreja de Cristo. São seis os tipos de pastoral realizadas durante os sete anos de seminário, sempre aos finais de semana: pastoral da misericórdia (lares de idosos), pastoral paroquial (acompanhamento com grupos e pastorais), pastorais sociais (grupos e pastorais sociais), pastoral paulina (visita porta a porta), pastorais específicas (pastorais e movimentos) e pastoral petrina (âmbito administrativo/organizacional da paróquia).

Tais pastorais “devem desenvolver no formando as habilidades próprias do pastor, sejam elas humanas, espirituais, comunicativas ou técnico-administrativas” (VIANA, 2017. p. 62). Entende-se, portanto, que este itinerário formativo pastoral proporciona ao formando uma visão ampla dos grupos e pastorais na Igreja, bem como trabalha as suas próprias motivações pessoais no que diz respeito à vivência do pastoreio futuro em seu ministério, a fim de que seja um pastor que cuida de suas ovelhas.

Por fim, diante de toda esta explanação vale ressaltar que esses são apenas alguns dos exemplos de como a Igreja no Regional Nordeste IV tem vivido a tão sonhada Igreja em saída, desejada pelo Papa Francisco. No entanto, ainda existem muitos passos a serem dados para a vivência do estado permanente de missão.

CONCLUSÃO

Essa breve reflexão sobre a Igreja em saída no magistério do Papa Francisco e sua repercussão na Igreja do Piauí, especialmente na missão entre as juventudes, buscou mostrar a importância que esse dinamismo oferece à Igreja. A essência da Igreja é ser missionária, sem

essa expressão, a Igreja perde sua identidade e deixa de ser Igreja de Jesus Cristo. O Mestre é que envia a Igreja (cf. Mt 28,19-20; Mc 6,15) e esta, identificando-se com Ele, anuncia o Reino.

O serviço missionário é tarefa de todo cristão e cristã que se coloca na dinâmica do seguimento e não somente dos padres e bispos. Essa realidade é vivenciada na experiência dos jovens piauienses que se colocam a serviço da evangelização, tanto no sertão como na cidade. Como o Papa Francisco afirma na Exortação pós-sinodal *Christus vivit*, publicada em março de 2019, a juventude é o agora de Deus, feita de um rosto plural, com os traços próprios da época contemporânea.

A reflexão parte sempre de uma experiência e, muitas vezes a experiência não cabe dentro das palavras faladas e escritas, porque remete ao interior de cada pessoa que vivencia de fato a realidade de fé. No entanto, a experiência deve ser narrada para que se torne testemunhal e seja apreciada em outras realidades, fomentando a comunhão entre nós. Foi esse nosso intuito ao apresentar um pouco da realidade da Igreja do Piauí, em consonância com a Igreja universal.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA SAGRADA. *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.

DANTAS, Erivaldo. Por uma “Igreja em saída”. *Vida Pastoral*. Jan-Fev 2020. Ano 61. n. 331. p. 30-37. ISSN 0507-7184.

: DOCUMENTOS DO CONCÍLIO VATICANO II: CONSTITUIÇÕES, DECRETOS, DECLARAÇÕES. *Decreto ad gentes*. In Petrópolis: Vozes, 1966.

DIOCESE DE PICOS. *Projeto da IV missão jovem. Picos. 2021*.

FRANCISCO. *Christus vivit*. Exortação Apostólica pós-sinodal aos Jovens e a todo o Povo de Deus (25 de março de 2019). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20190325_christus-vivit.html>. Acesso em: 24 out. 2024.

FRANCISCO. *Exortação apostólica Evangelii Gaudium*: a alegria do Evangelho – Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas. ed.1. 2013.

RCC PARANÁ. *Missão Jesus no litoral*. Paraná. 2019.

VIANA, Wellistony Carvalho (Org.). *Projeto Formativo*: Seminário Maior Interdiocesano Sagrado Coração de Jesus. Teresina: Nova Aliança, 2017.

XAVIER LIMA, Sabrina Rodrigues Januário. Teresina, 19 ago. 2024. Depoimento concedido à Denilson de Sousa Vieira para elaboração de Artigo Científico.

A Igreja particular da Diocese de Chapecó: Uma abordagem segundo a eclesiologia do Papa Francisco

Rogério L. Zanini¹

Resumo: Partindo da realidade eclesial da Diocese de Chapecó (SC), o presente estudo busca mostrar sua relação com a eclesiologia do Papa Francisco. Para isso, num primeiro momento, retoma o trabalho dos primeiros bispos, com ênfase no trabalho de Dom José Gomes. Em seguida, reflete sobre o governo do atual bispo, Dom Odelir José Magri, já nomeado no atual pontificado. Num terceiro momento, apresenta os principais desafios da realidade pastoral diocesana e as opções eclesiais que têm sido colocadas em ação, mostrando sua relação com as orientações do atual modelo eclesial do Papa Francisco.

Palavras-chave: Diocese de Chapecó. Papa Francisco. Eclesiologia do Papa Francisco. Plano Diocesano de Pastoral.

INTRODUÇÃO

A nossa reflexão versa sobre a Igreja particular da Diocese de Chapecó e a eclesiologia do Papa Francisco. Metodologicamente, essa abordagem segue três momentos. Primeiro interessa retomar alguns aspectos históricos da Igreja diocesana de Chapecó, com destaque para as preocupações dos seus primeiros Bispos, com ênfase ao trabalho e missão de Dom José Gomes. Seguimos refletindo o período histórico destacando a chegada do Bispo Dom Odelir José Magri (2015), mas agora dentro do pontificado do Papa Francisco (2013). No terceiro e último momento, enfatizamos algumas opções eclesiais diocesanas que continuam como desafios quando relacionadas com a eclesiologia do Papa Francisco.

1 ASPECTO HISTÓRICOS DA IGREJA DIOCESANA

A Diocese foi criada aos 14/01/58 e foi instalada aos 26/04/59. Como todas as outras, ela já fez uma longa caminhada. Nos seus mais de 60 anos de história, traz uma firme e significativa perspectiva que não se pode esquecer. Seguindo o Plano Diocesano, podemos fazer três destaques.²

1 Padre da Diocese de Chapecó. Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS. Professor da Faculdade de Teologia e Ciências Humanas de Passo Fundo. E-mail: zani-nipastoral@hotmail.com – <https://orcid.org/0000-0001-8771-3799>.

2 Para este ponto seguimos de perto o que está registrado no “Plano Diocesano de Pastoral” - Diocese de Chapecó 2006-2009, p. 5-8.

O primeiro pode ser colocado entre 1959 e 1968. Foi o tempo da realização do Concílio Vaticano II. Os dois primeiros bispos, de saudosa memória, D. José Thurler e D. Wilson Laus Schmidt, viveram a preocupação pela renovação conciliar, principalmente com a renovação litúrgica feita por D. Wilson. Além de lançarem as bases materiais de nossa Diocese, levaram à frente, em nível interno de Igreja, um admirável mutirão vocacional com a criação da Obra das Vocações Sacerdotais, dos Clubes Vocacionais e, principalmente, do Secretariado Diocesano das Vocações Sacerdotais, que marcaram época, além da criação e construção do Seminário Menor Nossa Senhora da Assunção.

O segundo destaque é para o período que vai de 1968 até mais ou menos a metade da década de 80. Teve a inspiração da Conferência de Medellín, que atualizou para nós o Vaticano II. Tempo que começou, com a vinda de D. José Gomes, uma intensa renovação conciliar. Até 1975, foram realizados muitos cursos de formação para os Agentes de Pastoral, principalmente para padres e religiosos, e uma grande renovação da catequese. A grande novidade desse período foi, sobretudo, a introdução da Eucaristia nas comunidades, com a preparação e formação dos Ministros Extraordinários da Eucaristia e das Equipes de Liturgia.

A partir de 1975, a grande renovação ocorreu com base na metodologia dos Grupos de Reflexão, na opção pelos pobres, nas pastorais sociais (com destaque para a Pastoral da Terra e a Pastoral Indigenista), na formação de pequenas comunidades (CEBs), na preparação dos leigos e leigas para os ministérios, dentro da Igreja, e na formação de lideranças para a transformação da sociedade. Destaca-se também o apoio à criação de movimentos populares e de sindicatos autênticos, o apoio à participação em partidos populares. Tudo isso acontecia com a convicção da necessidade de unir fé e vida nas organizações do povo.

O terceiro destaque vai de 1985 até a chegada do novo milênio. É o tempo da abertura política, do fim das ditaduras militares e do avanço da ditadura econômica do neoliberalismo. A *redemocratização* faz deslanchar a autonomia dos movimentos sociais e organizações populares, antes muito ligados à Igreja. Nasce o Movimento dos Sem-Terra (MST), A comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB, depois Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB), a Organização das Mulheres Agricultoras (OMA), que atualmente, junto com camponesas de outros estados, Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Cresce a participação político-partidária do povo do Oeste e o sindicalismo combativo. É o tempo da firme organização dos pequenos agricultores, das grandes ocupações de terras no Oeste Catarinense, o despertar político e crítico da Pastoral da Juventude, da Pastoral da Saúde e da reflexão profunda, baseada na metodologia da Educação Popular e de muitos cursos bíblicos com leitura popular.

Diante da nova conjuntura, a Diocese reorganiza o Secretariado Diocesano de maneira mais participativa, tem uma equipe de Coordenação Pastoral, cria o Conselho Diocesano para deliberar junto com o Secretariado a caminhada pastoral da Diocese e funda seu próprio Instituto de Teologia, o Centro de Estudos de Teologia e Pastoral (CETEP). Trabalha muito a formação bíblica e incentiva a centralidade das comunidades (CEBs).

A caminhada da Diocese neste período foi conduzida através de *Assembleias Diocesanas*. Foram elas que deram o rumo, que firmaram a opção diocesana da caminhada com o povo, que criaram os Conselhos de Pastoral em todas as instâncias e o Curso Teológico-Pastoral de Leigos (CTPL-1991). Devemos dar um destaque especial para a 5ª Assembleia Diocesana de 1996, que possibilitou a construção do Plano de Pastoral para 1997-2000, com suas *metas e dimensões*. Nele ficou mais claro o rosto de nossa Igreja, uma vez que ali foram colocadas outras dimensões da vocação cristã, não ficando apenas na dimensão do compromisso social.

A passagem para o novo milênio caracteriza um quarto destaque no processo histórico de nossa Diocese. Termina o período conduzido por D. José Gomes e chega o novo bispo diocesano, D. Manoel João Francisco, ordenado e enviado para o novo ministério em Chapecó, no dia 21/02/1999.

Como consequência das novas opções econômicas mundiais feitas na década de noventa, a realidade social mudou muito. O novo milênio trouxe novos e grandes desafios: a ideologia do terror, que escancarou o terrorismo do império na defesa da globocolonização desenfreada; o crescimento da agressão ecológica, mostrando a loucura de um mundo que pode marchar para a autodestruição; a *cultura de morte*, do hedonismo e da permissividade que invade tudo (lembremos seu efeito perverso em nossas comunidades cristãs).

Os dois últimos Planos de Pastoral da Diocese foram elaborados diante destes desafios que caracterizam uma mudança de época. Neles manifestou-se grande a preocupação de incentivar em toda a Diocese um processo de assembleias anuais em todas as paróquias, com a prática da avaliação e a elaboração de Planos de Pastoral. O que poderia ser sintetizado nos quatro pontos seguintes, que seriam seu pano de fundo:

- 1) Fidelidade à vocação e missão de Jesus de Nazaré: beber da *prática* de Jesus com seus discípulos, com o povo e com as autoridades de seu tempo.
- 2) Fidelidade ao Concílio Ecumênico Vaticano II, principalmente na sua eclesiologia: retomar as grandes intuições do Concílio e colocá-lo em prática a partir de nossa realidade.
- 3) Fidelidade à caminhada histórica de nossa Diocese, ou seja, preocupar-se com as “*multidões abatidas e enfraquecidas como ovelhas sem pastor*” (Mc 6,34), marca registrada da atuação de D. José.
- 4) Auscultar com humildade os novos sinais dos tempos e a *situação inédita* que vivemos, para encontrarmos respostas adequadas em nossa ação pastoral (PD, 2006-2009, p. 7-8).

2 IGREJA DIOCESANA: DOM ODELIR J. MAGRI EM TEMPOS DE PAPA FRANCISCO

No ano de 2013, tivemos a feliz surpresa da eleição do Papa Francisco, que se colocou como novo que traz *buenos-ares* para a vida da Igreja. *Primeirando* em vista de uma “Igreja em saída” para as periferias sociais e existências, “hospital de campanha”, de “portas abertas”, “missionária e de opção pelos pobres” (cf. EG).

Enquanto Diocese, é no bojo do *primeirar* do pontificado do Papa Francisco que acontece a mudança de Bispo. A partir de 2015, passa a conduzir a Igreja particular de Chapecó o Bispo Dom Odelir J. Magri, que se coloca como pastor para somar ao caminho já percorrido. Em suas palavras escreve na página do Jornal Diocesano no mês de março de 2015.

Venho para somar e trabalhar com vocês na vinha do Senhor que é a nossa Diocese. Minha diocese de origem. Sei que santo de casa não faz milagres, por isso fico até mais tranquilo e deixo que os milagres sejam feitos por Aquele que aqui me enviou. (...) Escutar e aprender, e o farei com o firme propósito de somar, ser ponte e de construir unidade, valorizar todas as forças e criar redes de colaboração. Continuar o fortalecimento de uma Igreja comprometida com a mensagem do Evangelho e, portanto, evangelizadora, sensível aos sinais de Deus, especialmente nas situações de fronteiras e das comunidades mais necessitadas: povos indígenas, pequenos agricultores, afrodescendentes, juventude, família, pastoral carcerária, Fazenda da Esperança e outras realidades importantes da nossa ação evangelizadora (Magri, 2015, p. 2).

Esta descrição, feita logo no início, explicita o desejo de continuar a caminhada da Diocese, tendo como propósito escutar, aprender, valorizar as forças existentes e criar redes de colaboração. Protagonizar a dimensão evangélica da evangelização, sendo sensíveis aos sinais de Deus entre os pobres e às situações de fronteiras, o que também deixa entrever o desejo de uma Igreja de índole missionária.

Claro que a chegada de Dom Odelir também se localiza em um contexto de maiores exigências, no intenso processo de industrialização no Oeste catarinense, com suas agroindústrias e os dismantelamentos dos direitos trabalhistas e o enfraquecimento das resistências populares. A urbanização ganha destaque, as comunidades rurais perdem espaço de visibilidade e o enfraquecimento é o sinal mais visível. No próprio objetivo do Plano Diocesano de Pastoral 2020-23, aparece esta preocupação quando se diz: “*evangelizar no contexto do Oeste catarinense cada vez mais urbano ...*”.

Neste contexto, temos uma demanda ainda mais intensa dos órgãos públicos, no que se refere às leis de vigilância sanitária, dos aspectos administrativos e as exigências junto às comunidades católicas. Do ponto de vista administrativo, as obrigações das leis exigem adequações constantes, o que facilmente provoca burocracia e engessamento eclesial. Este

aspecto traz como consequência um maior investimento de pessoas para realizar os trabalhos nas paróquias e na Cúria Diocesana. Tal realidade nem sempre é vista com tranquilidade pelas pessoas que administram e estão à frente das paróquias, com o perigo da defasagem na pastoral.

Na apresentação do *Plano Diocesano de Pastoral*, Dom Odelir destaca, à luz das Diretrizes, o eixo da comunidade e da missão como fundamentais do ser cristão. “Ser cristão implica, entre outros aspectos, viver em comunidade (At 4,32-33) estabelecendo vínculos, muitas vezes mais fortes do que os laços de sangue (Lc 8,19-21). Desperta também o desejo de transportar essa experiência para todas as criaturas até os confins da terra (At 1,8)”. E, lembra, que comunidade e missão estão interligadas, porque, por um lado, comunidade que não gera missionários cai na esterilidade, no esfriamento de quem perdeu o rumo da vivência do Evangelho, e, por outro lado, missionários que não se fundamentam na vida em comunidade correm o risco de se tornarem andarilhos solitários, sem referências para sua atuação (PD, 2020-2023, p. 3).

Na sequência, fala das pequenas comunidades eclesiais missionárias com algumas marcas. 1) São formadas por pessoas que são discípulos missionários de Jesus Cristo em diferentes espaços e situações... 2) Caracterizam-se como comunidades de portas abertas para acolher a todos e para sair ao encontro das pessoas, para amá-las em suas realidades concretas... 3) São lugares da iniciação à vida cristã, da celebração eucarística, do compromisso com os pobres, na abertura com os jovens, crianças, pessoas idosas, do anúncio do evangelho para as famílias. 4) A comunidade segue o caminho da solidariedade ativa a partir dos marginalizados, com destaque no atuar em redes com seus pastores, e por meio dos conselhos de pastoral nos diversos níveis (PD, 2020-2023, p. 4).

É trilhando este caminho que a Igreja particular da Diocese de Chapecó buscou atualizar e encarnar o Evangelho na história, sabendo ler os sinais dos tempos e fazendo os *aggiornamenti* necessários para a Igreja particular continuar sendo sal da terra e luz do mundo, sem medo de navegar em águas mais profundas, bem como em priorizar processos, porque “o tempo é superior ao espaço” (EG 222).

3 DESAFIOS ECLESIOLÓGICOS PARA A IGREJA LOCAL DE CHAPECÓ

Quais seriam os grandes desafios eclesiológicos para a Igreja particular de Chapecó? O Bispo Dom Odelir, refletindo sobre a construção do *Plano Diocesano de Pastoral* (2019-2023), perguntava, a partir do Evangelho do jovem rico: “O que nos falta como Diocese”? Com o objetivo de responder a esta provocação, vamos destacar quatro marcas tidas como libertadoras e registradas na apresentação do último plano de pastoral. 1) diversidade de ministérios; 2) espaços de colegiados de reflexão e decisões; 3) Igreja a serviço da vida plena para todos e todas e espaços de formação (PD, 2020-2023, p. 7-8). Acrescentamos, a marca da missão (5) como paradigma eclesiológico de toda a Igreja, como vem insistindo também o Papa Francisco.

3.1 DIVERSIDADE DE MINISTÉRIOS

Conforme dados colhidos pelo Plano de Pastoral, existem aproximadamente 55.500 lideranças envolvidas na evangelização das comunidades. Isso mostra que os ministérios e serviços se fazem muito presentes e atuantes na vida de nossa Igreja diocesana. Esta é uma dimensão que precisa ser enaltecida, porque foram os apelos do movimento desencadeados pelo Concílio Vaticano II e assumido pelas Conferências do Celam, que deram novo impulso para a ministerialidade da Igreja. Neste sentido, a Diocese como mostra seus registros históricos foi uma das pioneiras e trabalhou com entusiasmo para uma abertura ministerial. Aqui o destaque corajoso de um grupo de pessoas, mas sem dúvida, o papel profético de Dom José Gomes que tomou os ministérios como um caminho evangelizador das comunidades. Entusiasta enviava os ministros da Eucaristia com a esperança de um dia voltaria para enviá-los como padres naquela comunidade (UCZAI, 2002, p 105).

Os ministérios não são prêmios/migalhas que alguns conferem aos outros. No dizer de Dom Joaquim Mol, a ministerialidade da Igreja é aquela que resulta de uma consciência da responsabilidade comum, mas inerente à própria natureza da Igreja. “Não é uma ministerialidade concedida por uns aos outros, mas uma ministerialidade instituída, incluída no espírito da comunidade eclesial, que necessita da variedade dos ministérios para cumprir sua missão e dar o seu testemunho” (MOL, 2022, p. 203).

Por isso, podemos nos perguntar: a ministerialidade é uma opção da Igreja particular da Diocese de Chapecó? Por que as experiências dos leigos/as como agentes liberados nas pastorais têm diminuído nas paróquias significativamente?

3.2 ESPAÇOS DE COLEGIADOS DE REFLEXÃO E DECISÕES

A Diocese tem um caminho um tanto consolidado, mas não sem suas fragilidades e mesmo com a tentação de retrocesso. Em um tempo de crescimento das posturas autoritárias e regimes opressores, os espaços de poder precisam ser vigiados constantemente. É um dos indicativos do processo sinodal que juntamente com a comunhão, se avance na participação e na missão.

Para Dom Mol, a participação é a segunda ordem do Sínodo, sem à qual não acontece a comunhão que é a primeira ordem. À desclericalização eclesial, exigida pela comunhão corresponde à descentralização, exigida pela participação. E esta não acontece de forma natural, uma vez que a cultura do centralismo é muito forte e tem a ver com o exercício do poder. “Ter todos os colaboradores por perto, controlá-los, sob o pretexto de acompanhá-los, repetir incessantemente que ele é quem responde pela paróquia, pela diocese, que sua responsabilidade é maior do que a de outros”. Mol destaca o exemplo de muitos bispos ou mesmos párocos que se vangloriam de deixar a diocese ou paróquia com seu rosto, esquecendo que o rosto a ser configurado é de Jesus e seu Reino” (Mol, 2022, p. 190-191).

Que juízo podemos fazer das diversas instâncias de participação em nossa Diocese, Paróquias e comunidades? A prática das coordenações com seu intuito deliberativo também recebeu recuo, o que preocupa, afinal: os que participam tem poder de decisão, ou somente atuam como consultivos, ou, até mesmo, como grupos de repasse de decisões previamente organizadas e determinadas por instâncias superiores? E não se trata de levar a participação como uma especial de democratização da Igreja que produz horror, o que é um indicativo da maneira de conceber o exercício do poder.

3.3 IGREJA A SERVIÇO DA VIDA PLENA PARA TODOS E TODAS

Somos herdeiros de uma tradição bela e fecunda de encarnação na história e na luta do povo sofrido e fervoroso no combate das injustiças que atingiam o povo. Diversas frentes de evangelização e como a Diocese acampou a luta em defesa da vida e dos pobres. Os diferentes movimentos sociais e populares tiveram seu berço em nossa Diocese e isso se fez com a presença e atuação decisiva da Igreja.

O relatório do processo da escuta sinodal da Diocese, apontou a ausência completa da palavra “opção pelos pobres”, e mesmo a escuta das “margens”, como reconheceu a equipe diocesana, foi “pouco explorada”. O que isso revela em termos de processo de evangelização e da prática do Evangelho? Uma hipótese: o distanciamento da Igreja diocesana com a realidade de sofrimento e das feridas pessoais e coletivas das pessoas? Uma Igreja que se tem voltado mais à dimensão *intraeclesial* e com menor visibilidade, incidência e atuação profética e de serviço à sociedade? Uma Igreja mais autorreferencial, fechada sobre si mesma e menos samaritana, ou hospital de campanha e pouco enlameada e com medo de se sujar com os problemas concretos do povo das comunidades? Ou: no atual contexto de polarização política, cultural e religiosa, ainda não temos encontrado o caminho metodológico necessário e adequado para trabalhar nosso ser Igreja de modo a contribuir para o Reino ser mais presente nas diversas dimensões da sociedade? Ou, diante dos medos de conflitos, fazemos apenas o que julgamos possível nesta hora?

3.4 ESPAÇOS DE FORMAÇÃO

A formação se constituiu em verdadeira plataforma em nossa Diocese para gestar cristãos conscientes de sua missão na Igreja e no mundo. Uma formação de qualidade e com eficácia na forma de compreender a sociedade com suas lutas de classes e a origem dos problemas sociais e políticos vinculados às opções políticas e ideológicas. A formação foi sem dúvida um dos pontos fundamentais no ministério de Dom José Gomes. Insistia na necessidade de uma formação que levasse à conversão da consciência eclesial e política dos batizados. Para isso sabia da necessidade de compreender a relação entre rezar e estudar, fé e vida. Segundo Clodovis Boff, “todo o trabalho popular necessita destas duas coisas, ligadas entre si: teoria (reflexão, estudo, análise, compreensão) e práxis (ou prática, ação, compromisso, luta)” (Boff, 1984, p. 53).

Atualmente, há um consenso quanto à diminuição dos espaços formativos, seja motivado pelo escasso tempo das lideranças, seja por temas mais superficiais que não mexem com a consciência crítica das lideranças. No entanto, a formação *é tudo* no sentido de dar o direcionamento eclesial e profético no caminho da evangelização. E daí a necessidade de reconhecer o desafio da continuidade do método ver, julgar e agir, mas também sua maravilhosa contribuição, porque oferece uma metodologia que se baseia na práxis: ação-reflexão-ação.

3.5 A MISSÃO COMO PARADIGMA ECLESIOLOGICO

No contexto da Diocese de Chapecó, a perspectiva da missão começa a ganhar nova configuração e dinamicidade. Na apresentação do seu primeiro Plano de Pastoral, o Bispo Dom Odelir, começa a chamar atenção para a relação entre missão e comunidade, como uma única realidade que se articula entre si e se exige.

Ora, se por um lado, Dom Odelir recebe em seu tempo à herança de Aparecida e o magistério do Papa Francisco, que fala da urgência de uma Igreja decididamente em saída para as periferias, missionária e em diálogo fraterno com o mundo; por outro lado, não podemos esquecer que Dom Odelir é proveniente de Congregação Religiosa dos Combonianos, ou seja, de carisma missionário. Mais: é devedor da experiência pessoal realizada na África, ainda como Padre, bem como seu trabalho como presidente da Comissão para a Ação Missionária da CNBB (2019-2023).

Em um belo texto, já anteriormente citado, o Bispo Dom Joaquim Mol, ao abordar as três palavras de “ordem” para uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão têm chamado atenção para a força motriz destes conceitos à luz do processo sinodal e da realização da primeira Assembleia Eclesial da América Latina e Caribe. “Para a comunhão, desejamos o desmonte do clericalismo; para a participação, desejamos o desmonte do centralismo eclesial; para a missão, desejamos, ardentemente, o desmonte da pastoral de conservação” (Mol, 2022, p. 194).

CONCLUSÃO

Esta reflexão versou sobre a perspectiva histórico-eclesial da Diocese de Chapecó à luz da eclesiologia do Papa Francisco. A Diocese nasceu no ano de 1958 e tem buscado responder aos sinais dos tempos, sempre atenta ao movimento pendular da caminhada apostólica da Igreja. Os passos mais significativos foram oriundos da recepção do Concílio Vaticano II, as Conferências Eclesiais Latino-Americanas e caribenhas, e, no período recente, a oportunidade oferecida pelo magistério do Papa Francisco, através do processo sinodal para construir uma Igreja da comunhão, da participação e da missão.

Com o Papa Francisco – através do Sínodo da Amazônia (2019), da I Assembleia Eclesial (2021) e do Sínodo sobre a Sinodalidade, em curso (2021-2024) - estamos diante da oportunidade de resgatar a eclesiologia do Concílio Vaticano II, que pode ser sintetizada no

axioma: “Tudo o que diz respeito a todos, precisa ser discernido e decidido por todos” (axioma da Igreja do primeiro milênio). No entanto, não resta dúvida que perante os novos cenários eclesiológicos em ebulição – existe a tentativa de retrocesso. Às vezes, mais que avançar o desafio é para manter o que se conquistou historicamente, o que vale também para a Igreja particular de Chapecó.

Por isso, no espírito de fidelidade/compromisso ao Evangelho de Jesus Cristo, deixamos algumas provocações/compromissos eclesiológicos provenientes das opções históricas de nossa Diocese de Chapecó e das luzes do magistério do Papa Francisco.

Fidelidade/compromisso na abertura dos ministérios e serviços não por necessidade pastoral, devido à escassez de padres, mas por direito do múnus sacerdotal do batismo. Antídoto para frear o avanço do clericalismo tão presente na realidade eclesial, e que é um “câncer” na vida da Igreja, segundo o Papa Francisco.

Fidelidade/compromisso na “Igreja em saída”, porque, como revelou a síntese da escuta diocesana, existem dificuldades de alcançar as periferias, como também em propor iniciativas de evangelizar os “fora dos círculos tradicionais da Igreja”. Particularmente, compromisso com a formação de lideranças jovens nas comunidades.

Fidelidade/compromisso em uma Igreja que dialoga, próxima da vida do povo sofredor, que se deixe evangelizar pelos carismas das lideranças, sem autoritarismos e medo de perder o poder. Que todos os espaços e instâncias de organização sejam respeitados, articulados e impulsionados no processo de evangelização.

Fidelidade/compromisso por um mundo melhor, possível, já aqui no planeta Terra. Para isso a necessidade continuar acolhendo as intuições proféticas do movimento desencadeado pela preocupação com a Casa Comum, e a superação do sistema capitalista que se fixa sobre uma economia que gera exclusão e morte.

Fidelidade/compromisso com o processo da Igreja sinodal, para aproveitar/degustar das três oportunidades que o Sínodo nos oferece, segundo o Papa Francisco: a Igreja da participação, a Igreja da escuta e a Igreja da proximidade.

Que seja esta a “hora” kairótica, pois como expressa em poema Dom Pedro Casaldáliga, *já é tarde, madrugada...* Ou, como canta Geraldo Vandré, *“quem sabe faz a hora não espera acontecer...”*.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. Português. A Bíblia de Jerusalém. Nova edição rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2004.

BOFF, Clodovis. *Como trabalhar com o Povo*. 6. ed. Petrópolis: Vozes/IBASE, 1984.

CELAM. Conferência geral do Episcopado Latino-americano. *Conclusões de Medellín*. São Paulo: Paulinas, 1970.

DOM JOSÉ GOMES. *Sermão*. Celebração 14/12/1980 (3º Domingo do Advento). In: LOVERA, 2013, p. 241).

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013.

JORNAL DIOCESANO. Informativo da Diocese de Chapecó - Ano XV - Edição 140 - Março de 2015.

MOL GUIMARÃES, Dom Joaquim Giovani. Da Assembleia Eclesial ao Sínodo da sinodalidade. AQUINO J, Francisco e DE MORI, Geraldo (org.). *Igreja em saída sinodal para as periferias*: Reflexões sobre a I Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe. São Paulo: Paulus, 2022. p. 169-208.

DIOCESE DE CHAPECÓ. *Plano Diocesano de Pastoral* (2002-2006).

DIOCESE DE CHAPECÓ. *Plano Diocesano de Pastoral* (2020-2023).

UCZAI, Pedro (Org.). Dom José Gomes: *Mestre e Aprendiz do povo*. Chapecó: Argos, 2002.

O inquilino da Casa Comum

ErasmO Oliveira Nery Neto¹

Mayckon Douglas Calaça Machado²

Resumo: O Papa Francisco, desde o início de seu pontificado, manteve um olhar especial para o cuidado que devemos ter com o meio ambiente. Essa preocupação não se limita aos que estão em seu aprisco, mas é universal e ultrapassa a esfera religiosa. Na Carta Encíclica *Laudato Si*, o Papa reivindica o direito ao cuidado da casa comum aos seres dotados de racionalidade afirmando que toda a criação deve ser resguardada, tudo o que foi criado deve ser preservado. Este trabalho busca acentuar a importância desse cuidado integral por parte do ser humano, que se encontra no mundo como um “inquilino”. O termo inquilino se designa aquele que usufrui de uma casa por um tempo indeterminado enquanto contribui com um valor acordado, ou seja, não pertence a ela. Esse acordo exige de cada um o cuidado com a casa comum para que possamos gerar uma comunidade que reconheça tanto o seu papel individual como coletivo/social a fim de que possa promover um cuidado ecológico integral.

Palavras-chave: Papa Francisco; Inquilino; Casa comum; Ecologia integral.

INTRODUÇÃO

Toda pessoa possui certa responsabilidade por tudo aquilo que o engloba. No livro do Gênesis, quando o Criador cria o homem afirma que esta espécie é feita à sua imagem e semelhança e logo ordena que domine sobre a terra e os seres que a povoam (Cf. Gn 1, 26). Essa dominação, ao longo da história foi modificada o seu sentido. No ato criacional, Deus quer que o homem preserve, cuide, ame toda a criação, inclusive os da mesma espécie. Mas o ser humano, ao longo do tempo perdeu esse sentido do cuidado e passou a usurpar a natureza.

O presente trabalho aponta para o sistema de inquilinato como pano de fundo da reflexão apontando o “locador” como o Criador e os seres humanos como “inquilinos”, e a forma de compensação por aquilo que lhe é oferecido para seu uso é o cuidado responsável. Este lugar que o inquilino utiliza, usufrui e é beneficiado é a própria Casa Comum, que o Papa Francisco fala na sua Carta Encíclica *Laudato Si*.

No primeiro momento, acentuaremos o conceito de pessoa, dotada de racionalidade, podendo assumir responsabilidades, encaixando-se precisamente no entendimento de inquilino que queremos apresentar. Em seguida, trataremos da sociedade como *locus* de ação do inquilino inserido na natureza, ou melhor, inserido nesta casa comum, apontando o trabalho

1 Licenciado em Filosofia pelo Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí – ICESPI. Bacharelado em Teologia no Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí – ICESPI. E-mail: nery.erasmo@hotmail.com

2 Licenciado em Filosofia pelo Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí – ICESPI. E-mail: mayckomachado@gmail.com

(objetivo e subjetivo) como parte desse “pagamento”. Na terceira parte, apresentaremos a importância do ser humano, inquilino no mundo, assumir a responsabilidade que lhe foi entregue pelo criador, de cuidar da criação, dando continuidade aos atos de Deus. Nesse sentido, acentuaremos o pensamento do filósofo Hans Jonas, que nos ajudará a pensar a ação humana de modo responsável, e do ativista Chico Mendes, que deixou um legado do cuidado da casa comum como exemplo.

1 INQUILINO / PESSOA HUMANA

Toda pessoa humana é dotada de dignidade. Ela é formada pelas dimensões física, psíquica, social, moral e espiritual. Este modelo considera que toda vida humana tem início com a fecundação e fim com a morte natural. Esse conceito reflete um valor inalienável que é a unitotalidade da pessoa e implica uma orientação moral pelo fato de possuir essa natureza racional. Essa pessoa, inserida no mundo como um agente social, antes mesmo de tentarmos implicá-lo qualquer aspecto religioso ou de compromisso ortodoxo pautado por uma fé em algo, está submetido a uma série de comportamentos de ordem social.

Inquilino é aquele que usufrui de uma casa por um tempo indeterminado enquanto contribui com um valor acordado, ou seja, não pertence a ela e ela não pertence a ele também, mas isso não o isenta de ter o compromisso do cuidado, pelo contrário, o compromisso de salvaguardar é um dever. O dever que o inquilino desta casa comum possui é em vista do bem, o bem comum. Desse modo, relacionamos o cuidado que o ser humano deve ter pela natureza, como um inquilino que está nela, aproveitando tudo aquilo que ela tem de bom, mas doando-se também, com aquilo que tem de melhor. Em relação a esse pensamento, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* afirma que

o homem, criado à imagem de Deus, recebeu o mandamento de dominar a terra com tudo o que ela contém e governar o mundo na justiça e na santidade e, reconhecendo Deus como Criador universal, orientar-se a si e ao universo para Ele; de maneira que, estando todas as coisas sujeitas ao homem, seja glorificado em toda a terra o nome de Deus (*Gaudium et Spes*, n. 34)

Neste trecho, fruto de longa discussão do Concílio Vaticano II, percebemos que a espécie humana recebe uma missão desde a sua criação, aquilo que na Sagrada Escritura vemos no Gêneses, essa missão de “dominar” sobre todas as coisas não é uma ação irresponsável, mas mediada pelo próprio *Sensus Deum* em que se deve agir perante o entendimento de que a Ele tudo pertence. Os seres racionais têm o dever de cuidar, proteger, salvaguardar. A *Gaudium et Spes* auxilia neste pensamento dando compreensão de que as atitudes adotadas pelos inquilinos devem ser como uma espécie de farol que ilumina e aponta para o criador. Quando agir desse modo responsável, o inquilino estará glorificando a Deus Pai, o Criador.

Cada inquilino dessa Casa Comum em que vivemos deve, em seu caráter prático, possuir características que o auxilie a viver e promover uma ecologia integral. A pouco

acentuamos a necessidade de uma ação responsável que revela o criador, e muitas destas atitudes estão contidas na Encíclica *Laudato Si'*. Essa exortação sublinha uma educação com finalidade na conscientização integradora, que promova o cuidado com a natureza para que haja uma esfera de justiça social através de uma economia responsável que forme homens e mulheres conscientes de seu dever. Desse modo, possam promover em todos os âmbitos da biodiversidade uma ecologia integral verdadeira e sustentável.

2 A SOCIEDADE EM PROL DA CASA COMUM

Nesse tópico, nos deteremos nas ações que cada inquilino implica em uma esfera social, comunitária, notando que isso atinge a natureza como um todo. Nesse sentido destacaremos a dinâmica coletiva do ser humano que vive em sociedade. O inquilino deve ter uma participação ativa no âmbito social para que seja um inquilino agregador positivo e que por seu exemplo pessoal possa levar aos outros um testemunho fidedigno daquilo que nos ensina o magistério. Contudo, reflete um querer de Deus como um enlace vocacional contido na vitalidade de cada pessoa. O engajamento cívico-ambiental, por exemplo, é uma atitude que pode ser adotada de forma coletiva e que gere respostas na sociedade, seja no âmbito civil ou religioso, seja para o melhoramento da vida hoje, seja para as gerações que ainda virão. A capacidade de criar relações com os outros em sociedade e com a casa comum, faz com que os seres humanos desenvolvam um sentido comum de ser, formando um *status quo* que permanecerá nas gerações futuras. É urgente formar as próximas gerações para a importância do cuidado com o meio ambiente e a justiça social, buscando melhorar a integridade da Casa Comum.

Uma categoria importante que pode ser usada fazendo analogia do pagamento que o ser humano pode fazer quando usufruiu as bondades da natureza, é a categoria do trabalho. José Angel Lombo e Francesco Russo descrevem que mesmo afirmando a importância do trabalho em seu sentido subjetivo, não podemos a isso atribuir uma autorrealização plena. Mas, “enquanto atividade humana, o trabalho tem também um sentido subjetivo, concernente a autorrealização de quem o exerce. Não apenas pela subsistência do sujeito que se realiza o trabalho, mas também para a autoexpressão da pessoa (Cf. LOMBO; RUSSO, 2020, p. 302). O Papa corrobora com esse pensamento quando diz que “o trabalho é uma necessidade e faz parte do sentido da vida nesta terra, é caminho de maturação, desenvolvimento humano e realização pessoal” (*Laudato Si'*, n. 128).

Aos 90 anos da *Rerum Novarum*³ o Papa João Paulo II escreveu a Carta Encíclica *Laborem Exercens* sobre o trabalho humano. Nela contém um complemento do que já foi abordado no tópico anterior, sobre a dominação da espécie humana em relação às outras criações de Deus. O Papa João Paulo II diz que

3 A Carta Encíclica do Sumo Pontífice Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. Foi um documento do magistério social que repercute até hoje em que pós revolução industrial a Igreja responde sobre a dignidade do operário.

O homem domina a terra quer pelo fato de domesticar os animais e tratar deles, granjeando assim o alimento e o vestuário de que precisa, quer pelo facto de poder extrair da terra e dos mares diversos recursos naturais. Mas o homem, além disso, ‘submete a terra’ muito mais quando começa por cultivá-la e, sucessivamente, reelabora os produtos da mesma, adaptando-os às suas próprias necessidades (*Laborem Exercens*, p. 164).

O primeiro fundamento do valor do trabalho é o ser humano, esse ser que procura agir responsabilmente salvaguardando a casa comum. Contribuindo com esse pensamento os filósofos Lombo e Russo afirmam que compreender esse sentido relacional do trabalho e sua autorrealização em sentido amplo é “notar que se pode atingir o próprio bem pessoal somente quando se contribui ao bem comum e que em toda atividade profissional, deve estar implícita uma atitude de serviço aos outros”, ou seja, a todos aqueles que usufruem dessa casa comum. (LOMBO; RUSSO, 2020, p. 304).

3 COMUNIDADE INTEGRAL

O capítulo IV da Carta Encíclica *Laudato Si'* traz à tona o tema da Ecologia Integral, numa tentativa de solucionar a crise de âmbito global através do cuidado que cada ser humano deve ter com a casa comum. Cada inquilino, essa imagem que usamos para falar do homem e da mulher existente no mundo, é responsável pelo bem-estar do mundo. Nesse sentido, o Papa Francisco acentua a importância da coletividade, não simplesmente de grupos ou ações isoladas, mas de uma integralidade de toda e qualquer ação de proteção e cuidado desta casa comum, passando pelo princípio do bem comum e da justiça intergeracional (todas as gerações: atuais e futuras). Como ele mesmo afirma, “basta observar a realidade para compreender que, hoje, esta opção é uma exigência ética fundamental para a efetiva realização do bem comum” (*Laudato Si'*, n. 158).

O filósofo alemão, Hans Jonas, em diversas de suas obras demonstrava um cuidado pela natureza e pela existência das gerações futuras, atitudes que são convergentes aos pensamentos do Papa Francisco. Jonas versa sobre uma nova ética que seja responsável para garantir a existência das gerações futuras assegurando ainda no presente este cuidado com o habitat natural dos seres, ou seja a casa comum. A responsabilidade e o cuidado com a casa comum são condições que partem do ser humano já que este é a imagem e semelhança do Criador. Por isso, o ser humano não pode ser tratado como um agente passivo, mas sim um agente ativo, pois é chamado a responder por suas interações e escolhas.

O cuidado com a casa comum é uma ação antropológica que expressa um dado teológico. A natureza está perdendo seu espaço a cada dia por causa da irresponsabilidade humana. Ela está sendo abandonada pela civilização antropocêntrica. Em tempos passados, as interferências do ser humano na natureza, tal como ele próprio as via, eram essencialmente superficiais e impotentes para prejudicar um equilíbrio firmemente assentado. Hoje,

percebemos a fragilidade da natureza e este equilíbrio sendo perdido. O Sumo Pontífice, importa-se com esta realidade publicando cartas encíclicas, mensagens, catequeses e enviando representantes em eventos de nível global para a preservação ambiental.

O que o Papa Francisco quer acentuar é que nós podemos fazer a diferença quando temos consciência de nossas ações. Desse modo, o pensamento do filósofo Hans Jonas pode iluminar a reflexão quando afirma que a responsabilidade não assume um papel de punição (Cf. JONAS, 2006, p. 167). É um chamado à consciência para o ser humano, o inquilino, seja responsável por seus atos e torne-se um cuidador da casa comum.

Um exemplo de grande representatividade de um inquilino da Casa Comum foi o ambientalista “Chico” Mendes da cidade de Xapuri no Acre, reconhecido pela *World Wide Fund for Nature (WWF)*⁴ como o maior ambientalista do Brasil. Francisco Alves Mendes Filho⁵ foi um seringueiro, sindicalista e ativista ambiental brasileiro, conhecido mundialmente por sua luta em defesa da Amazônia e dos direitos dos povos da floresta. Chico Mendes angariou apoio de outros ativistas, extrativistas tanto na Amazônia como outras partes do Brasil e do mundo. A rede de apoio que conquistou pela luta de direitos que eram negados tendo não somente outros ativistas, mas também a classe acadêmica e diversas organizações não-governamentais.

A sua luta teve muita repercussão no âmbito global e logo ficou conhecida internacionalmente. Muitos direitos, deveres, e políticas públicas aprovadas posteriormente foi pela força e “resultado das pressões do movimento seringueiro”, a “Reserva Extrativista, por exemplo, foi formalizada como unidade de conservação”, tal qual as reservas indígenas.

O inovador nessa história é o fato de grupos sociais pobres, sem importância econômica nem poder político, isolados da sociedade brasileira e do mundo, terem formulado uma solução para a destruição da floresta e os conflitos a ela associados e transformado essa alternativa em uma política pública que beneficia, ao mesmo tempo, milhares de famílias e milhões de hectares da floresta tropical mais extensa do planeta (ALLEGRETTI, et. al., 2018, p. 3)

O exemplo de Chico Mendes e muitos outros ativistas exaltam a atitude responsável que o inquilino deve ter perante à casa comum.

4 O “Fundo Mundial para a Natureza” (Tradução livre), é uma organização não-governamental internacional fundada em 1961 que trabalha na área de preservação da natureza e redução do impacto humano no meio ambiente.

5 Para saber mais de toda a ação e principalmente os resultados posteriores atingidos por esse ativista recomendo a leitura da revista *Desenvolvimento e Meio ambiente* (DOI:10.5380/dma.v48i0.63011 / License: CC BY-NC-ND) na edição de novembro de 2018 no 48º volume, que teve como tema geral os 30 Anos do Legado de Chico Mendes. Acesse em: https://www.researchgate.net/publication/331051975_30_Anos_do_Legado_de_Chico_Mendes.

CONCLUSÃO

Ao final dessa pequena abordagem sobre o ser humano, considerado como inquilino da casa comum, podemos afirmar que o testemunho de cada ser humano deve servir de exemplo e motivação para todos assumirem a mesma postura, de modo responsável.

O ser humano deve se conscientizar de que a sua relação consigo mesmo, com os seus semelhantes, com o meio ambiente e com todos os seres vivos, deve ser vista como uma rede. Tudo está interligado como se fôssemos um, tudo está conectado nesta casa comum. O ser humano não pode viver como se fosse o único a usufruir das coisas criadas. Ele foi colocado no mundo para continuar cuidando de tudo o que foi criado, com responsabilidade e amor, pois foi criado à imagem e semelhança do Criador.

O ser humano é chamado a agir com responsabilidade no cuidado da casa comum. Essa tomada de consciência deve levar a superação de uma concepção da razão instrumental, centralizada no antropocentrismo. O ser humano, no ato da criação foi colocado no centro, não para dominar o mundo, mas para continuar cuidando dessa criação com amor. Qualquer ato contrário a esse projeto de amor, marca a desobediência ao Deus da vida. Isso implica uma responsabilidade comum, não só no momento presente, mas também pensando na preservação da vida para as gerações futuras. Somente assim, o inquilino não ficará devendo ao “locatário” quando Ele voltar para prestar as contas a respeito de sua casa comum.

REFERÊNCIA

- ALLEGRETTI, Mary; CUNHA, Lucia; SCHMINK, Marianne. (2018). 30 Anos do Legado de Chico Mendes. *Desenvolvimento e Meio ambientes*. v. 48. 10.5380/dma.v48i0.63011.
- BRIGHENTI, Agenor. *A Laudato Si' no pensamento social da Igreja: da ecologia ambiental à ecologia integral*. São Paulo: Paulinas, 2018.
- DOCUMENTOS DO CONCÍLIO VATICANO II: CONSTITUIÇÕES, DECRETOS, DECLARAÇÕES. *Constituição pastoral Gaudium et spes*. Petrópolis: Vozes, 1966.
- FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Paulinas, 2015.
- JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Laborem Exercens: sobre o trabalho humano*. In: Encíclicas de João Paulo II (1978 –). Org. Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 1997.
- JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LOMBO, Jose Angel; RUSSO, Francesco. *Antropologia filosófica: uma introdução*. Tradução de Henrique Nebegaz e Placimário Ferreira. São Paulo: Cultor de livros, 2020.

Alegria missionaria da pastoral no pensamento do Papa Francisco

Francisco Rickelme Gomes Barros¹

Resumo: Bebendo das fontes do Concílio Vaticano II, em especial do documento de Aparecida, que expressa: “Na doação, a vida se fortalece; e se enfraquece no comodismo e no isolamento” indicando a urgente e necessária conversão pastoral/missionária que deseja realizar. Almeja uma Igreja em saída, enfatizando que isso “é dever da Igreja” (EG, 111). A alegria do ressuscitado inquieta e impulsiona a vida para o anúncio desse Evangelho que um dia também experimentado. Uma Igreja que se encontrou com o Evangelho de Jesus é “uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas” da missão. É esse o convite que o pontífice faz, uma renovação eclesial, saindo de “uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças.” (EG, 49) para uma Igreja em estado permanente de missão, despojada e amante dos pobres.

Palavras-chave: Evangelho; Alegria; Papa Francisco; Igreja; Missão.

INTRODUÇÃO

Um dos temas em que o Papa Francisco vem trazendo à tona desde o início de seu pontificado é a alegria do cristão. De sete de suas exortações apostólicas, três delas expressam logo no título a convocação para a alegria, *Evangelii Gaudium* – A alegria do Evangelho; *Amoris Laetitia* – A alegria do amor; *Gaudete et Exsultate* – Alegrai-vos e exultai. Pode-se notar claramente a força dessa proposta que o Papa Francisco vem trazer em seu pontificado. Lógico que o Romano Pontífice, não criou ou trouxe algo novo para a Igreja, ele apenas lembrou aos cristãos a própria essência, pois como bem enfatizou: “Alegria do Evangelho enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus” (EG, 01).

O Papa convida os cristãos a fazer a passagem do homem velho, triste e ranzinza para uma nova e alegre criatura. Porém, qual necessidade de falar de alegria numa igreja hodierna? Existe então uma tristeza que prejudica? Francisco, desde o início de seu pontificado, demonstra ter um olhar amplo, abrangente e profético da realidade eclesial. No entanto, de onde emanaria a proposta dessa “alegria do evangelho”? Qual sua eficácia? O Papa fez, ao longo dos seus 11 anos de pontificado, e ainda continua fazendo, belíssimas e ricas reflexões sobre essa alegria.

¹ Licenciando do curso de filosofia e do curso de bacharelado em teologia pelo Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí – ICESPI. E-mail: franciscorickelmegomesbarros@gmail.com

1 A TRISTEZA QUE DEVE TRANSFORMAR-SE EM ALEGRIA

Nas falas do Papa Francisco, em diversas vezes, ele fez exortações aos cristãos a respeito da alegria, como a de: ser batizado, de ter um Deus amoroso etc. Colocando a alegria como um remédio, um antídoto contra a tristeza que tanto assola nossa sociedade. No Angelus do dia 13 de dezembro de 2020, o Papa se expressa da seguinte forma:

Eis a primeira condição da alegria cristã: descentralizar-se de si mesmo e colocar Jesus no centro. Isto não é alienação, porque Jesus, de fato, é o centro, é a luz que dá pleno sentido à vida de cada homem e mulher que vem a este mundo. É o mesmo dinamismo do amor, que me leva a sair de mim, não a perder-me, mas a encontrar-me a mim mesmo. (FRANCISCO. Angelus: 13, dez 2020).

Francisco faz essa afirmação, salientando o processo em que situa o dinamismo cristão, que é sair de um triste egoísmo, para uma alegria cristocêntrica. O Papa ainda acentua a tristeza, como ausência da alegria. Na Audiência Geral, no início deste ano, onde salienta duas tristezas, a saber uma tristeza amiga e outra que denominou de doença da alma. A primeira é aquela que conduz à salvação, dando o exemplo da passagem do filho pródigo, da amargura que sentiu ao chegar ao fim do poço e que o impele a retornar à felicidade da casa paterna (cf. *Lc* 15, 11-20). Conclui dizendo que “é uma graça gemer sobre os próprios pecados, recordar o estado de graça do qual caímos, chorar porque perdemos a pureza com que Deus nos sonhou” (FRANCISCO. Audiência Geral de 7, fev. 2024)

Em seguida, ele esclarece sobre a segunda tristeza, como aquela tristeza que brota no coração humano, no momento que a esperança se finda. Portanto, a dinâmica dessa tristeza está intrinsecamente unida à experiência da perda, pois

No coração do homem nascem esperanças que, às vezes, são frustradas. Pode ser o desejo de possuir algo que, ao contrário, não se consegue obter; mas também algo importante, como a perda de um afeto. Quando isto acontece, é como se o coração do homem caísse num precipício, e os sentimentos que experimenta são desânimo, fraqueza de espírito, depressão, angústia” (FRANCISCO. Audiência Geral de 7, fev. 2024).

Francisco acentua a necessidade de perceber que frequentemente as pessoas das comunidades podem vivenciar momentos de amargura e tristeza. Lendo esses sinais dos tempos, como uma necessidade da Igreja em se fazer presente, como mãe acolhedora, nesse mundo secular, com suas macelas e prisões do egoísmo, trazidas pela contemporaneidade de uma sociedade individualista. Nesse contexto, chamados como Igreja a experimentar a alegria do Cristo ressuscitado que a cada dia impulsiona para a vida nova, vida que promove com alegria a justiça, a paz e a ternura.

Na *Evangelii Gaudium*, Francisco exorta a sair da individualidade egoísta, que gera tristeza e pode conduzir ao que ele chama de doença da alma, para passar à alegria de uma vida doada, em prol do reino de Deus. Acrescenta ainda que a alegria não se revela sempre do mesmo jeito, da mesma forma, já que passamos por momentos de amarguras e duras realidades, por diversas vezes. São nesses momentos que se faz necessário a transformação pessoal, pois em meio aos problemas, sempre existe um feixe de luz, uma centelha de fé pessoal. Daí brota da certeza de sermos infinitamente amados por Deus e jamais esquecidos por Ele, despertando assim uma secreta, porém solida confiança na sua providência.

2 A ALEGRIA DO EVANGELHO QUE ENCHE O CORAÇÃO

O convite missionário proposto pelo Evangelho da gloriosa Cruz de Cristo, convida insistentemente a uma verdadeira alegria, como elucida São Francisco de Assis, que inspira o Papa Francisco. Para ele, está comprovada biblicamente a verdade desse convite. Expondo alguns exemplos como: em Maria nas passagens de Lc 1, 28; Lc 1, 41 e Lc 1, 47.; no testemunho de João Batista, Jo 3, 29; com o próprio Jesus em Lc 10, 21; Jo 15, 11; Jo 16, 20; Jo 16, 22 e Jo 20, 20; ou até mesmos no relato das primeiras comunidades cristãs no Atos dos Apóstolos 2,46; 8,8. 39; 13,52; 16,34. Com isso, o Papa reconhece que “a nossa alegria cristã brota da fonte do seu coração transbordante” portanto, “porque não havemos de entrar, também nós, nesta torrente de alegria?” (EG, 05).

O pensamento da verdadeira e genuína alegria, em Francisco, está em recordar daquelas pessoas, que mesmo atoladas de compromissos profissionais, dificuldades da vida, ou até mesmo na pobreza mais dura, sabem “conservar um coração crente, generoso e simples. De várias maneiras, estas alegrias bebem na fonte do amor maior, que é o de Deus, a nós manifestado em Jesus Cristo” (EG, 07). De fato, na caminhada pastoral das comunidades cristãs, grupos e pastorais, pode-se notar o zelo e o ardor daqueles que são ocupados, que trabalham, que fazem faculdade, que as vezes são desprovidos de condições financeiras, mas colaboram com o pouco que tem, doando seus dons, como aquela oferta da viúva no templo (Mc 12,41-44).

Nesse sentido, o Papa adverte para o grande risco do mundo atual, que vai sufocando essa semente de alegria no serviço a Deus e a Igreja,

com sua múltipla e avassaladora oferta de consumo, é uma tristeza individualista que brota do coração comodista e mesquinho, da busca desordenada de prazeres superficiais, da consciência isolada. Quando a vida interior se fecha nos próprios interesses, deixa de haver espaço para os outros, já não entram os pobres, já não se ouve a voz de Deus, já não se goza da doce alegria do seu amor, nem fervilha o entusiasmo de fazer o bem (EG, n. 2).

O cristão é chamado a viver a alegria da partilha na missão, lembrando o que o Documento de Aparecida diz que “na doação, a vida se fortalece; e se enfraquece no

comodismo e no isolamento” (DAp, n. 360). Ao recordar essa frase, Francisco percebe que a essência da vida pastoral da Igreja se encontra em sua missão evangelizadora, indicando assim a urgente e necessária conversão pastoral/missionária que deseja realizar. Almejando uma Igreja em saída, enfatiza que a essência primeira da Igreja é ser missionária, saindo de seu autocentrismo, para ir até onde as pessoas estão, principalmente os pobres e mais sofridos. Partir em missão “é dever da Igreja” (EG, 111). Pois, a alegria do ressuscitado inquieta e impulsiona nossas vidas para o anúncio desse Evangelho que um dia também nos encontrou.

Segundo Francisco, a missão requer uma conversão sincera das pessoas e da pastoral, pois não é feita por acaso, mas é fruto de uma fé madura e consciente que vai descobrindo seu lugar no mundo, isto é, vai ajudando o homem e a mulher de nosso tempo a encontrar o sentido mais profundo de sua vida. A *Gaudium et Spes* recorda que a humanidade em suas alegrias e esperanças, tristezas e angústias, geme e implora por uma resposta missionária da Igreja (cf. GS, 01). E é justamente para isso que o Papa Francisco recorda as palavras de seu predecessor, São Paulo VI, na *Evangelii Nuntiandi*:

a suave e reconfortante alegria de evangelizar, mesmo quando for preciso semear com lágrimas! [...] E que o mundo do nosso tempo, que procura, ora na angústia, ora com esperança, possa receber a Boa Nova dos lábios, não de evangelizadores tristes, impacientes ou ansiosos, mas sim de ministros do Evangelho cuja vida irradie fervor, pois foram quem recebeu primeiro em si a alegria de Cristo (EN, 80).

Oxalá, de fato possamos responder a esse apelo a Igreja verdadeiramente missionária, onde homens e mulheres se dediquem ao serviço do Reino, levando a alegria do Evangelho ao mundo. Como afirma a *Gaudete et Exsultate*, pesar de “existirem momentos difíceis, tempos de cruz, nada pode destruir a alegria sobrenatural” (GE, 125). Francisco recorda que a alegria missionária muitas vezes é posta à prova, gerando desânimo missionário, pois há tantas dores que flagelam o povo. No entanto, a perda da esperança, ou seja, a perda do bom humor, é um sinal malvisto por Francisco, já que “normalmente a alegria cristã é acompanhada pelo sentido do humor, tão saliente, por exemplo, em São Tomás Moro, São Vicente de Paulo, ou São Filipe Néri. O mau humor não é um sinal de santidade” (GE, 126).

3 O ANÚNCIO PASTORAL DA VERDADEIRA ALEGRIA

Na visão do Santo Padre, a sonhada alegria da pastoral é perceptivelmente missionária, ou seja, a alegria da pastoral está em sua missão. Pois, para ele, uma Igreja que se encontrou com o Evangelho de Jesus é “uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas” da missão, saindo de “uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças.” (EG, 49). É esse o convite que o pontífice faz: uma renovação eclesial, para uma Igreja em estado permanente de missão, despojada e amante dos pobres.

O projeto missionário de Francisco, é “para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização

do mundo atual que à autopreservação” (EG, 27). Paulo Suess, fala de um *reset* eclesial, que Francisco deseja fazer. Como se através de seus escritos, discursos e em especial pelos seus gestos, configure o modo de ser Igreja, para uma Igreja mais missionária, presente nas paixões, nas glórias e limitações humanas (cf. EG 40-45). Enfatiza ainda que:

A teologia do Papa Francisco, que é uma teologia indutiva que nasce no chão da vida de pessoas concretas, de suas alegrias e sofrimentos, de seus desejos e sonhos, é sempre orientada para seu projeto missionário. Como destilar das dores da humanidade, as quais sempre nascem de um abuso da natureza que nos rodeia ou estão dentro de cada um de nós, um vinho bom, uma conversão profunda, uma mudança do nosso estilo de vida, um aprendizado sustentável para uma convivência feliz com a natureza, com os nossos semelhantes e com Deus? (SUESS, 2019 p. 22).

Para isso, a *Gaudete et Exsultate*, indica-nos que é possível e necessário, que o cristão seja capaz “de viver com alegria e sentido de humor. Sem perder o realismo, iluminando os outros com um espírito positivo e rico de esperança” (GE, 122). Pois é para isso que Deus nos chama, para sermos profetas, profetizas da alegria, mas com os pés no chão. Um anúncio genuíno e firmado na alegria de uma esperança futura, fortes e perseverantes nas tribulações e assíduos numa vida de oração. (Cf. Rm 12,12)

Para entrar nessa dinâmica, é necessária uma audácia apostólica, com fervor espiritual, como se pede em Aparecida, para que façamos “como João Batista, como Pedro e Paulo, como os demais Apóstolos, como essa multidão de admiráveis evangelizadores que se sucederam ao longo da história da Igreja” (DAp, 552). Com esse fervor espiritual, podemos recuperar a força e o valor dessa audácia apostólica que tanto evangelizou no passado e nos ensina hoje, a sermos discípulos-missionários, pois “não basta ser genial nas propostas. Precisamos ser audazes nas respostas e ações”(SUESS, 2019, p. 25).

Esse anúncio de Cristo, através da missão, seria como que a condição fundamental e prévia para os passos seguintes do caminho de conversão, pois é consequência, visto que, “somente quem ouviu falar do amor de Deus manifestado em Seu Filho e ficou inflamado desse santo amor pode perseverar com alegria na graça de Deus até a morte.” (FIGUEIREDO, 2022, p. 115). No discurso natalino para a Cúria Romana, em 2015, o Papa Francisco salienta a missionariedade, como aquilo que torna a vida cristã verdadeiramente fecunda, e tal teologia da missão, só deve ser entendida pela ótica da misericórdia, pois essa é a teologia de Francisco:

Missionariedade e pastoreação. A missionariedade é aquilo que torna, e mostra, a Cúria fértil e fecunda; é a prova da eficácia, eficiência e autenticidade do nosso trabalho. A fé é um dom, mas a medida da nossa fé prova-se também pelo modo como somos capazes de a comunicar [...] misericórdia é escândalo para a justiça, loucura para a inteligência, consolação para nós, devedores. A dívida de existir, a

dívida de ser amados, só se paga com a misericórdia (FRANCISCO, Discurso à Cúria Romana, 21 dez. 2015).

Essa reflexão refere-se à dinâmica da missão com um novo jeito de ser, pois o serviço ao Reino, no pensamento de Francisco, necessita de uma doação por completo, onde a dívida de ser amado, seja paga somente com a propagação da misericórdia com a doação da vida. E, bebendo dessa fonte de misericórdia, o homem e a mulher que se propõe a seguir Jesus Cristo, sinta a verdadeira alegria cristã, por estar cumprindo o mandato do Mestre.

CONCLUSÃO

Nessa breve reflexão buscamos acentuar a necessidade de uma conversão pastoral para o anúncio do Cristo vivo entre nós. O anúncio deve ser realizado com *parresia*, que é “selo do Espírito, testemunho da autenticidade do anúncio. É uma certeza feliz que nos leva a gloriar-nos do Evangelho que anunciamos, é confiança inquebrantável na fidelidade da Testemunha fiel” (GE, 132). É nesse cenário que a missão da Igreja se manifesta como semente de esperança e como sinal de amor e justiça. Pois, nos diz Francisco: “O *querigma* possui um conteúdo inevitavelmente social: no próprio coração do Evangelho aparecem a vida comunitária e o compromisso com os outros. O conteúdo do primeiro anúncio tem uma repercussão moral imediata, cujo centro é a caridade” (EG, 177).

A abertura à ação do Espírito Santo é condição indispensável, já que, para Francisco, o impulso do Espírito é necessário para não paralisarmos de medo e “para não nos habituarmos a caminhar somente dentro de confins seguros. Lembremo-nos disto: o que fica fechado acaba cheirando a mofo e criando um ambiente doentio” (GE, 133). Francisco ainda adverte que, a exemplo dos discípulos devemos anunciar “com alegria, magnanimidade, benevolência, [...] sem imposição, coerção nem proselitismo; mas sempre com proximidade, compaixão e ternura, que refletem o modo de ser e agir de Deus” (Mensagem para o dia mundial das missões de 2024). Essa é a Igreja que o Papa Francisco sonha, deseja e indica-nos. Uma Igreja que ama seu Senhor e que não aguenta ficar isolada, mas que distribui seus dons com alegria, para realizar e propagar a paz e o amor que brota de seu lado aberto, assim como o de seu Senhor Jesus Cristo.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA SAGRADA. Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

CELAN. *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe, 13-31 de maio de 2007, São Paulo: CNBB, Paulinas, Paulus, 2008.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO VATICANO II: CONSTITUIÇÕES, DECRETOS, DECLARAÇÕES. *Constituição Pastoral Gaudium et spes*. In: Tradução de Francisco Catão. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

FIGUEIREDO, Pe. Luiz Henrique Brandão de. *Acompanhar, discernir e integrar*: Santo Afonso Maria de Ligório e o ministério do confessor. 2ª edição. São Paulo: Cultor de Livros, 2022.

FRANCISCO, Papa. *Apresentação das felicitações de Natal à cúria romana*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2015. Disponível: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/december/documents/papa-francesco_20151221_curia-romana.html#:~:text=%C3%80%20C%C3%BAria%20Romana%20por%20ocasi%C3%A3o,de%20dezembro%20de%202015\)%%20%7C%20Francisco&text=Queridos%20irm%C3%A3os%20e%20irm%C3%A3s!,licen%C3%A7a%20falo%20Dvos%20sentado](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/december/documents/papa-francesco_20151221_curia-romana.html#:~:text=%C3%80%20C%C3%BAria%20Romana%20por%20ocasi%C3%A3o,de%20dezembro%20de%202015)%%20%7C%20Francisco&text=Queridos%20irm%C3%A3os%20e%20irm%C3%A3s!,licen%C3%A7a%20falo%20Dvos%20sentado). Acesso 30/09/2024.

FRANCISCO, Papa. *Angelus*: 13, dez 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2020/documents/papa-francesco_angelus_20201213.html#:~:text=Quanto%20mais%20pr%C3%B3ximo%20est%C3%A1%20de,t%C3%AAm%20um%20rosto%20de%20vel%C3%B3rio.

FRANCISCO, Papa. *Audiência Geral*: 07, fev 2024. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2024/documents/20240207-udienza-generale.html>. Acesso em: 30/10/2024.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*: a alegria do evangelho – sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo, Paulus, 2022.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Gaudete et Exsultate*: sobre o chamado à santidade no mundo atual. São Paulo, Canção Nova, 2018.

FRANCISCO, Papa. *Mensagem para o Dia Mundial das Missões* 2024. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/missions/documents/20240125-giornata-missionaria.html>>. Acesso em: 20 out. 2024.

PAULO VI, Papa. *Evangelii Nuntiandi*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html. Acesso em: 30/10/2024.

SUESS, Paulo. *Projeto Missionário*. Coleção Teologia do Papa Francisco. São Paulo, Paulinas, 2019.

Processo educativo divino para a salvação das criaturas

Leila Maria Orlandi Ribeiro¹

Resumo: A pesquisa, intitulada “Processo educativo divino para a salvação das criaturas”, tem por objetivo verificar como se desenvolve o processo educativo no plano de Deus, rumo à salvação de todas as criaturas. O Papa Francisco convoca a Igreja a se colocar em saída, dizendo: “prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas” (EG 49). Por isso, conclama a humanidade à ecologia integral e destaca, como ação pastoral, a educação com base na espiritualidade. A metodologia da pesquisa segue a linha teórica, com estudos e reflexões da Sagrada Escritura e dos Padres da Igreja, como Clemente de Alexandria e Irineu de Lião, bem como do Magistério do Papa Francisco e de obras de teólogos, dentre eles Gustavo Gutierrez e Juan Segundo. Conclui-se que o alvo da educação no plano divino é a edificação de uma nova sociedade, com a fraternidade como meio para a realização plena das criaturas, tendo Jesus libertador como modelo, até que a criação alcance sua realização já nesta terra, mas ainda não, e plenamente no Reino definitivo.

Palavras-chave Educação. Libertação. Criação. Salvação.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista o bem da humanidade já nesta Terra e plenamente na vida eterna, o Papa Francisco convoca a Igreja a se colocar em saída, atuando pastoralmente junto ao povo, em especial com os pobres nas periferias. Diz o Pontífice: “prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças” (EG 49). Segundo Francisco, é melhor ter medo de nos encerrar nas estruturas, que nos dão uma falsa ideia de proteção, do que daqueles que vivem sem a força, a luz e a consolação da amizade com Jesus, por não terem uma comunidade que os acolha. A convocação do Papa Francisco se baseia, pois, no imperativo divino: “Dai e vos será dado” (Lc 6,38).

Dentre os muitos necessitados, aos quais o Papa Francisco nos convoca a atender, se encontra a nossa Mãe Terra. Pois a depredação que sofre, pela irracionalidade dos humanos, clama por condições de recuperação e subsistência. Por isso, o Papa Francisco conclama a humanidade à ecologia integral, na Carta Encíclica *Laudato Si'* (LS), onde destaca, como ação pastoral, a educação com base na espiritualidade. Pois “muitas coisas devem reajustar seu próprio rumo, mas antes de tudo é a humanidade que precisa de mudar” (LS, n. 202). E a consciência de uma origem comum a toda criação e de um futuro partilhado por todos permitirá o desenvolvimento de novas crenças, atitudes e estilos de vida. Este é, então, o desafio

¹ Doutoranda em Teologia na FAJE - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia - BH - MG. Mestra em Teologia pela FAJE (2019-2021). Mestra em Educação pela UnB - Universidade de Brasília (1995). Professora dos Cursos de Graduação de Teologia e Filosofia da FATEO – Faculdade de Teologia da Arquidiocese de Brasília. Instituição financiadora da pesquisa: CAPES. E-mail: leilaor2608@gmail.com

que se impõe à educação com base na espiritualidade, para que a criação alcance o desígnio de salvação almejado por Deus a toda criatura.

Para conhecer as etapas da pedagogia divina, a metodologia utilizada nesta pesquisa segue a linha teórica, especialmente com estudos e reflexões da Sagrada Escritura, dos Padres da Igreja, como Clemente de Alexandria e Irineu de Lião, do Magistério do Papa Francisco e de obras de teólogos, como Gustavo Gutierrez e Juan Segundo. Para isso, parte-se de como se desenvolve o processo educativo no plano divino, quanto ao cuidado solidário de todos com as criaturas. Passando pelo Antigo e o Novo testamento, chega-se à ação educadora da Igreja até os dias de hoje, com as orientações do Papa Francisco.

1 O LONGO PERÍODO DA PEDAGOGIA DIVINA PARA A EDUCAÇÃO DA OBRA DA CRIAÇÃO

Na economia da salvação, que tem por meta a mais perfeita libertação, de acordo com Dufour, é por meio de uma lenta maturação que o plano de Deus se realiza nas suas criaturas, até que o povo atinja a estatura definitiva, a perfeição. Neste caminho pedagógico, Deus é “o educador por excelência, o modelo dos educadores, que deseja o bem dos seus filhos e os educa sempre (DUFOUR, 2013. P. 262)”.

Santo Irineu de Lião falava da pedagogia divina de educação por etapas, sob a imagem da familiaridade mútua entre Deus e o homem, “para acostumar o homem a apreender Deus, e Deus a habitar no homem, segundo o beneplácito do Pai” (In: Catecismo da Igreja Católica, n. 53). Adquirir o hábito de agir conforme a vontade de Deus é, portanto, o intuito da longa pedagogia divina.

Também na interpretação de outros Padres da Igreja, dentre eles Clemente de Alexandria, há uma valorização do paradigma educativo, que torna o educador a figura central da história humana e cristã. Quem é este pedagogo? O Filho de Deus, presente e atuante já antes da criação, quando Deus cria por sua Palavra. “O Logos é chamado de Pedagogo, porque nos conduz à salvação, nós que somos seus filhos” (*Apud* MENEZES; FRANÇA, 2021, p. 267). E é obviamente de si mesmo que Deus fala, quando empresta estas palavras ao profeta Oséias: “Eu sou seu professor” (Os 5,2). A pedagogia divina nos ensina o culto a Deus, que é o próprio pedagogo e nos conduz à verdade.

São Paulo explica que o longo período de maturação é necessário para o processo educativo, para que o povo chegue a se tornar adulto, até a vinda de Cristo. “Como uma criança sob a tutela de um pedagogo, Israel viveu até a plenitude dos tempos, quando Deus enviou seu próprio Filho para conferir-nos a adoção filial” (Gl 4,1-7;3,24s). Assim, desde a origem até o fim dos tempos, a obra divina consiste em educar o povo.

Mas Paulo lembra também que, mesmo querendo o bem, o ser humano pode cair no mal. Pois “não faço o bem que quero, mas o mal que não quero” (Rm 7,19). Destaca então Dufour que, muitas vezes, “a sociedade arrasta para o mal” (2013, p. 263). Portanto, diante da

realidade do mal, a educação se mostra como uma arte de difícil implementação, por incluir a correção e a disciplina, com amor. Já que o ser humano está sempre dividido entre o bem e o mal, diz o provérbio: “Pega-te à correção e não a largues; guarda-a, porque ela é a tua vida” (Pr 4,13). E lembra-te para sempre: “eu serei o teu Deus tu serás o meu povo” (Jr 31,33s).

1.1 PRIMEIRA ETAPA DA EDUCAÇÃO DIVINA NO ANTIGO TESTAMENTO.

Gutierrez destaca que, durante o processo pedagógico divino, o povo conhecerá euforias e retrocessos e isso será necessário para que tome consciência de sua opressão, lute contra ela e perceba o sentido profundo da libertação a que é chamado. Nesse processo, a primeira etapa do plano salvífico se pauta na educação baseada no amor de Deus pelo povo, com vistas à correção para adquirir Sabedoria, conforme a Lei de Deus.

O processo de Deus para educar o povo no Antigo Testamento, segundo Gutierrez, inicia já na criação, evidenciando a “plena a fusão entre fé na criação e fé salvífica” (Gutierrez, 2000, p. 208). A criação é o primeiro ato salvífico de Deus, que se revela em acontecimentos históricos e em outros atos salvíficos. O homem e a mulher são criados para serem filhos, santos e imaculados (Ef 1,3), chamados a atuar e a participar da construção da história. Além de serem convocados ao trabalho já na criação, os humanos assumem a edificação da sociedade, que se caracteriza pela libertação do povo das situações de opressão e subalternidade.

Na pedagogia divina de libertação no Antigo Testamento, o Criador do mundo é o mesmo Deus que liberta Israel do Egito (Is 54,5) e que, em seguida, lhe dá a Lei como ato libertador. A saída do Egito “é a ruptura com uma situação de espoliação e de miséria, o início da construção de uma sociedade justa e fraterna” (Gutierrez, 2000, p. 209). Isso expressa o amor de Javé por seu povo, que irá se realizar plenamente no dom da libertação total a se realizar em Jesus Cristo. Assim, explica Gutierrez, “construir a cidade temporal não é simplesmente uma etapa de humanização e de pré-evangelização, mas se situa plenamente em um processo salvífico que abrange toda a história humana” (GUTIERREZ, 2000, p. 214). Com o trabalho e a transformação do mundo em uma sociedade justa, homens e mulheres prolongam a criação e a iniciativa libertadora de Javé, e chegam a unir criação e a obra salvadora da Jesus Cristo.

1.2 SEGUNDA ETAPA DO PROCESSO EDUCATIVO: A VINDA DE JESUS CRISTO, O FILHO DE DEUS.

É na segunda etapa da economia da salvação que Deus realiza plenamente sua obra educativa em Cristo, o verdadeiro educador em Israel e a verdadeira Sabedoria. A obra educadora de Cristo se volta a uma nova criação, inscrita na memória do povo eleito desde o acontecimento do êxodo e levado em Cristo à plena realização. Segundo Gutierrez, “a ação redentora de Cristo, fundamento de tudo o que existe, é também conhecida como uma re-criação, apresentada no contexto da criação” (GUTIERREZ, 2000, p. 212). Pois, como ensina São Paulo, “foi do agrado de Deus que nele habitasse toda a plenitude e por meio dele

reconciliasse consigo todas as coisas, tanto as que estão na terra quanto as que estão nos céus, estabelecendo a paz por meio do seu sangue derramado na cruz” (Cl 1,15-20; 1Cor 8,6; Hb 1,2; Ef 1,1-22). A nova criação em Cristo é explícita: “Se alguém está em Cristo, é nova criatura; as coisas velhas já passaram; eis que se fazem novas todas as coisas” (2Cor 5,17). “Em Cristo tudo foi criado, tudo foi salvo” (Cl 15-20).

A pedagogia divina caminha no sentido de despertar a consciência de que viver de acordo com a vontade de Deus é transformar a sociedade para a libertação do mal. Para J. Segundo, os milagres e as parábolas de Jesus “levam o povo a integrar-se em um novo programa de um novo povo e nova sociedade” (SEGUNDO, J. L. 1997. p. 261), estendido a toda a criação. E a meta da educação divina é que “cada cruz e cada ressurreição de todo crente seja fonte de fé e de vida para os demais, conforme a promessa do Absoluto” (SEGUNDO, J. L. 1997. p. 485-487). Pois a cruz e a ressurreição também são o nosso destino (Gl 4,23-25), que é sobretudo social, o que nos faz herdeiros do céu” (cf. Gl 8,15-17; Sl 4,5-7). A morte de cruz e a ressurreição comprovam que Jesus é o Redentor, o educador perfeito, que, com seu exemplo de vida humana e divina, no auge do amor, transmite a vida eterna e conduz a criação à sua plenitude. O mistério da cruz é poder divino, até que Deus seja tudo em todos (1Cor 11,26;15,28).

Dessa forma, “suportem as dificuldades, recebendo-as como disciplina, pois Deus os trata como filhos. Então, qual o filho que não é disciplinado por seu pai, que tanto o ama?” (Hb 12,7s). Educadores assumam o compromisso de corrigir à maneira do próprio Deus, com amor para “cria-los na doutrina e admoestação do Senhor” (Ef 6,4) para o bem da criação.

1.3 TERCEIRA ETAPA: A VIDA DA IGREJA, EDUCADA E EDUCADORA.

Na terceira etapa da história da salvação Deus educa por meio da Igreja, que é também conduzida e educada pelo Espírito Santo. Pois, segundo Dufour, “é o Espírito que dá o último acabamento à obra educativa de Deus” (DUFOUR, 2013. p. 266). Pois, “porque sois filhos, Deus enviou aos vossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai” (Gl 4,6). O que importa à Igreja é significar a realidade em função da qual existe, orientada para o Reino de Deus que se inicia na história. Dessa forma, para Gutierrez, “o mundo em que a comunidade cristã deve viver e celebrar sua esperança escatológica é a realidade social” (2000, p. 320). Sendo que o plano educativo de Deus é tornar “a obra da salvação atuante na história” (2000, p. 312), a Igreja, sacramento de salvação, “realiza e revela o desígnio salvífico, isto é, faz-se presente na criação pelo serviço a todos, no horizonte da obra salvífica” (GUTIERREZ, 2000, p. 317).

A educação para a ecologia integral se apresenta, então, como o caminho para a sabedoria de Deus e da solidariedade, em vista do bem e da felicidade de todas as criaturas. Pois, conforme São Paulo, “falamos a sabedoria de Deus, oculta em mistério, a qual Deus ordenou antes dos séculos para a nossa glória” (1 Cor 2, 6-10).

2 A EDUCAÇÃO, ESPERANÇA DE CONVERSÃO A UM NOVO ESTILO DE VIDA

Segundo Gutierrez, Deus cria para a salvação e não abandona a criação. Mesmo após o pecado, o plano divino “se plenifica com a ação redentora de Cristo, conhecida como uma recriação” (GUTIERREZ, 2000, p. 212). Por isso, para o Papa Francisco, a conversão ecológica é possível e urgente, pois o Ressuscitado guia as criaturas para um destino de plenitude (LS, n. 100), “até de que Deus seja tudo em todos” (1 Cor 15,28).

Nesse sentido, o Papa Francisco alerta à urgência da conversão a um novo estilo de vida (LS, n. 139). Pois Deus tudo criou e tudo é bom. E porque “Cristo faz novas todas as coisas” (Ap 21,5), a conversão ecológica é possível e urgente, pois o Ressuscitado guia as criaturas para um destino de plenitude (LS, n. 100), “até de que Deus seja tudo em todos” (1 Cor 15,28).

Tal conversão é possível, segundo o Papa Francisco, dependendo de uma educação com base na espiritualidade, chamada a criar uma “cidadania ecológica” (LS, n. 211). Isso implica que a maior parte dos membros da sociedade a tenha acolhido, reagindo com uma transformação pessoal, com o cultivo de virtudes sólidas. Prestar atenção à beleza e amá-la ajuda-nos a sair do pragmatismo utilitarista. Até que se difunda um novo modelo de vida que vença “o modelo consumista, transmitido pelos meios de comunicação social e através dos mecanismos eficazes do mercado” (LS, n. 215).

Para isso, o Papa Francisco apresenta linhas de espiritualidade ecológica que nascem das convicções da fé cristã, “pois aquilo que o Evangelho ensina tem consequências no nosso modo de pensar, sentir e viver” (LS, n. 216). A consciência de que cada criatura reflete algo de Deus; de que Cristo assumiu em Si mesmo este mundo material e agora, ressuscitado, habita no íntimo de cada ser; ou o reconhecimento de que Deus criou o mundo com uma ordem e um dinamismo que o ser humano não tem o direito de ignorar. Tudo isso conduz a pessoa que ouve Jesus dizer que “nenhum pássaro passa despercebido diante de Deus” (Lc 12, 6), a ser incapaz de os maltratar ou causar dano à criação.

CONCLUSÃO

Ao se desviar da educação divina com vistas à edificação de uma nova sociedade, predominou no ser humano o estilo de vida egóico. Em decorrência, a tarefa preponderante da educação vem a ser a proteção da nossa Casa Comum, com a união da família humana em busca da solidariedade para o desenvolvimento sustentável e integral. Desse percurso, resulta a santidade, após a longa caminhada exigida para a maturação do ser humano, em que o modelo de educador, por excelência, é Deus.

A pedagogia divina corrige com amor e disciplina, durante o processo de maturação, em vista da sabedoria. Nesse processo, é Jesus “quem anunciamos, admoestando e ensinando a todo o homem em toda a sabedoria; para que apresentemos o homem perfeito em Jesus Cristo” (Cl 1,28). Jesus, modelo do cristão, é libertador, já que todo ser humano é chamado

por Deus à realização plena. Liberta das amarras da escravidão já nesta vida, a criação alcança a plenitude da perfeição no Reino definitivo, conquistado por Jesus.

Nesse novo processo, Jesus é modelo de vida, que desperta atitudes do coração para se viver com serena atenção, mantendo-se presentes diante das pessoas, com entrega total a cada momento como um dom divino que se deve viver em plenitude. Pois “Jesus ensinou-nos esta atitude, quando nos convidava a olhar os lírios do campo e as aves do céu, ou quando, na presença de um homem inquieto, fitando-o com o olhar, sentiu afeição por ele” (LS, 226). Jesus mostra-nos assim o caminho para superar a ansiedade doentia que torna o ser humano superficial, agressivo e consumista desenfreado.

REFERÊNCIAS

MENEZES, E.; FRANÇA, M. *O pedagogo*, de Clemente de Alexandria. *Revista Práxis Educacional*, v. 17, n. 46, p. 252-274. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8850>. Acesso em: 13 fev.2024. P. 267.

DUFOUR, X.L. Educação. In *Vocabulário de teologia bíblica*. 12.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 262-266.

GUTIERREZ, G. *Teologia da Libertação*. Perspectivas. São Paulo: Loyola, 2000.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si' (LS)*. 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html

JOÃO PAULO II. Irineu de Lião, Santo. In: *Catecismo da Igreja Católica*, n. 53. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/catechism_po/index_new/p1s1c2_50-141_po.html Acesso em: 20 jan.2024.

SEGUNDO, J. L. *Libertação da teologia*. São Paulo: Loyola, 1978.

SEGUNDO, J. L. *A história perdida e recuperada de Jesus de Nazaré*. São Paulo: Paulus, 1997.

“Não deixemos que nos roubem o Evangelho!”: Aportes à proposta de animação bíblica da vida e da pastoral

Denilson Mariano da Silva¹

Resumo: O Papa Francisco explicita um alerta: “não deixemos que nos roubem o Evangelho” (EG 97). Seguindo o método indutivo, partimos dos desafios observados nas comunidades eclesiais da Zona da Mata Mineira para lançar um olhar sobre o serviço de Animação Bíblica nessa região, diante dos desafios da contemporaneidade. Ensejamos, com essa proposta, buscar pistas para uma efetiva animação bíblica da vida e da pastoral a fim de avançar na ação evangelizadora de modo mais participativo e efetivo.

Palavras-chave: Animação bíblica. Bíblia. Evangelização. Teologia Pastoral.

INTRODUÇÃO

Na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco explicita uma série de alertas em relação à prática pastoral. Entre elas: “não deixemos que nos roubem o Evangelho” (EG, n. 97). De modo especial, vamos nos debruçar na questão do Evangelho, tomado em sentido amplo, indicando o conjunto da Sagrada Escritura. Tendo presente a *Evangelii Gaudium*, a Carta Apostólica *Scripturae Sacrae Affectus* e os documentos da Igreja do Brasil sobre a Animação Bíblica da Pastoral, o objetivo é apontar os entraves que dificultam uma efetiva Animação Bíblica da Vida e da Pastoral (ABP).

Uma vez identificados os entraves, busca-se a reflexão teológica como ato segundo que, por sua vez, quer incidir na realidade buscando pistas de ação para fecundar a prática pastoral e propiciar o reforço do encontro com o Senhor à luz dos textos sagrados. Em certo sentido, o serviço de Evangelização não conseguiu efetivar uma verdadeira animação bíblica, reduzindo-se a “verniz” e denotando que a força transformadora do Evangelho vem sendo furtada de nossas comunidades. É urgente encontrar pistas para uma efetiva Animação Bíblica.

1 UM VERNIZ DE EVANGELIZAÇÃO

Há muitos anos acompanho a caminhada da Diocese de Caratinga-MG. Nela, iniciativas pastorais pós-conciliares como as “catequeses populares” baseadas nos textos do Pe. Álvaro Negromonte e as “Semanas Bíblicas” realizadas pelos “Pioneiros do Evangelho” deram origem aos “Grupos de reflexão” da Bíblia que, juntamente com cursos bíblicos populares, fecundaram com a Palavra de Deus toda a Diocese e se estenderam para outras. Isso

¹ Doutor em Teologia pela FAJE-BH; Membro do Grupo de Pesquisa Teologia e Pastoral da FAJE; Redator da Revista O Lutador; Articulador do MOBON – Movimento da Boa Nova. Contato: marianosdn@yahoo.com.br

se encontra bem desenvolvido em uma pesquisa sobre o MOBON: Movimento Boa Nova (SILVA, p. 41-45). O advento da pós-modernidade, as transformações culturais, os diferentes contextos eclesiais fizeram com que essas iniciativas perdessem um pouco de sua força. Desta forma, apesar do esforço contínuo de adaptação às novas realidades, não respondem, como antes, às exigências dos tempos atuais, mas por sua vez, não há outras iniciativas afins que tenham uma resposta mais efetiva e eficaz. Quiçá seja um prenúncio da passagem para algo novo. Mas o que nos inquieta no contexto atual é que o Evangelho parece estar sendo “marginalizado” (CASTILLO, 2022) ou, mais propriamente, “roubado” (EG, n. 97).

Em certo sentido, há muito que o Evangelho vem sendo deixado à margem da Igreja. O Vaticano II buscou recuperar a centralidade da Palavra na teologia, na prática religiosa cristã e na liturgia (DV, n. 24-25). Assumindo o Concílio, a Igreja da América Latina, na Conferência de Puebla, postula que a Palavra de Deus deve ser a “alma da evangelização” (DP, n. 372) e, posteriormente, fez eco ao esforço da Igreja para uma animação bíblica da vida e da pastoral, para que a Escritura fosse, cada vez mais, “o coração de toda atividade eclesial” (VD, n. 1; EG, n. 174). No entanto, mormente os apelos da *Verbum Domini*, que é a “carta magna da animação bíblica da pastoral” (RETAMALES, p. 86), da Conferência de Aparecida (DAP, n. 248) e dos documentos da CNBB para uma animação bíblica da vida da pastoral (cf. CNBB, Doc. 97; Doc. 111), essa lacuna permanece aberta. No pós pandemia de 2022, há uma visível diminuição dos grupos de reflexão, dos círculos bíblicos, menor participação nos cursos bíblicos populares e uma catequese, às vezes, descolada da Palavra de Deus. Em resumo: “algumas comunidades, na prática, não colocam a Palavra de Deus como elemento central de sua ação pastoral e missionária. Constatam-se, então, devocionismos, dogmatismos e o esfriamento do trabalho com a Sagrada Escritura.” (CNBB 111, n. 41).

A Igreja do Brasil reconhece que, não raro e apesar de muitos esforços, o serviço evangelizador não conseguiu atingir o profundo das pessoas, muitas vezes reduzindo-se a um “verniz”:

É preciso reconhecer que nem sempre a evangelização avançou para além de um verniz superficial (EM, n. 20) e da própria tradição recebida da família. Isso significa que não houve um anúncio explícito da vida, paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo que contribuísse para o encontro pessoal e comunitário com o Filho amado de Deus (CNBB 111, n. 51).

E que isso passa pelo modo como é feita a leitura da Palavra de Deus. Que são, na verdade, manifestações de um distanciamento do Evangelho:

O fenômeno se revela de muitos modos: falta de respeito ao texto sagrado; leituras subjetivistas e arbitrarias; traição do sentido literal e espiritual do texto (CIgC n. 115-116); uso equivocado de textos bíblicos descontextualizados para justificar posturas contrárias ao ensinamento de Jesus Cristo e da Igreja (CNBB 111, n. 60).

Diante disso, para explicitar ainda mais as situações, contextos e práticas que atualmente nos “roubam” o Evangelho, elencamos algumas atitudes. Não há a pretensão de ser exaustivo, mas fazer um indicativo que permita continuar a aprofundar a reflexão.

2 COMO O EVANGELHO ESTÁ SENDO ROUBADO

Com o Concílio Vaticano II, a Palavra de Deus recupera a sua centralidade litúrgica (DV, n. 25). No entanto, as homilias pouco ou mal preparadas, descontextualizadas, que não brotam, de fato, dos textos bíblicos ou que os reduzem à esfera puramente espiritual e intimista, furtam-lhes a dimensão profética e sua força transformadora. Neste sentido, a Igreja do Brasil manifesta a sua preocupação: “Sem a Palavra é como se a Igreja quisesse evangelizar silenciando o próprio Jesus” (CNBB 111, n. 3). “As homilias sejam bem-preparadas, dado que a Liturgia é um ambiente privilegiado de contato com a Palavra de Deus” (CNBB 111, n. 80). “Aos discípulos de qualquer tempo, aos de ontem e de hoje, incumbe a grande missão de ensinar o povo de Deus a ouvir a Palavra e a ela responder.” (CNBB 111, n. 18).

Outro dado relevante é o fato de não conseguirmos oferecer o devido acesso à Sagrada Escritura (DV, n. 22), ou propiciar oportunidades para maior conhecimento e aprofundamento dos textos bíblicos por meio de cursos, estudos, encontros, uma vez que “as páginas bíblicas nem sempre são imediatamente acessíveis” (SSA); Quando não se incentiva o cultivo do afeto à Sagrada Escritura, a ser lida e assimilada como “alimento precioso”, tendo o Evangelho como “corpo e sangue de Cristo” (SSA; cf. DV, n. 21), estamos diante de uma realidade pastoral apontada pelo Magistério como um vazio: “Quando não se formam os fiéis num conhecimento da Bíblia conforme a fé da Igreja, no sulco da Tradição viva, deixa-se efetivamente um vazio pastoral...” (VD, n. 73; CNBB 111, n. 24 e n. 135).

Os santos são modelos de seguimento a Jesus. Podemos dizer que cada santo aprofunda em sua vida alguns traços característicos da vida de Jesus. Mas, quando se desconecta a devoção aos santos distanciando-a da Palavra de Deus, cai-se num devocionismo no qual a vida do santo deixar de ser indicada como um caminho de fidelidade à Palavra e de seguimento a Jesus. Daí as práticas distorcidas de “barganhas” com santo, de busca apenas do milagre pelo milagre, sem compromisso de vida com a comunidade e sem efetivo engajamento no seguimento a Jesus. O devocionismo também contribui para uma marginalização do Evangelho.

Nesse sentido, algumas práticas devocionais, entre elas a reza do terço, chegam a abafar ou esvaziar as atividades de cursos e grupos bíblicos como às vezes acontece com o movimento do “Terço dos homens”. E ainda, determinados acentos devocionais, dado por grupos de cursilhos (EAC – Encontro de Adolescentes com Cristo; EJC – Encontro de Jovens com Cristo; TLC – Treinamento de Líderes Cristãos, ou sua variante: PLC – Planejamento de Líderes Cristãos) e “acampamentos” (atividade corrente na Diocese de Cáceres-MT), sem que haja um real esforço para que “se busque a integração entre a Palavra de Deus e as expressões populares da fé, especialmente a piedade mariana” (CNBB 111, n. 81). Em resumo,

dispensam ou não valorizam o efetivo encontro com a Palavra de Deus e sinalizam que o Evangelho está sendo roubado do povo de nossas comunidades.

Não podemos esquecer que os interlocutores da animação bíblica da pastoral são todos os membros do Povo de Deus, entre estes os leigos, enquanto presença da Palavra de Deus em forma de ‘fermento na massa’ (CNBB 97, n. 68; CNBB 111, n. 120). Porém, quando ministros, ordenados ou não, tomados pelo clericalismo, centralizam as tomadas de decisões engessando a pastoral; quando ignoram os cristãos leigos e leigas como sujeitos e interlocutores da animação bíblica; quando os reduz a executores de tarefa e simples destinatários da missão da Igreja, tudo isso enfraquece a ação da Palavra de Deus no seio da Igreja e da sociedade. Atualmente há um esvaziamento das propostas como Mês da Bíblia, Grupos de Reflexão, Campanhas da Fraternidade. Em muitos casos, os temas são ignorados, ou não se motiva devidamente, enfraquecendo a sua abrangência e profundidade do conteúdo. Tomado em seu conjunto estamos diante de uma espécie de “roubo do Evangelho”.

Outros sinais deste furto da Palavra de Deus é quando não se efetivam as prioridades assumidas pela Igreja do Brasil, pela Igreja Particular e pelas assembleias paroquiais. Quando não se faz a acolhida dos documentos do Magistério sobre Animação Bíblica da Pastoral que deveria abranger todos os níveis da ação evangelizadora, todas as instâncias do povo de Deus por meio de um projeto diocesano envolvendo paróquias, movimentos associações e, sobretudo, as Comunidades Eclesiais Missionárias² (cf. CNBB, 111, n. 127-128).

Quando a catequese não se fundamenta na Palavra, lida de frente para a vida e se volta para uma preparação imediata apenas para a recepção do sacramento, estamos diante de um furto do Evangelho. “Como compreender sem alguém que oriente” (At 8,30-31); a Palavra de Deus é fonte da catequese, é “fonte da Evangelização” (Dap, n. 248). “Se faltar a fonte a água não jorra, a vida desfalece” (CNBB, Doc. 111, n. 21). Quando a catequese não se constitui um processo de IVC, bíblicamente animada (CNBB 111, n. 98-99 e sobre a IVC n. 168 a 172), o Evangelho está sendo roubado.

Outra forma de furtar o Evangelho do meio do povo é a falta de empenho e valorização dos Grupos de reflexão e círculos bíblicos, que oferecem uma espécie de “chave libertadora”, uma forma de inculturação da Palavra de Deus, como “paradigma da ação missionária da Igreja” (SSA). Eles são necessários e efetivos para a compreensão dos textos bíblicos por meio de uma leitura popular da bíblia feita de frente para a realidade vivida. Assim, quando falta material, ou até escondem-se os roteiros e subsídios, quando atrasam, propositalmente, a sua chegada desses materiais às mãos do povo, quando se desqualificam as pessoas que compõem esses grupos, estamos diante de atitudes e práticas que furtam o Evangelho das mãos de nosso povo e enfraquecem as comunidades de fé.

E ainda, quando se esvazia ou ignora o “Domingo da Palavra de Deus” instituído para “encorajar a leitura orante da Bíblia e a familiaridade com a Palavra de Deus” (SSA). Quando

2 No Intereclesial das CEBs, celebrado em Rondonópolis, foi redigida uma carta solicitando à CNBB que volte a citar as CEBs nos documentos da Igreja do Brasil.

se ignora a orientação dos Bispos do Brasil para que cada encontro ou reunião “comece sempre com o texto diário da Palavra de Deus. (E que) A Animação Bíblica da Pastoral seja empenho de todos e continuamente, com especial ênfase para momentos fortes como o Mês da Bíblia.” (CNBB 111, n. 81), o Evangelho está sendo furtado.

A Palavra de Deus é furtada quando alguns influenciadores digitais sobrevalorizam o catecismo e a doutrinação, em detrimento da Palavra de Deus. Em seus canais, colocam sob suspeitas as iniciativas comunitárias de leitura popular da bíblia e a validade da participação no culto dominical. Opõem-se de maneira radical e até desonesta aos mais comprometidos com as causas populares, fazem resistência à CNBB e ao Papa Francisco, apelando ao uso de difamações e *Fake News*. Esse conjunto de práticas e atitudes semeiam dúvidas e divisões no seio do povo de Deus e revelam que estamos diante de um flagrante roubo do Evangelho em nossas comunidades.

Os pontos elencados não visam exaurir todos os fragrantes, mas são indicativos bastante claros de que o Evangelho vem sendo “roubado” das comunidades e que o serviço de Evangelização ainda não atingiu o cerne da cultura do povo para forjar um modo de viver mais genuinamente cristão. Frente a isso, ensejamos algumas pistas que nos permitam resgatar o Evangelho para as mãos dos cristãos leigos e leigas, devolvendo-o ao seio das comunidades e para que se possa efetivar a desejada animação bíblica da vida e da pastoral.

3 PISTAS PARA UMA EFETIVA ANIMAÇÃO BÍBLICA DA VIDA E DA PASTORAL

As pistas que se seguem visam fazer jus ao anseio da Igreja já manifestado no Sínodo sobre a Palavra de Deus na vida da Igreja: “Juntamente com os Padres sinodais, expresso o vivo desejo de que floresça uma nova estação de maior amor pela Sagrada Escritura da parte de todos os membros do Povo de Deus” (VD, n. 72). E que esse resgate do Evangelho seja um verdadeiro caminho de “encontro com o Senhor” (CNBB, 111, n. 30-31). Para isso, algumas linhas de ação já sinalizadas pela dinâmica da ação evangelizadora do MOBON são aqui retomadas para servir de luz (SILVA, 2020, p. 279-320).

a) Fazer da animação bíblica um serviço continuado de animação bíblica popular, para se incrementar a “*pastoral bíblica*, não em justaposição com outras formas da pastoral, mas como *animação bíblica da pastoral inteira*” (VD, n. 73). (CNBB 111, n. 155). Colocar a Palavra de Deus nas mãos do povo e criar condições para um enraizamento dessa Palavra na vida de cada fiel, para que se “converta em seu alimento” (cf. CNBB 105, n. 175). Algo próximo da “pastoral de gestação” que, pela proximidade da Palavra com vida das pessoas, permita reconhecer a vida, a realidade, os sofrimentos e as situações de injustiças, no espelho do texto bíblico (SILVA, 2020, p. 288).

b. Apostar no dinamismo evangelizador dos Cristãos leigos e leigas. “É muito importante a leitura comunitária porque o sujeito vivo da Sagrada Escritura é o Povo de Deus, é a Igreja” (VD, n. 86). A Palavra de Deus gera participação, engajamento, desperta para a tomada de iniciativas e para a autonomia em uma ação madura, consciente, responsável. Formar

cristãos leigos e leigos na linha da sinodalidade é uma urgência para a ação evangelizadora. “E os caminhos da Leitura Orante em vista da Animação Bíblica são um precioso meio para a educação da fé vivida em comunhão.” (CNBB 111, n. 108);

c. Efetivar o enraizamento na Igreja Local. Os movimentos tendem a uma ação supra paroquial e supra diocesana, na linha contrária do acento dado no Vaticano II. Importa resgatar na prática pastoral o enraizamento dos grupos, pastorais e movimentos na Igreja local. Essa mudança de eixo é fundamental para uma ação pastoral mais bem articulada, refletida e organizada, fundamental para que se estabeleça uma prática pastoral mais sinodal.

d. Fazer uso de uma linguagem “simbólico-cultural” (SILVA, 2020, p. 305-309) Pois “[a]ssumir a cultura como lugar hermenêutico da fé pressupõe recolher, fielmente, a linguagem do povo e fazer dela o meio do transvase da mensagem revelada à matriz da cultura no seio da qual se quer encarnar o Evangelho” (BRIGHENTI, 2011, p. 189). “A Bíblia precisa ser constantemente traduzida nas categorias linguísticas e mentais de cada cultura e de cada geração, mesmo na cultura secularizada global do nosso tempo” (SSA). Daí a urgência de tornar a Palavra acessível ao povo de nossas comunidades tendo como porta de entrada o seu universo simbólico e cultural, isso permite despertar a esperança a partir da Palavra de Deus e se converte em fonte de resistência diante dos desafios da realidade;

e. Formar missionários/as para ação nos meios digitais, imbuídos de uma espiritualidade cristã libertadora. É preciso que estes missionários possam “beber da fonte do Evangelho, para que o agir em rede seja coerente com a experiência do amor divino, testemunhando-o e colaborando com a construção do Reino de Deus” (SBARDELOTTO, 2024, p. 124). Formar em uma atitude dialogal, na perspectiva da sinodalidade para que possam ser uma voz da Igreja fiel ao Evangelho de Jesus nos meios digitais, como um serviço de verdadeira comunhão eclesial, sem fechamento e sem invisibilização de ninguém. Neste sentido nos reporta o Papa Francisco: “A Bíblia é a sua melhor vacina contra o fechamento e a autopreservação” (FRANCISCO, 2019). É fundamental continuar investindo na “formação de agentes da animação bíblica da pastoral, além de se dar atenção especial ao uso de uma linguagem acessível, emotiva, existencial e mística.” (CNBB 111, n. 58);

f. Promover uma ação missionária a serviço da vida humana e do planeta. Trata-se de buscar articular Bíblia e vida, oração e ação, compromisso com Deus e com os irmãos. Trabalhar a formação de cristãos leigos e leigos, levando-os a uma experiência de fé e de compromisso com a defesa da vida humana e do planeta. Pois, “tudo está interligado” (LS, n. 16, 91, 117, 138, 240). Necessário se faz formar para a atuação e presença na sociedade numa visão ampla de defesa e preservação da vida, para que sejam capazes de oferecer resistência às forças contrárias ao Evangelho.

Temos consciência da incompletude e limite dessas pistas, bem como da necessidade de aprofundá-las. Ainda assim permanecem como elementos indicativos que visam recuperar a centralidade da Palavra de Deus na ação pastoral e na vida da Igreja.

CONCLUSÃO

Não nos faltam referenciais teóricos, práticos e espirituais para uma efetiva animação bíblica. Faltam iniciativas e maior empenho para concretizá-los. A autorreferencialidade, da qual precisamos ser resgatados (EG, n. 8), é que nos impede avançar. Urge descolar das propostas isoladas de pessoas, grupos, pastorais e movimentos para uma ação mais propriamente sinodal que nos leve a “caminhar juntos” como Igreja.

Ainda que o Evangelho venha sendo furtado, há uma presença viva do Espírito agindo no meio dos pobres, no seio de nossas comunidades, revelando que a Palavra “não está acorrentada” (2Tm 2,9). Como vento, o Espírito sopra por todos os lados, derruba folhas e galhos secos, mas sobretudo, espalha as sementes do novo. Há ventos fortes de transformação soprando no seio da Igreja. Sinais de uma Igreja mais participativa, que indica a necessidade da mútua escuta, do caminhar juntos – em outubro de 2024 ocorreu a segunda etapa do Sínodo dos bispos, em Roma – e de ajudar a Igreja a perseverar nos caminhos do Evangelho.

Resta-nos acreditar na força criadora e transformadora da Palavra, desse Deus que insiste em agir na história. Essa Palavra que quando proclamada devolve a vida, Palavra de Deus que “diz e faz”: “Porei em vós o meu espírito e vivereis” (Ez 37,14). À luz da profecia de Ezequiel, somos chamados/as a ser profetas e profetizas da esperança no meio do povo. É por meio dos que creem na força da Palavra de Deus que se pode “esperançar”, acordar a esperança. Que possamos dar passos concretos para uma efetiva animação bíblica da vida e da pastoral.

REFERÊNCIAS

BENTO XVI. *Exortação Apostólica Pós Sinodal Verbum Domini*; sobre a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja. Roma: Editora Vaticana, 2010. In: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/apost-exhortations/documents/hf_ben-xvi_exh_20100930_verbum-domini.html> Acesso em 14/08/2024.

BRIGHENTI. A. *A Pastoral dá o que pensar: A Inteligência da prática transformadora da fé: manual básico de teologia pastoral*. 2. ed. São Paulo: Paulinas; Valência: Siquem, 2011.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituições, decretos, declarações*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1968.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Discípulos e servidores da Palavra de Deus na Missão da Igreja*. São Paulo: CNBB, 2012. (Documentos CNBB, 97).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL “E a Palavra habitou entre nós” (Jo 1,14): Animação Bíblica da Pastoral a partir das comunidades eclesiais missionárias. Brasília: CNBB, 2022 (Documento CNBB, 111).

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO – CELAM. *A Evangelização no presente e no futuro da América Latina*. Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, Puebla, 1979. 8. ed. São Paulo: Paulinas, 1986.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO – CELAM. *Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe*, 2007. Brasília: CNBB / São Paulo: Paulinas / Paulus, 2007.

FRANCISCO. *Carta Apostólica Scripturae Sacrae Affectus*: no XVI Centenário da morte de São Jerônimo. Roma: Editora Vaticano, 2020. In: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/papa-francesco-lettera-ap_20200930_scripturae-sacrae-affectus.html#_ftnref37> Acesso em 14/08/2024.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si'* Sobre o cuidado com a casa comum. São Paulo: Edições CNBB, 2015.

FRANCISCO. *Discurso aos participantes no Congresso Internacional promovido pela Federação Bíblica Católica*. Roma; Ed. Vaticano, 2019. In: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/april/documents/papa-francesco_20190426_federazione-biblica-cattolica.html>. Acesso 14/08/2024.

RETAMALES, S. S. *La Palabra de Dios*: en la vida y pastoral de la Iglesia. Estella: Verbo Divino, 2014.

SBARDELOTTO, M. *Missionários em ambiente digital*: em nome de quem? Aparecida: Santuário, 2024.

SILVA, D. M. *A Dinâmica de Evangelização do Movimento Boa Nova –MOBON*: Uma abordagem teológico-pastoral à luz da Reflexão Teológica de Victor Codina. Tese de Doutorado (Doutorado em Teologia) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2020. Disponível em <<https://faculdadejesuita.edu.br/wp-content/uploads/2022/05/A-DINAMICA-DE-ACAO-EVANGELIZADORA-DO-MOVIMENTO-DA-BOA-NOVA-%E2%80%93-MOBON-UMA-ANALISE-TEOLOGICO-PASTORAL-A-LUZ-DA-REFLEXAO-TEOLOGICA-DE.pdf>> Acesso 10/09/2024.

Papa Francisco e os sínodos como desdobramentos da *Igreja em saída*

Irineu Claudino Sales¹

Resumo: Tendo passado mais de uma década desde a publicação da exortação apostólica *Evangelii Gaudium* (2013), documento programático do papa Francisco, nos perguntamos sobre os desdobramentos do projeto de *Igreja em saída*. Percebemos nestes questionamentos que existe por parte dos católicos e também da sociedade o desejo de um “balanço” do atual pontificado. Como forma de estabelecer critérios objetivos que nos permitam avaliar os avanços e dificuldades da implementação da *Igreja em saída*, escolhemos como critério desta análise, os sínodos convocados pelo papa Francisco. Neste breve ensaio, nos deteremos a apresentar pontos das exortações apostólicas pós-sinodais dos sínodos convocados pelo papa Francisco como marcos da aplicação gradativa dos fundamentos da *Igreja em saída*. Convictos de que o papa Francisco se preocupa em iniciar processos, em promover uma Igreja da escuta, encerraremos nossa reflexão relacionando a *Igreja em saída* e a necessária reflexão crítica dos processos.

Palavras-chave: Papa Francisco. Sínodos. Sinodalidade. Igreja em saída. Escuta.

INTRODUÇÃO

A expressão *Igreja em saída* traz em si um projeto de Igreja que requer desde uma renovada tomada de consciência de cada batizado como discípulo missionário protagonista da evangelização, até reformas nas estruturas eclesiais. Agora, tendo passado mais de uma década, desde o lançamento do documento programático do pontificado de Francisco e seu projeto de *Igreja em saída*, sentimos a necessidade de avaliar o caminho percorrido. Facilmente podemos perceber as resistências e inflexões que sofre o magistério do papa Francisco, mas também devemos nos esforçar para perceber elementos que indiquem os avanços promovidos pela proposta de *Igreja em saída*.

A seguir, discorreremos sobre os fundamentos da proposta de *Igreja em saída*. Tomando como critério de análise alguns elementos das exortações apostólicas pós-sinodais, dos sínodos convocados pelo papa Francisco, investigaremos possíveis desdobramentos da proposta de *Igreja em saída*. Tendo em vista a proximidade da última sessão do Sínodo da Sinodalidade, concluiremos nosso caminho de reflexão relacionando a *Igreja em saída* e a necessária reflexão crítica dos processos em curso.

¹ Presbítero da Diocese de Colatina (ES). Mestrando em Teologia Sistemática pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), membro do Grupo de Pesquisa Teologia e Pastoral. Bolsista da CAPES. E-mail: claudino.i.sales@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1077-9954>.

1 A PROPOSTA DE IGREJA EM SAÍDA

Na *Evangelii Gaudium* logo no primeiro capítulo, que tem como título *A transformação missionária da Igreja*, no seu primeiro tópico temos as características estruturantes do que o Papa Francisco nos apresenta como *Igreja em saída*. É um chamado a “sair da própria comodidade e ter coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho” (EG, n. 20). Uma Igreja que deixa para trás a autorreferencialidade e se volta para ler os sinais dos tempos e dialogar com as diferentes realidades. Uma Igreja que vai até as periferias humanas, que abarca as periferias geográficas e existenciais. Uma Igreja que renova a opção cristológica pelos pobres.

A *Igreja em saída* sai para anunciar a Boa Nova a todos, sem medos ou repugnância, compartilhando a alegria do Evangelho (EG, n. 23). Uma Igreja que se abre para processos de renovação eclesial e de inevitáveis reformas: “A reforma das estruturas, exigida pela conversão pastoral, só se pode entender neste sentido: fazer com que elas se tornem mais missionárias” (EG, n. 27). A Igreja existe para evangelizar e tornar o Reino de Deus presente no mundo, nesta linha a *Igreja em saída* se propõe a primeirar (EG, n. 24), como mãe de coração aberto (EG, n. 46), que sai para “oferecer a todos a vida de Jesus Cristo” (EG, n. 49). A redescoberta do protagonismo missionário de cada batizado é parte imprescindível da *Igreja em saída*, além de ser o remédio contra a doença do clericalismo.

A proposta de *Igreja em saída* como afirma o papa Francisco é uma nova etapa da evangelização (EG, n. 1). É a superação da expressão nova evangelização, como utilizada pelo papa João Paulo II e depois reafirmada pelo seu sucessor o papa Bento XVI. Na força do Evangelho, que é Jesus Cristo, a *Igreja em saída* vai em direção ao mundo e ao encontro das pessoas convicta da sua missão de evangelizar. Compreendendo que a “tarefa da evangelização implica e exige uma promoção integral de cada ser humano” (EG, n. 182). A *Evangelii Gaudium* coloca no centro da reflexão a dignidade humana através de três aspectos: “a noção de pessoa como intersubjetividade, a primazia do ser humano nos processos socioeconômicos e a visão do ser humano como um ser que narra e é narrado por Deus” (PEDROSA-PÁDUA, 2014, p. 135).

A *Igreja em saída* tem por opção partir do Evangelho e colocar no centro a dignidade humana, desta opção decorrem uma série de consequências que devem nortear o fazer da Igreja nos diversos âmbitos: interno-eclesial, social, político e econômico. Vejamos como podemos perceber os desdobramentos da *Igreja em saída*.

2 ASEXORTAÇÕES APOSTÓLICAS PÓS-SINODAIS DOS SÍNODOS CONVOCADOS PELO PAPA FRANCISCO

O papa Paulo VI foi quem criou os sínodos com o *motu proprio Apostolica Sollicitudo* (1965). Os sínodos dos bispos nasceram no contexto do Concílio Vaticano II, tendo como base a doutrina do episcopado, inaugurando um modo mais colegiado do papa governar toda a Igreja. O papa Paulo VI promoveu uma verdadeira conversão na postura eclesial, da

condição exclusiva de *Mater et magistra*, para condição daquela que escuta como discípula. Estava iniciado o processo de escuta sinodal. Do primeiro sínodo dos bispos que ocorreu em 1967 até o atual sínodo da Sinodalidade (2022-2024), já ocorreram trinta assembleias sejam elas ordinárias, extraordinárias ou especiais².

Tendo em vista esta trajetória, tomamos os sínodos, convocados pelo papa Francisco, como critérios objetivos que nos permitem analisar avanços e retrocessos na efetivação da proposta de *Igreja em saída*. Vejamos alguns elementos fundamentais das exortações apostólicas que resultam dos sínodos convocados pelo atual Bispo de Roma:

Exortação apostólica pós-sinodal *Amoris Laetitia* (2016), resultado do sínodo para as famílias – O sínodo foi convocado ainda em 2013, primeiro ano do pontificado do papa Francisco, teve duração de dois anos e de modo inovador foi realizado em duas assembleias gerais. Contou com uma grande consulta por meio de questionário disponibilizados às famílias. Na *Amoris Laetitia*, o papa Francisco parte da vida concreta das pessoas, com suas alegrias e angústias, para então iluminá-las com a Palavra de Deus e a Tradição (ALBUQUERQUE; ARAUJO JUNIOR, 2021, p. 11).

Era vivo o desejo do papa Francisco envolver o máximo possível de pessoas no diálogo sobre a família na atualidade, sem medo e com muita abertura na busca por consensos possíveis (ALBUQUERQUE; ARAUJO JUNIOR, 2021, p. 12). *Amoris Laetitia* não dogmatizou um ideal de família perfeita, pelo contrário afirmou que “não existem as famílias perfeitas” (AL, n. 135), com isso abriu caminho para acolhida misericordiosa dos modelos familiares tidos como “irregulares”.

O papa Francisco escreveu nesta exortação pós-sinodal: “Recordando que o tempo é superior ao espaço, quero reiterar que nem todas as discussões doutrinárias, morais ou pastorais devem ser resolvidas através de intervenções magisteriais” (AL, n. 3). Com isso, o papa Francisco convidou a todos pastores e fiéis ao discernimento quando se trata da acolhida dos dilemas humanos enfrentados pelas famílias. “Além da palavra ‘discernimento’, outra ideia muito presente em *Amoris Laetitia* é a valorização da consciência dos fiéis, tão presente na teologia conciliar (*Gaudium et Spes*, n. 16)” (ALBUQUERQUE; ARAUJO JUNIOR, 2021, p. 15). A exortação não se conduziu e nem evitou as questões polêmicas que envolvem as famílias, no entanto, sua opção foi pelo caminho que nos convidou ao acolhimento, ao discernimento prudente, a formação da consciência dos fiéis como formas de valorizar e integrar as famílias.

Como já previa o papa Paulo VI, o aperfeiçoamento dos sínodos dos bispos ao longo do tempo seria inevitável. Nesta linha o papa Bento XVI através do *Ordo Synodi* (2006) fez uma revisão dos estatutos, e o papa Francisco através da constituição apostólica *Episcopalis comunio* (2018) deu também sua contribuição no aperfeiçoamento da instituição sinodal. A *Episcopalis comunio* dentro das etapas da preparação, celebração e aplicação, prevê: uma

2 SECRETARIA GERAL DO SÍNODO. Assembleias Sinodais. Disponível em: <http://secretariat.synod.va/content/synod/pt/assembleias-sinodales.html>. Acesso em: 16 ago. 2024.

longa consulta e escuta do povo de Deus, uma fase de discernimento, mantém o caráter episcopal fundamental, busca o *consensus Ecclesiae*. Permanece sendo um organismo essencialmente episcopal, mas que não existe separado dos fiéis, sendo um instrumento adequado para dar voz a todo o povo de Deus (EC, n. 6).

Exortação apostólica pós-sinodal *Christus vivit* (2019), resultado do sínodo sobre as mudanças que afetam a juventude – Em 2016, em meio as polêmicas envolvendo a recepção da *Amoris Laetitia*, o papa Francisco convoca o sínodo sobre a juventude. Foi um sínodo envolvido por grandes expectativas, ampla divulgação e participação. Ficou conhecido como o sínodo *on line*, tendo em vista que mais de 220 mil pessoas responderam aos questionários disponíveis virtualmente, entre jovens católicos, crentes de outras denominações religiosas e até mesmo jovens não crentes³.

O sínodo foi perpassado por muita agitação e protestos, seja contra os abusos sexuais por parte de membros da Igreja, seja pelo fato de que nenhuma mulher teve direito de voto. Sobre o conteúdo da *Christus vivit* pode-se apontar como destaque: “o reconhecimento da juventude como realidade teológica, o ser Pastoral Juvenil Sinodal e o ser Pastoral Juvenil Popular” (ISOTTON; VIERA, 2021, p. 426). A exortação *Christus Vivit*, que não teve o mesmo nível de ousadia que a *Amoris Laetitia*, apesar disso, apresentou a compreensão de que existem muitas juventudes (CV, n. 68-70), e apontou a necessidade de um acompanhamento qualificado aos jovens (CV, n. 242-247).

Sobre as referidas polêmicas: abusos sexuais e o papel das mulheres. A exortação tocou na questão dos abusos sexuais por parte de membros da Igreja, são como feridas, rugas no rosto milenário da Mãe e Mestre. Propôs para Igreja, a adoção de rigorosas medidas de prevenção e também da aplicação das necessárias atitudes e sanções que não podem ser abandonadas (CV, n. 95-102). Já sobre o papel das mulheres a exortação disse: “uma Igreja viva pode reagir prestando atenção às legítimas reivindicações das mulheres, que pedem maior justiça e igualdade” (CV, n. 42). Falou da acolhida das reivindicações das mulheres, mas na prática o voto feminino permaneceu ausente no sínodo sobre a juventude.

Exortação apostólica pós-sinodal *Querida Amazônia* (2020), resultado do sínodo para a Amazônia – Ainda estava em curso o sínodo sobre a juventude, quando foi convocado o sínodo para a Amazônia em 2017. Um sínodo para toda a Igreja, mas que colocou em questão a região Pan-Amazônica que abrange nove países⁴. O contexto era também de recepção da encíclica *Laudato si'* (2015), sobre o cuidado da casa comum. Debaixo de polêmicas e protestos, que revelaram antigos preconceitos e sentimentos colonialistas, o sínodo aconteceu em Roma em 2019. Na fase preparatória foram consultadas cerca de 87 mil pessoas, entre elas:

3 AZEVEDO, Wagner Fernandes. *O Sínodo da Juventude: uma síntese dos tempos de crises*. 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/192-paginas-especiais/584338-o-sinodo-da-juventude-um-resumo-dos-tempos-de-crieses#:~:text=Quando%20o%20S%C3%ADnodo%20dos%20Jovens,era%20por%20uma%20assembleia%20transformadora>. Acesso em: 16 ago. 2024.

4 “Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa” (QA, n. 5).

indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores e comunidades amazônicas (CONSELHO MISSIONÁRIO INDIGENISTA, 2019).

A expectativa dos resultados deste sínodo eram as mais altas possíveis, se esperava uma inculturação maior aos costumes dos povos da Amazônia, existia a esperança de propostas concretas na promoção de uma ecologia integral, existia o anseio pela aprovação da ordenação dos *virii probati* casados e ordenados, o desejo do estabelecimento de uma espécie de diaconato feminino, dentre outras. O documento final do sínodo se comparado com a exortação pós-sinodal *Querida Amazônia* foi bem mais completo e ousado, ao tratar das questões levantadas. O papa Francisco chegou a afirmar que não pretendia com a *Querida Amazônia* substituir o documento final do sínodo (QA, n. 3), de tal maneira que convidou a todos a lerem integralmente o documento final (QA, n. 4). Em atenção ao documento final do sínodo que acenou para criação de uma entidade que pudesse colaborar com planos pastorais conjuntos para região amazônica, foi criada posteriormente, em 2020, a Conferência Eclesial da Amazônia (CEAMA). No processo de construção de uma Igreja com rosto amazônico o CEAMA se constitui como um grande avanço. Outra intuição do documento final do sínodo que está em processo de efetivação, considerando as reflexões desde as Igrejas locais, é a criação de um rito amazônico.

A exortação apostólica pós-sinodal *Querida Amazônia* foi dividida pelo papa Francisco em quatro sonhos: social, cultural, ecológico e eclesial. Um documento pequeno e que não atendeu a todas as expectativas, no entanto ficou o convite a sonhar. O teólogo Leonardo Boff chegou a afirmar que são três sonhos e meio e um pesadelo, pois no sonho eclesial em nome de uma excessiva prudência e sem pensar no bem dos povos da Amazônia, não se pensou nem na ordenação dos *virii probati* e nem no diaconato feminino (BOFF, 2020). Também neste sínodo não foi permitido o voto feminino.

O papa Francisco deixa entrever o seu desejo de avançar, mas na caminhada sinodal respeita o passo que a Igreja tem condições de dar na situação atual: “É verdade que, ‘embora estes processos [de inculturação] sejam sempre lentos, às vezes o medo paralisa-nos demasiado’ e acabamos como ‘espectadores duma estagnação estéril da Igreja’. Não tenhamos medo, não cortemos as asas ao Espírito Santo” (QA, n. 69). Com a *Querida Amazônia* a Igreja ofereceu ao mundo uma alternativa diante da crise ecológica mundial, alternativa esta, que foi pronunciada desde as periferias amazônicas.

Sínodo da Sinodalidade (2021-2024) – Como os demais sínodos, este não está livre de polêmicas de todo tipo, de gente querendo incluir suas pautas particulares nos interesses do sínodo, etc. O sínodo em curso teve início em outubro de 2021, já em novembro do mesmo ano aconteceu no México, convocada pelo papa Francisco, a Primeira Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe. Com o tema *Discípulos missionários de Jesus em saída*, tendo como base de reflexão o Documento de Aparecida. No contexto de pandemia do COVID-19, a Assembleia Eclesial reuniu mais de mil pessoas, tendo ocorrido de modo presencial e contando com a maior parte dos participantes de modo *on line*. Segundo o historiador da Igreja,

Massimo Faggioli, a Assembleia Eclesial, por ter acontecido dentro do processo sinodal, fez despontar a Igreja na América Latina como liderança em comparação ao resto do mundo⁵. A Assembleia Eclesial se destaca como uma contribuição da Igreja na América Latina e Caribe, e ao mesmo tempo é modelo para a Igreja no processo sinodal.

O Sínodo da Sinodalidade já passou por diversas atividades e fases que irão culminar na segunda sessão em outubro de 2024. Provavelmente o atual sínodo já é o maior evento da Igreja, em número de pessoas envolvidas nas consultas, a quem se buscou ouvir nas diversas fases⁶. “Nas fases diocesana e continental, realizou-se ainda um inédito ‘Sínodo digital’, como passou a ser chamado oficialmente” (SBARDELOTTO, 2024, p. 20). De modo inédito o voto feminino foi permitido, sendo mulheres consagradas e leigas.

O sínodo está dividido em duas grandes assembleias. A metodologia é a da conversação no Espírito, onde todos podem tomar a palavra, e então juntos realizam um discernimento comum, para daí culminar nas opções que irão nortear as ações concretas. O presente sínodo aborda três temas principais: comunhão, missão e participação. A primeira sessão nos ajudou a responder à questão: Igreja sinodal, o que dizes de ti mesma? Já a segunda sessão, tendo em vista o *Instrumentum Laboris*, buscará responder à questão: Como ser Igreja sinodal em missão? Grande é a expectativa que se deposita neste sínodo, pois o tema da sinodalidade diz respeito à Igreja como um todo.

3 IGREJA EM SAÍDA NOS DESDOBRAMENTOS SINODAIS

Iniciamos nossa reflexão apontando elementos basilares da proposta de *Igreja em saída*, logo depois estabelecemos os sínodos convocados pelo papa Francisco como critério válido para analisar os avanços e retrocessos no desenrolar do atual pontificado. No breve caminho trilhado neste ensaio, somos capazes de perceber no agir do papa Francisco sua pedagogia em ensinar fazendo. Percebemos ainda a influência dos quatro princípios que norteiam sua reflexão: o tempo é superior ao espaço, a unidade é superior ao conflito, a realidade é superior à ideia, o todo é superior à parte. Com base nestes princípios podemos apontar que o papa Francisco tem como preocupação iniciar processos, sem se preocupar com resultados imediatos. Ele não evita as tensões das opiniões divergentes, mas prioriza a unidade. Sua reflexão parte de questionamentos sobre a realidade da vida concreta das pessoas. Olhando para totalidade das realidades evita fechamentos e busca alcançar conclusões mais completas.

Mudar de cima para baixo é autoritarismo. Mudar de baixo para cima, da base, é trabalhoso e lento⁷. Eis o caminho sinodal proposto pelo papa Francisco: mudanças que se

5 FAGGIOLI, Massimo. *Assembleia Eclesial, uma contribuição singular do catolicismo latino-americano*. 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/614925-assembleia-ecclesial-uma-contribuicao-singular-do-catolicismo-latino-americano-artigo-de-massimo-faggioli>. Acesso em: 23 ago. 2024.

6 DE MORI, Geraldo Luiz. *A fase continental sobre a sinodalidade*. Palavra & presença. Disponível em: <https://faculdadejesuita.edu.br/a-fase-continental-do-sinodo-sobre-a-sinodalidade/>. Acesso em: 17 ago. 2024.

7 BIANCHI, Enzo. *Una chiesa irriformabile?* 2024. Disponível em: <https://www.alzogliocchiversoilcielo.com/2024/08/enzo-bianchi-una-chiesa-irriformabile.html>. Acesso em: 17 ago. 2024.

esperam concretizar de baixo para cima. No entanto, o processo é vagaroso e no caminho as pessoas, imersas no imediatismo, vão se cansando e perdendo a esperança. Porém, se olharmos com atenção os referidos sínodos convocados pelo papa Francisco, podemos alimentar faíscas de esperança.

No sínodo para as famílias os questionários que foram respondidos pelos fiéis, por si só já se configuram um avanço, pois expressam o desejo de incluir mais agentes nas reflexões e tomadas de decisões na Igreja. A *Amoris Laetitia* abriu caminho para uma pastoral mais acolhedora e misericordiosa, convocou os pastores do povo de Deus a discernir bem cada situação das famílias que se apresentam com seus dilemas pessoais.

Já o sínodo sobre a juventude, contou com a participação massiva dos jovens ao responder os questionários. Se no sínodo anterior não tivemos tanto engajamento nas consultas, no sínodo da juventude a participação foi grande. Os fiéis, compreendendo a postura da Igreja em escutar e ao mesmo tempo empoderados, com o desejo de serem ouvidos, reivindicaram, mesmo que de fora da assembleia sinodal, uma resposta da Igreja aos abusos sexuais cometidos por seus membros e cobraram o direito de voto nas assembleias sinodais para as mulheres. Na *Chritus vivit* o papa Francisco reconhece a potencialidade dos jovens, fala da pastoral juvenil, do acompanhamento da juventude e conclama os jovens a permanecerem unidos à Mãe Igreja apesar de suas sombras.

O sínodo para a Amazônia, envolveu diretamente os povos que habitam o território amazônico, mas se tratou de um sínodo de toda a Igreja. O papa Francisco afirma na *Querida Amazônia* que com esta exortação se dirige ao mundo inteiro (QA, n. 5). Os povos da Amazônia foram ouvidos, não foram outros que falaram por eles. Os membros da assembleia sinodal foram ousados e refletiram sem medo e levantaram propostas para uma evangelização inculturada e para promoção de uma ecologia integral. A *Querida Amazônia* não atendeu às expectativas, mas o papa Francisco com sabedoria validou e colocou em destaque o documento final do sínodo. O Bispo de Roma disse que o documento final se trata de um documento elaborado por quem conhece a causa amazônica, mais do que o próprio papa e a Cúria Romana. Como resultados posteriores, frutos do sínodo para a Amazônia, mencionamos a criação da CEAMA e o rito amazônico que está sendo elaborado. Num contexto de crise ambiental global, o sínodo para a Amazônia ressoa como a voz profética dos habitantes periféricos da Amazônia, que embalados pela sabedoria do Bem Viver podem indicar para o mundo caminhos alternativos de uma conversão ecológica.

Enfim, chegamos ao Sínodo da Sinodalidade que depois do caminho pedagógico percorrido pelos três sínodos anteriores mostra a sua relevância para toda a Igreja. Com participação massiva, com engajamento de pessoas do mundo todo, e tratando de um tema que envolve todo o ser da Igreja, o sínodo da sinodalidade já é um dos maiores marcos do pontificado do papa Francisco. Mesmo que a exortação pós-sinodal que será escrita não apresente muitas novidades, o maior resultado do sínodo é o próprio processo sinodal. Hoje as pessoas se sentem no direito de discutir sobre todos os assuntos relacionados à Igreja e a sua

missão, ainda que nem todos tenham a consciência bem formada sobre o protagonismo e a responsabilidade de cada batizado, sentem que podem falar e desejam ser ouvidas. Já se questiona até mesmo o nome sínodo dos bispos: Por que não chamar de sínodo do povo de Deus? (PASSOS, 2023, p. 81). Neste sínodo o rosto do povo de Deus está mais completo nas reflexões e tomadas de decisão, pois de modo inovador, agora as mulheres estão presentes e com direito de voto.

CONCLUSÃO

Temos consciência dos diversos obstáculos à sinodalidade e a proposta de *Igreja em saída* do Papa Francisco. O teólogo João Décio Passos analisa os obstáculos à sinodalidade e os classifica em três grupos: cultural – eclesiocentrismo e cosmovisão sacerdotal; político – tradicionalismo, individualismo, as bolhas e os magistérios; estrutural – clericalismo e a escolha dos bispos (PASSOS, 2023). Porém, se por um lado, não podemos salientar apenas os obstáculos, por outro lado, não podemos desprezá-los, pois as “teologias da comunhão eclesial que escondem os obstáculos são falsas e ideológicas” (PASSOS, 2023, p. 165).

No entanto, podemos perceber por meio das exortações apostólicas pós-sinodais, bem como nas suas recepções e consequências, que a Igreja está sendo impactada pelo processo sinodal. O método da escuta sinodal é pedagógico e tem muito a nos ensinar no caminho de implementação de uma *Igreja em saída*. O Papa Francisco é um grande educador na fé que nos ensina fazendo. Sobre esta forma de ensinar nos recorda Paulo Freire: “Ensinar exige reflexão crítica sobre a prática” (FREIRE, 1996, p. 21). Eis aí uma boa chave de leitura que podemos estabelecer para avaliar o pontificado do Papa Francisco, se ao invés de focarmos nos resultados, olharmos para os processos em curso na Igreja, talvez possamos compreender a lição da *Igreja em saída*.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Francisco das Chagas de; ARAUJO JUNIOR, Oton da Silva. *Amoris Laetitia*: Acolhida, discernimento e integração da família. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 53, n. 1, p. 11-16, jan./abr. 2021.
- AZEVEDO, Wagner Fernandes. *O Sínodo da Juventude*: uma síntese dos tempos de crises. 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/192-paginas-especiais/584338-o-sinodo-da-juventude-um-resumo-dos-tempos-de-crieses#:~:text=Quando%20o%20S%C3%ADnodo%20dos%20Jovens,era%20por%20uma%20assembleia%20transformadora>. Acesso em: 16 ago. 2024.
- BIANCHI, Enzo. *Una chiesa irrimediabile?* 2024. Disponível em: <https://www.alzogliocchiversoilcielo.com/2024/08/enzo-bianchi-una-chiesa-irrimediabile.html>. Acesso em: 17 ago. 2024.
- BOFF, Leonardo. *Para quem é ou não é a “Querida Amazônia”?* 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/596935>. Acesso em: 17 ago. 2024.
- CONSELHO MISSIONÁRIO INDIGENISTA. *O Sínodo da Amazônia*: sua origem e os temas a serem debatidos. 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/10/o-que-e-sinodo-da-amazonia/>. Acesso em: 17 ago. 2024.

DE MORI, Geraldo Luiz. *A fase continental sobre a sinodalidade*. Palavra & presença. Disponível em: <https://faculdadejesuita.edu.br/a-fase-continental-do-sinodo-sobre-a-sinodalidade/>. Acesso em: 17 ago. 2024.

FAGGIOLI, Massimo. *Assembleia Eclesial, uma contribuição singular do catolicismo latino-americano*. 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/614925-assembleia-ecclesial-uma-contribuicao-singular-do-catolicismo-latino-americano-artigo-de-massimo-faggioli>. Acesso em: 23 ago. 2024.

FRANCISCO, Papa. *Constituição apostólica Episcopalis communio*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_constitutions/documents/papa-francesco-constitutio-ap-20180915-episcopalis-communio.html. Acesso em: 27 ago. 2024.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica pós-sinodal Amoris Laetitia*. São Paulo: Loyola, 2016. (Documentos do magistério).

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica pós-sinodal Christus vivit*. São Paulo: Paulinas, 2019. (A voz do papa; 207).

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2013. (Documentos do magistério).

FRANCISCO, Papa. *Exortação apostólica pós-sinodal Querida Amazônia*. São Paulo: Loyola, 2020. (Documentos do magistério).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

ISOTTON, Diego; VIERA, Luis Duarte. *Christus vivit: novidades na evangelização da juventude*. Congresso Brasileiro de Teologia Pastoral. Discernir a pastoral em tempos de crise: realidade, desafios, tarefa. *Annales FAJE*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2021.

PASSOS, João Décio. *Obstáculos à sinodalidade: entre a preservação e a renovação*. São Paulo: Paulinas, 2023. (Coleção Igreja em saída).

PEDROSA-PÁDUA, Lúcia. O ser humano, centro da *Evangelii Gaudium*. In: AMADO, Joel Portella; FERNANDES, Leonardo Agostini (Org.). *Evangelii Gaudium em questão: aspectos bíblicos, teológicos e pastorais*. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014. (Coleção Fronteiras). p.135-145. p. 144.

SBARDELOTTO, Moisés. *Missionários no ambiente digital: em nome de quem?* Aparecida: Santuário, Paulinas, 2024.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO. *Assembleias Sinodais*. Disponível em: <http://secretariat.synod.va/content/synod/pt/assembleias-sinodales.html>. Acesso em: 16 ago. 2024.

“Missão”: uma questão ontológica

Ronaldo de Oliveira Corim¹

Resumo: A “Missão” é um dos conceitos que mais se evidencia nas reflexões do atual pontificado de Francisco, mas como ele se encaixa dentro do caminho epistemológico da teologia? Busca-se, neste trabalho, apresentar a “Missão” a partir da perspectiva bíblica, trinitária e magisterial, com o intuito de averiguar sua inerência no “SER” da Igreja. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, deste modo pôde-se mergulhar na Sagrada Escritura, bebendo nas fontes vetero e neotestamentárias, e no magistério dos séculos XX e XXI para se chegar aos resultados apresentados. Tais investigações dão conta que há argumentos suficientes para dizer que a Missão se apresenta como um ponto nevrálgico de sustentação da Igreja e que, sem este conceito, ela não viria a ser verdadeira Igreja de Cristo. A questão que serviu de tese para o trabalho foi: “é possível ser membro da Igreja sem ser missionário?”. Bem! Se não há Igreja sem Missão, não se poderia haver Cristão que não fosse, pelo menos potencialmente, missionário.

Palavras-chave: Missão. Evangelii Gaudium. Natureza da Igreja.

INTRODUÇÃO

“A missão, ou a palavra missão, por vários motivos, encontra-se um tanto desgastada. [...] A atividade missionária, historicamente ligada a conquistas coloniais do Ocidente cristão [...] obscurec[eram] a missão” (PANAZZOLO, 2019, p. 71). Por este motivo, mais do que nunca, é preciso jogar luzes sobre este conceito tão precioso à Igreja, desvelando-o e tornando-o compreensível para o mundo contemporâneo, o qual vê suas alegrias e esperanças, tristezas e angústias, tão latentes, as quais a própria Igreja assume para si, uma vez que sua comunidade é formada pelo gênero humano que está no mundo (Cf. GS 1).

Como encontrar um conceito de Missão que não reduza a obra de Cristo na Igreja à uma atividade social? Como purificar tal conceito viciado por uma mentalidade colonialista, etnocêntrica, triunfalista? Onde encontrar uma fonte segura para que a Missão não se perca em mais desencontros casuais da vida eclesial, da práxis pastoral e da especulação teológica?

Todos estes questionamentos desembocarão em dois *lôcus* distintos: a Trindade, fonte da Missão, e que a confia à Igreja a demanda de continuar sua obra redentora no século, e a Revelação, onde o paradigma missionário trinitário é traduzido em linguagem humana, seja na Escritura Sagrada, seja na Tradição, seja na interpretação autêntica da vontade de Deus para o mundo, do Sagrado Magistério.

1 Bacharel em Filosofia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Email: ronaldo.oliveira4@gmail.com

Então, o que é a Missão? Qual sua posição no corpo eclesial? É sem dúvida uma posição de destaque. Mais do que isso, é uma posição fundamental. Não se poderia falar de Igreja sem se falar de Missão pois esta é um atributo trinitário e aquela é fruto da obra redentora da Trindade. Deste modo, tirar a missão do seio, do mais íntimo mistério ontológico da Igreja é o mesmo de descaracterizá-la, deformá-la retalhá-la de tal forma que ela deixaria, definitivamente, de ser aquilo que ela é: “sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano, [que] pretende [manifestar] aos fiéis e a todo o mundo, a sua natureza e missão universal” (LG 1).

1 A MISSÃO: CONCEITO, ORIGEM E FUNDAMENTO

1.1 CONCEITUALIZAÇÃO E ETIMOLOGIA

Sem se ter a pretensão de se fazer uma análise filológica aprofundada, quanto ao termo, a palavra Missão, na sua etimologia significa “enviar”. “É o envio de uma pessoa ou de mais pessoas para um determinado lugar ou situação com uma determinada finalidade ou tarefa, para uma pessoa ou mais” (PANAZZOLO, 2019, p. 16). Mas esta definição etimológica não exprime claramente a natureza e a extensão do conceito.

A palavra “missão” teve diversos usos no decorrer da história, sejam eles religiosos, sejam eles profanos. Xavier e Lima (2014, p.6 *apud* CARRIKER, 2013) lembra que “até o século XVI, [esta] palavra ‘era reservada para se referir à relação da trindade: a missão do Filho como o enviado do Pai e a missão do Espírito Santo como o enviado do Filho e do Pai’”. Corroborando com esta informação Friez (1970, p. 303) que afirma que

No ensinamento trinitário, designam como *missiones* as divinas missões no sentido das processões eternas, internas, imanes, necessárias das Pessoas Divinas, e que são ligadas à atividade temporal da Pessoa enviada e representam a passagem das *processiones aeternae* às *processiones temporales*; por exemplo, a encarnação do Verbo e o envio do Espírito Santo.

Foram os Jesuítas, já no século XVII, que empregaram o termo Missão, antes reservado à teologia trinitária, para se referir ao empenho da Igreja no processo de emanção da fé cristã por meio da pregação do Evangelho, em vista da conversão dos povos descobertos por meio da expansão colonial, propõe Bosch (2002). Deste modo, é a partir da experiência da Companhia de Jesus, no chamado Novo Mundo, que se deslocará o conceito Missão da especulação Trinitária para a prática evangelizadora.

Bento XV, na Carta Apostólica *Maximum Illud*, do início do século XX, considera como um marco da reflexão missiológica para a Igreja moderna, não se propõe definir conceitualmente o termo Missão, entretanto, por todo documento, o relaciona com o termo Apostolado. “A Igreja de Deus, consciente do mandato divino, não cessou, jamais, através do

decurso dos séculos, de enviar para todos os lugares pregoeiros e ministros da divina palavra que anunciassem a eterna salvação trazida para o gênero humano” (MI, 2). Percebe-se aqui que, nesta concepção, Missão é a ação dos enviados pela Igreja em vista da pregação do anúncio da salvação oferecida por Cristo.

1.2 MISSÃO: FUNDAMENTO OU PRÁTICA PASTORAL?

Com frequência, ainda hoje, se confunde Missão com a atitude ou com o movimento de se realizar atividades dentro de determinado contexto eclesial. Fala-se, inclusive em uma Pastoral Missionária que seria responsável pelo anúncio da Boa Nova do Evangelho aos não crentes. Seria, portanto, a *Missio Ecclesiae* – que é “prolongamento sacramental (Igreja “sacramento universal”) da *Missio Filii*” (STELLIN, 2010, p.3) e que ao lado de *Missio Dei* formam o binômio fundamental do estudo missiológico: a ação salvadora de Deus se estende pelo século na ação salvante da Igreja de Cristo – apenas a atividade evangelizadora do Corpo de Cristo? Esta postulação, diz Raschietti (2008), além de imprecisa, demonstra, intrinsecamente, uma tensão conceitual, pois enquanto o primeiro termo (pastoral) acena para uma atitude de conservação e preservação, apontando para uma postura que visa o “cuidado com os fiéis” (RMi 34), o segundo (missionária) expressa uma conduta *ad extra*, ou seja, para fora de si, pois a mesma Igreja que enxerga a necessidade de cuidar do rebanho a ela confiada pelo Bom Pastor (por meio da atividade pastoral) se vê na obrigação de cumprir sua ordem de socorrer àquelas ovelhas que estão fora do seu rebanho. Sendo “enviada por Cristo a manifestar e a comunicar a todos os homens e povos a caridade de Deus, a Igreja reconhece que tem de levar a cabo uma ingente obra missionária” (AG 10).

Poder-se-ia ainda compreender a missão, e muitos o fazem, como “o esforço dos crentes para levar os não cristãos à fé no Deus revelador [ou] converter ao catolicismo os não católicos” (FRIEZ, 1970, p. 297 e 302). Entretanto, tal concepção empobreceria eminentemente um conceito tão rico e abrangente. A Missão não pode ser simples *modus operandi* da vida pastoral comunitária, uma vez que brota do próprio mistério trinitário e recebe dele seu conteúdo, sujeito e objeto; muito menos ser uma propaganda demagógica de uma entidade religiosa, ou ação de um ente isolado em vista de um discurso eloquente e convincente, mas tender-se-á a crer que ela é um movimento intrínseco à dinâmica Trinitária. Tem-se aí o conceito de *Missio Dei*.

O paradigma da *missio Dei* tem origem em Karl Barth, na Conferência Missionária de Brandemburgo em 1932. A influência do seu pensamento atingiu o auge na Conferência do Conselho Missionário Internacional ocorrida em Willingen (1952). [...] “foi lá que a ideia (não o termo) da *missio Dei* emergiu, pela primeira vez, de maneira clara. Compreendeu-se a missão como derivada da própria natureza de Deus. Ela foi colocada, pois no contexto da doutrina da Trindade, não da eclesiologia nem da soteriologia. A doutrina clássica da *missio Dei* como Deus, o Pai, enviando o Filho, e Deus o Pai e o Filho,

enviando o Espírito foi expandida no sentido de incluir ainda outro 'movimento': Pai, Filho e Espírito Santo enviando a igreja para dentro do mundo (XAVIER e LIMA, 2014, p. 8, *apud* KIVITZ, 2011).

Tendo por pressuposto que a Missão é Mistério Divino revelado à Igreja, dever-se-ia deixar de lado a pretensão de defini-la pelo que ela não é, ou seja, pelo caminho da postulação negativa. A pergunta mais adequada a ser feita, portanto, seria: "o que é a Missão?". Quanto a isso pode-se encontrar a seguinte definição: a *Missio Dei* é a

auto-revelação de Deus como Aquele que ama o mundo, o envolvimento de Deus no e com o mundo, a natureza e atividade de Deus, que compreende tanto a igreja quanto o mundo, e das quais a igreja tem o privilégio de participar. *Missio Dei* enuncia a boa nova de que Deus é um Deus – para as/pelas pessoas. (BOSCH, 2002, p. 28).

Para Panazzolo, "a missão de Deus (*Missio Dei*), é a revelação pela criação de Deus, o Pai, pela Palavra, na força e envio do Espírito Santo" (PANAZZOLO, 2019, p. 41). Portanto, "a missão não é, senão, um sinal externo, que se prolonga através dos séculos, daquele dinamismo de autodoação e de comunicação intratrinitária que se refletiu na criação através dos tempos" (FISICHELLA e LATOURELLE, 1992, p. 970)

Por ser obra trinitária a Missão

brota do "amor fontal", isto é, da caridade de Deus Pai, que, sendo o Princípio sem Princípio de quem é gerado o Filho e de quem procede o Espírito Santo pelo Filho, quis derramar e não cessa de derramar ainda a bondade divina, criando-nos livremente pela sua extraordinária e misericordiosa benignidade, e depois chamando-nos gratuitamente a partilhar da sua própria vida e glória. Quis ser, assim, não só criador de todas as coisas, mas também "tudo em todas as coisas" (1 Cor 15,28), conseguindo simultaneamente a sua glória e a nossa felicidade. Aprouve, porém, a Deus chamar os homens a esta participação na sua vida, não só de modo individual e sem qualquer solidariedade mútua, mas constituindo-os num Povo em que os seus filhos, que estavam dispersos, se congregassem em unidade (AG 2).

Portanto, "embora [a] missão nos exija uma entrega generosas, seria um erro considerá-la como uma heroica tarefa pessoal, dado que ela é, primariamente e acima de tudo o que possamos sondar e compreender, obra de Deus" (EG 12). Assim sendo,

A partir destes fundamentos trinitários [intui-se que]: a missão se torna para a Igreja não mais uma atividade entre outras, mas participação na vida divina que lhe confere sua identidade. [...] A Igreja "É" ao ser enviada, ela se identifica em ordem à missão. Portanto, não é a missão que procede da Igreja, mas é a Igreja que procede da missão

de Deus (MISSÃO E COOPERAÇÃO MISSIONÁRIA: ORIENTAÇÕES PARA A ANIMAÇÃO MISSIONÁRIA NA IGREJA DO BRASIL, 2016, p. 21, grifo nosso).

2 A REFLEXÃO MISSIONÁRIA HOJE

2.1 BREVE PANORAMA

“A Igreja está profundamente consciente da própria identidade e missão, e vive essa experiência através do compromisso dos seus filhos” (CONGREGAÇÃO PARA A EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS, 2016, p. 11) e esta consciência não é de hoje. Como visto anteriormente, desde sua gênese, espalhando-se pela Judeia, Samaria e até os confins da terra (Cf. At 1, 8), ela já se compreende como portadora de uma mensagem a ser anunciada para o bem de muitos e, apesar de, na sua essência, a Missão dada por Cristo à Igreja não ter mudado, pois, se assim fosse ela haveria deixado de ser a Igreja de Cristo, a práxis eclesial de viver a Missão foi distinta em dois milênios.

Vale a pena lembrar que, apesar de a Missão não ser algo recente, a missiologia o é. “Foi o Magistério Eclesiástico com as Encíclicas Missionárias dos Papas a partir de Bento XV, e com outros documentos, que a fizeram evoluir e configurar-se mais e mais” (STELLIN, 2010, p.2). Isto posto, Stellin (2010) lembra que, para compreender o enlarguimento do horizonte missiológico da Igreja no século XX, é preciso que se tenha por propedêutica a assimilação que a própria Igreja fez do conceito de Reino de Deus, do qual todos os homens de boa vontade fazem parte, e para o qual ela se apresenta como germe, semente presente no mundo.

A presença do Reino de Deus não é outra realidade senão a presença universal do mistério da salvação que Deus oferece a todos os homens, que obviamente culmina em Cristo, mas que já está ativo pela obra do Espírito Santo, em toda a humanidade: todos os homens de todos os tempos (STELLIN, 2010, p.5).

Apesar de *Maximum Illud* (Bento XV), *Fidei Donum* e *Mystici corporis* (Pio XII), lançarem as raízes do que viria a ser uma reflexão acerca da natureza da Igreja como Corpo Místico de Cristo, portanto agente missionária, é somente com o Decreto *Ad Gentes* que enxergar-se-á a Missão a partir de argumentos manifestadamente trinitários. “O Concílio recolhe toda a práxis missionária e elabora a síntese teológica fundamental na Trindade, projetando luzes para a atividade missionária” (PANAZZOLO, 2019, p. 71) e não só para ela, mas principalmente para sua natureza, inerente à da própria Igreja, de quem é progenitora.

No contexto do pós-Concílio, em 1975 Paulo VI publica *Evangelii Nuntiandi*, sobre a ação evangelizadora da Igreja.

A *Evangelii Nuntiandi* apresenta a natureza missionária da Igreja num sentido mais dinâmico: existe uma ligação profunda entre Cris-

to e a Igreja (n 16): de Cristo evangelizador a uma Igreja evangelizadora, na força do Espírito Santo (n 75). A evangelização [portanto] constitui a missão essencial da Igreja, sua vocação e identidade (n 14) (PANAZZOLO, 2019, p. 72).

Esta feliz exortação pós-sinodal faz questão de recordar a natureza missionária da Igreja, ressaltando sua dimensão evangelizadora – “Evangelizar significa levar a Boa-Nova em todos os ambientes, para transformá-los a partir de dentro” (PANAZZOLO, 2019, p. 72) – e para isso é preciso que a evangelização aconteça de cultura em cultura, ou seja, os bispos, unidos ao Papa, reconhecem que, só é possível fazer uma real e frutuosa caminhada evangelizadora quando se é respeitada a cultura (Cf. EN 20).

A missão do Filho que se encarna é a inculturação da Missão Trinitária para a salvação do gênero humano. Assim sendo, ao cumprir a ordem de Cristo, “Ide pelo mundo inteiro”, é preciso que se tenha por pressuposto o respeito às culturas que se encontram no caminho da evangelização, especialmente o respeito aos mais pobres e fragilizados das sociedades pois, o próprio “Jesus de Nazaré nasceu e viveu pobre no meio de seu povo de Israel, compadeceu-se das multidões e fez o bem a todos” (PUEBLA, 190).

Foi o episcopado Latino-americano que, lendo a realidade da Igreja no sul do globo, contribuiu enormemente para a reflexão missiológica na atualidade. Encarnando o número 1 da Exortação Pastoral *Gaudium et Spes* – “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” – lembrou à Igreja universal da necessidade urgente de se propor uma missiologia coerente com as necessidades do tempo presente. É enganador pensar que a Igreja na América Latina e no Caribe não se comprometeu com a missão de Cristo Jesus, pelo contrário, afirmou os bispos: “É dever nosso anunciar claramente, sem deixar dúvidas ou equívocos, o mistério da encarnação: tanto a divindade de Jesus Cristo, tal como professa a fé da Igreja, quanto à realidade e à força de sua dimensão humana e histórica” (PUEBLA, 175).

A contribuição das Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano e do Caribe no que se diz respeito a compreensão da Missão como dado fundamental do ser da Igreja está, principalmente em reler os Evangelhos pelas lentes das fragilidades das sociedades latino-americanas e de dar esperança a tais realidades, relendo-as à luz do Evangelho. Pois, em uma Igreja onde “a pobreza aparece palpável como marca impressa nas imensas maiorias” (PUEBLA, 1129), só haverá concretização de sua identidade a medida em que ela, como lembra Stelin, se colocar a serviço do reino, servindo ao povo de Deus, especialmente os que mais necessitam da libertação proposta pelo próprio Cristo, essa é sua missão pois, “quanto mais servidor do Reino, tanto mais é Igreja de Cristo” (STELLIN, 2010, p. 6). Reino este que se identifica com os menos afortunados, pois Cristo mesmo com eles se identifica (Cf. Mt 25, 35-45).

Em *Redemptoris Missio*, João Paulo II traz uma proposta muito mais programática do que paradigmática no que diz respeito à Missão. Na esteira dos documentos pré-conciliares o Sumo Pontífice se posiciona de uma forma que mais lê as dificuldades que a Igreja enfrenta na disseminação do Evangelho, tendo como principal desafio a secularização e o relativismo, e expressa doutrinas cristológicas e eclesiológicas, em vista da correção do conteúdo teológicos e catequéticos expostos por muitos em suas pregações, não se preocupando em posicionar a partir de sua natureza, mas corrigindo sua prática.

Os temas centrais tratados pelo Papa em *Redemptoris Missio* foram a reafirmação da Igreja como instrumento de salvação; a consubstancialidade do Verbo ao Pai e sua união com a carne (percebe-se que o Pontífice se esforçou em assegurar a divindade de Jesus); a fragilidade do ser humano ferido pelas instabilidades do tempo, pelas relações materialistas meramente horizontais. Ele brada um grito pertinente para sua época e para hoje, mais do que nunca: “A Igreja não pode deixar de proclamar que Jesus veio revelar a face de Deus, e merecer, pela cruz e ressurreição, a salvação para todos os homens” (RM, 11).

2.2 A MISSÃO EM FRANCISCO: *EVANGELII GAUDIUM*

Mais recentemente, Francisco evoca, nas mais diversas ocasiões, o conceito de Missão em seu pontificado. O documento em que mais brilhantemente ele aparece é na Carta Magna de toda sua ação pastoral, a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, sobre o anúncio do Evangelho no mundo de hoje. Neste documento “a missão é configurada por um caleidoscópio de belas imagens que lembram a diversidade, o frescor e o horizonte da natureza missionária” (SUESS, 2018, p. 3).

Francisco propõe uma Igreja em saída, não ensimesmada, mas disposta a abrir mão de sua posição para se encontrar com o outro. Ele lembra que “naquele ‘ide’ de Jesus, estão presentes os cenários e os desafios sempre novos da missão evangelizadora da Igreja, e hoje todos somos chamados a esta nova ‘saída’ missionária” (EG 20).

A grande contribuição de Francisco para que se compreenda o fato de que a Missão é inerente ao próprio ser da Igreja está no texto que afirma que:

A missão no coração do povo não é uma parte da minha vida, ou um ornamento que posso pôr de lado; não é um apêndice ou um momento entre tantos outros da minha vida. É algo que não posso arrancar do meu ser, se não me quero destruir. Eu sou uma missão nesta terra, e para isso estou neste mundo. É preciso considerarmos-nos como que marcados a fogo por esta missão de iluminar, abençoar, vivificar, levantar, curar, libertar (EG 273).

Assim sendo, percebe-se que, pela instrução daquele que carrega consigo o ministério de confirmar seus irmãos na fé, não poder-se-ia considerar cristão aquele no qual não ardesse uma profunda chama missionária que impulsionar-lhe-ia à proclamação do Evangelho,

em conformidade com sua própria vida. Em outras palavras, não se pode pensar em uma Igreja que não seja missionária, uma vez que é, ela própria, “fruto e realização do movimento missionário que tem em Deus Trindade a razão de seu dinamismo” (STELLIN, 2010, p.3, tradução nossa).

CONCLUSÃO

No que diz respeito à Missão não se pode concluir outra coisa que não seja o fato de que: sem ela, a Igreja não seria mesma. Isto é corroborado pela Sagrada Escritura e confirmado pelo magistério ordinário, portanto, não se pode haver dúvidas de que: se não há missão, não há Igreja e, conseqüentemente, se não se for verdadeiramente missionário, indivíduo algum pode se considerar cristão, pois o batismo inere em seu ser a potencialidade para que se cumpra a vontade de Deus, que todo o mundo conheça sua mensagem libertadora de amor.

Não obstante as provas que a Palavra de Deus e as orientações magisteriais oferecem, mesmo a teologia que se debruça com empenho sobre a especulação missiológica, não poucos cristãos não se reconhecem como missionários pois não enxergam em suas próprias vidas os frutos da obra redentora de Cristo. Deste modo, terceirizam a Missão da Igreja àqueles que se dedicam a desempenhar atividades pastorais em situações extremas ou aos cristãos que doam suas vidas à missão *ad gentes*. Não há nada mais equivocado. Parece claro que, toda e qualquer atividade pastoral, ou toda ação *ad extra* do próprio ambiente ordinário do cristão são, apesar de valiosíssimos, elementos de uma missão muito maior, a Missão de Cristo, a sua vitória sobre a morte e a libertação de todos os seres humanos e de toda obra criada.

É do amor trinitário que nasce a Missão da Igreja. A Igreja é Missionária porque Jesus Cristo o é e Jesus, por sua vez, o é, no que diz respeito à Economia da Salvação porque, na vida intratrinitária ele vive a missão de ser Filho, Verbo aspirado pelo Pai. A missão do cristão, portanto, se constitui como participação, colaboração, no mistério amoroso da relação das pessoas divinas que, por ato livre de amor, partilham conosco o que vivem em seu interior.

REFERÊNCIAS

BENTO XV, Papa. *Maximum illud*: Sobre a atividade desenvolvida pelos missionários no mundo. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedictxv/pt/apost_letters/documents/hf_ben-xv_apl_19191130_maximum-illud.html. Acesso em: 15 de abril de 2024.

BÍBLIA de Jerusalém. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2012.

BOSCH, David J. *Missão transformadora*: mudanças de paradigma na teologia da missão. São Leopoldo: Sinodal, 2002.

CNBB. *Missão e cooperação missionária*: orientações para a animação missionária na igreja do Brasil. Brasília: Edições CNBB, 2016.

CELAM. *Documento de Puebla*. São Paulo: Edições Paulinas.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Constituição dogmática Lumen Gentium*: sobre a Igreja. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html. Acesso em: 1 de abril de 2024.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Constituição pastoral Gaudium et Spes*: sobre a Igreja no mundo atual. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 1 de abril de 2024.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Decreto ad Gentes*: sobre a atividade missionária da Igreja. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_ad-gentes_po.html. Acesso em: 1 de abril de 2024.

CONGREGAÇÃO PARA A EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS. *Cooperação missionária – cooperatio missionalis*. Brasília: Edições CNBB, 2015.

FISICHELLA, Rino; LATOURELLE, René (org.). *Diccionario de Teologia Fundamental*. Madri: Ediciones Paulinas, 1992.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*: sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 15 de abril de 2024.

FRIES, Heinrich (org.). *Dicionário de Teologia*: Conceitos fundamentais da teologia atual. São Paulo: Edições Loyola, 1970. v. III.

JOÃO PAULO II, Papa. *Carta encíclica Redemptoris Missio*: sobre a validade permanente do mandato missionário. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_07121990_redemptoris-missio.html. Acesso em: 1 de abril de 2024.

PAULO VI, Papa. *Exortação apostólica Evangelii Nuntiandi*: sobre a evangelização no mundo contemporâneo. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html. Acesso em: 15 de abril de 2024.

PANAZZOLO, João. *Missão para todos*: introdução à missiologia. São Paulo; Paulus, 2019.

RASCHIETTI, Stefano. *A Pastoral Missionária a partir da Comunidade Local*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE MISSIOLOGIA, II., 2007, Quito. Abc BSB Editora, Brasília, 2008. p. 5-18.

STELLIN, Victorino Girardi. *Evolución de la teología de la misión*: la misionología hoy. Senderos Vol. 32, no. 95, p. 13-33, 2010.

SUESS, Paulo. *A Teologia da Missão à luz da Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. São Leopoldo: Universidade do vale do rio dos sinos – Unisinos, 2004.

XAVIER, L. F.; LIMA, L. A.. *Missio Dei e Missiones Ecclesiae*: Uma análise bíblico-histórica. Davar Polissêmica, v. 7, p. 18, 2014.

SINODALIDADE NA IGREJA

Uma igreja sinodal e a interculturalização da fé

Rodrigo Ferreira da Costa, SDN¹

Resumo: Uma Igreja sinodal é uma comunidade de fé que escuta e aprende, um povo fiel, em que todos caminham juntos, buscando sempre iniciar novos processos sem se preocupar em impor itinerários. Neste sentido, podemos nos perguntar: será que é possível pensar um projeto de evangelização sem levar em conta as raízes culturais de cada pessoa, de cada povo ou pertence ao âmago da experiência da fé cristã enraizar-se numa cultura? Pois, no seu caminho de evangelização e no contato com outras culturas, a Igreja evangeliza e se deixa evangelizar. Nossa proposta aqui é apresentar as bases e os desafios de uma Igreja sinodal no que diz respeito à interculturalização da fé, buscando-nos inspirar nas Escrituras Sagradas e no pensamento do Papa Francisco, a fim de pensarmos um projeto de evangelização *desde* o povo, e não somente *para* o povo, ou seja, uma evangelização que seja de fato uma Boa Notícia para as mais diversas culturas e povos.

Palavras-chave: Igreja Sinodal. Interculturalização. Papa Francisco. Evangelização.

INTRODUÇÃO

Uma Igreja sinodal é uma comunidade de fé que escuta e aprende, em que todos caminham juntos, sem cair na tentação de impor itinerário, mas sempre aberta a iniciar processos, ciente de que “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (Guimarães Rosa). Neste sentido, podemos nos perguntar: será que é possível pensar um projeto de evangelização sem levar em conta as raízes culturais de cada pessoa, de cada povo ou pertence ao âmago da Tradição cristã enraizar-se numa cultura?

No seu caminho de evangelização e no contato com outras culturas, a Igreja evangeliza e se deixa evangelizar. Nesse sentido, mais do que pensar um projeto de evangelização *para* o povo, seria talvez mais correto falar de evangelização *desde* o povo. Como afirmou São João Paulo II: “a síntese entre a cultura e a fé não é só uma exigência da cultura, mas também da fé... Uma fé que não se torna cultura é uma fé que não é plenamente acolhida, nem inteiramente pensada nem fielmente vivida” (JOÃO PAULO II, 2002, sem paginação).

Nossa proposta aqui é discorrer sobre as bases e os desafios de uma Igreja sinodal no que diz respeito à interculturalização da fé, buscando-nos inspirar nas Escrituras Sagradas e no pensamento do Papa Francisco, a fim de que possamos pensar um projeto de evangelização desde o povo, e não para o povo. Pois, “não faria justiça à lógica da encarnação pensar num cristianismo monocultural e monocórdico” (EG, n. 117).

1 Mestrando em teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), Pós-Graduação em formação para Seminários e Casa de Formação (Faculdade Dehoniana), Bacharelado em teologia (FAJE); Licenciatura em filosofia (ISTA), membro do grupo de pesquisa “Fé e Contemporaneidade” (FAJE). Bolsista FAPEMIG. Endereço de e-mail: rodrigolajinha@yhoo.com.br

1 AS BASES E OS DESAFIOS DE UMA IGREJA SINODAL

Um dos grandes desafios do nosso tempo é saber escutar e reconhecer que o outro tem algo a nos ensinar. Esse desafio se apresenta também à Igreja e à teologia. Pois, muitas vezes, somos mais apressados no falar do que no ouvir, mais dispostos a ensinar do que a aprender com o outro². Com isso cresce a indiferença e as polarizações, pois cada um fechado em si mesmo, não se abre ao outro para escutar, aprender, e partilhar os dons. Por isso, desde o início do seu pontificado, o Papa Francisco tem denunciado a cultura da indiferença e conclamado a Igreja e a sociedade de modo geral para construirmos a cultura do encontro³. Diz o Papa,

Já várias vezes convidei a desenvolver uma cultura do encontro que supere as dialéticas que colocam um contra o outro. É um estilo de vida que tende a formar aquele poliedro que tem muitas faces, muitos lados, mas todos compõem uma unidade rica de matizes, porque ‘o todo é superior à parte’ (EG, n. 237). O poliedro representa uma sociedade onde as diferenças convivem integrando-se, enriquecendo-se e iluminando-se reciprocamente, embora isso envolva discussões e desconfianças. Na realidade, de todos se pode aprender alguma coisa, ninguém é inútil, ninguém é supérfluo. Isto implica incluir as periferias. Quem vive nelas tem outro ponto de vista, vê aspetos da realidade que não se descobrem a partir dos centros de poder onde se tomam as decisões mais determinantes (FT, n. 215).

No mistério da autocomunicação de Deus desde o Antigo Testamento até Jesus de Nazaré, percebemos que o próprio Deus assumiu esse caminho de abaixamento para estar junto “aos humildes e contritos” (Is 57,15). Um Deus que muitas vezes se cala, se esconde, esvaziando-se de si mesmo para dá lugar ao outro. Um Deus que não se impõe por sua força e poder, nem se propõe como verdade absoluta, mas que na cruz se expõe em seu amor misericordioso sem limites. Portanto, para ser sinodal a Igreja também precisa ser uma comunidade de fé que escuta e aprende, que caminha juntos, que não se preocupa tanto em impor itinerários, mas que esteja sempre aberta a iniciar novos processos.

Outro desafio para uma Igreja sinodal é o de anunciar um evangelho que toca a vida das pessoas. Uma Igreja que se envolve na realidade concreta do povo, que “entre na vida diária dos outros, encurta as distâncias, abaixa-se – se for necessário – até a humilhação e assume a vida humana, tocando a carne sofredora de Cristo no povo. Os evangelizadores contraem assim o ‘cheiro de ovelhas’, e estas escutam a sua voz” (EG, n. 24). Muitas vezes caímos na tentação de anunciar um Cristo sem carne, uma fé sem história, uma Igreja sem

2 São Tiago pede que sejamos apressados no ouvir e lentos no falar (Tg 1,19), parece que estamos numa direção inversa a essa orientação do Apóstolo.

3 É importante ressaltar que a primeira mensagem do Papa Francisco para o Dia Mundial das Comunicações Sociais foi sobre a cultura do encontro, intitulada: “*Comunicação a serviço de uma autêntica cultura do encontro*”.

rostos e acabamos por fazer do evangelho uma “peça de museu”, com muito passado, porém, com pouco presente e futuro.

Assim sendo, a comunicação da fé acaba se enclausurando nos círculos de iguais, daqueles que estão dentro das igrejas, mas não sendo uma Boa Notícia para quem está fora. Aqui talvez esteja a dificuldade da Igreja em traduzir o discurso da fé em palavras que possam ser ouvidas pelos homens e mulheres inseridos numa cultura urbana, fragmentária e midiática do nosso tempo. Sempre acostumada em ensinar, ainda temos dificuldade em escutar e aprender com o outro.

Uma Igreja sinodal passa, portanto, pela pedagogia da escuta e do diálogo. Como nos diz o Papa Francisco: “uma Igreja sinodal é uma Igreja que escuta (...) povo fiel, Colégio episcopal, Bispo de Roma: cada um na escuta dos outros; e todos na escuta do Espírito Santo” (FRANCISCO, 2015, sem paginação). Esse desafio de escutar uns ao outros e o “que diz o Espírito às igrejas” (Ap 2,7), implica na abertura da Igreja ao diálogo com outras culturas, a fim de caminhar juntos, “em companhia com os irmãos e com as irmãs das diversas religiões, convicções e culturas que buscam a verdade e se empenham para construir a justiça, para abrir o coração e a mente de todos para reconhecer a presença de Cristo que caminha ao nosso lado” (CTI, 2018, n. 118).

Essa pedagogia da escuta enfrenta muita resistência no seio da Igreja, devido à “peste” do clericalismo autorreferencial que é a “perversão da Igreja”. Parece que o Papa tem consciência da necessidade de “proceder a uma salutar ‘descentralização’ da Igreja” (EG, n. 16). Pois, “uma centralização excessiva, em vez de ajudar, complica a vida da Igreja e a sua dinâmica missionária” (EG, n. 32). Para isso, faz-se necessário uma verdadeira “conversão pastoral e estrutural” da Igreja, que poderíamos chamar de uma reforma da Igreja com estilo sinodal.

Assumir um estilo sinodal é uma forma concreta da Igreja de superar o “câncer” do clericalismo autorreferencial. Pois, uma Igreja sinodal é uma Igreja que caminha junto como Povo fiel de Deus. Uma Igreja que louva a Deus pelos pequeninos do Reino (Mt 11,25); que se faz “pobre com os pobres”; que se esvazia de suas presunções e prepotências clericais, para se tornar “aprendiz” de todas as culturas. Uma “Igreja Samaritana”, “hospital de campanha” na qual “todos podem participar de alguma forma na vida eclesial, todos podem fazer parte da comunidade, e nem sequer as portas dos sacramentos se deveriam fechar por uma razão qualquer” (EG, 47). Uma Igreja facilitadora da graça e não controladora, “alfandegária”. Uma Igreja “casa paterna, onde há lugar para todos com a sua vida fadigosa” (EG, 47).

A sinodalidade, portanto, não é apenas mais um tema dentro da eclesiologia, ou um “modismo” para responder às interrogações da sociedade moderna. A sinodalidade expressa a natureza da Igreja e o seu dinamismo missionário, é o jeito da Igreja ser fiel ao Senhor. É preciso ter clareza, porém, que a sinodalidade não é uma invenção do Papa Francisco. A primeira experiência de uma Igreja que busca resolver os seus conflitos de forma sinodal, caminhando juntos na escuta, na comunhão e na participação, já está presente nas primeiras comunidades cristãs (At 15,1-35).

Essa dinâmica eclesial sinodal será o estilo da Igreja nos seus primeiros séculos⁴. Porém, o desejo de comunhão que havia inspirado os primeiros cristãos a se encontrar regularmente em espírito de sinodalidade foi ocupado ao longo da história pela uniformidade disciplinar e doutrinal regulada por cânones. Assim sendo, podemos afirmar que a sinodalidade é um retorno às verdadeiras fontes e origens da Igreja.

Segundo teólogo argentino Juan Carlos Scannone, a sinodalidade da Igreja deve ser compreendida como um aprofundamento da agenda inacabada Concílio Vaticano II. Diz Scannone: “em minha opinião, nós vivemos ainda na etapa que se segue ao Vaticano II: nós ainda não refletimos suficientemente sobre ele no plano teológico, nem o realizamos plenamente na prática pastoral, nem, menos ainda, o exprimimos sob formas canônicas adequadas” (SCANNONE, 2019, p. 185). A eclesiologia do Papa Francisco está, portanto, fundamentada no Concílio Vaticano II e leva a diante a “agenda” conciliar.

Dentre os vários aspectos da eclesiologia de Francisco podemos destacar dois: a proximidade e a saída missionária. A proximidade é o estilo de Deus agir, diz Francisco. Por isso, a Igreja também precisa cultivar este “estilo de Deus” em sua ação evangelizadora. Não dá mais para pensar a Igreja como uma multidão anônima, sem rosto, sem carne; muito menos uma ação pastoral longe da realidade concreta do povo fiel de Deus. Neste sentido, afirma Francisco:

Para mim é fundamental a proximidade da igreja. Porque a igreja é mãe, e nem você nem eu conhecemos uma mãe por correspondência. A mãe dá carinho, toca, beija, ama. Quando a igreja, ocupada com mil coisas, se descuida dessa proximidade, se descuida disso e só se comunica com documentos, é como uma mãe que se comunica com seu filho por carta⁵.

Essa proximidade da Igreja está profundamente ligada à sua vocação missionária que é sempre interpela pela compaixão por outrem (Mt 9,35-38). Como nos lembra Francisco: “a Igreja ‘em saída’ é a comunidade de discípulos missionários que **‘primeireiam’, que se envolvem, que acompanham, que frutificam e festejam**” (EG, 24). Noutras palavras, o objetivo primeiro da Igreja que sai e vai às periferias humanas e geográficas é fazer-se próxima da vida concreta do povo. Pois “as alegrias e esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” (GS, n.1).

A saída missionária da Igreja não consiste, portanto, numa “propaganda” da Igreja para arrebanhar novos fiéis, nem tampouco numa forma de impor a sua doutrina a outrem. Trata-se, antes, da sua fidelidade ao Deus misericordioso que se move para estar junto aos pobres e sofredores: “O SENHOR disse: ‘Eu vi, eu vi a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvi o seu clamor por causa dos seus opressores; pois conheço as suas angústias. Por isso desci a fim

4 Para maior aprofundamento acerca da sinodalidade no magistério do Papa Francisco: CZERNY, M. *Uma Igreja que “caminha junto”*: sinodalidade na era do Papa Francisco. In. *Perspectiva Teológica*, v. 54, Belo Horizonte: 2022. pp. 67-88.

5 Entrevista do Papa Francisco ao Jornal Bom Dia Brasil da Rede Globo, 29 de julho de 2013.

de libertá-lo da mão dos egípcios, e para fazê-lo subir daquela terra a uma terra boa e vasta, terra que mana leite e mel” (Ex 3,7-8). Neste sentido, afirma o Papa Francisco:

Saiamos, saíamos para oferecer a todos a vida de Jesus Cristo! Repito aqui, para toda a Igreja, aquilo que muitas vezes disse aos sacerdotes e aos leigos de Buenos Aires: prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças (EG, n. 49).

Assim como o Senhor tomou a iniciativa precedendo-nos em seu amor (1Jo 4, 10), a comunidade missionária também vai à frente, sai ao encontro, procura os afastados e chega às encruzilhadas dos caminhos para convidar os que estão à margem (Mt 22,1-14). Pois a Igreja só poderá ser uma Igreja “sadia” e fiel, se ela assumir o risco de sair da sua própria comodidade e do fechamento em suas próprias estruturas. Citando o Documento de Aparecida (n. 63), diz Francisco:

assim se gera a maior ameaça, que é o *pragmatismo* cinzento da vida cotidiana da Igreja, no qual aparentemente tudo procede dentro da normalidade, mas na realidade *a fé vai se deteriorando na mesquinhhez*. Desenvolve-se a psicologia do túmulo, que pouco a pouco transforma os cristãos em múmias de museu (EG, n. 83).

Sair da comodidade, ir às periferias humanas e geográficas, assumir uma pastoral decididamente missionária fugindo da “simples administração”; etc. Isso exige de nossas comunidades de fé uma verdadeira conversão pastoral. Seguindo o exemplo do Bom Pastor que procura e cuida da ovelha perdida (Lc 15,4-7), a Igreja também é chamada *primeirear*⁶, indo ao encontro dos “últimos” para estar junto a eles em suas lutas diárias.

O convite à proximidade e à saída missionária tem tudo a ver com a sinodalidade e a interculturação da fé, porque “às vezes sentimos a tentação de ser cristãos, mantendo uma prudente distância das chagas do Senhor. Mas Jesus quer que toquemos a miséria humana, que toquemos a carne sofredora dos outros” (EG, n. 270). Noutras palavras, é no encontro com o outro que a nossa experiência de fé se torna mais viva, pois “o encontro entre as culturas é uma oportunidade de enriquecimento e de desenvolvimento humano integral de todos” (FT, n. 133).

O encontro com o outro é um dom recíproco. Por isso,

as várias culturas, cuja riqueza se foi criando ao longo dos séculos, devem ser salvaguardadas para que o mundo não fique mais pobre [...]. Para isso, precisamos comunicar, descobrir as riquezas de cada

6 O verbo *primeirear* não é comum em nosso vocabulário. A origem dessa palavra vem, segundo o Papa Francisco, da linguagem futebolística portenha que expressa a ação de chegar antes, adiantar-se ao outro ou tomar a iniciativa.

um, valorizar aquilo que nos une e olhar as diferenças como possibilidades de crescimento no respeito por todos. Torna-se necessário um diálogo paciente e confiante, para que as pessoas, as famílias e as comunidades possam transmitir os valores da própria cultura e acolher o bem proveniente das experiências alheias (FT, n. 134).

Uma Igreja próxima e em saída parece corresponder melhor à lógica ilógica da autocomunicação de Deus em Jesus Cristo. Um Deus que revela o seu poder, sobretudo, no perdão e na misericórdia; um Deus que mostra a sua glória na cruz e na humilhação; um Deus que se esvazia a si mesmo fazendo-se servo de todos; um Deus que dá a própria vida para que todos pudessem viver plenamente... Esse “escândalo” trinitário da fé cristã parece colocar em crise a nossa ideia de absoluto... pois na cruz-ressurreição, Deus está ali e é outro. Talvez esteja aqui um dos motivos de tanta resistência ao projeto de reforma da Igreja com chave sinodal, levado a cabo por Francisco.

2 UMA INSPIRAÇÃO BÍBLICA PARA A INTERCULTURAÇÃO DA FÉ

A narrativa da vocação de Abraão expressa o desejo de Deus e a missão de Israel de viver a unicidade de uma experiência de fé a serviço da fraternidade universal. “O SENHOR disse a Abrão: ‘sai da sua terra [...] para a terra que te mostrarei [...]. Por ti serão benditos todos os clãs da terra’” (Gn 12,1-3). Nota-se que a experiência singular de Abraão não é um privilégio exclusivista que induz ao fechamento, mas um convite a sair da “casa” dos pais e ir ao encontro do desconhecido.

Moisés, diante do episódio da unção profética de Eldad e Medad que estavam fora da tenda, da liturgia, expressa: “Oxalá todo o povo do SENHOR fosse profeta e recebesse o espírito do SENHOR” (Nm 11,26-29). Nas palavras de Moisés compreendemos que espírito de Deus é livre e está acima das normas e autoridades humanas. Ele não se deixa se enclausurar dentro de nossas estruturas mentais e eclesiais. Nesta unção livre do Santo Espírito se manifesta o *sensus fidei* presente em todos os fiéis: “em todos os batizados, do primeiro ao último, opera a força santificadora do Espírito que impele a evangelizar” (CTI, 2018, n. 56).

No Novo Testamento, também encontramos vários testemunhos de uma “Igreja em saída” que vai ao encontro do outro não para dominar e impor a fé, mas para testemunhar o amor e ternura de Deus entre outros povos e culturas, pois percebia que a porta da fé também estava aberta aos gentios (At 14,27).

A própria experiência kenótica de Jesus Cristo diz muito à Igreja. “Ele existindo em forma divina, não considerou um privilégio ser igual a Deus, mas esvaziou-se, assumindo a forma de servo e tornando-se semelhante ao ser humano. E encontrado em aspecto humano, humilhou-se, fazendo-se obediente até a morte e morte de cruz!” (Fl 2,6-8). Sendo fiel ao seu Mestre, a Igreja é convidada a realizar em seu corpo o que Ele fez, esvaziando-se de toda pretensão de poder ou dominação, para se colocar junto do povo e das culturas numa atitude humilde de serviço e doação.

O modo de Jesus agir também é iluminador para a práxis da Igreja. Ele chama para o discipulado missionário pescadores (Lc 5,1-11), mulheres (Lc 8,1-3), publicanos (Mt 9,9-13), etc. Come com pecadores e, ordena a seus discípulos, que indo em missão possam comer e beber do que lhes servirem (Lc 10,8). De fato, Jesus “em sua carne derrubou o muro da inimizade que nos separava” (Ef 2,14); Ele quebrou a barreira da religião, da moral e da cultura (Jo 4,4-42), pois Ele tinha plena consciência que a sua missão consistia em “procurar e salvar o que estava perdido” (Lc 19,10).

O livro dos Atos dos Apóstolos narra quatro Pentecostes sucessivos, a saber: o Pentecostes da epifania da Igreja (2,1-12); o Pentecostes da Igreja de Jerusalém (At 4, 31); o Pentecostes da entrada dos gentios na Igreja (At 10, 44) e o Pentecostes da Igreja de Éfeso (At 19,1-6). Isso mostra a *parresia* do “Espírito que sopra onde Ele quer” (Jo 3,8-10), pois “Deus não faz distinção de pessoas” (At 10,34). Pelo contrário, o Espírito de Deus antecede a nossa missão, Ele vai à frente porque já está presente em todos os povos e culturas. “No Espírito: os gentios são co-herdeiros, membros do mesmo corpo e co-participantes da Promessa em Cristo Jesus, por meio do evangelho” (Ef 3, 5-6).

Ao narrar a experiência dos discípulos no dia de Pentecostes, Lucas diz que “encontravam-se em Jerusalém judeus devotos de todas as nações que há debaixo do céu [...] E todos escutavam os discípulos anunciarem as maravilhas de Deus em sua própria língua (At 2,1-11). Aqui temos uma bela inspiração para falarmos de evangelização e cultura, pois a língua do Espírito, que é a língua do amor, pode ser ouvida e compreendida por todos os povos e culturas na sua própria língua. Por outro lado, negar esse dinamismo do Espírito, fechar-se em suas próprias estruturas, significa aniquilar a vitalidade da Igreja, pois “se o Espírito não é escutado, não nos admiremos de que o ecumenismo não avance, de que muitos católicos abandonem a Igreja, de que os jovens prescindam dela, de que aumentem a indiferença e a animosidade contra a Igreja de Jesus no mundo” (CODINA, 2010, p. 197).

Nesse sentido, podemos afirmar que uma evangelização com o Espírito evangélico nunca será uma imposição, uma colonização do outro. Porque o Espírito Santo provoca a harmonia, não a uniformização. Como afirma o Papa Francisco:

O Espírito Santo desencadeia um dinamismo profundo e diversificado na comunidade eclesial: o “rebuliço” do Pentecostes. É curioso o que acontece no Pentecostes: tudo estava bem organizado, tudo estava claro! Naquela manhã, houve um rebuliço, falam-se todas as línguas, todos as compreendiam...E, depois disso, a grande obra do Espírito Santo: mais do que unidade, é harmonia. Une-nos em harmonia, a harmonia de todas as diferenças (FRANCISCO, 2023, sem paginação).

A harmonia criada pelo Espírito Santo não significa, no entanto, uma “síntese dialética” que suprime as diferenças para formar uma nova uniformização. Por isso continua Francisco:

Harmonia – atenção! – não significa ‘síntese’, mas ‘vínculo de comunhão entre partes desiguais’. A Igreja, uma harmonia única de vozes, com muitas vozes, realizada pelo Espírito Santo: assim devemos conceber a Igreja. Cada comunidade cristã, cada pessoa tem a sua peculiaridade, mas estas particularidades não de ser inseridas na sinfonia da Igreja. Devemos aprender a escutar as vozes do Espírito: são todas diferentes, FRANCISCO, 2023, sem paginação).

A experiência dos discípulos de Emaús (Lc 24,13-35) também apresenta uma luz em nosso caminho de uma Igreja sinodal no diálogo intercultural. Jesus “entra” na noite escura dos seus discípulos, faz-se próximo, caminha com eles, escuta as suas angústias e desilusões, dialoga com eles e, Suas palavras fazem arder os corações dos discípulos que O convidam a ficar com eles. Este deve ser também o caminho da Igreja em diálogo com as culturas, uma Igreja próxima, que seja capaz de entrar na “noite escura” do outro e caminhar juntos... Refletindo a realidade da Igreja à luz do episódio de Emaús, diz o Papa Francisco:

O mistério difícil das pessoas que abandonam a Igreja; de pessoas que, após deixar-se iludir por outras propostas, consideram que a Igreja – a sua Jerusalém – nada mais possa lhes oferecer de significativo e importante. E assim seguem pelo caminho sozinhas, com a sua desilusão. Talvez a Igreja lhes apareça demasiado frágil, talvez demasiado longe das suas necessidades, talvez demasiado pobre para dar resposta às suas inquietações, talvez demasiado fria para com elas, talvez demasiado autorreferencial, talvez prisioneira da própria linguagem rígida, talvez lhes pareça que o mundo fez da Igreja uma relíquia do passado, insuficiente para as novas questões; talvez a Igreja tenha respostas para a infância do homem, mas não para a sua idade adulta [...]. Perante esta situação, o que fazer? Faz falta uma Igreja que não tenha medo de entrar na noite deles. Precisamos de uma Igreja capaz de encontrá-los no seu caminho. Precisamos de uma Igreja capaz de inserir-se na sua conversa. Precisamos de uma Igreja que saiba dialogar com aqueles discípulos, que, fugindo de Jerusalém, vagam sem meta, sozinhos, com o seu próprio desencanto, com a desilusão de um cristianismo considerado hoje um terreno estéril, infecundo, incapaz de gerar sentido (FRANCISCO, 2013, sem paginação).

Seguindo essa orientação de Francisco, podemos afirmar que uma Igreja sinodal é uma Igreja da escuta, da comunhão e da participação. É uma Igreja que não governa somente por decretos, mas que procura “caminhar juntos” na busca resolver os seus conflitos de forma dialógica como faziam os primeiros cristãos (cf. At 15,1-35). Pois, a sinodalidade da Igreja indica “o específico *modus vivendi et operandi* da Igreja, o Povo de Deus, que manifesta e realiza concretamente o ser comunhão no caminhar juntos, no reunir-se em assembleia e no participar ativamente de todos os seus membros na sua missão evangelizadora” (DPS, 2021, p. 10).

3 UMA EVANGELIZAÇÃO DESDE O POVO

No seu caminho de evangelização e no contato com outras culturas, a Igreja ensina e aprende, evangeliza e é evangelizada. Por isso, mais do que pensar um projeto de evangelização *para* o povo, seria talvez mais correto pensar numa evangelização *desde* o povo. Uma evangelização a partir da “periferia”, não do centro, que acolhe o outro como dom, pois Deus quer infundir o seu Espírito “sobre toda carne” (Jl 3, 1; At 2,17).

Uma Igreja sinodal reconhece e valoriza o “faro” da fé presente em todos os fiéis, que pela unção recebida do Santo Espírito, possuem a ciência de Deus e não necessita que alguém os ensine (1Jo 2,20.27). Como nos recorda o Papa Francisco (EG, n. 31), “o próprio rebanho possui o olfato para encontrar novas estradas de evangelização”.

Levar a sério o *sensu da fé* presente no povo fiel de Deus pode nos ajudar também a encontrar luzes para um projeto de evangelização em diálogo com as mais diversas culturas, ou seja, a pensar a relação entre o povo de Deus e os povos com as suas histórias e culturas próprias. O Papa Francisco (EG, n. 236) usa a imagem do *poliedro* para figurar tanto o povo de Deus como cada povo e a relação recíproca universal entre os povos. Essa imagem, segundo Scannone, “implica uma unidade mais alta que as diferenças, mas que as assume e as respeita em sua irredutível diferenciação. O seu modelo é a Trindade como comunhão” (SCANOONE, 2019, p. 96).

A Teologia do Povo na Argentina que é uma das raízes teológicas do Papa Francisco⁷, buscou desenvolver uma reflexão teológica *inculturada*: relacionando “o povo de Deus nos povos do mundo”⁸ e valorizando a espiritualidade popular e o seu potencial evangelizador e libertador junto aos pobres e às suas culturas. Sendo devedor dessa teologia, o Papa Francisco “reconhece [...] as expressões da piedade popular como *lugar teológico* (EG, n. 126) para uma teologia *inculturada* e a serviço da inculturação da fé, em razão da ‘importância da evangelização compreendida como inculturação’ (EG, n. 122)” (SCANNONE, 2019, p. 66).

Essa categoria Povo⁹ é fundamental para falarmos da Igreja sinodal e a interculturação da fé. Pois, além de ser essencialmente bíblica (Povo de Israel) e eclesiológica (Igreja Povo de Deus), é também cultural e histórica, porque “não há povo sem uma história em comum, um estilo de vida comum (cultura) e um projeto comum (‘agir e caminhar juntos’). Isso não exclui que haja diferentes interpretações dessa história, diversas subculturas em unidade plural

7 Segundo Scannone, a Teologia do Povo “constitui uma das raízes teológicas da pastoral e do estilo de governo do Papa Francisco” (SCANNONE, 2019, p. 46).

8 *El pueblo de Dios en los pueblos del mundo. Catolicidad, encarnación e intercambio en la eclesiología actual*, este foi o título da tese doutoral de Carlos Galli, sob a orientação de Lucio Gera que é um dos representantes mais eminentes da teologia do povo da Argentina. Segundo Scannone, “essa tese propõe uma compreensão sistemática da catolicidade, da encarnação e do intercâmbio entre o povo de Deus e os povos do mundo” (SCANNONE, 2019, p. 38).

9 Juan Carlos Scannone (2019, p. 2012-222) cita as quatro prioridades “bergoglianas” na construção e na condução do povo: a) A superioridade do todo sobre as partes; b) A superioridade da realidade sobre a ideia; c) A superioridade da unidade sobre o conflito; d) A superioridade do tempo sobre o espaço... (Lumen fidei 55-57; EG 215-237).

e propostas distintas de bem comum” (SCANNONE, 2019, p. 258). Neste sentido, “a evangelização reconhece com alegria estas múltiplas riquezas que o Espírito gera na Igreja. Não faria justiça à lógica da encarnação pensar num cristianismo monocultural e monocórdico” (EG, n. 117).

CONCLUSÃO

A cultura é a terra boa donde nasce, cresce e frutifica a boa semente da fé. Não existe uma fé “pura”, separada da cultura. É preciso reconhecer que todo processo de evangelização autêntico leva em conta a cultura dos seus interlocutores. Talvez, por isso, desde muito cedo a comunidade cristã sentiu-se desafiada a “traduzir” a Boa Notícia do Reino na linguagem de outros povos e culturas¹⁰.

O Papa Francisco tem insistido, desde o início do seu pontificado, na importância da cultura do encontro¹¹ que seja capaz de buscar a unidade, a comunhão, sem cair na tentação da uniformidade que nega a diferença e elimina o outro. Hoje precisamos pensar as diversas culturas dentro de uma própria cultura, como por exemplo, a cultura urbana, a cultura digital, a cultura das grandes periferias das nossas cidades. Como ressalta os bispos do Brasil:

Um dos desafios mais relevantes é, sem dúvida, a *cultura urbana*, pois nosso mundo vai se tornando cada vez mais urbano. Isso acontece não só porque as pessoas tendem a residir nas cidades, mas também porque o estilo de vida e a mentalidade dos ambientes citadinos se expandem sempre mais, alcançando os rincões mais distantes, com todas as consequências - humanas, éticas, sociais, tecnológicas e ambientais, entre outras. É por isso, que pensar a relação entre evangelização e cultura urbana, torna-se um imperativo para a ação evangelizadora em nossos dias” (DGAE, 2019-2023, n.28).

Pensar a fé interculturalmente é aceitar o desafio de comunicar a Evangelho do Reino como Boa Notícia a todos os povos e culturas. Isso exige da Igreja uma experiência kenótica capaz de acolher o diferente como dom e reconhecer que o outro também tem algo a ensinar. Sem esvaziamento de si mesmo, das nossas ideias e prepotências não há cultura do encontro, não há caminho para o diálogo e a paz.

o diálogo nasce de uma atitude de respeito pela outra pessoa, de um convencimento de que o outro tem algo de bom a dizer; implica abrir um lugar em nosso coração para seu ponto de vista, sua opinião e sua proposta. Dialogar implica uma acolhida cordial e não uma condenação prévia. Para dialogar é preciso saber baixar as defesas, abrir as

10 Basta ver o esforço de Paulo e da comunidade joanina em traduzir em linguagem grega a experiência cristã da fé.

11 Destaca-se que a sua primeira mensagem para o Dia Mundial das Comunicações Sociais (2014), o Papa Francisco trouxe à luz o tema: “Comunicação ao serviço de uma autêntica cultura do encontro”.

portas de casa e oferecer calor humano (BERGOGLIO; SKORKA, 2013, p. 12).

Esse caminho do diálogo e da acolhida do “estrangeiro” em nossa casa, não é estranho à fé cristã. Pois foi o percurso escolhido pelo próprio Deus no mistério da sua Revelação. Um Deus que habita nas alturas, mas que se abaixa para estar junto ao humilde (Is 57,15). Um Deus que muitas vezes se cala para fazer ouvir outras vozes, que se esvazia de si mesmo para dá lugar ao outro. Um Deus exposto que ama, serve e perdoa até o fim (Jo 13,1).

Encarnar-se na história e nas relações humanas concretas continua sendo, portanto, o grande desafio para que a Igreja seja de fato sinodal. Como afirma João Décio: “Sem encarnação na vida humana concreta, não há Igreja de Jesus Cristo. Sem comunidade concreta, não há sinodalidade e, sem sinodalidade, não há comunidade” (PASSOS, 2023, p. 124). Neste sentido, sinodalidade e interculturação da fé, parecem ser dois lados de uma mesma moeda, dois temas intimamente vinculados que exigem um caminho de conversão pastoral e estrutural de toda a Igreja.

Seguindo o conselho do profeta Isaías, somos interpelados a “alargar o espaço da nossa tenda” (Is 54,2), adotando “a cultura do diálogo como caminho; a colaboração comum como conduta; o conhecimento mútuo como método e critério” (FT, n. 285). Pois, se em Cristo somos todos irmãos e irmãs (Mt 23,8), a proximidade e a amizade social (Lc 10, 25-37) devem ser sempre a nossa única bandeira.

REFERÊNCIAS

- BÍBLIA SAGRADA *Tradução Oficial da CNBB*. Brasília: CNBB, 2018.
- BERGOGLIO, Jorge; SKORKA, Abraham. *Sobre o céu e a terra*. São Paulo: Paralela, 2013.
- CODINA, Victor. “Não extingais o Espírito” (1 Ts 5,19): *iniciação à Pneumatologia*. São Paulo: Paulinas, 2010.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023*. Brasília: CNBB, 2019.
- COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*. Brasília: CNBB, 2018.
- COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. Documento Preparatório Sínodo 2023.
- COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *O sensus fidei na vida da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2015.
- CZERNY, M. Uma Igreja que “caminha junto”: sinodalidade na era do Papa Francisco. In. *Perspectiva Teológica*, v. 54, Belo Horizonte: 2022. pp. 67-88.
- DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*: sobre a Igreja no mundo de hoje. São Paulo: Paulus, 2001.
- DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*: sobre a Igreja. São Paulo: Paulus, 2001.

FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli Tutti*: sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulus, 2020.

FRANCISCO. *Discurso do Papa Francisco na comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos*, 17 de outubro de 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017-50-aniversario-sinodo.html. Acesso em: 15/05/2023.

FRANCISCO. Mensagem para 48º Dia Mundial das Comunicações Sociais, 2014. Comunicação a serviço de uma autêntica cultura do encontro. 24 de janeiro de 2014^a. In: PAULO VI, Papa et al. *Mensagens do Dia Mundial das Comunicações Sociais*. Brasília: CNBB, 2017, p. 235-239.

FRANCISCO. *Saudação do Papa Francisco na abertura da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos bispos "Por uma Igreja Sinodal: comunhão, participam e missão"*, 04 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/20231004-abertura-sinodo.html>. Acesso em: 17/10/2023.

JOÃO PAULO II. Mensagem do Santo Padre João Paulo II ao presidente do Pontifício Conselho para a Cultura, Cardeal Paul Poupard. Vaticano, 13 de maio de 2002. Disponível: [Mensagem ao Presidente do Pontifício Conselho para a Cultura por ocasião do 20º aniversário do Dicastério \(14 de maio de 2002\) | João Paulo II](#) Acesso: 28/09/2024.

PASSOS, Décio João. *Obstáculos à sinodalidade: entre a preservação e a renovação*. São Paulo: Paulinas, 2023.

SCANNONE, Juan Carlos. *A teologia do povo: raízes teológicas do Papa Francisco*. São Paulo: Paulinas, 2019.

A importância da sinodalidade na Igreja hoje

José de Jesus Dantas da Silva¹

Resumo: Viver a sinodalidade nos dias de hoje envolve um compromisso com a comunhão, a participação ativa e a missão dentro da Igreja. A sinodalidade na Igreja expressa a participação e a comunhão em vista da missão, como um estilo peculiar, onde todo o povo de Deus é convocado para ser protagonista do anúncio do Evangelho. Nesse caminho sinodal a Igreja procura tomar decisões pastorais que reflitam, ao máximo possível, a vontade de Deus, fundamentando-as na voz viva do Povo de Deus. Nota-se que a colaboração com teólogos – leigos, ministros ordenados e religiosos – pode ser um apoio útil para articular a voz do Povo de Deus que exprime a realidade da fé com base na experiência vivida.

Palavras-Chave: Sinodalidade, Missão, Evangelização.

INTRODUÇÃO

A sinodalidade que está sendo resgatada pelo Papa Francisco nos remete à essência da Igreja, onde todo batizado é chamado a participar de toda a sua dinamicidade. A sinodalidade na Igreja expressa a participação e a comunhão em vista da missão, ela se manifesta na vida e na missão da Igreja como um estilo peculiar, onde todo o povo de Deus é convocado para ser protagonista do anúncio do Evangelho. Ela se expressa no modo ordinário de viver e agir da Igreja. Juntamente com a ação do Espírito Santo, que rege e governa a Igreja, atuando em cada um de seus membros.

Nessa exposição, acentuaremos quatro pontos significativos que emergem da vivência da sinodalidade: 1. Comunhão e unidade; 2. Discernimento coletivo; 3. Enriquecimento mútuo; 4. Testemunho ao mundo.

1 SINODALIDADE: COMUNHÃO E UNIDADE

A sinodalidade ajuda a superar divisões e a construir pontes entre diferentes grupos e sensibilidades dentro da comunidade cristã. No discurso para o 50º aniversário da Instituição do Sínodo dos Bispos, de 17 de outubro de 2015, Papa Francisco afirma: “O mundo em que vivemos e que somos chamados a amar e servir mesmo nas suas contradições, exige da Igreja o reforço das sinergias em todas as áreas da sua missão. O caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio” (FRANCISCO, 2015, p. 2). O caminho da Igreja nesse novo milênio é desafiador, contrário a várias aspirações e propostas que o mundo globalizado dissemina na sociedade, de viver o individualismo. O Papa

¹ Graduando, do 2º ano de Teologia pelo Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí - ICESPI. E-mail: josedejesusdantass@gmail.com

Francisco tem a convicção de que a Igreja é fundamentalmente um povo em movimento, o povo de Deus que se deixa guiar pelo Espírito Santo e que deve percorrer um caminho que conduz à sinodalidade. Para França Miranda “o Espírito Santo não só está nela presente, mas constitui, propriamente falando, sua alma” (MIRANDA, 2022, p. 30). A sinodalidade permite que todo o povo de Deus caminhe em conjunto, escutando o Espírito Santo e a palavra de Deus, para participar na missão da Igreja, na comunhão que Cristo estabelece entre nós.

A eclesiologia do Papa Francisco nos aponta para uma Igreja comunhão, que leigos e clérigos caminham na mesma direção, juntos, para buscar cada vez mais uma unidade eclesial fundada no dom do serviço, do amor ao próximo numa Igreja que vai ao encontro dos que sofrem, dos abandonados, dos excluídos, para garantir-lhes a dignidade do Reino dos céus.

A Igreja hoje está reaprendendo a sinodalidade por meio da experiência. Não basta ter a visão teórica, o desafio é colocá-la em prática: aquilo que o Senhor nos pede, de certo modo está tudo contido na palavra ‘Sínodo’: caminhar juntos – leigos, padres, bispos e bispo de Roma. É um conceito fácil de exprimir em palavras, mas não é assim fácil de ser colocado em prática. A prática da sinodalidade requer de nós esforço, abertura e acolhimento das diversas opiniões e necessidades de cada membro da Igreja. A busca em praticar o que ensinamos é totalmente diferente de tudo aquilo que já está contido nos documentos que a Igreja nos apresenta para viver a sinodalidade.

Para ser fiel ao projeto de Jesus, de fato, devemos ser uma Igreja Sinodal que caminha em comunhão nas diversidades de dons e serviços pastorais, na identidade única de cada comunidade particular em suas dioceses e paróquias, um caminho construído em comunhão para prosseguir uma missão comum através da participação de cada um de seus membros. A sinodalidade é a forma de ser pela qual a Igreja vive a sua missão no mundo e exige de todo o povo de Deus que se faça um caminho em conjunto, com cada membro desempenhando seu papel, unidos uns aos outros.

2 DISCERNIMENTO COLETIVO

Os sínodos e assembleias sinodais permitem que os líderes da Igreja e os fiéis entrem em discernimento sobre questões importantes em conjunto. Essa abordagem coletiva ajuda a evitar decisões arbitrárias e favorece a busca pela vontade de Deus. Um dos frutos do Concílio Vaticano II foi a instituição do Sínodo dos Bispos. Embora o Sínodo dos Bispos se tenha realizado até agora como uma reunião de bispos com e sob a autoridade do Papa, a Igreja percebe-se cada vez mais que a sinodalidade é o caminho para todo o Povo de Deus. Para Briguenti “o exercício da colegialidade episcopal, através do novo *coetus episcoporum* que são Conferências Episcopais Nacionais e Continentais, está estreitamente unido à sinodalidade da Igreja, tal como atesta seu itinerário histórico” (BRIGUENTI, 2020, p. 199). Assim, o Processo Sinodal já não é apenas uma assembleia de bispos, mas um caminho para todos os fiéis, no qual cada Igreja local tem um papel importante a desempenhar. A Igreja

Universal (católica) juntamente com as Igrejas particulares, cada uma em suas respectivas dioceses, tem um papel fundamental na construção do caminho sinodal, que provoca a todos a ter um senso de pertença cada vez mais forte à Igreja de Jesus Cristo, uma Igreja peregrina que caminha junto rumo ao objetivo maior, construir o Reino de Deus.

O Concílio Vaticano II revigorou a sensação de que todos os batizados, tanto a hierarquia como os leigos, são chamados a ser participantes ativos na missão salvífica da Igreja, como nos aponta a *Lumen Gentium*:

Os leigos, portanto, do mesmo modo que, por divina condescendência, têm por irmão a Cristo, o qual, apesar de ser Senhor de todos, não veio para ser servido, mas para servir (cfr. Mt. 20,28), de igual modo têm por irmãos aqueles que, uma vez estabelecidos no sagrado ministério, apascentam a família de Deus ensinando, santificando e governando com a autoridade de Cristo, de modo que o mandamento da caridade seja por todos observado[...]O apostolado dos leigos é participação na própria missão salvadora da Igreja, e para ele todos são destinados pelo Senhor, por meio do Baptismo e da Confirmação. E os sacramentos, sobretudo a sagrada Eucaristia, comunicam e alimentam aquele amor para com Deus e para com os homens, que é a alma de todo o apostolado (LG, 32-33).

Os fiéis receberam o Espírito Santo no batismo e na confirmação e estão dotados de diferentes dons e carismas para a renovação e edificação da Igreja, como membros do Corpo de Cristo. Assim, a autoridade pedagógica do Papa e dos bispos está em diálogo com o *sensus fidelium*, a voz viva do Povo de Deus. Vale lembrar sobre a afirmação, comentada no artigo da Comissão Teológica Internacional, sobre a comunhão eclesial:

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* oferece os princípios essenciais para uma pertinente inteligência da sinodalidade na perspectiva da eclesiologia de comunhão. A ordem dos seus primeiros capítulos exprime uma importante conquista da autoconsciência da Igreja. [...] sublinha que a hierarquia eclesiástica é colocada a serviço do povo de Deus, a fim de que a missão da Igreja se atualize em conformidade com o divino desígnio da salvação (CTI, p. 15).

Nesse caminho sinodal a Igreja procura tomar decisões pastorais que reflitam, ao máximo possível, a vontade de Deus, fundamentando-as na voz viva do Povo de Deus. Nota-se que a colaboração com teólogos – leigos, ministros ordenados e religiosos – pode ser um apoio útil para articular a voz do Povo de Deus que exprime a realidade da fé com base na experiência vivida. Isso reflete bem a essência da sinodalidade na Igreja, que é um conceito central no pontificado do Papa Francisco e tem suas raízes no Concílio Vaticano II. A colaboração com teólogos, sejam eles leigos, ministros ordenados ou religiosos, é fundamental nesse processo. Eles ajudam a articular a voz do Povo de Deus, trazendo à tona a realidade

da fé vivida no dia a dia. A sinodalidade não é apenas um método de governança, mas uma expressão da própria natureza da Igreja como comunhão.

3 ENRIQUECIMENTO MÚTUO

A diversidade de experiências, culturas e perspectivas enriquece a Igreja. A sinodalidade valoriza essa diversidade e permite que diferentes vozes contribuam para a missão evangelizadora. A sinodalidade, princípio da participação de todos na vida da Igreja, reflete o fato de que todos os batizados são chamados a ser sujeitos ativos, protagonistas da missão da Igreja, porque o Espírito Santo confere a todos os membros do povo de Deus carismas diversos, sendo o carisma um dom particular recebido para o bem de todos. O documento da Comissão Teológica Internacional afirma:

O ethos da Igreja Povo de Deus convocado pelo Pai e guiado pelo Espírito Santo para formar em Cristo «o sacramento, ou sinal, e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano» liberta-se e alimenta-se da conversão pessoal à espiritualidade de comunhão. Todos os membros da Igreja são chamados a acolhê-la como dom e empenho do Espírito que deve ser exercido na docilidade às suas moções, para se educarem a viver na comunhão a graça recebida no Batismo e levada a cabo na Eucaristia” (CTI, p. 24).

Escutar o Espírito Santo é escutar, com todo o Povo de Deus, o que o Espírito Santo está a dizer à Igreja. Escutamos o Espírito escutando juntos a Palavra de Deus na Sagrada Escritura e na Tradição viva da Igreja e, depois, escutando-nos uns aos outros, nas diversidades de experiências pastorais e culturais, enriquecer cada vez mais o nosso processo sinodal. A sinodalidade promove uma Igreja mais inclusiva e participativa, onde cada pessoa tem a oportunidade de contribuir com suas experiências e perspectivas. Isso não só fortalece a comunidade, mas também enriquece a compreensão e a vivência da fé.

A Igreja reconhece que a evangelização deve ser sensível às diferentes culturas e contextos. Isso significa que a mensagem do Evangelho deve ser comunicada de maneira que ressoe com as experiências e valores das diversas comunidades. A sinodalidade, ao promover a participação de todos os membros da Igreja, reconhece a importância de adaptar a mensagem do Evangelho às diversas culturas e contextos em que a Igreja está inserida. A evangelização sensível às culturas significa que a Igreja deve escutar e compreender as experiências e valores das comunidades locais. Isso não apenas torna a mensagem do Evangelho mais acessível e relevante, mas também respeita e valoriza a diversidade cultural como uma riqueza para a Igreja.

4 TESTEMUNHO PARA O MUNDO

Uma Igreja sinodal, que vive a comunhão e o diálogo, é um testemunho forte para o mundo. Ela demonstra que é possível viver em harmonia, mesmo com diferenças, e que, mesmo na diversidade, é possível a unidade. A Igreja existe para evangelizar. Nunca podemos estar centrados em nós mesmos. A nossa missão é testemunhar o amor de Deus no meio de toda a família humana. Este Processo Sinodal tem uma dimensão profundamente missionária. Destina-se a deixar que a Igreja testemunhe melhor o Evangelho, especialmente com aqueles que vivem nas periferias espirituais, sociais, económicas, políticas, geográficas e existenciais do nosso mundo. Ao valorizar a participação de todos os membros da Igreja, independentemente de sua origem ou posição, a Igreja demonstra que a verdadeira comunhão é possível mesmo em meio à diversidade cultural, social e econômica. Uma Igreja sinodal é uma Igreja que escuta. Ao praticar o diálogo e a escuta ativa, a Igreja mostra respeito pelas experiências e opiniões de todos os seus membros. Isso cria um ambiente de confiança e acolhimento, onde todos se sentem valorizados.

A comunhão e o diálogo são expressões concretas do amor cristão. Quando a Igreja vive esses valores, ela dá um testemunho vivo do amor de Deus ao mundo. Isso pode inspirar outras pessoas e comunidades a buscar a reconciliação, a paz e a justiça. Em síntese, uma Igreja sinodal que vive a comunhão e o diálogo, não apenas fortalece sua própria missão, mas também oferece um testemunho transformador para o mundo, mostrando que é possível viver em harmonia e colaboração, refletindo os valores do Evangelho. Por fim, deixo um pequeno trecho da Comissão Teológica Internacional sobre a grande “Parrésia do Espírito Santo nesse caminho sinodal:

Caminhar juntos – ensina o Papa Francisco – é a via constitutiva da Igreja; a peculiaridade que nos permite interpretar a realidade com os olhos e o coração de Deus; a condição para seguir o Senhor Jesus e ser servos da vida neste tempo ferido. Respiro e o passo sinodal revelam o que somos e o dinamismo de comunhão que anima as nossas decisões. Somente nesse horizonte podemos renovar de verdade a nossa pastoral e adequá-la à missão da Igreja no mundo de hoje; só assim podemos enfrentar a complexidade deste tempo, agradecidos pelo percurso realizado e decididos a continuá-lo com parrésia. A parrésia no Espírito pedida ao Povo de Deus no caminho sinodal é a confiança, a franqueza e a coragem de ‘entrar na amplidão do horizonte de Deus’ para anunciar que ‘no mundo há um sacramento de unidade e, por isso, a humanidade não está destinada a viver dispersa nem desorientada’. A experiência vivida e perseverante da sinodalidade é para o Povo de Deus fonte da alegria prometida por Jesus, fermento de vida nova, trampolim para uma nova fase de empenho missionária (CTI, p. 28).

O Espírito Santo é o protagonista da vida eclesial: o plano de salvação dos homens e das mulheres realiza-se pela graça do Espírito. Ele é quem assume a liderança. Se não compreendermos isso, seremos como aqueles de quem se fala nos Atos dos Apóstolos: “Recebestes o Espírito Santo? – E que é o Espírito Santo? Nós nem sequer ouvimos falar disso!” (At 19, 1-2). O papa nos adverte que devemos compreender que o Espírito é o protagonista da vida da Igreja, Aquele que a conduz para diante (FRANCISCO, 2023, p. 2).

CONCLUSÃO

A sinodalidade na Igreja expressa a participação e a comunhão em vista da missão, ela se manifesta na vida e na missão da Igreja como um estilo peculiar, onde todo o povo de Deus é convocado a ser protagonista do anúncio do Evangelho. A eclesiologia do Papa Francisco nos aponta para uma Igreja comunhão, que leigos e clérigos caminham na mesma direção, juntos, para buscar cada vez mais uma unidade eclesial fundada no dom do serviço, do amor ao próximo numa Igreja que vai ao encontro dos que sofrem, dos abandonados, dos excluídos, para garantir-lhes a dignidade do Reino dos céus. Para ser uma Igreja sinodal é preciso abrir-se ao Espírito Santo, porque o Espírito Santo confere a todos os membros do povo de Deus carismas diversos, dons diversos, que acolhidos favorece a toda Igreja uma comunhão e evangelização mais centrada nas necessidades e particularidade de cada Igreja particular em suas diferentes culturas.

Nesse caminho sinodal a Igreja procura tomar decisões pastorais que reflitam, ao máximo possível, a vontade de Deus, fundamentando-as na voz viva do Povo de Deus. Nota-se que a colaboração dos teólogos – leigos, ministros ordenados e religiosos – pode ser um apoio útil para articular a voz do Povo de Deus que exprime a realidade da fé com base na experiência vivida. Viver a sinodalidade nos dias de hoje envolve um compromisso com a comunhão, a participação ativa e a missão dentro da Igreja, buscando promover a unidade e a fraternidade dentro da comunidade, valorizando a diversidade e buscando sempre o bem comum. Devemos encorajar todos os membros da comunidade a se envolverem nas decisões e atividades da Igreja. Essas práticas ajudam a construir uma Igreja mais sinodal, onde todos busquem testemunhar o amor de Cristo ao mundo como Igreja viva e peregrina.

REFERÊNCIAS

BRIGHENTI, Agenor. A Sinodalidade como Referencial do estatuto teológico das Conferências Episcopais. *ATeo*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 64, p. 197-213, jan./abr. 2020. Acesso em 15 de ago. de 2024, disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/47904/47904>.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, acesso em: 15 de ago. de 2024, disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_20180302_sinodalita_po.html#A_sinodalidade_express%C3%A3o_da_eclesiologia_de_comunh%C3%A3o>.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Dogmática Lumen Gentium*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FRANCISCO, Papa. Discurso do Santo Padre Francisco na comemoração do Cinquentenário da Instituição do Sínodo dos Bispos. 2015. Acesso em 12 de ago. de 2024. Disponível em:< <https://www>.

[vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anni-versario-sinodo.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anni-versario-sinodo.html)

FRANCISCO, Papa. Abertura da XVI assembleia geral ordinária do sínodo dos bispos “Por uma igreja sinodal: Comunhão, participação e missão”, Acesso em 15 de ago. de 2024, disponível em: < <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2023/october/documents/20231004-apertura-sinodo.html> Acesso: 30/09/2024.

L'OSSERVATORE ROMANO. Edição semanal em português, Ano XLIV, n. 39, Domingo, 29 de setembro de 2013, Acesso em 12 de ago. de 2024. Disponível em: < https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/september/documents/papa-francesco_20130921_intervista-spadaro.pdf.

MIRANDA, Mário de França. Espírito Santo e sinodalidade. *REB*, Petrópolis, volume 82, número 321, p. 24-44, Jan./Abr. 2022. Acesso em 18 de set. de 2024. Disponível em: < https://observatoriosinodalidad.org/wp-content/uploads/2024/08/24.08.06_Miranda_Espirito-Santo-e-sinodalidade.pdf.

Escutar, discernir e caminhar: O método sinodal do papa francisco na evangelização

Anderson Batista Monteiro¹

Resumo: No discurso aos membros da cúria romana, em 21 de dezembro de 2023, o Papa Francisco indicou três verbos para auxiliar no itinerário de fé: escutar, discernir e caminhar. Tais verbos indicam um novo método de ação pastoral na Igreja. O método ver-julgar-agir contribui grandemente para o discernimento da ação evangelizadora, mas o método escutar, discernir e caminhar parece atualizar esse antigo método e, por isso, vale refleti-lo no caráter sinodal da Igreja, auxiliando no anúncio do Evangelho na atualidade. Recordar o método ver-julgar-agir e sintetizar esse novo método indicado pelo Papa Francisco é o nosso objetivo.

Palavras-chave: Evangelização; Papa Francisco, Sinodalidade; Pastoral.

INTRODUÇÃO

Os verbos escutar, discernir e caminhar aparecem diversas vezes no pontificado do Papa Francisco quando se trata, sobretudo, de sinodalidade e missão. De diferentes modos, e, por vezes utilizando outras palavras, podemos perceber a germinação de um novo método a ser aplicado na vida da Igreja. Buscando ler os sinais dos tempos e neles encontrar os apelos de Deus, a experiência de ouvir, discernir e caminhar tem indicado um caminho para novas respostas diante dos desafios de interpretar os sinais dos tempos à luz do Espírito Santo.

Por mais de cem anos, consolidou-se na Igreja, sobretudo na América Latina, o método ver-julgar-agir como uma resposta aos desafios apresentados diante da realidade social, político-econômica, cultural e religiosa vigente. No convite à conversão pastoral e à construção de novas estruturas, queremos propor o método ouvir, discernir e caminhar como um contributo à missão evangelizadora da Igreja, a fim que se torne uma Igreja em estado de missão, isto é, uma Igreja que vai ao encontro do povo e caminha com ele.

A sinodalidade vai além de ser apenas um modelo organizacional ou de uma estrutura administrativa, trata-se de uma verdadeira experiência espiritual que expressa a essência da Igreja como povo de Deus. Nesse contexto, os verbos escutar, discernir e caminhar têm um significado que ultrapassa a mera execução de tarefas; eles expressam uma dinâmica espiritual que busca renovar a Igreja a partir de sua base, incentivando uma verdadeira comunhão e participação de todos os fiéis na vida da Igreja. Ao propor este itinerário, o Papa Francisco nos convida a se envolver de forma concreta no processo de discernir e criar novos rumos, sempre inspirados pelo Espírito Santo.

¹ Doutor em Teologia Sistemático-Pastoral pela PUC-Rio. Email: andersonbatista2207@gmail.com

[A Igreja] precisa de discípulos que sabem ver, julgar e agir, como propõe aquele documento latino-americano que nasceu nestas terras. [...] Discípulos missionários que sabem ver sem miopias hereditárias; que examinam a realidade com os olhos e o coração de Jesus, e a partir daí julgam. E que arriscam, que atuam, que se comprometem. (PAPA FRANCISCO, 2017).

1 RECORDANDO O MÉTODO VER, JULGAR E AGIR

O método ver-julgar-agir tem origem na França, a partir do Catolicismo Social e da Associação Católica da Juventude Francesa (ACJF), quando, na época, o padre Joseph Léon Cardijn, em contato com o pensamento de Albert de Mun e a tríade que fundamentava a ACJF – “piedade, estudo e ação” –, sistematizou o método ver-julgar-agir que foi sendo desenvolvido ao longo do tempo, e, apareceu, pela primeira vez, escrita em um texto que trazia os conteúdos de uma Conferência realizada em 1914. Absorvido pela tradição eclesial e difundido entre os círculos operários da Europa, esse método foi utilizado por João XXIII, acolhido em alguns documentos do Vaticano II e amplamente aplicado na América latina. Ele migrou de um lugar de desconfiança para se tornar uma ferramenta importante na ação da Igreja. Com o tempo, impôs-se como método teológico e ainda se mantém vitalidade em muitos documentos recentes do Magistério Social, destacando-se especialmente nos pronunciamentos oficiais e extraoficiais de Francisco.

O primeiro passo do método visa refletir sobre a realidade e seus problemas, discernindo-os em vistas de uma ação concreta. No caso da Juventude Operária, a realidade era o mundo do trabalho, suas aflições e desafios. O segundo passo consiste em confrontar a realidade à luz do evangelho. Por fim, o agir, que parte da caridade e busca enfrentar novos problemas, gerando um movimento cíclico e contínuo de transformação.

Embora contestada por seus contemporâneos, a pedagogia de Cardijn foi aprovada pelo Papa em 1925, e a Juventude Operária Católica, juntamente com seu método de ação conquistou cidadania eclesial. Em 1961, o método “ver-julgar-agir” surgiu no magistério pontifício na encíclica *Mater et Magistra* de João XXIII.

Para levar a realizações concretas os princípios e as diretrizes sociais, passa-se ordinariamente por três fases: estudo da situação; apreciação da mesma à luz desses princípios e diretrizes; exame e determinação do que se pode e deve fazer para aplicar os princípios e as diretrizes à prática, segundo o modo e no grau que a situação permite ou reclama. São os três momentos que habitualmente se exprimem com as palavras seguintes: “ver, julgar e agir”. (João XXIII, n. 235)

Da mesma forma, encontramos o método na *Gaudium et Spes*, *Populorum Progressio* e *Solicitudo Rei Socialis*. E na América Latina, o método jocista (ver-julgar-agir) foi amplamente absorvido, como visto nas Conferências de Medellín, Puebla e Aparecida. No Brasil,

a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, utiliza esse método em diversos documentos. Como exemplo, as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora e os textos bases da Campanha da fraternidade.

Como na ideia concedida por Cardijn, esse método parte das realidades concretas, que são iluminadas pelo Evangelho, para se chegar às ações concretas de transformação. Parte da realidade social, realizando um estudo da situação econômica, política, social e eclesial. Esta análise oferece um entendimento mais profundo da realidade social, a fim de compreender melhor a realidade sobre a qual teologizará. Este “ver” quer ir além do “senso comum”, buscando ultrapassar as aparências e revelar as possibilidades transformadoras. A realidade oculta torna-se visível, e as dimensões até então ocultas ou escondidas por diferentes mecanismos sociais, políticos e mesmo religiosos são expostas.

A partir do encontro inicial, que se compromete com a realidade, identifica-se as interpelações que brotam da realidade, analisando-as à luz da palavra de Deus, do Vaticano II, do Magistério e da experiência de toda a Igreja. Para isso, adotam-se critérios teológicos para a leitura e o aprofundamento da questão identificada. O “julgar” exige o aprofundamento daquilo que foi suscitado no ver, a Palavra que cria o mundo, agora o transforma.

O agir é a encarnação do julgar, dentro do “ver”. Não é um cronograma para a execução de tarefas superficiais, mas sim, as atitudes concretas que visam, desde a obra caritativa, passando pela formação, pelo combate dos problemas, num profundo e contínuo trabalho de transformação religiosa e social. O agir propõe pistas de ação pastoral, visando o Reino de Deus

O ‘ver’, primeiro momento do método, é o primeiro passo de um processo indutivo. O discernimento da realidade antes de ‘agir’ e, posteriormente, o ‘agir’ como parte do ‘ver’, é justificado pelo fato de Cardijn não buscar simplesmente que os operários ‘retornem’ à Igreja, mas de querer ‘levar’ a Igreja para o meio deles. Para inserir-se nos meios de vida com o objetivo de ‘sanear’ o mundo do trabalho, era preciso primeiro conhecê-lo, sobretudo os seus problemas. O ‘julgar’ consiste basicamente em ‘confrontar o real dos fatos com o ideal do Evangelho ou do Plano de Deus, em outras palavras, em ‘distinguir a verdade do erro’. Partindo dos fatos, iluminados pela doutrina, desemboca na ação ‘agir’ (BRIGHENTI 2022, p. 61- 61).

2 ESCUTAR, DISCERNIR E CAMINHAR

Apesar de sua consolidação na teologia, o método ver-julgar-agir deve estar em constante reflexão. Após 100 anos de sua criação, nos discursos do Papa Francisco e no contínuo desenvolvimento do Sínodo sobre a sinodalidade da Igreja, percebemos ensaios para uma versão atualizada do método de Cardijn. Na homilia de abertura do sínodo, em 11 de dezembro de 2021, o Papa Francisco apresentou os verbos encontrar, escutar e discernir. Contudo,

chama a nossa atenção o seu discurso à Cúria Romana no dia 21 de dezembro de 2023, onde ele apresenta os verbos: escutar, discernir e caminhar como um itinerário de fé.

O primeiro verbo é o “escutar”. Para escutar é preciso se encontrar. Este é o aspecto que nos aproxima ao sínodo sobre a sinodalidade. Ao longo do evangelho, vemos diversos encontros de homens e mulheres com Cristo, encontros de cura e ressurreição. Em cada encontro, Jesus os escutava. Sobre isso, Papa Francisco (2021) ensina:

Somos chamados a tornar-nos peritos na arte do encontro; peritos, não na organização de eventos ou na proposta duma reflexão teórica sobre os problemas, mas, antes de mais nada, na reserva dum tempo para encontrar o Senhor e favorecer o encontro entre nós: um tempo para dar espaço à oração, à adoração – uma oração que tanto transcuramos: adorar, dar espaço à adoração –, àquilo que o Espírito quer dizer à Igreja.

A escuta nasce do encontro e é necessário abertura e disponibilidade para se deixar interpelar pelo outro. Escutar as perguntas, preocupações, esperanças de cada um, como também escutar o mundo, os desafios e as constantes mudanças. Se envolver e deixar ser envolvidos, indica uma posição não colonizadora e seguros das próprias certezas, ou fechados em si mesmos.

Discernir é o segundo passo. A escuta não é um fim em si mesmo, a fim de manter o *status quo* mas, pelo contrário, é partir de um verdadeiro diálogo, onde a mudança tem o seu início. O discernimento objetiva examinar os sinais dos tempos e a realidade, para buscar a vontade do Pai e tomar decisões. Faz parte da etapa do discernimento de uma lógica sinodal, a participação de toda Igreja: hierarquia, associações de leigos, movimentos eclesiais, novas formas de vida consagrada e diálogo com outras igrejas cristãs e não cristãs.

Na exortação apostólica *Gaudete et Exsultate*, o Papa Francisco dedica boa parte do capítulo V para explicar o que é o discernimento, definindo-o como um dom e uma graça que precisam ser buscados e cultivados. Em um mundo repleto de distrações, onde as pessoas podem facilmente se tornar alvos de ser manipulação por empresas digitais e pelas redes sociais (inteligência artificial), o discernimento torna-se uma ferramenta essencial para seguir o Senhor com fidelidade. A razão e o conhecimento científico são vistos como aliados nesse processo e, sobre isso, o Papa Francisco afirma na Exortação Apostólica *Gaudete Et Exsultate* (n. 172).

Não nos esqueçamos de que o discernimento orante exige partir da predisposição para escutar: o Senhor, os outros, a própria realidade que não cessa de nos interpelar de novas maneiras. Somente quem está disposto a escutar é que tem a liberdade de renunciar ao seu ponto de vista parcial e insuficiente, aos seus hábitos, aos seus esquemas. Desta forma, está realmente disponível para acolher uma

chamada que quebra as suas seguranças, mas leva-o a uma vida melhor, porque não é suficiente que tudo corra bem, que tudo esteja tranquilo. Pode acontecer que Deus nos esteja a oferecer algo mais e, na nossa cómoda distração, não o reconheçamos.

A Igreja deve discernir constantemente os apelos do Senhor, manifestados nos irmãos e irmãs. O mundo atual é flexível e está em constante transformação; por isso, a Igreja deve manter-se atenta aos sinais dos tempos, para interpretá-los de forma adequada.

Ainda estamos presenciando os desdobramentos das ideias e práticas relacionadas ao discernimento e à sinodalidade. A Igreja em saída deve estar em constante movimento de discernimento para permanecer fiel às fontes da fé e a vontade de Deus, que se revelam nos sinais dos tempos. O discernimento também envolve a responsabilidade de todos os fiéis em relação à missão e ao seu direcionamento, por meio da participação ativa de todos os membros do povo de Deus.

Não podemos deixar de destacar que a fase do discernimento nos remete à prática jesuíta do discernimento comunitário, enraizada na espiritualidade inaciana. A ideia central é que, antes de iniciar a discussão sobre determinado assunto, os participantes dediquem um tempo à oração individual em silêncio. Após esse momento, todos se reúnem e cada um partilha os frutos de sua oração, enquanto os demais ouvem sem interrupção. Depois de todos terem tido a oportunidade de falar, pode haver uma segunda rodada de partilha, onde as pessoas relatam as suas próprias reações ao que os outros compartilharam. Assim, a ênfase está na compreensão mútua, antes de buscar uma “solução” para os problemas.

Essa dinâmica foi aplicada durante o Sínodo sobre a sinodalidade, nos pequenos grupos de discussão. Um facilitador assegurava que todos tivessem a oportunidade de falar, garantindo que ninguém fosse excluído. Na primeira rodada, cada pessoa compartilhava sua própria experiência e sua perspectiva individual. Na segunda rodada, os membros sinodais comentavam o que ressoou neles a partir das falas anteriores. Na terceira rodada, o grupo explora convergências, divergências, questões a serem aprofundadas e possíveis ações a serem tomadas. A ênfase estava na compreensão mútua, antes da avaliação final.

Por fim, a última etapa é o caminhar. Caminhar segundo o Espírito Santo, como São Paulo nos ensina na Carta aos Gálatas (Gl 5, 16.25). Ouvir, discernir e caminhar constituem um verdadeiro itinerário de fé, guiado pelo Espírito Santo. Esse caminho não é percorrido individualmente, mas é construído coletivamente em comunidade e na diversidade. Caminhar apenas com aqueles que pensam de forma semelhante, excluindo os demais, não é um caminho eclesial. A Igreja em saída é uma Igreja em movimento, que avança rumo a Deus, com uma direção clara.

Diferentemente do “agir”, que implica uma ação de fora para dentro, o “caminhar” envolve todos os participantes de forma horizontal, em vez de vertical. Afinal, “cada batizado,

independentemente de sua função na Igreja ou do nível de instrução em sua fé, é um agente ativo de evangelização” (EG 120).

3 ESCUTAR, DISCERNIR E CAMINHAR COMO O MÉTODO PARA A IGREJA SINODAL

Percebemos que ouvir, discernir e caminhar não é apenas uma atualização do método ver, julgar e agir, mas faz parte do processo de “sinodalização” da Igreja. Quando se fala em modificar estruturas, não se trata de reformar modelos antigos, mas de ter a coragem de implantar um novo paradigma inspirado pelo Espírito.

A sinodalidade está diretamente relacionada à interação entre a Igreja e o mundo, especialmente por meio do vínculo entre sinodalidade e fraternidade. O Povo de Deus, ao desejar compartilhar a luz do Evangelho com toda a família humana, estabelece uma conexão profunda com o mundo. Assim, ouvir, discernir e caminhar expressa a vida da Igreja, que testemunha o que ela é e o que ela faz a partir da revelação de Deus em Cristo. Por isso, como comunidade de fé, a Igreja encarna o modo de viver Daquele que veio “não para ser servido, mas para servir” (Mt 10,45). Caminhar com Deus significa caminhar com os pobres, refugiados e excluídos, dialogando com a ciência, a arte, a economia, a mídia e o mundo secular em geral, ultrapassando tanto fronteiras visíveis quanto invisíveis.

Para que a Igreja sinodal coloque em prática o método ouvir, discernir e caminhar, é necessário seguir o modelo de pequenas comunidades. Em pequenos grupos, os fiéis têm a oportunidade de se conhecerem, compartilharem suas vidas e cuidarem uns dos outros. Essas comunidades podem ser organizadas por proximidade territorial, como ruas, quarteirões, condomínios e vilas, ou por afinidades, como casais, jovens, universitários e profissionais de diversas áreas. Nesses pequenos grupos, ninguém passa despercebido; cada pessoa é importante e se sente parte integrante da comunidade.

Inspirada no testemunho dos primeiros cristãos, a Igreja precisa entender que, apesar das resistências, sua natureza é essencialmente comunitária. Na comunhão, ela se relaciona com todo o Povo de Deus. Essas pequenas comunidades devem funcionar em rede, sem se isolar, mas, ao contrário, caminhar em comunhão com a Igreja particular.

Para que essas pequenas comunidades eclesiais sejam uma expressão visível da Igreja nos mais variados ambientes, não basta apenas reunir pessoas. É necessário criar laços, construir amizades e aprender a sentir-se unido aos outros. Isso exige uma nova mentalidade, um novo modo de viver a experiência cristã, com um espírito mais humano, comunitário, fraterno e missionário.

CONCLUSÃO

O método “escutar, discernir e caminhar”, proposto pelo Papa Francisco, representa uma transformação significativa na forma como a Igreja se relaciona com o mundo atual e

consigo mesma. Essa abordagem não apenas revisita o clássico “ver-julgar-agir”, mas também se fundamenta na espiritualidade sinodal, com o objetivo de revitalizar a comunhão, a participação e a missão dentro da Igreja. A proposta de Francisco vai além de uma simples mudança de método, oferecendo um caminho que aprofunda a escuta do Espírito Santo, o discernimento em comunidade e a jornada conjunta em missão, de forma mais inclusiva e participativa.

Nesse cenário, a sinodalidade não surge como uma opção, mas sim como um chamado essencial que redefine as práticas pastorais, incentivando a participação genuína e engajada de todos os fiéis na missão evangelizadora. A partir de uma escuta cuidadosa e empática, a Igreja é convidada a discernir com sabedoria e, posteriormente, a caminhar junto com todos, especialmente os mais vulneráveis e marginalizados. Dessa forma, a Igreja se transforma não apenas em uma instituição em movimento, mas sim em uma verdadeira comunidade em missão, aberta ao diálogo com o mundo e comprometida com sua vocação de servir e transformar as realidades humanas à luz do Evangelho. Esse é o caminho para uma Igreja plenamente sinodal, que reflete a comunhão e o amor de Deus em todas as suas ações e decisões.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Andre. O Discernimento sinodal e pastoral em Francisco Reflexões teológicas e éticas de Aparecida ao Sínodo da Assembleia Eclesial. *Atualidade Teológica*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 71, p. 63-75, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/63158/63158.PDF>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRIGHENTI, Agenor. *O método ver-julgar-agir: da Ação Católica à teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 2022.

CZERNY, Michael. Uma Igreja que “caminha junto”. Sinodalidade na era do papa francisco. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 54, n. 1, p. 67-88, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pteo/a/bzWwS6HHQ5y9JGFfDvr3RvN/>. Acesso em: 22 jul. 2024.

FERREIRA, Reuberson. Papa Francisco, e o método? Considerações sobre método ver-julgar-agir utilizado pelo Papa Francisco. *Pensar-Revista Eletrônica da FAJE*, v.7, n.2, p. 215-228, 2016. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/pensar/article/view/3649/3750>. Acesso em: 2 ago. 2024.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium* sobre a anúncio do Evangelho no mundo atual. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em 10 ago. 2024.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Gaudete Et Exsultate* sobre o chamada à santidade no mundo atual. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20180319_gaudete-et-exsultate.html#fala_senhor. Acesso em 10 ago. 2024.

FRANCISCO, Papa. *Homilia do papa Francisco: celebração eucarística para a abertura do sínodo sobre sinodalidade*, 10 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2021/documents/20211010-omelia-sinodo-vescovi.html>. Acesso em: 2 ago. 2024.

FRANCISCO, Papa. *Homilia do Santo Padre: Aeroporto Enrique Olaya Herrera em Medellín*, 9 de setembro de 2017. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2017/documents/papa-francesco_20170909_omelia-viaggioapostolico-colombiamedellin.html. Acesso em: 2 ago. 2024.

IHU. *Encontrar, escutar, discernir: três verbos do Sínodo segundo o Papa Francisco*. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/613630-encontrar-escutar-discernir-tres-verbos-do-sinodo-segundo-o-papa-francisco>. Acesso em: 22 ago. 2024.

JOÃO XXIII, Papa. *Encíclica Mater et Magistra* sobre as recentes inovações da questão social à luz da doutrina cristã. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html. Acesso em: 22 set. 2024.

PAIVA, Vitor; KOLLER, Felipe. A sinodalidade em nível paroquial. *Pistis & Praxis: Teologia e Pastoral*, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 66-82, 2023. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/article/view/30023/26068>. Acesso em: 01 ago. 2024.

IHU. *Encontrar, escutar, discernir: três verbos do Sínodo segundo o Papa Francisco*. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/613630-encontrar-escutar-discernir-tres-verbos-do-sinodo-segundo-o-papa-francisco>. Acesso em: 22 ago. 2024.

Uma Igreja Madalena

Eric Jader Azevedo Costa¹

Resumo: A Igreja se define como sinodal. Mas, há muito que se percorrer para chegar a essa verdade. O Concílio Vaticano II apontou a comunhão e a participação eclesial nos ministérios e serviços e isso inspirou ao resgate de uma Teologia Feminina para a conversão institucional. O Papa Francisco tem insistido que a Igreja é mulher, e aponta para o resgate das qualidades femininas, bem evidenciadas nas personagens femininas da História da Salvação. Assim, o objetivo aqui é fazer uma leitura bíblico-pastoral da sinodalidade pela figura de Maria Madalena, buscando dar à estrutura organizacional eclesial um tom feminino e purificar os “espíritos maus” que assombram a Igreja, fundamentando um agir sinodal de inspiração feminina.

Palavras-chave: Sinodalidade. Maria Madalena. Comunhão.

INTRODUÇÃO

O nome da Igreja é sínodo, sua maior e melhor definição. É o que as comunidades eclesiais tem cada dia despertado em seus corações. Nas palavras do Papa Francisco aos bispos, retomando São João Crisóstomo, podemos dizer que Igreja e Sínodo são sinônimos (cf. FRANCISCO, 2025). Percebe-se, no entanto, que há várias dificuldades para vencer a tendência à acomodação e à mera manutenção.

O Concílio Vaticano II foi uma verdadeira virada copernicana na vida eclesial, que permitiu à Igreja uma compreensão maior sobre si e sobre sua missão no mundo, tratando sobre uma vida de comunhão e participação na missão de Deus, organizada em ministérios e serviços. Como comunidade de fiéis que vive, ora e anuncia a Palavra, a Igreja se incultura e dialoga com as pluriculturais realidades sem, contudo, deixar de ser uma.

A Teologia Feminina é uma dessas realidades, e traz um apelo insistente de conversão, instigando a comunidade de fé a uma mística mais adequada. A Igreja é mulher, recorda o Papa Francisco, mas, como tal, precisa resgatar a visão, o pensamento e a prática evidenciadas nas figuras femininas da História da Salvação. Por isso, numa perspectiva bíblico-pastoral da sinodalidade e a partir da figura de Maria Madalena, buscamos uma inspiração feminina para o modo organizacional eclesial, propondo três características ou reflexões, a partir da Sagrada Escritura. Nela evocamos o convite à conversão a partir das purificações de “espíritos maus”, que também assombram a Igreja. Há de se notar também as fundamentações do agir e modos de o fazer que garantam uma verdadeira sinodalidade de inspiração feminina.

¹ Padre da Arquidiocese de Montes Claros – MG. Especialista em Missiologia pelo Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA). E-mail: jadereric@gmail.com

1 UMA IGREJA FEMININA

Sabe-se que a salvação, enquanto encontro pessoal e transformador com o Senhor, se dá na história. Bruno Forte (1995) lembra que há um questionamento inevitável pelo sentido dos dias e dos acontecimentos, que cozeriam o aparente esfacelamento das situações que envolvem o homem. É, no dizer do autor, a *cruz da história*, assumida por Deus, que ampara e revela a mensagem cristã. Assim, a história se torna não apenas lugar de encontro como também, e sobretudo, de discernimento e anúncio da vitória do Deus Crucificado.

Desde a escolha de Abraão, Deus vai se revelando como Senhor, e constrói, com seu povo, uma história de salvação. Aqui, no entanto, dada a brevidade do trabalho, deter-nos-emos nas indicações dessa história, sob o ponto de vista eclesial-missionário, a partir do Concílio Vaticano II. Como Estêvão Raschietti (2022), compreendemos o Vaticano II como uma reforma da Igreja na esteira do diálogo com o mundo em que está inserida.

Tal *pentecostes* na vida da Igreja a colocou novamente na esteira do *ser católica*. Isso porque, o “Vaticano II foi, no seu conjunto, um evento universal como jamais foi visto na história da Igreja” (RASCHIETTI, 2022, p.234). Claro que isso não pode ser compreendido como real universalidade de representação, mas garante um *status quo* de grande impacto no desenrolar histórico da fé. O Concílio resgata uma ordem das relações, tão nova quanto antiga. Trata-se daquela seara na qual a comunidade eclesial caminha com esperança de viver aos moldes da Trindade, em uni-pluralidade.

A comunhão de amor da Trindade inspira não apenas a profissão de fé e a liturgia, como alcança a própria organização eclesial. Somos, indica a Constituição Dogmática sobre a Igreja, povo de Deus, corpo de Cristo e templos do Espírito (cf. LG 2-5), uma realidade complexa, formada por homens e mulheres em seus condicionamentos históricos, mas sustentada por Deus (cf. LG 8), e que vivem em expansão de partilha de amor e de vida (cf. LG 17). Mas o que salta aos olhos mais atentos é o caráter feminino que a própria Igreja ganha, quando no final do documento ela é posta diante da imagem da Virgem Maria como modelo e inspiração eclesial de participação no mistério de Cristo (cf. LG 52-69).

Essa inspiração possibilitou à Igreja uma releitura de si a partir de sua alma feminina. Contudo, para reverter uma cultura milenar de clericalização e masculinização da fé, são necessário anos. Os exercícios do magistério nacional e petrino (sobretudo de Francisco) têm conduzido a Igreja cada dia mais para essa conversão. A imagem da misericórdia, tão valorizada pelo Santo Padre argentino, no Jubileu Extraordinário da Misericórdia (cf. MV), traz consigo realidades eminentemente femininas. Afinal, o próprio verbo, do qual origina o termo misericórdia, significa, literalmente, “amor de entranhas”. Vale, ainda, resgatar a leitura feita pelo Prof. Dr. Luiz Henrique Eloy e Silva (2016), na qual, ao Pai Misericordioso de Lucas (15) é imputado os verbos no masculino e no feminino, de busca e diligência.

O Papa Francisco, constantemente tem reverberado a urgência de compreendermos a Igreja como mulher. Na homilia do dia 21 de maio de 2018, na casa Santa Marta, celebrando

pela primeira vez a memória litúrgica por ele instaurada, da bem-aventurada Virgem Maria, Mãe da Igreja, insistiu que a Igreja é mulher, e que sua alma feminina gera fecundidade (cf. FRANCISCO, 2018). Em outro discurso, agora aos membros da Comissão Teológica Internacional (2023), chegou a proferir de maneira espontânea: “A Igreja é mulher. E se não soubermos entender o que é uma mulher, o que é a teologia de uma mulher, nunca entenderemos o que é a Igreja. Um dos grandes pecados que temos tido é ‘masculinizar’ a Igreja” (FRANCISCO, 2023). Em seguida ele insistiu que essa *desmasculinização* se resolve, sobretudo, resgatando uma vida mística e real, que fará a Igreja, e seus membros, olhar, sentir, e agir de modo coerente. Vale destacar que o próprio Papa Francisco chega a insistir que tal questão não deva ser resolvida em nível ministerial.

Elas possuem, indica São João Paulo II, uma sensibilidade especial por Jesus, seu mistério e projeto, características próprias de sua feminilidade (cf. MD 16). Isso, como indica o Santo Padre polonês, apenas realça de maneira sólida a pluralidade própria da vida eclesial e o fato de Jesus ter confiado às mulheres as verdades divinas, tanto quanto aos homens. Não deve haver, no entanto, bem indica ele, um embate de forças entre seus componentes masculinos, são uma unidade que não deixa de ser plural e enriquecedora para a vida eclesial.

Poder-se-á, no entanto, perguntar-se sobre o porquê não insistirmos, como o próprio Santo Padre, na figura da Virgem Mãe como *imago ecclesiae*. A resposta vem do contato com os mais simples. Para a média católica brasileira, sobretudo no interior e no sertão, Maria goza de prerrogativas que a colocariam fora da seara dos “homens e mulheres comuns”. Daí a urgência de resgatarmos outras figuras bíblicas de maior proximidade com a realidade. Afinal, é a isso que chamamos leitura profética dos sinais dos tempos.

Emerge, então, Maria Madalena como personagem feminina de grande valor profético para a Igreja hoje. Corrobora o reconhecimento dela como “a apóstola dos apóstolos”, título dado por Santo Tomás de Aquino e resgatado pelo romano pontífice no ano de 2016, terceiro de seu pontificado. Ela que também pode, bíblica e teologicamente, se opor à Eva e ao mistério do pecado original. Em texto literal, citando São Gregório Magno, assim escreve o documento que instaura a elevação à festa a então memória de Maria Madalena: “(...) desejo assinalar o contraste entre as duas mulheres presentes no jardim do paraíso e no jardim da ressurreição. A primeira difunde a morte onde estava a vida; a segunda anunciou a Vida a partir de um sepulcro - lugar de morte” (CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO, 2026).

2 UMA IGREJA MADALENA

Tendo visto, sumariamente, a importância de se resgatar não apenas a alma feminina, mas da possibilidade de o fazer a partir de outras figuras, podemos abrir horizontes com a figura de Maria Madalena. Deter-nos-emos em haurir dela três pontos proféticos para nossa caminhada eclesial, a saber: *um caminho de conversão; um resgate da chama da esperança e uma imagem sinodal*.

A primeira aparição de Madalena no Evangelho é quando Lucas (8,2) nos indica que ela seguia a Jesus, depois de ter sete demônios expulsos. Assim, já no primeiro contato com ela, começa o seu discipulado e chamado à conversão. A caráter de exemplificação, cabem algumas indicações de “demônios eclesiais” feitas pelo Papa Francisco. Uma pastoral de conservação; o gnosticismo prático; o pelagianismo atual; uma imagem eclesial de *societas perfecta*; a prática de um poder egoísta e o mundanismo espiritual, são apenas algumas dessas realidades denunciadas pelo Papa Francisco (cf. GeE, n.35-62) e que urgem purgação.

A esses “demônios”, podemos contrapor realidades como: a Igreja em saída; a *via encarnationis*; o reestabelecimento de uma autêntica vida mística; uma Igreja sinodal, de comunhão e participação; e uma Igreja do avental e do serviço de diaconia, não apenas em seus ministérios ordenados, mas em todo o seu ser. Esses são, inclusive, horizontes constantes indicados pelo Papa Francisco, desde o início do seu pontificado. Sobretudo na exortação *Evangelii Gaudium* (2013), o Santo Padre escancarou as janelas e portas de nossas comunidades eclesiais e conclamou a todos à caminhada rumo a recuperar o projeto de Jesus.

O *resgate da chama da esperança*, que anteriormente elencamos, se trata, na imagem de Madalena, de sua força amorosa. Àquela que era possuída por demônios, emerge a figura da amada que avança na noite para estar com seu amado (Jo 20,1-18). Assim, a Igreja precisa primeirizar, pelo amor, a fim de ser testemunha da ressurreição. A esperança faz arder o coração dos que conseguem perceber que Cristo caminha com eles (cf. Lc 24). É ela que nos faz peregrinos em meio à noite escura e fria do desalento e da morte. Essa esperança é, sobretudo, inspirada pelas ações do próprio Jesus, que desperta a confiança na bondade de Deus nos corações daqueles para os quais o judaísmo da época insistia em afirmar seu abandono (cf. PAGOLA, 2019). O amor, singelo, sincero e repleto de gratidão de Madalena, convoca-nos para alçarmos voos rumo a uma Igreja no qual arde o amor pelo Senhor e seu povo (cf. EG 273).

Por fim, a terceira característica que emerge da contemplação de Maria Madalena é a *imagem sinodal*. Dos relatos da aparição do Ressurreto, aqueles que envolvem as figuras masculinas, como Pedro e João, são marcados por intrínseca competição, seja por qual corre mais, por qual tem primazia em adentar o sepulcro ou pro qual acredita primeiro no que vê (cf. Jo 20,1-0). Ao invés disso, nos relatos em que as mulheres são as protagonistas, não aparece essa disputa. As mulheres não tem entre si a competição própria do mundo masculino, mas elas voltam juntas para anunciar (Lc 24,1-11; Mc 16,1-8; Mt 28,1-10). A figura de Madalena, junto com a sororidade listada no relato bíblico, fomenta a conversão eclesial para uma real e inteira sinodalidade, que, em si e per si, é mensagem da Boa-Nova do Reino.

CONCLUSÃO

Em síntese, muito se há dito que precisamos resgatar a dinâmica de sínodo como vida das comunidades eclesiais. Contudo, os esforços mais recentes indicam que ainda estamos longe de compreender e vivenciar essa verdade de caminho comunitário. Desde o Concílio

Vaticano II, muito tem se trabalhado na ótica de comunhão e participação na missão de Deus, enquanto ministérios e serviços.

Entre as concepções mais recentes, o resgate de uma Teologia Feminina tem se mostrado caminho feliz para conversão institucional. O Papa Francisco tem insistido que a Igreja é mulher, e que precisamos resgatar qualidades humanas tão evidenciadas nas personagens femininas da História da Salvação. Vale insistir que a busca por imagens femininas só ressalta a atitude do próprio Senhor em confiar também às mulheres as verdades divinas, sobretudo a partir da aurora da ressurreição.

O presente trabalho busca uma perspectiva de leitura bíblico-pastoral da sinodalidade a partir da figura de Maria Madalena, por uma inspiração feminina para o modo de organização eclesial. Nela, se percebe as purificações de “espíritos maus” que assombram a Igreja, bem como fundamentações do agir e modos de fazer que garantam uma verdadeira sinodalidade de inspiração feminina. Assim, é possível tecer relações que se construirão com as linhas de esvaziamento e encarnação, mas serão costuradas com laços de “fraternura” sororial. Tal qual Madalena, e muitas outras personagens, podem ser tomadas, seja da Sagrada Escritura ou da Tradição, para iluminarem o caminho eclesial. Muito trabalho há nesse campo, que apenas estamos iniciando.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA de Jerusalém. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2008

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Dogmática Lumen Gentium*, sobre a Igreja. Disponível em: <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html>. Acesso em set. 2024.

CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO. *Apóstola dos Apóstolos*. 03 junho de 2016. Disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccdds/documents/articolo-roche-maddalena_po.pdf>. Acesso em set. 2024.

FORTE, Bruno. *Teologia da história: ensaio sobre a revelação, o início e a consumação*. Trad. De George Inácio Maissiat. São Paulo: Paulus, 1995.

FRANCISCO, Papa. *Discurso aos membros da Comissão Teológica Internacional*. Vaticano, 30 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html>. Acesso em set. 2024.

FRANCISCO, Papa. *Discurso em comemoração ao cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos*. Vaticano, 17 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html>. Acesso em set. 2024.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium, sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. Vaticano, 24 de novembro de 2013. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/cotidie/2018/documents/papa-francesco-cotidie_20180521_igreja-mulher-mae.html>. Acesso em set. 2024.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Gaudete et Exsultate, sobre o chamado a santidade no mundo atual*. Vaticano, 19 de março de 2018. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/>>

[apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20180319_gaudete-et-exsultate.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost-exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20180319_gaudete-et-exsultate.html)>. Acesso em set. 2024.

FRANCISCO, Papa. *Homilia na capela da casa Santa Marta*. Vaticano, 21 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/cotidie/2018/documents/papa-francesco-cotidie_20180521_igreja-mulher-mae.html>. Acesso em set. 2024.

FRANCISCO, Papa. *Misericordiae Vultus: Bula de promulgação do jubileu extraordinário da misericórdia*. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/bulls/documents/papa-francesco-bolla_20150411_misericordiae-vultus.html>. Acesso em set. 2024.

JOÃO PAULO II, Papa. *Carta apostólica Mulieris Dignitatem, sobre a dignidade e a vocação da mulher por ocasião do ano mariano*. Vaticano, 15 de agosto de 1988. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/1988/documents/hf_jp-ii_apl_19880815_mulieris-dignitatem.html>. Acesso em set. 2024.

PAGOLA, José Antônio. *Recuperar o projeto de Jesus*. Tradução de Oscar Ruben Lopez Maldonado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

RASCHIETTI, Estêvão. *A missão em questão: a emergência de um paradigma missionário em perspectiva decolonial*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

SILVA, Luiz Henrique Elói e. *Misericordiae Gaudium: Quando os ombros e as mãos fazem-se braço no abraço – Por uma releitura da unidade do tríptico de Lc 15*. *Revista Cultura Teológica*, jul/dez 2016, n. 88, p. 273-294, ano XXIV. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/rct.i88.30934>>. Acesso em agosto de 2024.

DESAFIOS DO CLERICALISMO

Des-sacerdotalizar o ministério ordenado

Matheus da Silva Bernardes¹

Resumo: Na perspectiva moral, o clericalismo, sim, representa um problema maior para a Igreja e a pastoral. Contudo, na perspectiva teológica, o problema reside na indevida sacralização dos ministros ordenados. O esquema, que opõe o profano e o sagrado, é remarcado com a noção “sacrifício”, a qual permitiria a transposição da infinita distância entre a divindade (sagrada) e as criaturas (profanas). Com a Encarnação e a Páscoa de Jesus de Nazaré, todos os sacrifícios foram abolidos; ele restabeleceu em si próprio o vínculo entre Deus e os seres humanos, entre Deus e a criação. Portanto, não há mais sentido para falar de sacrifícios. Entretanto, o “sacrifício” ainda é muito presente na vida da Igreja e muito mais na vida dos ministros ordenados, que o realizariam *in persona Christi* como expiação dos pecados. Vale perguntar-se se tal realidade corresponde à Revelação cristã ou se seria a manutenção de pré-conceitos religiosos, que visam a separação dos “ministros sagrados” das comunidades. Além de revisitar, a modo de introdução, os estudos sobre os ministérios feitos por E. Schillebeeckx, este breve trabalho pretende explorar a crítica à noção “sacrifício” realizada por F. Hinkelammert e propor novos caminhos para o ministério ordenado, como o fizeram J. Sobrino e F. Taborda ao refletir sobre a vivência ministerial na América Latina.

Palavras-chave: Sagrado-Profano. Sacrifício. Misericórdia.

INTRODUÇÃO

J. Costadoat, jesuíta e teólogo chileno, retomou recentemente a ideia da “des-sacerdotalização” do Cristianismo, a qual indica possíveis caminhos para uma nova vivência do ministério ordenado nas comunidades (COSTADOAT, 2022, p. 250). Segundo o autor, o Cristianismo – consequentemente, o ministério ordenado – teria iniciado seu processo de “sacerdotalização” ainda no primeiro milênio, com a conversão do Cristianismo a religião oficial do Império Romano. Mas foi durante o segundo milênio que o processo foi consolidado.

A insistência na separação entre sagrado e profano elevou “muros” entre a Igreja e o mundo, entre os ministros ordenados e as leigas e os leigos. O ministério ordenado passa a ser compreendido desde o “altar”, ou seja, exclusivamente como serviço ao sagrado; aqueles que tinham sido ordenados para presidir as comunidades entendem-se como revestidos pelo poder sagrado para celebrar a Eucaristia (SCHILLEBEECKX, 1983, p. 110).

No contexto da Reforma Protestante, o Concílio de Trento (1545-1563) referendou o modelo de ministério ordenado, que tinha sido assumido pela tradição latina desde o século

1 Presbítero da Arquidiocese de Campinas. Graduado em Teologia pela PUC-Chile (2006); mestre em Teologia sistemática pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção - São Paulo/ SP (2008); especialista em Teologia pastoral pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia - FAJE (2018); e doutor em Teologia sistemática pela mesma instituição, com bolsa CAPES (2022). Atualmente, é professor da Faculdade de Teologia da PUC-Campinas e assessor de projetos educacionais da Pró-reitoria de Graduação na mesma instituição.

X. Segundo F. Taborda, o ministério ordenado passa ser compreendido desde uma concepção cristológico-individualista (TABORDA, 2011, p. 119-123). Como ele indica, é possível reconhecer duas teologias sobre o Sacramento da Ordem no texto conciliar: uma baseada no sacerdócio, destacando a relação entre o ministério ordenado e o sacrifício eucarístico, e outra baseada na hierarquia, ressaltando o poder (*potestas*) do bispo.

Ao mesmo tempo, a distinção entre doutrina e pastoral, refletida no decreto sobre o Sacramento da Ordem, ressalta o “poder de consagrar” próprio do sacerdócio, mesmo sem ter deixado de lado o múnus de governar (a cura das almas) e de ensinar (a pregação da Palavra), próprios daquele ordenado ao episcopado (TABORDA, 2011, p. 124-125). Um grande limite dos textos do Concílio de Trento é a completa ausência de uma Teologia sobre o episcopado, o que será assumido somente no Concílio Vaticano II (1962-1965).

Não obstante, o próprio Vaticano II possui limites, em seus textos, sobre o Sacramento da Ordem e, conseqüentemente, sobre o ministério ordenado. Destaca-se o claro avanço na compreensão teológica sobre o episcopado, não só visto desde a perspectiva jurídica (TABORDA, 2011, p. 130-131). Embora o episcopado seja entendido como ministério fundamental, não se compreende o presbiterado como uma “derivação” daquele; há um reconhecimento da autonomia de ambos os ministérios baseada em textos neotestamentários, que apresentam comunidades conduzidas por um *epískopós* (1Tm 3,1-7) e comunidades, por um colégio de *presbyterói* (1Tm 5,17-25).

Ainda que tenha sido retomada a concepção pneumatológica-ecclesial do ministério ordenado, própria da Igreja apostólica e pós-apostólica, o Vaticano II não alcançou uma completa reformulação do ministério ordenado, especialmente dos bispos e dos presbíteros em seus textos principais, a constituição dogmática *Lumen Gentium* e os decretos *Christus Dominus* e *Presbyterorum Ordinis*. É possível reconhecer resquícios da concepção cristológico-individualista que permaneceram nos textos conciliares, especialmente pela centralidade dos ministros ordenados e não da comunidade (TABORDA, 2011, p. 132). Contudo, o sacerdócio comum dos fiéis apresentado pela constituição dogmática *Lumen Gentium* (LG, n. 10-11) e a insistência na missão apostólica de toda a Igreja (LG, n. 65) indicam a urgência de retomar a agenda conciliar e avançar em uma nova compreensão do próprio Sacramento da Ordem e do ministério ordenado.

1 A ONTOLOGIZAÇÃO DO SACERDÓCIO

Não é possível abordar o tema do sacerdócio e deixar o elemento cultural de lado. Sustentado por uma mudança radical durante o segundo milênio cristão, o sacrifício, especialmente o sacrifício eucarístico, converte-se no sentido da ordenação sacerdotal (SCHILLEBEECKX, 1983, p. 110). Para tal, aquele que seria ordenado era revestido de um caráter próprio (SCHILLEBEECKX, 1983, p. 104). Se até então o caráter sacramental era um teologúmeno introduzido por Agostinho de Hipona na disputa donatista, torna-se elemento central da doutrina sobre o sacerdócio (TABORDA, 2011, p. 117).

É chave para compreender o caráter sacerdotal o conceito *mancipatio*, ou seja, o chamado da comunidade para realizar um determinado serviço eclesial; com isso, o exercício do ministério eclesial está em íntima unidade com a comunidade em que o próprio serviço será desenvolvido, elemento próprio da teologia ministério do primeiro milênio cristão. Não obstante, ao mesmo tempo em que a Escolástica medieval, a qual manteve o laço visível entre serviço e Igreja, se desenvolvia, alguns elementos, mais tarde, que conduziram à concepção ontológica, quando não mágica, do sacerdócio foram introduzidos (SCHILLEBEECKX, 1983, p. 105).

Contudo, somente mediante fatores históricos concretos tais elementos levaram à mudança radical na concepção do sacerdócio. Com a conversão dos povos germânicos ao Cristianismo, a Igreja assimilou elementos próprios do direito desses povos: se até então os bispos gozavam de independência, passaram a ser servidores de senhores “terrenos” que, para expandir o poder de seus Estados, construíram grandes templos e passaram a contratar *clérigos* para o serviço cultural.

Mesmo com a tentativa de desligar a nomeação de sacerdotes por parte dos senhores temporais, o Concílio de Aquisgrana (812-819) estabeleceu fundações e doações às igrejas. O Papa Gregório VII restabeleceu a independência dos bispos, porém, reis, duques e condes ainda dispunham de seus serviços de acordo com suas necessidades (Schillebeeckx, 1983, p. 106). A Igreja deixou de ser uma comunidade de fé e de vida para ser símbolo do poder temporal; os próprios bispos entraram no jogo de poder do Feudalismo convertendo-se em príncipes-bispos e afastando-se da tradição eclesial.

Com o renascimento do direito romano, ao final do século XII, surge mais um fator importante para a mudança da concepção ministerial e, conseqüentemente, sacerdotal na Igreja: a separação do conceito de *potestas* de governo e territorialidade. No âmbito eclesial, deu-se a separação da *potestas* de governo da Igreja local, ou seja, a autoridade passa a ser compreendida como valor em si e independente da comunidade (SCHILLEBEECKX, 1983, p. 106-107). Até então, contemplada como “área humana”, a Igreja local passa a ser vista como mera “área geográfica”.

A profunda mudança teológica na concepção do sacerdócio, durante o Medievo, foi possível graças a elementos feudais e jurídicos. Se a divisão entre o “espírito de Cristo” e o “espírito do mundo”, durante os primeiros séculos do Cristianismo, acontecia mediante o Sacramento do Batismo e, na grande expansão da Igreja a partir do século IV, mediante a profissão religiosa na vida monástica, depois do Concílio de Aquisgrana e, principalmente, depois da Reforma Gregoriana o “ideal” de vida cristã foi situado no *clero* (SCHILLEBEECKX, 1983, p. 107). Com isso, o sacerdócio passa a ser compreendido mais como um estado de vida que como um serviço à comunidade.

Em sintonia com as mudanças jurídicas, anteriormente mencionadas, a separação entre *potestas* de ordem e *potestas* de jurisdição permitiu o desenvolvimento do conceito *sacra potestas* (SCHILLEBEECKX, 1983, p. 108). Ao mesmo tempo, foi aberta a possibilidade para

as ordenações absolutas, isto é, ordenações diretamente vinculadas ao “poder sacerdotal”, mas desvinculadas da *ecclesia*. A consequência imediata foi uma práxis sacerdotal, até então, inimaginável, dando espaço, inclusive, para o início da celebração de “missas privadas”; o indivíduo é ordenado, isto é, revestido da *sacra potestas*, para celebrar a Eucaristia, mesmo que seja em benefício próprio.

Somado aos elementos anteriores, deu-se o desenvolvimento da noção *opera operatum* na Teologia sacramental que excluiu definitivamente o contexto eclesial da práxis sacerdotal, nos primeiros séculos do segundo milênio cristão (SCHILLEBEECKX, 1983, p. 108). O vínculo próprio do ministério eclesial, ou seja, *ecclesia* e *ministerium* viu-se deslocado para *potestas* e *eucaristia*, *potestas* de ordem e Eucaristia.

Ao mudar o acento jurídico e, conseqüentemente, os acentos litúrgicos e teológicos da compreensão de sacerdócio, aquele, que teria sido ordenado *presbítero*s na Igreja antiga para atuar como dirigente da comunidade, era agora ordenado para celebrar a Eucaristia (p. 109), para oferecer o sacrifício eucarístico; somente o sacerdote, em seu ser, era capacitado para realizar ações dirigidas diretamente a Deus à diferença dos demais batizados.

Embora estabelecida durante os primeiros séculos do segundo milênio cristão, a compreensão ontológica do sacerdócio será reforçada pela Escolástica medieval mediante o aprofundamento da noção *character* sacramental e reafirmada em diversas ocasiões pelo Magistério eclesial, como é possível ler no decreto sobre o Sacramento da Ordem do Concílio de Trento.

Se alguém disser que pela sagrada ordenação não se dá o Espírito Santo e, portanto, em vão os bispos dizem: “Recebe o Espírito Santo”; ou que por ela não se imprime caráter; ou que aquele que foi alguma vez sacerdote pode depois se tornar novamente leigo: seja anátema.
(DH 1774)

O próprio Concílio Vaticano II não foi capaz superar completamente tal reflexão, pelo contrário, a incorporou em seus documentos mesmo tendo recuperado a concepção pneumatológico-eclesial do ministério ordenado (Taborda, 2011, p. 132).

2 CULPA, SACERDÓCIO E SACRIFÍCIO

Tendo sido restringida a compreensão do ministério eclesial ao sacerdócio, o qual tem sentido para a celebração eucarística, até mais precisamente para o sacrifício eucarístico, cabe a pergunta sobre a relação entre sacerdócio e sacrifício. Contudo, não é possível pensar tal relação deixando de lado a dívida e a culpa, sobretudo na tradição cristã, como aponta F. Hinkelammert.

No pensamento cristão, segundo ele, a dívida não pertence, em primeiro lugar, à reflexão moral, mas ao próprio centro da teologia, isto é, à relação entre Deus e o ser humano. As ideias de redenção e de reconciliação são expressas em termos de dívida, ou seja, há um

devedor e um credor (HINKELAMMERT, 1991, p. 62). A partir disso, é possível estabelecer a relação com a culpa, a qual toma muitos termos emprestados da linguagem própria da dívida.

Embora tenha sido muito desenvolvida no Cristianismo, a relação entre dívida e culpa é anterior: a dívida com a divindade é saldada mediante sacrifícios, que superam toda e qualquer deficiência da parte dos seres humanos (HINKELAMMERT, 1991, p. 63). No Judaísmo, a dívida com Deus era manifestada pela observância da lei mosaica; tal observância, contudo, se mostrava sempre imperfeita, o que revelava a profundidade da culpa humana somente possível de ser superada pelos sacrifícios do Templo.

A tradição cristã desenvolveu-se desde a tradição judaica, ou seja, a relação entre Deus e o ser humano ainda permanece expressa em termos de dívida (HINKELAMMERT, 1991, p. 63). Há, todavia, um elemento que é apresentado como discrepante: é possível pagar uma dívida a Deus? Tão impagável é a dívida do ser humano com Deus, que o próprio Jesus se apresenta como aquele que veio anunciar o “ano da graça” do Senhor (Lc 4,19); na tradição judaica, o “ano da graça” é o ano em que todas as dívidas são perdoadas (HINKELAMMERT, 1991, p. 64).

Para restabelecer o equilíbrio, o próprio Jesus expõe a relação dívida e culpa não referida a Deus, mas referida ao outro ser humano, isto é, à irmã e ao irmão. A dívida do ser humano com Deus é, de fato, uma anti-dívida; Deus não pode cobrar do ser humano o que lhe é devido nem o ser humano pode pagar o que lhe corresponde (Mt 18,23-34). Portanto, a dívida não é cobrada, é exigida, em contrapartida, sua satisfação (HINKELAMMERT, 1991, p. 65). Nesse sentido, tampouco o ser humano pode pagar a dívida com outro ser humano, porque ela é igualmente impagável. Se o ser humano deve a Deus, este perde sua liberdade para aquele; do mesmo modo, se outros seres humanos devem a ele, este perde sua liberdade para aqueles.

Logo, o sacrifício no Cristianismo perde sentido; o Deus de Jesus Cristo não cobra dívida alguma do ser humano. Da mesma forma que Deus declara um “ano da graça” para o devedor, ele declara um “ano da graça” para aquelas e aqueles que lhe devem (Mt 6,12; Lc 11,4); é estabelecida a satisfação, como já foi mencionado. Ser cristão significa ser livre (HINKELAMMERT, 1991, p. 66), porque o Deus de Jesus Cristo é um Deus livre.

Entretanto, sob as afirmações acima jaz um conceito fundamental: o pecado, o qual, para o cristão, é intolerável. Seguindo a lógica da oração cristã, o Pai-nosso, o pecado consiste na cobrança da dívida e a obra de justiça, precisamente, no perdão da dívida (HINKELAMMERT, 1991, p. 67). Sendo impagável a dívida com Deus e sua satisfação mediante o perdão da dívida das irmãs e dos irmãos, não a perdoar torna-se impensável para o cristão. Por outro lado, a cobrança e o pagamento da dívida correspondem ao cumprimento da lei; conseqüentemente, o cumprimento da lei converte-se em causa de pecado; “a lei não é unicamente norma que protege, mas, ao mesmo tempo, é norma que ameaça” (HINKELAMMERT, 1991, p. 68).

F. Hinkelammert, ao apresentar tal reflexão, indica que a lei referida não é genérica, mas a lei que obrigava nos tempos de Jesus ao pagamento das dívidas, ou seja, a lei romana. Por outro lado, reflete sobre a crítica à rígida observância da lei mosaica pelo farisaísmo feita por Paulo, a qual apontava a um ideal de perfeição mais destrutivo que construtivo para o ser humano (HINKELAMMERT, 1991, p. 69). Não obstante, a ideia do sacrifício ainda persiste no pensamento cristão.

Contudo, essa ideia deve ser entendida desde a compreensão paulina da morte de Jesus Cristo. Para o Apóstolo, a morte de cruz é, sim, um sacrifício, porém um sacrifício que elimina todos os demais. O cumprimento da lei não conduz o ser humano à liberdade, pelo contrário revela quão está preso ao pecado e a seu autor, o diabo (HINKELAMMERT, 1991, p. 73). É precisamente por tal compreensão da lei, como revelação do próprio pecado, que Paulo interpreta a morte de Jesus Cristo em termos sacrificais.

A impossibilidade do cumprimento da justiça mediante a observância da lei exige um sacrifício, um pagamento da dívida que é paga por Jesus na cruz. Trata-se de uma cobrança injusta (HINKELAMMERT, 1991, p. 74), todavia, com sua morte, Cristo liberta definitivamente o ser humano do poder do diabo e do pecado, podendo, assim, entrar na dinâmica própria do Espírito (Rm 8,1-8), a lei do amor.

Os Padres da Igreja mantiveram a compreensão da morte de Cristo como sacrifício, nos moldes paulinos. Porém, no Medievo, concretamente com Anselmo da Cantuária, a noção de sacrifício distanciou-se definitivamente da reflexão paulina. Se em Paulo e nos Padres o credor da dívida era o diabo, em Anselmo é Deus (HINKELAMMERT, 1991, p. 76). Para o autor medieval, Deus exige do diabo o poder e não a liberdade do ser humano; não se firma como autor de libertação, mas como agente de poder.

Com isso, o que tinha sido superado nas Teologias paulina e patrística retrocede durante a Idade Média. Se a superação da Teologia da lei implica a libertação da dominação, com a noção de sacrifício de Anselmo o ser humano se torna novamente submisso (HINKELAMMERT, 1991, p. 77). Contudo, a submissão humana, pela inversão dos polos sacrificais, não é ao diabo, mas a Deus e ao sagrado.

Não coincidentemente, a mudança da compreensão da noção de sacrifício no Cristianismo acontece no mesmo período no qual se dá a ontologização do sacerdócio ministerial na Igreja. A ira divina somente pode ser aplacada mediante o sacrifício de seu Filho na cruz, que é renovado todas as vezes em que a Eucaristia é celebrada; a submissão ao poder divino é traduzida concretamente na submissão ao poder do sacerdote, por ter sido revestido da *sacra potestas*. Portanto, o único caminho possível para o perdão da dívida – em princípio não pagável, mas agora possível de ser paga mediante o sacrifício do Filho – está nas mãos do sacerdote.

Nesse sentido, o ministério eclesial, concentrado na figura do sacerdote ministerial, não é serviço à liberdade, mas poder de submissão, quando não de opressão, da comunidade.

Embora a noção *a priori* de sacrifício tivesse sido superada no pensamento cristão presente no Novo Testamento e nos escritos dos Padres da Igreja, ela ressurge na Idade Média em estreita união com a redução do sentido do ministério eclesial à simples celebração do sacrifício eucarístico.

Se alguém disser que na Missa não se oferece a Deus um sacrifício <no sentido> verdadeiro e próprio, ou que o ser oferecido não é mais do que o Cristo ser dado a nós em alimento, seja anátema.

Se alguém disser que o sacrifício da Missa só é sacrifício de louvor e ação de graças, ou mera comemoração do sacrifício realizado na cruz, porém não <sacrifício> propiciatório; ou que só aproveita a quem o recebe e não se deve oferecer pelos vivos e defuntos, pelos pecados, penas, satisfações e outras necessidades, seja anátema. (DH 1751.1753)

Igualmente como a doutrina “ontológica” do sacerdócio, a doutrina medieval sobre o sacrifício, sobretudo sobre o sacrifício eucarístico, foi afirmada e reafirmada em diversas ocasiões (TABORDA, 2011, p. 115).

3 SACERDÓCIO E MISERICÓRDIA

Celebrada em Medellín/Colômbia em 1968, a segunda conferência geral do Episcopado latino-americano é exemplo de recepção criativa do Concílio Vaticano II. Os grandes desafios impostos pela injustiça e pela desigualdade social, exigiram a Igreja latino-americana o anúncio do Evangelho, em que a libertação da escravidão do pecado e de todas as formas de opressão e exclusão estivesse em destaque.

[A salvação consiste em] libertar todos os homens de todas as escravidões a que o pecado os sujeita: a fome, a miséria, a opressão e a ignorância, numa palavra a injustiça que tem sua origem no egoísmo humano (Jo 8,32-34). (Medellín-Justiça, n. 02)

É dado o passo para a elaboração teológica própria, em os traços dos oprimidos e excluídos – povos crucificados, segundo de I. Ellacuría – se fizessem presentes. A conferência de Medellín também representou a irrupção da Igreja dos pobres, interlocutores primordiais do anúncio do Reinado de Deus (Lc 6,20). Com isso, a Igreja latino-americana e sua tradição teológica da Libertação podem reformular, desde a vivência concreta, a doutrina e a práxis do ministério eclesial, em geral, e do ministério ordenado, em particular.

Nesse sentido, embora muitos tenham se equivocado, a elaboração teórica do ministério libertador não nasce da reflexão de grandes eruditos e ilustrados, mas da práxis das empobrecidas e dos empobrecidos (PARRA, 1991, p. 91). Aquelas e aqueles, que se comprometem com a libertação, tornaram-se ministras e ministros do sacramento da libertação.

Corresponde à Teologia, como momento segundo (Aquino Júnior, 2012, p. 144), explicitar a práxis a partir de categorias teóricas.

Consequentemente, o ministério libertador não pertence só a um pequeno grupo de cristãos, concretamente aos ministros ordenados, mas a toda a Igreja dos pobres. Por um lado, a Igreja dos pobres acolhe a pobreza como elemento constitutivo, por outro, denuncia o empobrecimento das maiorias, resultado de injustiças estruturais (PARRA, 1991, p. 94). Acolhendo efetivamente a pobreza, a Igreja dos pobres solidariza-se com aquelas e aqueles que vivem sob o pesado jugo da opressão e da exclusão (Medellín-Pobreza, n. 9-18).

Assim, os ministros ordenados, membros da Igreja dos pobres, não se compreendem como “sacerdotes do Altíssimo”, mas como servidores da Boa-nova libertadora de Jesus de Nazaré (PARRA, 1991, p. 182). Não há mais espaço para o esquema sacerdotal descendente e ascendente, ou seja, o sacerdote é aquele que é escolhido pelo Altíssimo e eleva a ele as orações e os sacrifícios. A renúncia ao poder sacralizante é um traço constitutivo dos ministros ordenados na Igreja dos pobres; ao mesmo tempo, é igualmente traço constitutivo seu o compromisso com as lutas pela libertação (PARRA, 1991, p. 183).

O culto não é função primordial dos ministros ordenados na Igreja dos pobres, mas o anúncio da Boa-nova do Reinado de Deus. Não mais definido exclusivamente pelo sacrifício eucarístico, o ministério ordenado passa a ser compreendido desde a Palavra que deve ser anunciada a todas e a todos. Ao mesmo tempo, os ministros ordenados não se veem como detentores da verdade evangélica, mas como aqueles que incentivam suas irmãs e seus irmãos ao anúncio da Boa-nova (PARRA, 1991, p. 184-185).

Logo, os ministros ordenados contemplam a si mesmos nas comunidades, na comunhão de irmãs e de irmãos. Não são aqueles que caminham à frente, mas aqueles que, pela sua doação de vida, estão lado a lado com irmãs e irmãos em seu compromisso pela libertação integral ((PARRA, 1991, p. 185-186). Sabem fomentar a pluralidade e a diversidade dos ministérios eclesiais, sem abandonar, porém, a coordenação que conduz à unidade (PARRA, 1991, p. 186-188), o que implica a renúncia à polivalência e a clareza das tarefas.

Contudo, pela leitura da Carta aos Hebreus, único texto neotestamentário que apresenta Jesus de Nazaré como sacerdote, há algo sacerdotal na vivência ministerial da Igreja latino-americana. Mas esse algo sacerdotal deve ser contemplado partir do sacerdócio de Jesus de Nazaré e não de conceitos *a priori*; nele o sacerdócio é redefinido (SOBRINO, 1994, p. 190). Em Jesus, o sacerdotal é definido desde a aproximação salvífica de Deus à humanidade; não se trata de serviço sagrado, mas de realidade santa porque é Deus mesmo que vem ao encontro dos seres humanos na história.

Ao aproximar-se da humanidade, Deus revela-se como Pai misericordioso suscitando agradecimento e conversão (SOBRINO, 1994, p. 175), isto é, que suas filhas e seus filhos acolham gratuitamente sua aproximação e se tornem perfeitos como ele é perfeito (Mt 5,48). A aproximação misericordiosa de Deus é apresentada, em Jesus de Nazaré, com o conceito

sistemático “Reinado de Deus”, ou seja, nele Deus se aproxima-se dos seres humanos suscitando a libertação de toda forma de pecado e de opressão e exclusão. Todavia, em Jesus a aproximação de é ainda mais radical: em Jesus, Deus aproxima-se da humanidade opondo-se ao pecado que gera injustiça e morte (SOBRINO, 1994, p. 174).

Sendo assim, o sacerdócio em Jesus passa a ser compreendido como serviço ao Reinado libertador de Deus e à sua parcialidade histórica (Sobrinho 1994, p. 177). Por sua misericórdia, por sua solidariedade para com suas irmãs e seus irmãos, Jesus é reconhecido como Sumo Sacerdote misericordioso (Hb 2,17); seu sacerdócio libertador não é serviço ao culto, porém compromisso histórico com as empobrecidas e os empobrecidos, com as vítimas do pecado e da injustiça.

Compreendendo o sacerdotal de Jesus de Nazaré desde o serviço ao Reinado de Deus e desde a misericórdia, J. Sobrinho ressalta que na América Latina, sim, há serviço sacerdotal, principalmente dando ouvidos ao clamor de justiça daquelas e daqueles que são oprimidos pela violência (SOBRINO, 1994, p. 206). Afirmar o algo sacerdotal na vivência ministerial da Igreja latino-americana não implica o resgate de esquemas *a priori*, os quais apontam um sacerdócio “religioso” sustentando pelo sacrifício.

O autor, ao citar um exemplo de Dom Oscar Romeiro, deixa claro que o sacerdócio na Igreja dos pobres não é, em primeiro lugar, um tema intraeclesial:

[...] A origem de tudo esteve na grande misericórdia que sentiu pelos pobres deste mundo, na fidelidade a Deus para encontrar salvação para esses pobres e no esvaziamento interno e crucificante de si mesmo para poder ser mediador e sacerdote. Muitos outros foram e são como Dom Romero e, por isso, houve e há realidade sacerdotal na América Latina. O que continua sendo necessário é uma Igreja que não seja menos, e sim mais sacerdotal. (SOBRINO, 1994, p. 211)

É um sacerdócio libertador a serviço da aproximação salvífica de Deus a suas filhas e a seus filhos, sobretudo a quem vive sob o pesado fardo da injustiça. Logo, o sacerdócio dos ministros ordenados não tem razão de ser somente nas funções sagradas, no sacrifício, mas no compromisso com a libertação integral das irmãs e dos irmãos.

CONCLUSÃO

Se, por um lado, a práxis ministerial se viu profundamente reduzida pela ontologização do sacerdócio e o destaque à *sacra potestas* e ao caráter sacerdotal, ainda mais acentuada pela compreensão do sacrifício como único meio capaz de aplacar a ira divina, conduziu a uma práxis ministerial desde a concepção cristológica-individualista, centralizada no sacrifício eucarístico. Por outro lado, porém, a práxis ministerial e sacerdotal na Igreja dos pobres reabre perspectivas para a concepção pneumatológica-ecclesial, isto é, o ministério ordenado compreendido em íntima união com a comunidade (TABORDA, 2011, p. 112).

Reduzir o ministério ordenado ao sacerdócio ministerial significa enorme empobrecimento para a comunidade eclesial; igualmente, reduzir a relação entre Deus e os seres humanos ao sacrifício implica sustentar o desequilíbrio de relações de poder dentro da Igreja. A práxis ministerial na Igreja dos pobres não tem como ponto de partida o sacrifício, mas a aproximação de Deus em seu Reinado; Deus aproxima-se como Pai misericordioso, logo a práxis ministerial e, consequentemente sacerdotal, já não é compreendida desde o sacrifício, mas desde a misericórdia (SOBRINO, 1994, p. 206).

A progressiva sacralização e clericalização distanciou cada vez mais os ministros ordenados da comunidade (Taborda, 2011, p. 114). Tal processo foi ainda mais acentuado com a organização da formação, sobretudo presbiteral, em seminários depois do Concílio de Trento; os “muros” do sagrado e do clerical adquiriram forma material nos muros dos seminários. Tal prática mostra-se completamente incongruente com uma Igreja que quer ser “sinal e instrumento” (LG, n. 01) do Reinado de Deus no mundo.

Nessa mesma senda, a ordenação não deveria permanecer restrita a homens celibatários. Se o sacerdócio já não é mais compreendido desde o sacrifício, até mais o sacerdócio não é o elemento central do ministério ordenado, mas o serviço ao Reinado de Deus, os ministérios ordenados podem estar abertos a homens casados e, pensando no diaconato, a mulheres. Ao mesmo tempo, não é novidade que muitas das comunidades eclesiais são presididas por homens casados e por mulheres; logo o sentido do ministério eclesial não é a celebração do sacrifício eucarístico, mas a presidência das comunidades eclesiais.

Todo e qualquer serviço na comunidade eclesial deve estar a serviço da liberdade das filhas e dos filhos de Deus, a “des-sacerdotalização” do Cristianismo, em geral, e do ministério ordenado, em particular, ou mesmo a compreensão da práxis sacerdotal a partir da misericórdia e não do sacrifício (Mt 9,13; Os 6,6) possibilitará uma vivência eclesial mais fraterna e sempre a serviço do anúncio da chegada do Reinado de Deus.

REFERÊNCIAS

- A BÍBLIA de Jerusalém, Nova edição revista, São Paulo: Ed. Paulus, 2002.
- AQUINO JÚNIOR, F. *Teoria teológica. Práxis teológica*. 1ª ed. São Paulo: Ed. Paulinas, 2012.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Conclusões de Medellín*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1998.
- CONSTITUIÇÃO Dogmática Lumen Gentium sobre a Igreja do Concílio Vaticano II, 1964. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 30 out. 2024.
- COSTADOAT, J. Desacerdotizar el ministerio presbiteral. Un horizonte para la formación de los seminaristas. *Seminarios*. Santiago do Chile, v. 67. n. 231, p. 249-267, 2022.
- DENZINGER, H., HÜNERMANN, P., *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. 1ª ed. São Paulo: Ed. Paulinas e Ed. Loyola, 2005.
- HINKELAMMERT, F. *Sacrifícios humanos e sociedade ocidental: Lúcifer e a besta*. São Paulo: Ed. Paulus, 1991.

PARRA, A. *Os ministérios na Igreja dos pobres*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1991 (Col. Teologia e Libertação, 3).

SCHILLEBEECKX, E. *El ministerio eclesial*. Responsables en la comunidad cristiana. Madri: Ed. Cristiandad, 1983.

SOBRINO, J. *O princípio misericórdia*. Descer da cruz os povos crucificados. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

TABORDA, F. *A Igreja e seus ministros*. São Paulo: Ed. Paulus, 2011.

O diácono permanente como servo entre os servos: o desafio de ser clérigo sem perder o contato com os leigos

Luiz Henrique Lucas Barbosa¹

Resumo: Desde os primórdios da Igreja, os diáconos permanentes são ministros ordenados, inseridos entre os leigos, celebram e trabalham entre o povo, tanto nas pastorais quanto na vida cotidiana. Como conviver nessas duas dimensões e como servir dentro de suas limitações eclesiais? Tal questão leva a refletir sobre o que a Igreja espera dessa vocação e, desde o método indutivo, partindo da experiência prática diaconal, com casos vivenciados, para concluir que o diácono permanente serve aos leigos, sem ser servido por eles, desde o múnus ordenado.

Palavras-chave: Diaconato Permanente – Clero – Leigos – Diálogo – Serviço

INTRODUÇÃO

Servindo como diácono permanente na Diocese de Petrópolis há sete anos, observo a realidade cada vez mais desafiadora sobre como ser ordenado, inserido em pastorais dirigidas por leigos, sem que isso represente usurpação de autoridade ou limitação de iniciativas. Visto por alguns sacerdotes como menos que um presbítero e por alguns leigos como mais que um deles, o diácono permanente exerce um papel ainda dúbio no seio da Igreja Católica.

A tradição de uma diocese indica se a relação entre o laicato e o clero é bastante formal ou mais coloquial. O ministro ordenado permanece o mesmo, mas sua investidura na função clerical muitas vezes transforma a maneira como será tratado por leigos e clérigos. Lembro-me muito bem que, na véspera da minha ordenação diaconal, eu era tratado por “você”; na noite seguinte já havia me tornado “senhor”. Por um lado, toda essa reverência demonstra o carinho e o respeito que o povo de Deus nutre pelos ministros ordenados. Mas, quando essa atitude transforma diáconos, presbíteros e episcopos em homens imaculados? E mais ainda: como age o coordenador de pastoral ou movimento quando um diácono permanente chega para trabalhar com ele?

A figura do diácono transitório é vista como “um padre em treinamento”; um “estagiário” que, em pouco menos de um ano, será um novo sacerdote. Nesse sentido, ele será um celibatário e será associado ao sacerdócio, restando apenas alguns meses até que sua condição mude. Mas o diácono permanente não é obrigatoriamente um celibatário, pois pode, inclusive, ser casado. O povo conhece a família do diácono: sua esposa, seus filhos e netos.

¹ Mestre em Teologia pela PUC-Rio. Doutorando em Teologia pela PUC-Rio. luizhlbarbosa@hotmail.com

Tirando a hipótese da viuvez – que pode lhe proporcionar uma ordenação presbiteral – o diácono permanente jamais será visto como um eventual sacerdote.

Mas ainda assim ele é um ministro ordenado: usa paramentos parecidos aos dos sacerdotes, recebe o múnus de abençoar, celebra batizados, assiste matrimônios, realiza celebrações da Palavra. Parece um padre, só que pode ser casado. Essa umbilical associação com a figura do sacerdote faz com que, em minha diocese, o tratamento dispensado aos diáconos permanentes seja quase o mesmo tratamento dispensado aos padres e ao bispo. Normalmente pede-se a bênção ao diácono, e ensina-se os filhos e catequizandos a fazê-lo desde cedo. Mesmo as pessoas mais velhas, os próprios pais e cônjuges dos diáconos têm o costume de pedir a bênção.

A partir disso, esta reflexão resulta de uma experiência do autor. Não parece sustentável dizer que se concorda ou discorda com os fatos aqui elencados, uma vez que não são uma opinião, mas sim a narrativa de uma experiência. Pode-se ter consonância ou dissonância, mas o que aqui será descrito não comporta espaço para divergências, na de citar hipóteses sobre um diácono permanente, convocado a trabalhar no meio dos agentes de pastoral, tendo a sensibilidade de estar a serviço de todos e sempre preocupado em não tolher iniciativas e vocações.

1 O DIACONATO PERMANENTE

Como se insistiu no tópico anterior, o diácono permanente é ainda uma figura pouco compreendida no seio da Igreja Católica. Nem sacerdotes, nem leigos e nem os próprios diáconos discernem profundamente essa vocação e o seu espaço na Igreja. Ele não é sacerdote, mas parece um. Ele não é bispo, mas está vinculado a ele. Ele não é leigo, mas está inserido no meio deles. Ele é casado, mas proclama o Evangelho, faz homilia, arruma a Mesa da Eucaristia e purifica os vasos sagrados, como um padre. Ele é ordenado, mas está mais próximo da realidade laboral e esponsal de um sacerdote, mostrando o entendimento complexo de ser um diácono permanente.

Refletir a origem do diaconato, seu reavivamento pelo Concílio Vaticano II e sua atuação na Igreja atual pode trazer luzes para entender melhor essa figura ainda enigmática do corpo eclesial.

1.1 A ORIGEM

No livro dos Atos dos Apóstolos, em seu capítulo 6, versículos de 1 a 6, narra-se a instituição dos diáconos na Igreja. Havia uma discordância entre os cristãos de origem grega e os de origem hebraica. A percepção era a de que as viúvas dos cristãos-helenistas eram deixadas de lado e só se dava atenção às dos cristãos-hebreus. Antioquia fora, desde o princípio, uma sede influente² da Igreja Cristã e sua cultura era a grega-helenista. Muito natural

2 Fundada por Pedro.

que os cristãos de origem grega reivindicassem a devida atenção para as suas viúvas. Os doze apóstolos convocaram então a assembleia dos discípulos e propuseram continuar cuidando da oração e do ministério da palavra. E, para resolver a questão da mesa daquelas viúvas esquecidas, se deveriam instituir “sete homens de boa reputação, cheios do Espírito Santo e de sabedoria” (At 6,3). E o v. 5 é categórico em dizer que essa solução agradou a todos. Os sete escolhidos foram: Estêvão, Filipe, Prócoro, Nicanor, Timão, Parmenas e Nicolau.

O v. 6 retrata um rito que permanece na Igreja Romana atual: os apóstolos impuseram as mãos sobre as cabeças dos sete eleitos e fizeram uma oração. Ainda hoje o epíscopo ora e impõe as mãos sobre a cabeça do candidato ao diaconato, que é o momento epiclético da ordenação diaconal. O diaconato adquiriu gradativa importância na Igreja Católica do Ocidente e do Oriente. Paulo – em Fl 1,1 – cita a coexistência entre bispos e diáconos no primeiro século do Cristianismo. Também, em 1Tm 3,8-13, há uma descrição da conduta que se deve esperar dos diáconos e de suas esposas.

No Ocidente, o diaconato permanente foi perdendo força a partir do século X; enquanto isso, no Oriente ele permanecia vivo (TRENTIN, 2009, -, 60). Essa realidade latina, fez com que a Igreja do Ocidente visse o diaconato apenas na dimensão da transição do seminarista que concluía seus estudos e aguardava pela ordenação presbiteral. Tornando o diácono transitório a única referência diaconal que os leigos conheciam. Ele era uma quase padre – em breve o seria de fato – que usava paramentos litúrgicos indisponíveis aos leigos e que realizava ações celebrativas parecidas às praticadas por padres e bispos. Esse parece ter sido o momento em que a figura do diácono foi associada à imagem do sacerdote.

1.2 O CONCÍLIO VATICANO II

Como cita claramente o motu próprio *Sacrum Diaconatus Ordinem*, Paulo VI acompanhou as conclusões do Concílio Vaticano II, buscando restaurar o diaconato permanente na Igreja Latina. O espírito renovador do Concílio deu ao diácono permanente um papel fundamental no serviço eclesial, diante do acúmulo de funções depositadas exclusivamente nas mãos dos sacerdotes, mas que poderiam ser realizadas pelo diácono.

Muitos padres, pela falta de um diácono, atribuíam funções aos Ministros Extraordinários da Sagrada Comunhão (MESCs). Paralelamente, coroinhas, acólitos e cerimoniários ocupavam funções tipicamente diaconais. Há relatos de homilias feitas por seminaristas e leigos, o que retrata o desgaste de presbíteros cada vez mais assoberbados de funções pastorais e acadêmicas.

Ao “ressuscitar” o diaconato permanente, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (LG, n. 4), liberou os presbíteros da Igreja Latina para uma melhor dedicação às suas funções exclusivas como: a Celebração Eucarística, a confissão sacramental e a unção dos enfermos. O presbítero que não valoriza essa contribuição fundamental para sua missão é capaz de criticar a figura do diácono permanente. Há sacerdotes que se opõem à ordenação de diáconos permanentes, entendendo que já existem MESCs suficientes em suas paróquias. Mas o

diácono é ordenado, com formação teológica capaz de auxiliar essencialmente os sacerdotes. Por isso, o diácono deveria ser visto pelos sacerdotes de modo mais fraternal e não como seu concorrente.

Qual é o papel do diácono junto às funções leicais? Este é um ponto nevrálgico para se compreender a função do diácono. Lembro-me que quando fui ordenado, me foram apresentadas todas as funções que eu poderia exercer como diácono em minha paróquia: carregar a cruz processional, as lanternas, o Evangeliário, proclamar o Evangelho, fazer a homilia, preparar a mesa do altar, proclamar a paz de Cristo, abrir e fechar o Sacrário para apanhar e guardar as âmbulas com hóstias consagradas, distribuir a Eucaristia, fazer a purificação, fazer a saudação final (despedida) etc.

Naquele momento, me vieram à cabeça os MESC's e coroinhas da paróquia onde servia. Eu iria retirar deles as funções exercidas por anos a fio? Alguns sacerdotes eram mais rigorosos com as normas litúrgicas e me orientavam a cumprir tudo aquilo que é preferencialmente atividade diaconal. Outros, tinham maior flexibilidade quando eu solicitava que se deixasse os MESC's continuarem a fazer o que já vinham fazendo. Uma solução foi entrar sempre com o Evangeliário e deixar coroinhas e cerimoniários com os demais objetos processionais. Quanto à ida ao Sacrário, sugeri que os MESC's continuassem seu trabalho com as âmbulas, enquanto eu realizava a purificação (função que não poderia ser realizada por eles).

Essa iniciativa de valorizar os leigos que já atuavam na paróquia contribuiu para que a função do diácono inviabilizasse o serviço que eles prestavam há anos e que desejavam continuar prestando com tanta dedicação e carinho. Onde poderia haver competição se gerava cumplicidade. E assim a paróquia floresceu e cada um compreendeu o papel que lhe cabia na liturgia. Por outro lado, como diácono me senti acolhido, amado e valorizado.

2 A ATUAÇÃO DIACONAL NA PARÓQUIA

Sobre o diácono, o Concílio Vaticano II, na Constituição *Lumen Gentium* (LG), disse: “Porquanto, fortalecidos com a graça sacramental, servem ao Povo de Deus na diaconia da liturgia, da Palavra e da caridade, em comunhão com o Bispo e o seu presbitério” (LG 29). Portanto, servir é a essência do diaconato. O diácono é justamente o Cristo que serve, que lava os pés dos discípulos, que lê e explica as Escrituras e visita os doentes. Não é o Cristo que governa ou o que oferece o sacrifício ao Pai na força do Espírito Santo. Essas são funções do epíscopo e do presbítero. Por isso me parece muito claro que um diácono não pode ser confundido nem desejar o que não é vocacionado a ser. Essa constatação permitiria se evitar diversos mal-entendidos na Igreja.

Não há dúvida de que todos servem de certa maneira: papa, demais bispos, presbíteros, diáconos e leigos são servos de alguma forma. Como a base da pirâmide hierárquica eclesial é formada pelos leigos, estes se veem regularmente como os operários por excelência; mas isto não deveria subtrair o papel laboral dos ministros ordenados. Assim – e sendo este texto dedicado à figura do diácono permanente – não se pode duvidar que o ocupante do primeiro

grau do sacramento da ordem é, por natureza, um servidor por essência e por excelência. Sem o serviço o diácono não pode existir. O serviço fundamenta sua ordenação, como é bem lembrado no número 29 da constituição dogmática *Lumen gentium*. Todavia, como os leigos encaram a figura do diácono inserido nos trabalhos paroquiais? Qual o seu papel na vida pastoral? Ele é um coordenador geral, como é o pároco, ou apenas um participante como os demais? Se ele é apenas um participante como os demais, por que ele precisou ser ordenado? A nós parece muito difícil dar uma resposta que agrade a todos. Se pode sugerir que:

um primeiro problema a atender que, mesmo que não apresente dificuldades desde o ponto de vista teológico, tem tido, sim, uma influência consistente na pastoral, sobretudo na percepção do povo simples. Existe certa confusão que, pela força dos fatos, está instalada no dia a dia das comunidades: o diácono permanente, quando casado, seria uma espécie de leigo (ou secular), que administra alguns sacramentos. Essa percepção deve ser atacada em sua raiz. (PIENDIBENE, 2009, p. 91)

Quando um pároco ou administrador paroquial dá a incumbência ao diácono para dirigir algum ministério ou dimensão da paróquia, por certo espera que sua figura clerical transmita uma autoridade que vá além daquela exercida por leigos, que também tem funções de coordenar. Por outro lado, se o diácono atua como um “outro padre”, sua figura pode melindrar e tolher iniciativas que seriam positivas e frutíferas se viessem dos próprios leigos, que constituem o maior contingente nos diversos ministérios pastorais. E a ideia de serviço daria lugar à de direção, chefia ou coordenação. O diácono deixaria de servir e passaria a ser servido. É muito bem clara a orientação do número 22, item 11, da Carta Apostólica *Motu Proprio Sacrum Diaconatus Ordinem*, que afirma ser dever do diácono: “Promover e apoiar as atividades apostólicas dos leigos.” (PAULO VI, 1967, n.p.). É preciso ter muita sensibilidade para se reconhecer como servo entre os servos. Somente assim o diácono poderá contribuir com seu cabedal (teológico e espiritual), sem fazer com que as lideranças laicas se sintam preteridas ou diminuídas por uma autoridade clerical.

Trago aqui outro exemplo da prática diaconal: na paróquia onde sirvo atualmente fui convocado pelo administrador paroquial para atuar como coordenador geral da catequese. Ora, como catequista de crisma há trinta e três anos, doutorando em teologia e professor em diversas instituições, isso não me assustaria em nada. A questão é que cheguei a essa paróquia, emprestado a pedido do presbítero anterior, há apenas quatro meses. Ali há catequistas que agem há anos na formação de crianças, jovens e adultos. Como assumir tal função sem causar desânimo em quem ali está? Minha resposta foi a de contribuir na formação dos catequistas de todas as formas possíveis, desde que isso não representasse menosprezo pelo que já foi realizado e o *know-how* adquirido pelos catequistas durante tantos anos de dedicação naquele local.

CONCLUSÃO

O diaconato não é algo recente na Igreja Católica. Adormecido por alguns séculos no Ocidente, mas sempre vivo no Oriente, a instituição representa o Amado que sempre cuida e serve sua Amada. Enquanto o Cristo servir a Igreja, o diaconato não poderá desaparecer.

Mas esse ressurgir proporcionado pelo Concílio Vaticano II ainda parece engatinhar na Igreja do Brasil. Incompreendido por alguns presbíteros e leigos, o diácono permanente é visto às vezes como competidor ou supérfluo (em relação aos padres); às vezes, é visto como usurpador de atribuições dos leigos. Sem ser uma coisa nem outra, ele é servo sempre. Serve ao bispo a quem está umbilicalmente ligado na diocese; serve aos presbíteros nas paróquias onde atua, sendo seu *longa manus* onde aquele não pode estar; serve aos leigos, devendo estar sempre disponível para com eles, instruí-los e ministrar sacramentos e sacramentais.

Se o diácono for confundido com o presbítero ou com o leigo, ele perde a riqueza de sua função, que aliás é *sui generis* na hierarquia da Igreja. Ele não pode consagrar a Eucaristia, mas a proclamação do Evangelho é sua função exclusiva frente a qualquer outra autoridade presente, mesmo se for o papa (salvo no caso dos párocos em sua cerimônia de posse). Ele também não pode confessar, mas pode promover direção espiritual. O diácono não precisa querer ser mais do que é, mas tem todos os recursos para ser um excelente cristão, fazendo tão somente aquilo que a Igreja espera dele e lhe confia como ministério. Por isso, qualquer ideia de clericalismo deveria ser abandonada no que se refere à figura do diácono permanente. Como contra argumentação às críticas sofridas pelo diaconato permanente, citamos Daniel Ramada Piendibene:

Neste novo contexto, onde deve ser proclamada a fé e a Palavra se fazer carne, o diaconato permanente, para além dos avatares, continua presente na vida cotidiana de nossas comunidades. É verdade que não têm faltado detratores e até responsáveis eclesiais que sustentam a necessidade de pôr fim a essa forma de presença pastoral. Existem os que a julgam mais como um experimento pastoral do que como chamado do alto que se manifesta no meio das experiências de vida. Porém, também é verdade que tantos e tantos diáconos permanentes que vivem sua consagração ministerial como resposta a um apelo divino, como vocação específica e meio para buscar e achar a Vontade de Deus pela senda do serviço, continuam dando frutos com seu testemunho de santificação. Ninguém pode negar que se trata de genuínos frutos do Espírito (PIENDIBENE, 2009, p. 89)

Pastoralmente falando, o diácono precisa estar inserido na vida da paróquia e da diocese, seja como catequista, agente ou coordenador diocesano. Reconhecido sobretudo como ministro da caridade, o diácono permanente deve estar engajado em uma das diversas pastorais sociais da paróquia e da diocese: saúde, sobriedade, portadores de HIV etc. A sua

participação é fundamental, uma vez que os presbíteros raríssimas vezes conseguem se dedicar a esse serviço, tendo em vista suas funções litúrgicas exclusivas.

Portanto, conclui-se que o diácono permanente não deve ser encarado como concorrente dos leigos que atuam nas pastorais. Ele está ali para somar, para compartilhar experiência (dando e recebendo conhecimento) e para fazer aquilo que é essencialmente sua função: ser servo dos servos.

REFERÊNCIAS

CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA LUMEN GENTIUM. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. Disponível em: <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const19641121_lumen-gentium_po.html>. Acesso em: 06 jul. 2024.

KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. 29ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

PAULO VI, Papa. *Carta Apostólica Motu Proprio Sacrum Diaconatus Ordinem* (Sobre as normas gerais para a restauração do diaconato permanente na Igreja Latina). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/paul-vi/en/motu_proprio/documents/hf_p-vi_motu-proprio_19670618_sacrum-diaconatus.html>. Acesso em: 06 jul. 2024.

PIENDIBENE, Daniel Ramada. *O Diácono Permanente: vigência pastoral e fundamentos teológicos*. Revista Encontros Teológicos, Florianópolis, v. 24, n. 3, páginas 85-112, 2009.

TRENTIN, Avelino. Quarenta anos do Diaconato Permanente em Florianópolis. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 24, n. 3, páginas 59-70, 2009.